
UHE BELO MONTE

2º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte

Volume 1 – Capítulo 1.0 ao Anexo 6

Outubro de 2013



**Consultoria e
Participações Ltda.**

Rua Américo Brasiliense, 615 - São Paulo
CEP 04715-003 - Fone / Fax 5546-0733
e-mail: jgp@jgpconsultoria.com.br

UHE BELO MONTE

2º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte

Volume 2 – Anexos 7 a 9

Outubro de 2013



**Consultoria e
Participações Ltda.**

Rua Américo Brasiliense, 615 - São Paulo
CEP 04715-003 - Fone / Fax 5546-0733
e-mail: jgp@jgpconsultoria.com.br

2º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte

Outubro de 2013

SUMÁRIO

1.0 Introdução	1
2.0 Descrição das Atividades Realizadas na Vistoria e dos Documentos Analisados	4
3.0 Sistema de Gestão	4
3.1 Sistema de Gestão da NE	5
3.1.1 Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	5
3.1.2 Sistema de Gestão de SST	9
3.1.3 Estrutura Organizacional	12
3.2 Sistema de Gestão do CCBM	13
3.2.1 Estrutura Organizacional do CCBM	14
4.0 Desempenho Ambiental, Social e de Saúde e Segurança do Trabalho da Construção	14
4.1 Sumário do Status da Construção	15
4.1.1 Obras Principais	15
4.1.2 Obras do Entorno	19
4.2 Desempenho Ambiental da Construção	1
4.2.1 Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI)	1
4.2.1.2 Controles Ambientais das Obras do Entorno	21
4.2.1.3 Supervisão Ambiental da Norte Energia	23
4.2.2 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	24
4.2.3 Fiscalização Externa – Entidades Oficiais	25
4.3 Desempenho de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) da Construção	26
4.3.1 Norte Energia (NE)	26
4.3.1.1 Inspeções de Segurança e Saúde da NE sobre as Obras (Principal e de Entorno)	29
4.3.1.2 Auditorias de Saúde e Segurança da NE sobre as Obras (Principal e de Entorno)	34
4.3.2 Desempenho de SST da Obra Principal (OP)	34
4.3.2.1 Implantação dos Programas de SST da OP	35
4.3.2.2 Desempenho e Indicadores de SST das OP	44
4.3.3 Desempenho de SST das Obras do Entorno (OE)	48
4.3.3.1 Implantação dos Programas de SST previstos no PAC – OE	48
4.3.4 Fiscalização Externa – Entidades Oficiais	51

5.0 Conformidade Legal	52
6.0 Andamento dos Programas do PBA	54
6.1 Andamento dos Programas do PBA-CI	54
7.0 Atendimento ao Plano de Ação Socioambiental	59
8.0 Situação de Atendimento às Recomendações da Consultoria Socioambiental Independente (da <i>Due Diligence</i> ou da Missão de Monitoramento Anterior)	99
9.0 Conformidade do Empreendimento com os Princípios do Equador	99
10.0 Conclusões e Recomendações	155
10.1 Conclusões	155
10.2 Recomendações	163
11.0 Aspectos Críticos a serem Verificados na Próxima Missão de Monitoramento	179
12.0 Equipe Técnica Responsável por este Relatório (JGP)	184
ANEXOS	185
Anexo 1 – Lista de Documentos Avaliados	186
Anexo 2 – Reuniões, Vistorias e Entrevistas Realizadas	187
Anexo 3 – Registro Fotográfico das Inspeções do PCAI	188
Anexo 4 – Registro Fotográfico das Inspeções de SST e Meio Ambiente nas OE	189
Anexo 5 – Registro Fotográfico das Inspeções de SST na OP	190
Anexo 6 – Acompanhamento do Atendimento a Condicionantes	191
Anexo 7 – Situação de Andamento dos Planos, Programas e Projetos do PBA	192
Anexo 8 – Registro Fotográfico das Vistorias às Atividades Relacionadas aos Programas do PBA	193
Anexo 9 – Quadro 8.0.a – Controle do Atendimento às Recomendações da Consultoria Socioambiental Independente	198

1.0

Introdução

Este documento compõe o 2º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto Hidrelétrico Belo Monte, sob a responsabilidade da Norte Energia S.A. (NE), e refere-se ao período de abril a junho de 2013.

O Relatório elaborado pela JGP (Consultor Socioambiental Independente - CSI), incluindo todas as suas conclusões e recomendações, está baseado no escopo dos trabalhos realizados e na informação recebida da NE, que foi objeto de verificação seletiva durante inspeções de campo e reuniões. A JGP não se responsabiliza pela validade ou precisão das informações recebidas e utilizadas no desenvolvimento deste Relatório. A JGP poderá revisar este informe, incluindo as suas conclusões e recomendações, se informação adicional for disponibilizada. Ressalte-se também que o presente Relatório destina-se aos Agentes Repassadores e tem função específica, não sendo necessariamente adequado para utilização por outros públicos ou para outras finalidades. Todas as interpretações e conclusões sobre o marco legal e/ou contratual não devem ser consideradas como uma opinião jurídica.

A informação de base para a elaboração do relatório é formada pelo 2º Relatório Socioambiental Periódico (RSAP) elaborado pela NE; por documentos apresentados ao IBAMA; e pelas informações obtidas durante as inspeções de campo do projeto e reuniões realizadas no período de 02 a 06 de setembro de 2013.

O processo de avaliação/monitoramento independente visa a atender ao Princípio do Equador 9 (Monitoramento Independente e Divulgação de Informações). Anteriormente ao início desse monitoramento, a conformidade do ciclo de avaliação e licenciamento do empreendimento com os Princípios do Equador foi verificada conforme as diretrizes estabelecidas no Princípio do Equador 2 (Avaliação Socioambiental) e com os padrões aplicáveis segundo o Princípio 3 (Padrões Sociais e Ambientais Aplicáveis). Isso resultou na identificação de hiatos (*gaps*) e motivou a elaboração de um Plano de Ação (da forma prevista no Princípio 4 – Plano de Ação de Sistema de Gestão), que foi subscrito pela NE e pelos Agentes Repassadores, passando a constituir Compromisso Contratual da forma prevista no Princípio 8.

O relatório objetiva uma avaliação socioambiental independente do andamento do Projeto, com foco principalmente em:

- Verificação de conformidade com os Princípios do Equador;
- Avaliação de desempenho socioambiental do Projeto.

Para atender a esses objetivos, o presente relatório está estruturado nas seguintes seções principais:

O **Capítulo 2.0** apresenta a descrição das atividades realizadas na vistoria, incluindo reuniões e trabalhos de campo. Além disso, inclui a listagem dos documentos analisados para elaboração do presente relatório.

O **Capítulo 3.0** (Sistema de Gestão) avalia os procedimentos de gerenciamento ambiental e social da construção. Esses aspectos são avaliados em dois níveis: gestão pelo executor diretamente responsável (Consórcio Construtor Belo Monte - CCBM ou outros), e gestão pela Norte Energia - NE nas suas funções de supervisão de conformidade (*compliance assurance*) com os requisitos ambientais e sociais aplicáveis. A “Obra Principal” (contratada com o CCBM) é avaliada de maneira independente das “Obras do Entorno”, que incluem as diversas obras contratadas pela NE com terceiros (implantação da infraestrutura de saneamento, educação e saúde nos municípios da AID, por exemplo).

No **Capítulo 3.0** avalia-se também a gestão da segurança e saúde ocupacional e das condições de trabalho, novamente focando dois níveis, o da gestão pelo responsável direto e o da supervisão pela NE.

O **Capítulo 4.0** (Desempenho Ambiental / Saúde e Segurança da Construção) inclui inicialmente o resumo da situação da “Obra Principal” (UHE Belo Monte) e das “Obras Fora do Site” na data da inspeção de campo realizada pela equipe do Consultor Socioambiental Independente. Objetiva contextualizar o momento de obra a que corresponde à avaliação realizada, permitindo uma compreensão das atividades de maior impacto e frentes de obra de maior intensidade. Facilita a compreensão dos impactos ocorrentes (ou não ocorrentes) na data da inspeção de campo e justifica as prioridades adotadas no planejamento dos trabalhos.

Na sequência, o **Capítulo 4.0** inclui a análise da implementação do Plano Ambiental de Construção (PAC) do PBA. Nesta Seção, descreve-se a gestão da construção, incluindo as medidas dispostas não apenas no PAC do PBA, mas também aquelas que compõem o sistema de gestão do CCBM e que estão sendo aplicadas na obra. Essa análise inclui uma discussão dos dados ambientais e de saúde e segurança resultantes da vistoria às áreas do projeto.

Os aspectos relativos à conformidade legal são tratados no **Capítulo 5.0**. Foca-se inicialmente o processo de Gerenciamento de Condicionantes, onde é verificado o atendimento a todas as condicionantes constantes na Licença de Instalação (LI) N° 795/2011, em Autorizações de Supressão de Vegetação e outras licenças, outorgas e autorizações complementares emitidas para o Projeto. O **Capítulo 5.0** resume também a ação fiscalizadora de órgãos com funções regulatórias, incluindo não somente o IBAMA, mas também o IPHAN, FUNAI, entidades municipais e outros com competências específicas que incidem no Projeto. Finalmente, o **Capítulo 5.0** analisa conformidade legal do empreendimento, acompanhando a situação de atendimento às condicionantes estabelecidas ao longo do processo de licenciamento pelos órgãos intervenientes, bem como a situação de todas as multas e autuações recebidas pela NE e/ou empresas por ela contratadas, verificando a adequação das gestões em curso em relação a cada uma.

No **Capítulo 6.0** apresenta-se uma avaliação individualizada dos Planos, Programas e Projetos Ambientais que integram o Projeto Básico Ambiental (PBA). A avaliação do andamento de cada Programa é desenvolvida de acordo com a seguinte estrutura padrão:

- Progresso reportado pela NE (incluindo progresso verificado em campo, para os programas em andamento na ocasião da vistoria);
- Escopo da verificação do andamento do Programa no período, executada pela equipe do Consultor Socioambiental Independente (relatórios, reuniões com empresas coordenadoras e executoras, verificação em campo);
- Avaliação de conformidade;
- Avaliação de resultados.

A verificação do processo de implantação do Plano de Ação acordado entre a NE e os Agentes Repassadores é desenvolvida no **Capítulo 7.0 (Quadro 7.0.a)**. Neste 2º Relatório de Monitoramento foram avaliados os produtos entregáveis em 6 meses após a assinatura do contrato e trimestralmente, nos Relatórios de Conformidade Socioambiental). Foi verificado também o andamento do atendimento às ações ainda não completamente atendidas referentes às seguintes datas marco estabelecidas no Plano de Ação: antes da assinatura do contrato de financiamento; antes do primeiro desembolso; 60 dias após a assinatura do contrato; 90 dias após a assinatura do contrato.

O **Capítulo 8.0 (Quadro 8.0.a)** avalia a atuação de atendimento às recomendações pontuais e oportunidades de melhoria emitidas pelo Consultor Socioambiental Independente em relatórios anteriores, e que não fazem parte do Plano de Ação.

De maneira consolidada, o **Capítulo 9.0** analisa a situação de atendimento aos Princípios do Equador, com foco naqueles que se aplicam à atual fase de implantação do projeto.

O **Capítulo 10.0** apresenta as principais conclusões do Consultor Socioambiental Independente (**Seção 10.1**) e consolida todas as recomendações geradas nos Capítulos anteriores do Relatório (**Seção 10.2**), as quais alimentarão o **Quadro 8.0.a** do **Capítulo 8.0** nas missões seguintes.

Por fim, o **Capítulo 11.0** lista os aspectos críticos a serem verificados na próxima missão de monitoramento.

Como denominador comum, todas as seções têm um foco analítico e não descritivo, objetivando a identificação e discussão de problemas de conformidade e avaliação de resultados, e não apenas apresentar um resumo geral e abrangente da situação atual do Projeto.

No contexto assim descrito, cabe ressaltar também a natureza seletiva e não extensiva da avaliação independente, onde o foco de verificação é estabelecido na fase de planejamento de cada missão em função da evolução do Projeto e das atividades consideradas críticas em cada etapa.

2.0

Descrição das Atividades Realizadas na Vistoria e dos Documentos Analisados

Conforme descrito no **Capítulo 1.0**, a elaboração deste Relatório foi embasada na análise de documentos e em dados coletados em reuniões e em inspeções de campo durante vistorias da consultoria socioambiental independente ocorridas no período de 02 a 06 de setembro de 2013.

Os principais documentos revisados na presente análise de conformidade estão listados no **Anexo 1**.

As vistorias de campo, por sua vez, envolveram a realização de reuniões com as equipes responsáveis pela implementação de programas socioambientais, pela gestão socioambiental do empreendimento, pela supervisão das obras e dos programas, e também a realização de entrevistas com partes interessadas.

O **Quadro 2.0.a**, no **Anexo 2**, apresenta a lista das reuniões realizadas e os participantes, e o **Quadro 2.0.b**, também no **Anexo 2**, apresenta a lista de locais inspecionados, a equipe que participou das inspeções e os entrevistados. O **Quadro 2.0.c** inclui as inspeções de campo de meio ambiente e SST realizadas em julho de 2013 para outro contrato de monitoramento socioambiental (para o BNDES), incluídas por estarem no período deste relatório.

3.0

Sistema de Gestão

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho da Norte Energia, bem como o Sistema de Gestão Integrada (SGI) do CCBM, estão em processo de implementação contínua.

A atualização do andamento da implementação dos Sistemas de Gestão da NE e do CCBM foi feita considerando como datas de corte o mês de junho, com base na situação reportada no 2º RSAP (referente ao período de abril a junho), e o mês de setembro, data da vistoria de campo realizada para este Relatório.

O objetivo deste Capítulo é detalhar essas ações e apresentar os avanços ocorridos no período entre abril e junho, tanto na gestão da NE como do CCBM.

3.1

Sistema de Gestão da NE

3.1.1

Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

O SGA da NE, atualmente em processo de implantação, foi estruturado com base no PGA (Plano de Gestão Ambiental) previsto no PBA do Projeto. De abril a junho de 2013 foram aprovados os seguintes documentos do SGA:

- PS de Mudanças de Projetos;
- PS de Supervisão Ambiental da Obra Principal da UHE Belo Monte;
- PS de Monitoramento do Impacto de Vazão Reduzida;
- Manual de Requisitos Jurídico ambientais da UHE Belo Monte.

Ressalta-se que o Padrão de Sistema (PS) de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais consta na lista de documentos aprovados no período, porém trata-se de uma informação já disponibilizada no 1º RSAP.

Durante a análise da consultoria independente não foi possível verificar a evolução, no período, dos documentos mencionados a seguir, que continuam com a mesma situação informada no 1º RSAP, ou seja, “em andamento”:

- Padrão de Sistema do Plano Operacional de Supressão Vegetal (Revisão);
- Padrão de Sistema de Comunicação Social: Interna e do PBA;
- Fluxo de Comunicação sobre o andamento das obras do entorno;
- Plano Diretor de Saúde e Segurança Ocupacional;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Padrão de Sistema do Plano de Comunicação do Reassentamento Urbano Coletivo (RUC);
- Padrão de Sistema do Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte (FASBM);

De acordo com o 2º RSAP, a Matriz de Interfaces PBA Componente Indígena e PBA Geral já foi elaborada e encontra-se em análise pela NE. Tanto a Orientação Técnica de Codificação e Nomenclatura de Documentos e Registros, como o Plano de Desmobilização de Estruturas, mencionados no 1º RSAP, não foram citados no 2º RSAP, o que dificulta a verificação do andamento (*status*) desses documentos.

Destaca-se que o grau de implementação dos procedimentos não pôde ser completamente evidenciado durante a análise dos relatórios emitidos pela NE e a visita de campo realizada para emissão deste relatório. Também não foi possível identificar um plano de trabalho / ação específico para a completa implementação desses documentos.

Durante a vistoria de campo da 2ª missão foi realizada reunião com a NE e a FR sobre o Sistema de Gestão. Foram discutidas várias questões, entre elas se a empresa formalizará ou não um Sistema de Gestão Integrado, o atendimento à recomendação de

elaboração de um Plano de Ação para implementação do SGA, a realização de reuniões de análise crítica, os procedimentos de garantia da empresa (supervisão, auditorias), entre outras.

Nessa ocasião pode-se constatar que a NE encontra-se em fase de elaboração dos documentos do SGA e que sua implementação ainda não foi planejada. Na sequência são discutidos alguns documentos do SGA.

No que se refere ao Padrão de Sistema para Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais (PS NES GABM SGA 001/2013), uma das recomendações do consultor independente sobre a Planilha de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Significativos e das Ações de Gestão da UHE Belo Monte, resultante do mesmo, na missão anterior, foi que se desenvolvesse uma ferramenta para acompanhamento das ações propostas na coluna denominada “Novas Ações de Gestão Propostas”, bem como a definição e/ou detalhamento das atividades necessárias para implementação, em sua plenitude, dessas novas ações.

Na reunião realizada em setembro sobre o Sistema de Gestão essa questão foi abordada, tendo-se verificado que essa avaliação periódica de impactos é criteriosa, mas teórica, não havendo a gestão dos desdobramentos práticos da análise realizada. São propostas novas ações para os novos impactos identificados ou para os impactos reclassificados, mas, na prática, as medidas implementadas são aquelas originalmente propostas no PBA.

A esse respeito vale ressaltar que o 2º RSAP informa que a empresa gestora está constituindo o NAC – Núcleo de Análise Crítica do PGA, formado por uma equipe de consultores especializados, cujo objetivo será acompanhar os procedimentos e resultados das atividades da NE, em cumprimento ao estabelecido no PBA e demais documentos que regem os compromissos da empresa. Conforme indica o 2º RSAP, uma das atribuições do NAC será a atualização dos impactos, bem como o acompanhamento e detalhamento das ações necessárias para o controle e mitigação dos mesmos.

Na reunião de setembro sobre o Sistema de Gestão foi informado que o NAC realizará auditorias trimestrais. O Padrão de Sistema (PS) destas auditorias ainda está sendo formatado, assim como o *checklist* a ser utilizado pela equipe. Segundo informado nessa reunião, as auditorias trimestrais do NAC ocorrerão idealmente uma semana antes de cada missão de monitoramento da consultoria independente. A primeira auditoria trimestral está prevista para ocorrer em outubro/13, conforme informado no 2º RSAP e confirmado na reunião.

Essas auditorias terão uma ênfase documental, feita com base na análise crítica dos Relatórios Gerenciais Mensais das empresas executoras (RGME) e coordenadoras (RGMC), bem como nos resultados de reuniões a serem realizadas com periodicidade trimestral com a Diretoria Socioambiental da NE e com as empresas coordenadoras. É prevista também uma inspeção de campo trimestral.

No RSAP informa-se que a partir da primeira auditoria será estabelecido um Plano de Ação pela empresa responsável pela Não Conformidade (NC) identificada, a ser analisado e acompanhado por integrante do NAC, que analisará a suficiência das propostas de encerramento das NC's, emitindo Fichas de Controle de Não Conformidades (FCNC) mensais. A empresa gestora encaminhará mensalmente à NE um compêndio dessas FCNC's.

O 2º RSAP informa que o NAC já realizou inspeção de campo de reconhecimento e analisou todos os documentos produzidos no âmbito da implementação do PBA. No início de setembro estava prevista a emissão do primeiro relatório mensal do NAC com a análise crítica da implementação do PBA, feita com base na avaliação documental realizada e no avanço realizado dos diferentes cronogramas em relação aos percentuais previstos no PBA, obtida a partir dos Relatórios Gerenciais Mensais das empresas executoras, coordenadoras e gerenciadora.

O PS de Mudanças de Projetos, por sua vez, elaborado e aprovado no período deste relatório, visa a estabelecer o fluxo e as responsabilidades na condução de eventuais necessidades de mudança detectadas em projetos de engenharia ou eletromecânica, incorporando, nesse processo de análise, as variáveis socioambientais e a avaliação de alternativas técnicas e locais, de maneira a contribuir para a agilidade na tomada de decisão e a continuidade das obras da UHE Belo Monte em atendimento aos requisitos legais.

Além disso, esse padrão pretende sistematizar as informações e a documentação associada, incluindo, quando pertinente, estudos complementares que porventura venham a ser identificados como necessários para composição de linha base, estudos locais, notas técnicas, comparação das mudanças da *footprint* do projeto, bem como a manifestação e a aprovação do IBAMA e de outros órgãos e instituições envolvidas, quando tal aprovação se fizer necessária.

Uma das recomendações do consultor independente sobre o conteúdo desse procedimento, na missão anterior, refere-se à necessidade de referenciar, no seu texto, o Padrão de Sistema para Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais (PS NES GABM SGA 001/2013). Também foi identificado que o Procedimento não estabelece a necessidade de análise, pela área de segurança do trabalho, das eventuais mudanças identificadas para o Projeto.

Em resposta a essa recomendação a NE informou que o procedimento será revisado e encaminhado para avaliação no próximo RSAP. Ressaltou também que, por meio das reuniões semanais de planejamento e produção, que ocorrem individualizadas por Sítio Construtivo (Pimental, Belo Monte, Bela Vista, Canais / Diques e Vila Residencial Belo Monte), a equipe de SST da NE acompanha passo a passo as mudanças de projeto, atuando em conjunto com CCBM e EPBM para a adequada supervisão. Nesse contexto, a NE informou que serão produzidas evidências deste acompanhamento, que serão encaminhadas à consultoria independente no próximo RSAP.

Com relação ao Padrão de Sistema de Identificação dos Requisitos Legais e Outros Requisitos Aplicáveis (PS NES GABM SGA 003/2012), conforme mencionado no relatório anterior, o mesmo estabelece a sistemática para o levantamento, monitoramento, atualização e acesso aos requisitos legais aplicáveis e a outros requisitos subscritos pela NE, porém não detalha como é realizada a avaliação de conformidade legal.

No período foi aprovado o Manual de Requisitos Jurídico ambientais da UHE Belo Monte; porém, esse documento também não faz referência à avaliação de conformidade legal. Esse Manual disponibiliza os requisitos jurídico-ambientais aplicáveis ao negócio, com base no levantamento de processos objetivos e nos aspectos e impactos ambientais do empreendimento.

Conforme informado no 2º RSAP, o PS de Identificação dos Requisitos Legais e Outros Requisitos Aplicáveis será revisado para contemplar essa avaliação, e as evidências do acompanhamento da conformidade legal serão apresentadas no próximo RSAP.

Ainda de acordo com o 2º RSAP, com base na atualização periódica (semestral) do arcabouço legal e normativo aplicado ao PBA, conduzida pela Assessoria Jurídica da empresa gestora, o NAC deverá avaliar se esse atendimento está sendo feito no âmbito das análises técnicas realizadas em campo ou de caráter documental (relatórios, notas técnicas, registros).

Conforme mencionado no relatório anterior, faz parte do SGA o Manual de Auditoria Ambiental (MA NES GABM SGA 003/2011 00), estabelecido em conformidade com os princípios e diretrizes das normas NBR ISO 19011 e 14011. Para o período de abrangência deste relatório não foram evidenciados registros da implementação desse Manual, bem como evidências de realização da auditoria prevista para junho de 2013. Conforme mencionado no 2º RSAP, essa auditoria foi remarcada para outubro de 2013, como parte da implementação das ações do NAC.

As inspeções ambientais sobre as obras principais (OP) ocorreram até meados de abril, quando se encerrou o contrato da empresa coordenadora do PAC (Ferreira Rocha). Conforme informado pela NE, as atividades necessárias à adequada supervisão da NE sobre a OP serão realizadas pela empresa coordenadora que está sendo contratada.

Neste contexto, foi apresentada no 2º RSAP a versão preliminar validada do procedimento de supervisão da NE sobre a OP, o qual será complementado e revisado quando do início das atividades da nova empresa coordenadora. Cabe ressaltar que as planilhas de Inspeção e de Supervisão mencionadas nesse Padrão encontram-se em elaboração e não foram apresentadas à consultoria independente.

No que se refere às inspeções de meio ambiente realizadas pela NE nas obras do entorno (OE), não foi evidenciado Padrão de Sistema específico para as mesmas. Não está claro se a NE desenvolverá um procedimento específico ou se irá adequar para as OE, o procedimento de supervisão sobre a OP.

Ainda referente às OE, ressalta-se que algumas atividades já foram iniciadas pela equipe recém-constituída para realização de inspeções de supervisão em SST e meio ambiente nessas obras realizadas pelas subcontratadas da NE (ver **Seção 4.2.1.3**), porém ainda não foram disponibilizados registros dessas avaliações.

Quanto ao Padrão de Sistema para Tratamento de Não Conformidades, no período anterior (1º RSAP) foram realizados ajustes no conteúdo do documento, visando a promover maior celeridade ao processo de identificação e tratamento dos desvios identificados. Conforme informado no 2º RSAP, nesse período foram realizados treinamentos focados na metodologia prevista no PS revisado. Também foi informado que o fluxo dos registros de não conformidades foi parametrizado dentro do Sistema de Gestão de Projetos (SGP), que possibilita promover alertas a todos os envolvidos, desde a abertura da Não Conformidade (NC) até o seu encerramento.

Outra ferramenta utilizada pela NE para gestão do empreendimento é o Sistema de Informação Georreferenciada Ambiental (SIG-A), atualmente em fase de implementação. Conforme exposto no relatório anterior, trata-se de um conjunto de sistemas computacionais responsáveis pelo envio, recebimento, aprovação, publicação e visualização dos dados brutos coletados em campo a partir das campanhas dos diferentes planos, programas e projetos que compõem o PBA da UHE Belo Monte. Esse sistema subsidia ainda um sistema de alerta para toda a NE, o qual informa as demandas aos responsáveis pelas áreas específicas.

De acordo com o 2º RSAP, entre os meses de janeiro e junho de 2013 a equipe envolvida na operacionalização do SIG-A trabalhou na inserção de dados ambientais gerados em campo e na melhoria na estruturação e funcionamento do SIG-A.

Ressalta-se que a aplicação dessa ferramenta ainda não foi evidenciada pela equipe da consultoria socioambiental, conforme disposto no **Capítulo 9.0**.

3.1.2

Sistema de Gestão de SST

O Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) da NE foi estruturado de modo que a responsabilidade pela sua implantação seja do CCBM. Entretanto, nessa sistemática, a gestão de suas contratadas (Obras do Entorno e executoras do PBA) e da própria NE fica sem controle. Nesse contexto, a consultoria independente tem emitido recomendações para que a NE estruture um Sistema de Gestão que incorpore suas atividades, as das OP, das OEs e das executoras dos programas do PBA.

Documentos do Sistema de Gestão de SST

No segundo trimestre de 2013 (01/04/2013), a revisão do “Plano Diretor de Saúde e Segurança no Trabalho” foi submetida à aprovação da Diretoria de Gestão (DG) e, de acordo com o 2º RSAP, o mesmo continua aguardando aprovação. Esse documento tem como objetivo estabelecer os critérios e as normas que regulamentam a sua aplicação

aos contratados diretos e indiretos, terceiros, prestadores de serviço e colaboradores da NE.

Ao analisar essa minuta do documento revisado, verificou-se que em alguns pontos o mesmo foge da estrutura de “Plano Diretor”. Um exemplo disso é o detalhamento com certa profundidade do tema “Gerenciamento de Acidentes, Incidentes e Desvios”. Sugere-se, diante disso, que a NE estruture seu Sistema de Gestão em níveis de documentos, como, por exemplo: Nível 1: Política; Nível 2: Manual; Nível 3: Procedimentos; Nível 4: Instruções de Trabalho; Nível 5: Formulários; e, outros que se fizerem necessários.

Durante a análise do referido Plano e dos demais documentos referentes a SST, disponibilizados pela NE para elaboração deste Relatório, não foi possível evidenciar sua integração com o sistema de gestão de Meio Ambiente (SGA). Somado a isso, o 2º RSAP (abril a junho de 2013) traz poucas informações a respeito do Sistema de Gestão da NE, focando muito mais na Obra Principal (OP).

Os relatórios do período que comprovariam o “processo contínuo de aperfeiçoamento do sistema de gestão” não demonstram a existência de gestão suficientemente estruturada da NE sobre todas as suas contratadas, existindo apenas foco nas OP, sob responsabilidade do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM).

Essa situação passou a mudar a partir de maio de 2013 (fato não reportado no 2º RSAP) através da adoção de controle de dados estatísticos no âmbito do Resumo Estatístico Mensal – REM¹ das OEs. Ainda, a partir de setembro de 2013, o que também coincide com a contratação de mais 5 (cinco) Técnicos de Segurança para supervisão das OEs, deverá ocorrer o primeiro monitoramento planejado sobre as atividades (a ser reportado no próximo RSAP).

Esse monitoramento está descrito na minuta da Norma “Inspeção, Supervisão e Auditoria de Saúde e Segurança do Trabalho”. Apesar de ainda ser uma minuta, a equipe de Supervisão das OEs já está adotando a rotina ali proposta. Esta norma ainda encontrava-se em aprovação até o fechamento deste relatório.

Sugere-se que o REM das contratadas da NE seja incluído como anexo aos próximos RSAP, além das ações da NE sobre as empresas contratadas para execução das OE e para as atividades do PBA.

Durante as vistorias de campo do período de 02 a 06/09/13 foi possível evidenciar o início de gestão estruturada para as contratadas da NE; porém, esse ainda não ocorre de forma estruturada e planejada, por inexistir um procedimento de supervisão aprovado. Como consta no relatório anterior, a gestão deve abranger todas as fases de um sistema, ou seja, Planejamento, Implantação, Verificação e Ação para retroalimentação, e contemplar todas as contratadas sob gestão da NE.

¹ Os dados estatísticos no âmbito do REM se referem às horas trabalhadas, número de acidentes com e sem afastamento, dias perdidos e debitados e incidentes.

Apesar desse contexto, diversas ações de acompanhamento e supervisão puderam ser observadas na OP e demais contratadas. No caso da OP, a Equipe de SST – OP possui apoio da EPBM desde o primeiro trimestre de 2013. No caso das demais contratadas (OEs e executoras dos programas do PBA), pôde-se observar, na visita de setembro de 2013, grande atuação da Equipe de SST – OE nas rotinas de supervisão e acompanhamento das atividades.

Cabe ressaltar a informação sobre os trâmites de contratação, pela NE, de uma empresa específica para a Coordenação do PAC, o que inclui uma equipe de SST para coordenação dos dois projetos de SST contidos no Plano Ambiental da Construção.

Rotinas de Supervisão de SST da Obra Principal (OP) – NE/EPBM

Como descrito anteriormente, a NE supervisiona as exigências contratuais e legais de SST da OP por meio de uma empresa contratada, a EPBM.

Os resultados das inspeções realizadas no período são apresentados e discutidos no **Capítulo 4.0**. Nota-se que no período anterior (janeiro a março), as atividades de supervisão sobre a OP não seguiam uma programação específica. Essa situação foi alterada em função da estruturação e início de atuação do EPBM, o que pode ser evidenciado pela apresentação do “Plano de Ações de Segurança do Trabalho do EPBM”, onde constam ações, responsáveis, periodicidades e atividades monitoradas para supervisão, bem como pela apresentação do Relatório Mensal de Segurança do Trabalho emitido pela EPBM e registros de reuniões periódicas com a presença da mesma.

Em relação às auditorias internas de SST, foi apresentada, no 2º RSAP, a minuta da Norma para “Inspeção, Supervisão e Auditoria de Saúde e Segurança do Trabalho” da NE para as atividades de SST, destacando-se os seguintes instrumentos de controle: definição de responsabilidades, planilha de gestão de desvios de incidentes de trabalho; modelo de registro de desvios; modelo de relatório de acidentes e incidentes; modelo de auditoria, entre outros instrumentos, e os respectivos REM - Relatórios Estatísticos Mensais, que consolidam as informações das contratadas do período de maio a julho de 2013. Destaca-se ainda o procedimento de Comunicação e Análise de Incidentes em versão preliminar, o qual está em processo de validação pela Diretoria de Gestão da NE.

Rotinas de Supervisão de SST das Obras de Entorno (OEs) e demais contratadas – NE

No período foi contratado pela NE um Engenheiro de Segurança para coordenação das atividades de fiscalização das OE. Este profissional passou a contar com uma equipe própria (5 Técnicos de Segurança do Trabalho) a partir de setembro de 2013, fora do período de abrangência deste relatório.

Levando-se em consideração que a Norma para “Inspeção, Supervisão e Auditoria de Saúde e Segurança do Trabalho” contempla as atividades relacionadas à OP, recomenda-se que ela defina claramente a estrutura de SST, suas responsabilidades, sua hierarquia (a equipe de SST dedicada às OP e aquela dedicada às demais contratadas

estão subordinadas a Diretorias distintas), como se dará o fluxo de comunicação para as questões de SST entre as equipes, como deverá ocorrer a consolidação das informações, definição da responsabilidade de gestão dos funcionários da própria NE, e outras informações que se fazem necessárias.

3.1.3

Estrutura Organizacional

No período de monitoramento deste relatório não foram identificadas alterações significativas na estrutura organizacional apresentada no relatório anterior.

Conforme já mencionado na Seção 3.1, destaca-se que está em constituição o NAC – Núcleo de Análise Crítica do PGA, formado por uma equipe de consultores especializados, cujo objetivo será acompanhar os procedimentos e resultados das atividades da NE, em cumprimento ao estabelecido no PBA e demais documentos que regem os compromissos da empresa.

O escopo geral dos serviços a serem prestados pelo NAC refere-se ao:

- Acompanhamento e Análise Crítica do andamento e dos resultados das atividades dos Planos, Programas e Projetos do PBA da UHE Belo Monte;
- Apoio à Gestão de Conformidade;
- Atendimento Legal e Normativo; e
- Realização de Inspeções Periódicas de Campo.

Em relação à supervisão ambiental das obras por parte da NE, foi emitido, em junho de 2013, um Termo de Referência (TR-001-2013-GCT-3.0-PAC-R0) para contratação de empresa específica para a Coordenação dos 6 (seis) Programas que compõem o PAC. As responsabilidades dessa empresa são: i) fiscalização de campo; e, ii) coordenação técnica dos trabalhos. Já os produtos a serem apresentados pela mesma traduzem-se em relatórios (mensal, trimestral e semestral), registros e planos de ação.

A equipe dessa coordenação será composta por 13 profissionais:

- 1 (um) Coordenador Técnico Geral (Engenheiro);
- 1 (um) Analista Técnico de Planejamento e Logística (Engenheiro ou Geógrafo);
- 1 (um) Engenheiro Florestal ou Agrônomo;
- 2 (dois) Engenheiros Florestais ou Agrônomo;
- 2 (dois) Engenheiros Sanitarista ou Ambiental;
- 1 (um) Engenheiro de Segurança de Trabalho;
- 2 (dois) Técnico de Segurança de Trabalho; e,
- 1 (um) Sociólogo, Pedagogo ou profissional de nível superior.

Já para as Obras do Entorno (OE), a supervisão nas áreas de SST e Meio Ambiente fica a cargo de equipe da própria da NE, diretamente ligada à Superintendência das Obras de Entorno, a qual conta hoje com um Coordenador de SST e 6 integrantes, sendo 5

técnicos de segurança e 1 analista ambiental. Mesmo que o número de profissionais de segurança seja superior, foi afirmado pelo coordenador, durante a inspeção de campo de setembro, que as questões de Meio Ambiente serão igualmente verificadas em campo pelos profissionais de SST (utilizando um *checklist* de orientação, que ainda não se encontra finalizado).

O monitoramento das OE foi iniciado no período entre abril e junho de 2013, sendo realizado apenas pelo coordenador e um integrante da equipe, já que o restante da equipe foi contratado apenas em setembro. Nesse monitoramento foram avaliados somente os aspectos quantidade de funcionários e acidentes reportados, o que é discutido no **Capítulo 4.0**, adiante.

3.2

Sistema de Gestão do CCBM

Para gerenciamento das obras da UHE Belo Monte, o CCBM estruturou um Sistema de Gestão Integrado de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde, Segurança e Responsabilidade Social (QMSSRS) que, de modo geral, está alinhado com os requisitos das Normas ISO 9001, 14001, OSHAS 18001 e SA 8000.

No 2º RSAP não constam informações a respeito da emissão de novos procedimentos no âmbito do Sistema de Gestão Integrada (SGI) do CCBM, ou seja, a estrutura apresentada no Relatório de *Due Diligence* continua em vigor. O CCBM, como diversas vezes reportado, possui um Sistema de Gestão robusto, suficiente para se autorregular e melhorar continuamente.

A manutenção dos controles operacionais estabelecidos no arcabouço do SGI do CCBM é apresentada no **Capítulo 4.0**, que retrata as atividades em andamento para controle e monitoramento dos aspectos relacionados a meio ambiente, saúde e segurança do trabalho.

No 2º RSAP, Anexo 5.1-2, foi disponibilizado o “Plano de Ação – Ações Diversas da Equipe de Gestão do SGI”, relativo às ações diversas da equipe de Gestão do SGI relativas ao período de abril a junho de 2013, onde podem ser observadas as atividades planejadas para cumprimento das metas estabelecidas para SGI do CCBM. As ações referem-se à intensificação de treinamentos, pesquisas sobre a satisfação dos funcionários, atendimento a requisitos legais, entre outros diversos itens associados ao atendimento dos indicadores de Gestão do CCBM. Observa-se, no Plano citado, que para o período analisado, 36% das ações foram concluídas, 64% das ações estavam dentro do prazo e 43% das ações estão como o cronograma comprometido; porém, essas ações (itens 15 a 20) não foram citadas no Plano de Ação, dificultando a visualização do escopo dessas atividades.

Ressalta-se que nos documentos disponibilizados para emissão do deste 2º relatório de monitoramento não foram evidenciados registros relacionados às auditorias internas realizadas pelo próprio CCBM no período. O 2º RSAP mencionou a ocorrência de uma

auditoria interna para o sítio Canais e Diques no mês de janeiro de 2013, fora, portanto, do período deste relatório.

Em relação a auditorias realizadas pela EPBM no SGI do CCBM, foi realizada, nos dias 22 e 23/05/13, auditoria no Sistema de Gestão Integrada do CCBM, com foco na Gestão da Qualidade. Foram auditados os processos: Alta Direção, Gestão da Qualidade, Contratação de Serviços Terceirizados, Planejamento e Controle, Técnico (Engenharia), Execução de Obras, Projeto Executivo, Manutenção de Equipamentos e Instalações, e Laboratório de Materiais, nos sítios Belo Monte e Pimental. Foram identificadas e registradas 24 (vinte e quatro) não conformidades e 09 (nove) Observações.

A auditoria levantou os seguintes “pontos fortes” do SGQ do CCBM:

- Receptividade e transparência do pessoal auditado;
- Organização da Manutenção;
- Gestão à vista bastante utilizada (comunicação);
- Estrutura física excelente e organizada.

Conforme informado no 2º RSAP, estavam programadas outras auditorias no Sistema de Gestão Integrada do CCBM, que deveriam ocorrer nos períodos de 05 a 09/08/13 e 14 a 18/10/13. A realização das mesmas será verificada na próxima missão.

Os dados referentes às inspeções ambientais e de saúde e segurança do trabalho realizadas no período são apresentados no **Capítulo 4.0**.

3.2.1

Estrutura Organizacional do CCBM

No período de monitoramento desse relatório não foram identificadas alterações significativas na estrutura organizacional do CCBM apresentada no relatório anterior. Embora o Supervisor de SST do Sítio Belo Monte tenha deixado o CCBM em julho de 2013, tendo sido substituído por outro profissional em setembro de 2013, durante a inspeção de campo não se observou perda de desempenho por este motivo.

4.0

Desempenho Ambiental, Social e de Saúde e Segurança do Trabalho da Construção

O presente Capítulo tem por objetivo apresentar o desempenho socioambiental e de saúde e segurança das atividades construtivas de implantação da UHE Belo Monte no período de abril a junho de 2013.

Primeiramente, na **Seção 4.1**, são apresentados dados sobre o avanço da construção das obras principais e das obras fora do site da UHE Belo Monte (obras do entorno). Na sequência, na **Seção 4.2**, é apresentada a análise do desempenho ambiental das obras da UHE Belo Monte, com informações sobre a implementação das medidas de controle

estabelecidas em Programas do Plano Ambiental de Construção – PAC. O PAC da UHE Belo Monte, conforme disposto no PBA, inclui os seguintes Programas:

- Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI)
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
- Programa de Capacitação de Mão de Obra
- Programa de Saúde e Segurança
- Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores
- Programa de Desmobilização de Mão de Obra

Na **Seção 4.2**, que trata do desempenho ambiental das obras de implantação da UHE Belo Monte, será verificada a implementação das medidas relativas aos Programas de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI) e de Recuperação de Áreas Degradadas. As medidas previstas no Programa de Saúde e Segurança do PAC serão descritas na **Seção 4.3**, onde se avalia o desempenho de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) das atividades construtivas de implantação da UHE Belo Monte. Em relação aos demais programas do PAC, a avaliação do andamento é apresentada no **Capítulo 6.0 – Andamento dos Programas do PBA**.

Na **Seção 4.4** será avaliado também o desempenho do empreendimento com relação às condições do trabalho.

A análise do desempenho ambiental, social e de Segurança do Trabalho da Construção baseou-se nos resultados reportados pela NE no seu 2º RSAP, em dados coletados nas inspeções de campo realizadas entre 02 e 06 de setembro de 2013, e em documentos complementares solicitados e enviados pela NE (ver Lista de Documentos Analisados no **Anexo 1** e Reuniões e Inspeções Realizadas no **Anexo 2**).

4.1

Sumário do Status da Construção

As Seções a seguir apresentam o status das Obras Principais e das Obras do Entorno, tendo como referência o mês de junho de 2013. As informações utilizadas para essa descrição foram obtidas no 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA para o IBAMA e no Relatório de Acompanhamento Mensal elaborado para a ANEEL, de junho de 2013.

4.1.1

Obras Principais

Segundo documentação encaminhada pela NE, o status das obras principais com data de corte em junho de 2013 era o seguinte:

Sítio Belo Monte

Serviços em andamento:

- Melhorias no acesso pelo Travessão 52: 95% dos serviços concluídos.
- Melhoria do acesso ao Porto Fluvial.
- Implantação do Canteiro Definitivo:
 - Construção das edificações (99% concluída);
 - Implantação da oficina e pátios industriais (99% concluída).
- Construção do Porto Fluvial (55% dos serviços concluídos).
- Construção da Vila Residencial de Belo Monte (11% dos serviços concluídos).
- Escavações na Casa de Força, Tomada de d'água, Área de Montagem, Muro de Fechamento e Canal de Fuga: executados cerca de 9.200.000 m³ de escavação comum e 8.400.000 m³ de escavação em rocha.
- Serviços na Barragem de Fechamento Esquerda: executados cerca de 1.400.000 m³ de escavação comum, 3.500 m³ de escavação em rocha e 750.000 m³ de aterro.
- Escavações na Barragem de Fechamento Direita: executados cerca de 400.000 m³ de escavação comum e 1.000 m³ de aterro.
- Barragem Vertente do Santo Antônio: foram realizados cerca de 78.000 m³ de escavação comum.
- Lançamento de concreto na Tomada d'água: foram lançados 932.000 m³ de Concreto Compactado a Rolo - CCR e 12.000 m³ de Concreto Convencional - CCV.
- Lançamento de concreto no Muro lateral esquerdo: foram lançados 50.000 m³ de CCR e 10.000 m³ de CCV.
- Lançamento de Concreto Convencional – CCV na Casa de Força/Área de Montagem: foram lançados 14.000 m³.

Serviços concluídos:

- Terraplenagem no Canteiro Definitivo.
- Ensecadeira de 2ª fase no Canal de Fuga (concluída em 23/02/2013).

Sítio Pimental

Serviços em andamento:

- Melhorias no acesso pelo Travessão 27: 74% dos serviços concluídos.
- Implantação do Canteiro Definitivo e Acampamento da Margem Esquerda:
 - Construção das edificações (96% concluída);
 - Implantação de oficinas e pátios industriais (73% concluída).
- Construção do Canteiro Industrial na ilha Marciana.
- Construção da ensecadeira do Canal Central: lançados 3.600.000 m³ de aterro (acessos e ensecadeiras). A ensecadeira do canal central está na cota 93,50 e será complementada para a cota de projeto 95,20 no período de seca deste ano. Como na

época das chuvas (dez. 2012/março 2013) a vazão não atingiu um volume que ameaçasse a cota de segurança, a ensecadeira pôde ficar na cota 93,50.

- Construção do Sistema de Transposição de Embarcações na margem direita: em 10/01/2013 foram iniciadas as escavações comum e em rocha das estruturas.
- Construção das estruturas de montante definitivas, e acesso do pier, estruturas de apoio no sistema de transposição de embarcações na margem direita.
- Escavações no Vertedouro: executados cerca de 1.400.000 m³ de escavação comum e 1.300.000 m³ de escavação em rocha.
- Escavação do Sistema de Transposição de Peixes: executados cerca de 9.300 m³ de escavação comum e 3.700 m³ de escavação em rocha.
- Escavação da Barragem Lateral Esquerda: executados cerca de 307.000 m³ de escavação comum e 46.000 m³ de aterro.
- Lançamento de concreto na Área de Montagem e Casa de Força/Tomada d'água: foram lançados 15.000 m³.
- Lançamento de concreto no Vertedouro, blocos VT 13, 14, 15, 16 e 17: foram lançados 3.200 m³.
- Aterro da Subestação 230/69/13,8kV.

Serviços concluídos:

- Terraplenagem no Canteiro Definitivo e Acampamento da Margem Esquerda.
- Escavações na Tomada d'água/Casa de Força, Canal de Fuga e Canal de Adução: executados cerca de 46.000 m³ de escavação comum e 450.000 m³ de escavação em rocha. Concluídas em 13/04/2013.

Canal de Derivação

Serviços em andamento:

- Implantação do Canteiro Definitivo e Acampamento da Margem Esquerda:
 - Construção das edificações (99% concluída);
 - Implantação de oficinas e pátios industriais (99% concluída).
- Escavação comum: escavados cerca de 23.700.000 m³;
- Escavação em rocha: escavados cerca de 3.650.000 m³;
- Aterro: lançados cerca de 2.500.000 m³;
- Revestimentos dos taludes: executados cerca de 220.000 m³.

Serviços concluídos:

- Terraplenagem no Canteiro Definitivo.

Obras do entorno do canal - Manejo dos Igarapés (bacias) e bota-foras

Serviços em andamento:

- Ensecadeiras provisórias: lançamento de 77.000 m³ de aterro;

- Diques de contenção dos igarapés – DCI;
- Diques de fechamento e amortecimento: executados cerca de 54.000 m³ de Escavação comum e cerca de 87.000 m³ de aterro;
- Sistema Di Maria: executados cerca de 22.600 m³ de escavação comum e cerca de 246.000 m³ de aterro nos diques de contenção e nos aterros de conformação dos canais de drenagem;
- Sistema Galhoso - (Canais + dique contenção de igarapé) Bacias 05/06; 07, 08, 09, 10, 28, 29, 30, 31, 32 e 33: executados cerca de 370.000 m³ de escavação comum e cerca de 1.800.000 m³ de aterro nos diques de contenção e nos aterros de conformação dos canais de drenagem;
- Sistema Ticaruca: executados cerca de 590.000m³ de escavação comum, cerca de 60.000 m³ de revestimento dos canais, e cerca de 1.650.000 m³ de aterro nos diques;
- Sistema Paquiçamba: executados cerca de 420.000 m³ de escavação comum, cerca de 75.000 m³ de escavação em rocha, cerca de 40.500 m³ de revestimento dos canais e cerca de 1.060.000 m³ de aterro nos diques de Contenção.

Canais de Transposição, Enchimento e Diques

Serviços em andamento:

- Melhorias no acesso pelo Travessão 55: 93% dos serviços executados.
- No canteiro:
 - Construção das edificações (99% concluída);
 - Implantação de oficinas e pátios industriais (99% concluída).
- Serviços de supressão vegetal, decapeamento e construção da galeria de desvio do igarapé nos Diques 6A,6C,13,14A,14B,14D ,14F;14G.18,19B,19C,19D,19E,27,28 e 29. Foram executados cerca de 1.210.000 m³ de escavação comum, 16.500 m³ de escavação em rocha e 230.000 m³ de aterro.
- Serviços de supressão vegetal e de escavação comum dos canais de transposição: escavados cerca de 72.000 m³.

Serviços concluídos:

- Terraplenagem no Canteiro.

Obras em Altamira

- Em andamento a construção das 120 casas da Vila Residencial de Altamira.

4.1.2

Obras do Entorno

As obras em implantação pela NE para atendimento às condicionantes 2.10 a 2.13 da LI 795/2011, denominadas de Obras do Entorno, envolvem infraestrutura de saneamento (água, esgoto, drenagem, aterro sanitário) e equipamentos de saúde e educação nos municípios da AID.

O Quadro a seguir apresenta o status da implantação dessas obras por município, conforme reportado no 4º Relatório Consolidado do PBA para o IBAMA, e observado durante a vistoria de campo de setembro de 2013.

Altamira

Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário

- Convênio entre NE e COSANPA assinado;
- Obtenção de LP e LI;
- Empresa contratada para elaboração de projeto executivo (fase de conclusão) e execução da obra;
- Finalização do projeto básico da infraestrutura de água e esgoto, o qual foi aprovado pela Cosanpa;
- Projeto executivo da rede de distribuição de água e de coleta de esgoto vem sendo aprovado em etapas;
- Aprovação parcial das obras pela Secretaria Municipal de Viação e Obras – SEOVI, na segunda quinzena de junho, permitindo o início as obras;
- Realização de reuniões com a Cosanpa e com a municipalidade;
- Novo ciclo de relacionamento institucional devido à mudança na administração municipal;
- Elaboração de diretrizes de gestão de tráfego, com medidas de âmbito institucional, organizacional e operacional a serem implantadas durante o período das obras.

Aterro Sanitário

- Obtenção de LP e LI;
- Obras já contratadas e com Ordem de Serviço emitida para início da execução;
- Conclusão prevista para dez/2013 (com 18 meses de atraso em relação à data da condicionante do IBAMA. Foi solicitada prorrogação ao órgão ambiental). Finalização do projeto executivo;
- Início das obras;
- Finalização da construção de alojamento e refeitório, e andamento da construção dos galpões de triagem;
- Solicitação de revisão do projeto pela nova gestão municipal.

Remediação do Lixão

- Obtenção de LP e LI;
- Empresa contratada e executando o serviço desde ago/12;
- 2 das 5 células já estão concluídas, fechadas, recobertas com camada vegetal (grama) e com drenos de gases instalados. A 3ª célula (B) encontra-se em fase final de operação, recebendo atualmente os resíduos gerados, e a 4ª célula (E) está em escavação;
- A remediação tinha finalização prevista para meados de 2013. Porém, observou-se que a capacidade de compactação dos resíduos e do solo foi maior que a estimada em projeto, permitindo a ampliação da capacidade de receber resíduos. Encontra-se em fase de elaboração novo estudo para determinação desse potencial;
- Reapresentação dos projetos para a nova administração municipal;
- Instalação da autoclave;

- Ampliação do uso do galpão para triagem de resíduos;
- Realização de capacitação dos catadores - Oficinas de Cooperativismo e Associativismo e de Procedimentos e Técnicas de Reuso e Reciclagem;
- Realização de campanha e ações socioeducativas com a população de Altamira em interface com o Programa de Educação Ambiental de Belo Monte;
- Realização, no período, de 767 eventos com enfoque socioeducativo, somando 1.277 pessoas atendidas. A maior parte das ações (754) foi voltada à sensibilização, por meio de visitas de moradores (702 pessoas). Também foram realizadas sete atividades de alcance coletivo, onde participaram 575 pessoas. Em conjunto, foram distribuídos 6.315 materiais didáticos;
- Realização de limpeza dos materiais depositados ao longo de aproximadamente 5,0 km nas margens da Transamazônica, no trecho urbano das cercanias da via de acesso ao lixão. O resultado foi a retirada de 1.000 m³ de resíduos sólidos;
- Disponibilização de 20 kits de lixeiras para coleta seletiva instalados em Altamira.

Drenagem Urbana

- Estudo de macrodrenagem concluído;
- Obtenção de LP e LI;
- Discussão em curso com a Prefeitura para compatibilização dos cronogramas e formas de execução das obras de drenagem urbana, de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Educação

- Do total de 38 obras em educação previstas para este município, há, em junho de 2013, 10 escolas construídas, 6 em andamento, 1 em fase de contratação, 9 em fase de elaboração ou readequação do projeto e 12 em análise de suficiência (sendo 1 universidade e 7 escolas rurais).
- Data prevista para conclusão de todas as obras - março/2014.

Saúde

- Do total de 6 equipamentos de saúde previstos para este município, há, em junho de 2013, 3 construídos, 2 em andamento, e 1 em fase de elaboração do projeto.

Vitória do Xingu

Abastecimento de Água e ETA

- Obras em andamento, realizadas pela Prefeitura Municipal;
- NE deverá complementar a rede, de forma a abranger toda a sede municipal;
- Data prevista para conclusão - junho/2014;
- Envio das cartas CE-NE-124-2013-DS-SSE e CE 261/2013-DS-SSE solicitando informações à Funasa sobre o cronograma das obras, dados técnicos, licenciamento ambiental e aspectos administrativos. As informações ainda não foram encaminhadas à NE;
- Realização de contínuas visitas técnicas nas obras executadas pela Prefeitura.

Esgotamento Sanitário e ETE

- Conclusão do Projeto Executivo;
- Empresa contratada e executando o serviço, cujo término está previsto para agosto/13.
- Início das etapas para implantação do sistema e o acompanhamento das obras;
- Estão em implantação as obras da rede coletora;
- Readequações no projeto para a localização de novas Estações de Tratamento de Esgoto – ETE, uma vez que as áreas eleitas no primeiro projeto ficavam alagadas em decorrência da elevação do nível d'água dos igarapés Facão e Gelo, além de alguns pontos no trajeto previsto para o interceptor de esgoto foi ocupado por moradias irregulares;
- Escolha de novas áreas para instalação das ETEs e do interceptor (obras serão iniciadas no próximo período).

Aterro Sanitário

- Conclusão do projeto executivo;
- Obtenção de LP e LI;
- Início das obras em fase inicial, com a 1ª célula já aberta, com sistema de drenagem, impermeabilizada e com sistema para drenagem de gases;
- No final de março de 2013, com a conclusão da 1ª célula, o aterro iniciou sua operação com capacidade para receber o equivalente a 8 meses de resíduos sólidos;
- Estão em andamento as construções das estruturas de apoio da guarita e do galpão para triagem;
- Conclusão prevista para junho/2014 (com 18 meses de atraso em relação à data da condicionante do IBAMA. Foi solicitada prorrogação ao órgão ambiental).

Drenagem Urbana

- Empresa contratada e executando o serviço;
- As obras de drenagem na sede municipal estão ocorrendo em paralelo às obras do sistema de esgotamento sanitário, terraplenagens e pavimentação.
- Conclusão prevista para agosto/2013 (com 8 meses de atraso em relação à data da condicionante do IBAMA. Foi solicitada prorrogação ao órgão ambiental).

Educação

- Do total de 31 obras em educação previstas para este município, há, em junho de 2013, 19 escolas (a maior parte rural) e 12 em análise de suficiência (4 rurais).
- Data prevista para conclusão de todas as obras - março/2014.

Saúde

- Do total de 13 equipamentos de saúde previstos para este município, há, em junho de 2013, 6 construídos, 1 em andamento e 6 em análise de suficiência.

Belo Monte e Belo Monte do Pontal

Abastecimento de Água

- IBAMA solicitou elaboração de projetos executivos para captação superficial, ETA e reservação.
- Os projetos de engenharia foram elaborados;
- Apresentação e discussão dos projetos de captação superficial de água das localidades às Prefeituras de Vitória do Xingu e Anapu;
- Solicitação da emissão de LP e LI. Processo em tramitação na SEMAT de Vitória do Xingu;
- Aprovação pelas Prefeituras de Anapu e de Vitória do Xingu dos projetos a serem implantados em Belo Monte do Pontal e em Belo Monte, respectivamente;
- Início do processo de contratação das obras e aquisição das áreas necessárias para implantação do projeto;
- Em atraso em relação à data da condicionante do IBAMA (março/2012).

Esgotamento Sanitário

- Obras da rede de esgotamento estão concluídas, com 1 ano de atraso em relação à data da condicionante do IBAMA (março/2012);
- Finalização da instalação das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE, das Estações Elevatórias-EE e da implantação das linhas de recalque;
- Solicitação do apoio das administrações municipais para a efetivação das ligações nos domicílios das duas localidades;
- Reiteração, junto à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, do pedido de inclusão das localidades

no Projeto de Melhorias Sanitárias Domiciliares – MSD.

Aterros Sanitários

- Acordo entre NE, CCBM e Prefeituras para disposição dos resíduos das localidades no aterro do Sítio Belo Monte, até a implantação dos respectivos aterros;
- Acordo com as Prefeituras para construção de galpões de triagem nas localidades;
- Em Belo Monte foi disponibilizado pela prefeitura um galpão para separação de resíduos;
- Foi retomado e acordado com o município de Vitória do Xingu a implantação de um aterro sanitário na localidade de Belo Monte. Está em andamento a prospecção de áreas para aquisição e posterior readequação do projeto já apresentado;
- Em Belo Monte do Pontal, o galpão de triagem está concluído.
- A NE continua com os esforços para realização da triagem, do transporte e disposição final dos resíduos até a solução definitiva para a disposição de resíduos sólidos de Belo Monte do Pontal;
- Encontra-se em andamento o processo de regularização da destinação dos resíduos entre Anapu (Belo Monte do Pontal) e Vitória do Xingu (Belo Monte);
- Implantação dos aterros em atraso em relação à data da condicionante do IBAMA (março/2012);
- Desenvolvimento das atividades de sensibilização da população. Em Belo Monte, no primeiro semestre de 2013, foram realizadas 883 visitas e 2 oficinas de Reaproveitamento de Materiais, com a participação de 49 residentes. Em Belo Monte do Pontal houve 648 visitas e 2 oficinas de reaproveitamento de materiais, para 173 pessoas.

Drenagem Urbana

- Projeto executivo para a Vila de Belo Monte concluído, empresa executora contratada e obras iniciadas no final de novembro/12;
- Em Belo Monte do Pontal, as intervenções tiveram início efetivo em 08/04/13. Para agilizar as obras, a NE incluiu as obras em Belo Monte do Pontal no contrato com a empresa S.A Paulista, que está executando as obras na sede de Vitória do Xingu. Essa empresa também realizará a pavimentação em ambas as localidades.

Anapu

Educação

- Do total de 8 obras em educação previstas para este município, há, em junho de 2013, 4 construídas, 3 em fase de elaboração de projeto e 1 em análise de suficiência.

Saúde

- Do total de 11 equipamentos de saúde previstos para este município, há, em junho de 2013, 8 construídos, 1 em fase de contratação, e 2 em análise de suficiência.

Brasil Novo

Educação

- Todas as 8 obras em educação previstas para este município encontram-se concluídas.

Saúde

- Do total de 8 equipamentos de saúde previstos para este município, há, em junho de 2013, 5 construídos e 3 em andamento.

Senador José Porfírio**Educação**

- Do total de 7 obras em educação previstas para este município, há, em junho de 2013, 4 construídas, 1 em andamento, 1 em fase de contratação, e 1 em análise de suficiência.

Saúde

- Todos os 5 equipamentos de saúde previstos para este município estão concluídos.

Pacajá**Saúde**

- O equipamento de saúde previsto para este município está construído.

4.2**Desempenho Ambiental da Construção**

No presente Capítulo serão abordadas as medidas correspondentes aos Programas de Controle Ambiental Intrínseco e de Recuperação de Áreas Degradadas, ambos parte do PAC, cujo andamento pôde ser observado no 2º RSAP, no 4º Relatório Consolidado do PBA para o IBAMA, e durante a inspeção de campo de 02 a 06 de setembro de 2013.

4.2.1**Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI)**

Na presente avaliação foram consideradas todas as evidências, sejam apresentadas na documentação ou coletadas nas inspeções de campo, que demonstrem a conformidade das atividades construtivas em relação às diretrizes e medidas previstas para as principais frentes de obra/atividades elencadas no PCAI e que se encontram listadas a seguir:

- Vias de Acesso;
- Canteiros de Obra e Acampamentos;
- Subestações e Linhas de Transmissão de Atendimento às Obras e para o Escoamento da Energia das Casas de Força da UHE Belo Monte;
- Áreas de Empréstimo, Jazidas, Bota-Foras e Estoques;
- Tráfego, Transporte e Operação de Máquinas e Equipamentos;
- Transporte de Trabalhadores e de Máquinas e Equipamentos;
- Manejo de Substâncias Perigosas;
- Sistema de Abastecimento de Água de Canteiros e Alojamentos;
- Tratamento e Controle de Efluentes Líquidos Gerados nos Canteiros e Alojamentos;
- Gerenciamento e Disposição de Resíduos Sólidos nos Canteiros e Alojamentos.

Objetiva-se que os resultados da análise da conformidade com as medidas do PCAI possam subsidiar a avaliação de desempenho ambiental das atividades de construção do empreendimento.

A responsabilidade direta pela execução das ações de controle ambiental previstas no PCAI para as obras principais é do CCBM, e, no caso das obras complementares, é das demais construtoras contratadas. Por sua vez, a NE é responsável pela supervisão ambiental dessas obras, de forma a garantir a plena observância das diretrizes estabelecidas no Programa. Mesmo não sendo contempladas no PCAI, as Obras do Entorno também são de responsabilidade da NE. Assim, as atividades de supervisão a serem desenvolvidas pela NE devem se estender às mesmas.

4.2.1.1

Controles Ambientais das Obras Principais

O CCBM, como executora do PAC, emite Relatórios Gerenciais Mensais (RGME) para a NE, os quais são utilizados para acompanhamento das ações executadas pelo Consórcio no âmbito dos Programas que compõem o PAC, bem como para consolidação semestral e produção dos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA para o IBAMA. O envio dos RGME do PAC para análise do consultor socioambiental independente foi solicitado por ocasião da vistoria de campo de setembro, demanda esta que está sendo considerada pela NE.

Enquanto não se tem os RGMEs para análise, as medidas de controle ambiental verificadas são aquelas reportadas no 4º Relatório do PCAI para o IBAMA (resumidas no 2º RSAP), apresentadas a seguir:

- Vias de Acesso
 - Construção de dispositivos de drenagens, incluindo bueiros, canaletas, drenagens profundas, sarjetas, meio fio e descidas de água;
 - Aplicação de cobertura de pedrisco nas vias e realização de constante umectação através de caminhão-pipa, como forma de minimizar a emissão de poeira nos acessos sem pavimentação;
 - Instalação de dispositivos de controle de processos erosivos nos novos acessos, como sistemas de drenagens de águas pluviais, cobertura das vias com pedriscos, implantação de enrocamentos de rochas e outros. Nos acessos já existentes, foi mantido o monitoramento desses dispositivos e a manutenção, quando necessária;
 - Umectação dos acessos por caminhões-pipas;
 - Instalação de sinalização orientativa e de controle nos acessos internos e externos, conforme projeto 3.4.2 – Projeto de Segurança e Alerta;
 - Implantação, nos acessos externos, das medidas de controle ambiental previstas no programa 3.2 – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.
- Canteiros de Obra, Acampamentos
 - Desmobilização das estruturas pioneiras;

- Atividades de urbanização e humanização dos canteiros definitivos (jardinamento dos escritórios definitivos, refeitórios, humanização das áreas comuns dos centros de convivência, plantio de espécies florestais, construção de redários junto aos alojamentos, plantio de espécies arbustivas junto às cercas dos condomínios, construção de canteiros nas áreas de circulação interna dos CAT's);
 - Operação das caixas de decantação e dos corretores de pH da água residual nas Centrais de Concreto;
 - Implantação de sistemas de aspersão de água nas Centrais de Britagem.
- Subestações e Linhas de Transmissão
 - Realização de inspeções e manutenções periódicas em todo o sistema;
 - Instalação de bacias de contenção tanto os geradores alocados nas subestações quanto aqueles instalados nos canteiros, para casos de vazamentos. No caso dos geradores das subestações, além das contenções, estão instaladas caixas separadoras de água e óleo - SAO, para tratar o efluente caso haja algum vazamento;
 - Aumento da periodicidade de manutenção, instalação de bandejas e acompanhamento periódico em campo das torres de iluminação instaladas nos canteiros;
 - Em relação às linhas de transmissão, realização do resgate da fauna e do salvamento do germoplasma, previamente à supressão da vegetação;
 - Nas redes já existentes, realização do monitoramento das galhadas na faixa de domínio e quando possível, do desbaste das mesmas.
- Áreas de Empréstimo, Jazidas, Bota-Fora e Estoque
 - Desbloqueio prévio das áreas pelo IBAMA, para atender à condicionante 2.4 da LI 795/11. As áreas desbloqueadas no período foram: Área de Empréstimo AE-3A e Pedreira Margem Direita – PMD, do Sítio Pimental (Ofício 02001.006772/2013-01 DILIC/IBAMA, de 26/04/13) e Áreas de Empréstimo de Solo E1 e F1, do Sítio Belo Monte (Ofício 02001.007470/2013-42 DILIC/IBAMA, de 15/05/13).
- Tráfego, Transporte e Operação de Máquinas e Equipamentos
 - Plano de Manutenção programada da frota de máquinas e equipamentos, para evitar vazamentos. A manutenção preventiva é feita semanalmente pela equipe de Manutenção de Equipamentos dos canteiros. Durante a inspeção preventiva é verificada a existência de potenciais vazamentos e monitorada a emissão de fumaça preta;
 - Implementação de ações de segurança nos canteiros e acessos, voltadas à prevenção de acidentes durante o tráfego, transporte e operação de máquinas e equipamentos, conforme Projeto 3.4.2 – Projeto de Segurança e Alerta.

- Transporte de Trabalhadores e de Máquinas e Equipamentos
 - Transporte de pessoal em ônibus e vans adequadamente preparados para propiciar segurança aos usuários e periodicamente vistoriados pela Segurança do Trabalho;
 - Fiscalização de aspectos como a obrigatoriedade do porte, pelo motorista, de carteira de habilitação e a adoção de estratégias de transporte para minimizar os distúrbios à comunidade, entre outras medidas de controle;
 - Utilização de carretas tipo pranchas com capacidade compatível com o equipamento a ser transportado, utilização de guindastes para cargas mais pesadas, caminhões *munk* para cargas mais leves e caminhões *brock* para transportar resíduos.
- Manejo de Substâncias Perigosas
 - Instalação de tanques aéreos horizontais para combustíveis com capacidade nominal de 15 m³, dotados de todos os dispositivos de proteção ambiental, com piso impermeável, canaletas de direcionamento do fluxo, separador de água e óleo, extintores, cobertura, *kits* de emergência ambiental, e com bacia de contenção com capacidade de 110% daquela de armazenamento do reservatório;
 - Os tanques de 15 m³ são provisórios, e estão sendo utilizados até que estejam devidamente licenciados os sistemas definitivos de abastecimento de combustíveis. O processo de licenciamento junto à SEMA-PA está em andamento. No mês de junho/13 esteve nos canteiros uma Equipe Técnica da SEMA-PA para uma vistoria *in loco* dos sistemas implantados e obtenção de maiores esclarecimentos sobre as instalações;
 - Solicitação das Fichas de Informações de Segurança do Produto Químico (FISPQ's) aos fornecedores de produtos;
 - Armazenamento e manejo de produtos de acordo com a legislação, normas e regulamentos;
 - Construção dos postos de abastecimento de modo a evitar contaminação do solo;
 - Manuseio de explosivos por funcionários devidamente treinados;
 - Abastecimento em campo realizado pelos caminhões comboios, seguindo as diretrizes do Procedimento Operacional para Abastecimento e Lubrificação em Campo (PO CCBM 220 33);
 - Produtos químicos acondicionados em pequenas embalagens, tais como óleos lubrificantes e graxas, são estocados em locais isolados, com restrição de acesso, sinalizados e com contenção contra vazamentos. As FISPQ's são mantidas junto às substâncias perigosas utilizadas.

No 2º RSAP foi apresentada uma planilha com o controle de anomalias no período de abril a junho de 2013, relacionadas principalmente a vazamentos ou derramamento de óleo. Essa planilha inclui não apenas os registros do CCBM, mas também de empresas subcontratadas do mesmo. Descreve, entre outras informações, o responsável pela área, o potencial de gravidade, os dados do produto derramado (tipo, quantidade, etc), e principalmente as ações de correção adotadas.

- Tratamento de efluentes domésticos e industriais

Foram apresentados no 4º Relatório do IBAMA e no 2º RSAP os resultados referentes aos sistemas de lagoas em série existentes nos Sítios Belo Monte, Pimental e Canais e Diques, e à ETE compacta do Sítio Bela Vista. Segundo informado, as ETE compactas dos Sítios Belo Monte, Pimental e Canais e Diques, utilizadas até o início da operação das lagoas, encontram-se todas desativadas.

As ETE compactas previstas na Ilha Marciana não serão mais instaladas. Pela praticidade na operação do sistema e para possibilitar apenas 1 ponto de monitoramento e lançamento destes efluentes no Rio Xingu, serão instaladas caixas de acumulação dos efluentes nesse local, os quais serão transportados com o auxílio do caminhão limpa fossa para o sistema de lagoas do Sítio Pimental.

Os efluentes são monitorados mensalmente por meio da análise dos seguintes parâmetros: pH (a 20°C); O.D.; Sólidos totais; Turbidez; Coliformes fecais e totais; DBO5; DQO; Nitrogênio amoniacal; Nitrogênio total; Fósforo total; Nitrato; Nitrito. Semestralmente faz-se uma análise mais completa, incluindo metais pesados, óleos e graxas, entre vários outros parâmetros. Os resultados são comparados aos padrões de lançamento da Resolução CONAMA 430/2011.

No 2º RSAP e no 4º Relatório do IBAMA foram apresentados gráficos com o desempenho do tratamento, classificando-o como satisfatório ou não satisfatório, e são incluídos os laudos das análises como anexo. Para o período de abril a junho, observa-se que apenas os resultados de maio e junho da ETE compacta do Sítio Bela Vista não atendem aos limites da CONAMA 430/2011.

Esses relatórios informam também os resultados do tratamento dos efluentes industriais realizado nos decantadores e Separadores de Água e Óleo – SAO. Para o efluente das centrais de concreto há tratamento químico complementar, e esses, depois de tratados, são direcionados para reuso no próprio sistema, não havendo lançamento em corpos hídricos. Os tratamentos em todas as áreas com efluentes industriais encontram-se instalados e em funcionamento, com exceção do decantador da central de concreto definitiva do Sítio Belo Monte e do SAO do *plant* de combustível definitivo do Sítio Canais e Diques, que se encontram em andamento, e do SAO da rampa de lavagem do km 13 do Sítio Canais e Diques, que está em acondicionamento.

Assim como para os efluentes domésticos, o desempenho do tratamento de efluentes industriais foi reportado por meio de gráficos e laudos em anexo do RSAP e do 4º Relatório do IBAMA. Os resultados são comparados também aos padrões de lançamento da Resolução CONAMA 430/2011. Cabe ressaltar que o RSAP apresenta inconsistência em relação aos resultados relatados em gráficos e os laudos apresentados em anexo. Nessa análise foram considerados os resultados dos laudos.

Os laudos apontam, para o período de abril a junho, que do total de 66 laudos para os 4 Sítios (18 de Belo Monte; 24 de Canais e Diques; 9 de Bela Vista; e 15 de Pimental),

apenas o Sítio Belo Monte apresentou resultados insatisfatórios, sendo dois laudos em maio e um em junho. Os resultados que ultrapassaram os limites da CONAMA 430/2011 estão relacionados ao parâmetro óleos e graxas, e foram obtidos na saída dos SAO dos Plants de Combustível I e II e da oficina mecânica/rampa de lavagem definitiva.

Em relação aos resultados dos tratamentos de efluentes domésticos e industriais, recomenda-se que seja feita uma análise crítica nos RSAPs, indicando quais parâmetros não atenderam aos limites estabelecidos na legislação e as possíveis causas para os desvios.

- Tratamento da água para abastecimento

Foram apresentados no 4º Relatório do IBAMA e no 2º RSAP os resultados referentes ao tratamento da água para abastecimento, que são comparados aos parâmetros estabelecidos pela Portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde.

As ETA são monitoradas a cada duas horas para Turbidez, pH e Cloro residual livre; e duas vezes por semana para *Escherichia coli*, Coliformes Totais, Cloro residual livre e pH. Semestralmente é realizada uma análise completa, com todos os parâmetros estabelecidos na Portaria MS 2914/2011. Já os bebedouros são monitorados semanalmente para *Escherichia coli* e Coliformes Totais.

Para os 4 Sítios construtivos foram apresentados gráficos com o desempenho do tratamento no período de abril a junho, e laudos das análises das ETA, pias das cozinhas e refeitórios, e bebedouros dos Sítios Belo Monte, Canais e Diques e Pimental como anexo. Não foram apresentados laudos do Sítio Bela Vista.

Avaliando os gráficos das análises das ETA, verificou-se, para o Sítio Belo Monte, que de um total 88 laudos entre abril e junho para os 4 Sítios (32 para Belo Monte; 26 para Canais e Diques; 22 para Pimental; e 8 para Bela Vista), todos foram satisfatórios. Novamente foram identificadas inconsistências entre os resultados do RSAP e do 4º Relatório do IBAMA. Este último indica que todos os laudos foram satisfatórios no período, enquanto o RSAP indica um resultado insatisfatório em junho na ETA do Sítio Bela Vista. Como os laudos de análise de qualidade da água para este Sítio não são anexados, não há como identificar qual fonte é a correta.

Já nos gráficos dos bebedouros, verificou-se, para o Sítio Belo Monte, que de um total 280 laudos entre abril e junho, 2 foram insatisfatórios (em abril); para o Sítio Canais e Diques, de um total 173 laudos, 15 foram insatisfatórios (10 em maio e 5 em junho); para o Sítio Bela Vista, de um total de 8 laudos, 1 foi insatisfatório (junho), e para o Sítio Pimental, de um total 182 laudos, 6 foram insatisfatórios (5 em maio e 1 em junho).

Em relação aos resultados das análises de qualidade da água, recomenda-se que seja feita uma análise crítica nos RSAPs, indicando quais parâmetros não atenderam aos limites estabelecidos na legislação e as possíveis causas para os desvios.

- Emissões atmosféricas e ruídos

O monitoramento de emissões atmosféricas e ruído segue o PS_CCBM_220_15. Em relação ao monitoramento de emissões atmosféricas pelo CCBM, além das medidas já descritas nas seções anteriores, foram apresentados resultados de monitoramento de fumaça preta para o período de abril a junho de 2013. Cabe ressaltar que os resultados desse monitoramento foram apresentados apenas no 2º RSAP, não tendo sido incluídos no 4º Relatório do PCAI para o IBAMA.

Não foram fornecidas informações sobre monitoramento de ruídos no período.

Apesar do período chuvoso, foi mantida a umectação dos acessos por caminhões-pipa, para minimização da emissão de poeira. A umectação foi priorizada nas áreas de maior circulação de pessoas, nas áreas próximas às sedes das propriedades, às margens dos acessos e na comunidade de São Francisco das Chagas, localizada no T27.

Nas Centrais de Britagem, com o intuito de minimizar os impactos e reduzir a emissão de material particulado, foram implantados sistemas de aspersão de água nos equipamentos.

Em relação à emissão de fumaça preta decorrente da combustão de óleo diesel, foram monitorados os equipamentos e veículos pesados utilizados na obra principal. Foram apresentados como anexo os laudos das inspeções preventivas realizadas em maio e junho de 2013. Quando é identificada a ultrapassagem de algum parâmetro, o equipamento é encaminhado de imediato para regulagem do motor, entre outras atividades necessárias para a regularização da situação. Não foi informada a porcentagem da frota inspecionada, nem a análise crítica dos resultados obtidos (porcentagem de veículos/equipamentos reprovados em relação ao número inspecionado).

- Gestão de resíduos sólidos

Quanto aos resíduos sólidos, a gestão é baseada nas diretrizes do PBA e no Plano Diretor de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da NE. Para os resíduos da construção civil, segue-se o Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PRGCC (PGRCC CCBM 220 01) e para os resíduos de serviços de saúde, o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS (PGRSS CCBM 220 01).

São disponibilizados coletores nas frentes de serviços, padronizados seguindo procedimentos internos e os requisitos legais aplicáveis. São realizadas também atividades de educação ambiental – TDSMS, palestras, oficinas, etc, para conscientização dos colaboradores em relação à coleta seletiva.

Em relação à infraestrutura para a gestão de resíduos observada nas inspeções de campo, os três Sítios, Pimental, Belo Monte e Canais e Diques, possuem Depósito de Resíduos Perigosos e área para compostagem de resíduos orgânicos. Além dessas duas

estruturas, no Sítio Belo Monte há central de triagem e aterro sanitário, e está prevista a instalação de um incinerador para toda a obra (solicitação de LP e LI protocolada na SEMA/PA em 21/05/2013). Pela proximidade que apresentam, os Sítios Canais e Diques e Pimental realizam a gestão de resíduos em parceria. No Sítio Canais e Diques foi instalada a central de triagem, enquanto o aterro sanitário foi implantado no Sítio Pimental, ambas as estruturas comportando também os resíduos provenientes do outro sítio. Os resíduos do Sítio Bela Vista são destinados nas estruturas dos Sítios Canais e Diques e Pimental.

O 2º RSAP informou também a quantidade gerada e a destinação dos resíduos perigosos. O óleo usado é transportado e destinado pela Fábrica Química Derivados de Petróleo, de Cuiabá-MT; os resíduos contaminados com óleo e os resíduos de serviços de saúde são atualmente coletados e destinados para incineração pela Plamax. O único resíduo para o qual atualmente se faz logística reversa são os pneus usados, que são coletados pela Reciclanip e recebidos no Ponto de Coleta da mesma em Marabá, PA, e destinados à Votorantin Cimentos do Brasil Ltda. – Cimento Tocantins, localizada em Sobradinho, DF, e à Ecotire Reciclagem de Pneus Ltda. – ME, localizada em Anápolis, GO. Todas essas empresas possuem Licença de Operação, conforme informado no 2º RSAP.

Foi fornecido para análise o Plano de Execução da Gestão de Resíduos Sólidos da UHE Belo Monte praticado pelo CCBM (PLE CCBM 220 13 01), incluindo o controle de todos os tipos de resíduos gerados nas obras. Trata-se de uma planilha contendo dados da gestão, como fonte geradora; tipo de resíduo; classificação do resíduo segundo a NBR 10.004 e segundo a CONAMA 307/02; quantidade aproximada gerada por mês; como os resíduos são acondicionados; informações sobre coleta (tipo, veículo utilizado, responsável interno); informações sobre armazenamento temporário (identificação/localização, como é feito o registro); informações sobre transporte externo (veículo e registro); e informações sobre destino final (tipo de tratamento/destino, identificação/localização e registro).

Foram fornecidos também os inventários de resíduos do período de abril a junho de 2013 para os Sítios Belo Monte, Canais e Diques e Pimental. Não foram fornecidos dados sobre o Sítio Bela Vista.

O inventário inclui dados como tipo de resíduo, classe, quantidade gerada no mês, total gerado e tratamento previsto ou realizado, para 16 grupos de resíduos, como segue: Grupo 01: baterias e pilhas; Grupo 02: borracha e pneus; Grupo 03: entulho de obra; Grupo 04: lodos e borras e sedimentos de sistemas de tratamento; Grupo 05: madeira; Grupo 06: metálicos; Grupo 07: não metálicos; Grupo 08: papel e papelão; Grupo 09: oleosos (incluindo resíduos contaminados com óleo, como estopas, papéis, embalagens); Grupo 10: plástico/polímeros sintéticos; Grupo 11: resíduos com mercúrio; Grupo 12: resíduos domésticos; Grupo 13: resíduos especiais; Grupo 14: resíduos mistos; Grupo 15: tecidos e lonas; e Grupo 16: vidros.

Em relação à supervisão de obras por parte do CCBM, o 2º RSAP informa que a equipe de campo de Meio Ambiente que realiza esta função segue as diretrizes estabelecidas no

Padrão de Sistema para Sistemática de Inspeções Ambientais – PS CCBM 220 24, a fim de assegurar o controle dos aspectos ambientais relacionados às atividades executadas nas obras. Cada frente de serviço é inspecionada semanalmente, sendo aplicadas listas de verificação específicas para a área/processo. Ações corretivas são definidas juntamente com os responsáveis pelas áreas, que acompanham as inspeções.

Foi apresentado para análise um documento contendo um resumo dos dados de não conformidades levantadas pelo CCBM nos Sítios Belo Monte, Canais e Diques e Pimental, para o primeiro semestre de 2013. Novamente não se apresentam dados sobre o Sítio Bela Vista. As não conformidades são relacionadas a Meio Ambiente, Qualidade, responsabilidade Social, e SST. Avaliando os dados, observa-se que o número de não conformidades abertas é relativamente elevado para os Sítios Belo Monte e Canais e Diques. No entanto, o relatório não informa se as abertas estão dentro ou fora do prazo de atendimento. Além disso, não é informado o teor das não conformidades. Recomenda-se que os relatórios gerenciais de não conformidades incluam dados sobre a irregularidade verificada em campo que gerou a não conformidade, para que se faça uma análise crítica dos problemas recorrentes nas obras. Foi apresentada também, apenas para o Sítio Belo Monte, a *Planilha de acompanhamento das ações do relatório de providências*, referente a Listas de Verificação (LV) aplicadas entre fevereiro e maio de 2013, no âmbito do PCAI. Essas LV foram aplicadas em inspeções realizadas nas áreas das obras, incluindo canteiros industriais, acampamentos, bota-foras, Porto, ETE, canal, acessos (T27, T55, T50 e outros), taludes, barragem, enscadeira, entre outros locais específicos. Essa planilha inclui também o responsável pela verificação, o número de itens irregulares, a data do primeiro vencimento, e o status. Da mesma forma, a planilha não inclui o teor da irregularidade, nem lista as medidas indicadas para a correção. Recomenda-se que essas informações sejam incorporadas à planilha.

Além da verificação documental, cujos resultados estão apresentados acima, a verificação dos controles ambientais adotados nas obras foi feita também com base nas inspeções de campo em algumas das frentes de obra realizadas pelo consultor independente no período de 09 a 12 de julho e de 03 a 06 de setembro de 2013. A inspeção realizada em julho refere-se a outro contrato de monitoramento socioambiental (para o BNDES), cujas informações foram incluídas por estarem no período referente a este relatório.

As observações efetuadas em ambas as inspeções, evidenciando situações adequadas e inadequadas de adoção das medidas de controle ambiental previstas, são apresentadas resumidamente a seguir. O **Registro Fotográfico do PCAI** apresentado no **Anexo 3** ilustra as condições verificadas em cada uma das inspeções.

Observações

Sítio Belo Monte

Porto Fluvial no Rio Xingu

- Ensecadeira da doca com ponte rolante: a ensecadeira apresenta boas condições de conservação, não foram encontrados problemas de infiltrações e feições de erosão. A ensecadeira recebeu um reforço interno com solo laterítico, o que tem proporcionado boas condições de estanqueidade para a mesma e permite a continuidade das obras na ponte rolante de maneira segura.
- Antiga área para retroporto: Não existe mais previsão da utilização desta área como retroporto, desta forma é necessário verificar o PRAD (projeto) desta área e o cronograma de reconformação do terreno, drenagem definitiva e plantios. Na primeira missão (maio/2013) anterior ainda havia previsão da utilização desta área como retroporto, sendo que se tratava de ampla área de solo exposto, sem bacias de retenção de sedimentos, curvas de nível ou qualquer outra ação destinada ao controle do escoamento superficial para prevenção de processos erosivos. Atualmente, o local permanecia na mesma situação, sendo que a única alteração foi a regeneração espontânea da vegetação rasteira em alguns pequenos trechos, mas sem melhorar a situação geral de área abandonado aos processos erosivos. Esta área poderia ser contemplada para recuperação durante o próximo período de chuvas, mas para isso é necessário antecipar os serviços de reconformação topográfica, drenagem e preparação do solo.
- Acesso ao porto fluvial: O acesso da BR-230 até o porto apresenta vários trechos sujeitos à erosão pluvial e assoreamento de drenagens naturais, especialmente nas saídas de aterro das travessias de drenagem e nos canteiros laterais da pista. As áreas de solo exposto ao longo do acesso devem ser incluídas no PRAD do porto e receberem o mesmo tratamento de reconformação, drenagem e proteção superficial. Esta área poderia ser contemplada para recuperação durante o próximo período de chuvas, mas para isso é necessário antecipar os serviços de reconformação topográfica, correção de feições de erosão, drenagem definitiva, proteção superficial com grama, hidrossemeadura ou método equivalente e preparação do solo nos trechos que irá receber plantio de árvores nativas.

Central de concreto

- A Central de Concreto possui uma caixa para descarte de restos de concreto e lavagem das betoneiras. A caixa possui apenas duas células para receber os descartes, o que gera dúvidas quanto à capacidade de recebimento de todos os resíduos gerados. O sistema de tratamento de efluentes da central de concreto é completado por células para outras etapas da separação por sedimentação e a correção do pH do efluente, antes do lançamento na drenagem geral do canteiro. Este sistema foi considerado suficiente até o momento, mas não deve atender as necessidades da obra com o aumento do consumo de concreto.
- O CCBM, ciente deste problema, adquiriu, mas ainda não instalou um sistema de tratamento de efluentes com uma etapa química para correção da turbidez.

Pátio próximo à oficina mecânica

- A oficina mecânica de veículos pesados e “fora de estradas” está equipada com os dispositivos de infraestrutura e controle de poluição necessária, como por exemplo, galpão pavimentado e coberto, canaleta perimétrica de alvenaria, rampas para lubrificação e lavagem de veículos, sistema água/óleo e os procedimentos necessários para manutenção de veículos e gerenciamento de resíduos perigosos.
- Na oficina foi verificado que, apesar da disponibilidade dos dispositivos de controle de poluição, persistem procedimentos incompletos, especialmente na manutenção dos veículos na área pavimentada. Em várias oportunidades foram encontrados pequenos vazamentos de lubrificante diretamente sobre o piso da oficina semelhante ao verificado na missão de maio de 2013. Existe uma rotina de lavagem do piso, sendo que todo efluente é coletado pelas canaletas perimétricas e conduzido para SAO (sistema água/óleo). No entanto, a situação ideal seria a utilização das bandejas sempre que houvesse possibilidade de vazamento de óleo, pois isso diminuiria a carga de poluição a ser tratada no SAO.

BF3

- O aproveitamento dos espaços utilizados como bota-fora continua sendo utilizado em desacordo com a geometria prevista em projeto. Desta forma, quando encerrado o lançamento de material, é necessária uma intensa movimentação de terra a fim de adequá-lo ao projeto geométrico elaborado pelo CCBM. Na prática, se o aproveitamento dos bota-foras ocorresse de forma planejada e condizente com o projeto, os mesmos poderiam ser liberados prontamente para a recuperação no âmbito do PRAD.
- O BF3 foi quase completamente reconformado, com a eliminação das feições de erosão, eliminação de pilhas de solo solto, acerto das saias de aterro e definição de bermas de alívio.
- É necessário aproveitar o período de estiagem para implantar o sistema de drenagem definitivo, por exemplo, canaletas de concreto, caixas coletoras, escadas hidráulicas e dissipadores de energia. Ou seja, deixar toda a superfície do terreno pronta para aplicação da proteção superficial vegetal e plantios quando chegar o momento mais propício para isso.
- Esta área poderia ser contemplada para recuperação durante o próximo período de chuvas, mas para isso é necessário antecipar os serviços de reconformação topográfica, correção de feições de erosão, drenagem definitiva, proteção superficial com grama, hidrossemeadura ou método equivalente e preparação do solo nos trechos que irá receber plantio de árvores nativas.

BF4

- Em maio e julho de 2013 foi verificado que o aproveitamento do BF4 também não tem se pautado por um projeto geométrico. Embora aparentemente respeite os limites da poligonal autorizada pelo IBAMA, não havia marcações de referência que delimitem o espaço autorizado. Alguns setores apresentavam taludes de grande

altura e sem banquetas intermediárias que evidenciam o lançamento de terra. Não havia estruturas de contenção de sedimentos dentro da poligonal autorizada com objetivo de evitar o carreamento de material depositado para cursos d'água a jusante.

- No entanto, em setembro de 2013 a situação geral do bota-fora foi alterada de maneira significativa; o lançamento e espalhamento do material passaram ser realizados a partir dos extremos da área, logo atrás dos diques perimétricos construídos antecipadamente. Nas próximas missões será verificada a efetividade desta medida, bem como a necessidade de correção ou adaptação do dispositivo.
- Na face norte, voltada para o Rio Xingu; o dique tem as funções de limitar o lançamento do material e reter os solos perdidos por erosão nas amplas áreas de solo exposto. O desempenho do dique é satisfatório.
- Na face leste, voltada para o igarapé, o lançamento do material tem sido realizado sem a prévia construção do dique perimétrico. Essa situação está em desacordo com a diretriz apresentada nas inspeções. É recomendável a correção desta situação para que os resultados obtidos na face norte sejam reproduzidos na face leste, evidenciando a abrangência das melhorias adotadas na obra.

Relocação da BR-230 e Acesso ao BF4

- A relocação da BR-230 e o acesso ao BF4 são duas vias no sentido leste – oeste que se cruzam na altura do BF3, sendo que a primeira é uma rodovia de uso livre e a segunda é um acesso exclusivo da obra. As travessias da relocação da BR-230 e o acesso ao BF4 por sobre o igarapé existente entre os BF3 e BF4 mereceram atenção em razão das condições de assoreamento, barramento e inundação de vegetação nativa de áreas úmidas.
- A travessia sobre o igarapé da relocação da BR-230 apresenta deficiência de drenagem, não tendo sido localizado o bueiro construído para a manutenção do escoamento. A jusante da travessia o talvegue encontra-se assoreado com os materiais carreados da rodovia.
- A travessia sobre o igarapé do acesso ao BF4, também apresenta deficiência de drenagem, pois existe um grande empoçamento de água no trecho de montante, o qual afoga a vegetação nativa de áreas úmidas. A não reversão desta situação deve ocasionar a perda de toda a vegetação nativa entre a BR-230 e o acesso ao BF4.

Vila Residencial Operária

- ETE: Obras civis de construção em andamento.
- Terraplanagem para o sistema viário e regularização das quadras: A construção da Vila compreende terraplanagem de extensas áreas para instalação da infraestrutura (viário, galerias de águas pluviais, pavimentação, água, luz), regularização das quadras para construção das casas e, ainda, escavações obrigatórias para equipamentos públicos diversos. Com isso existem extensas áreas de solo exposto que precisam ser protegidas da erosão pluvial, bem como áreas de preservação permanente (APP) que não deveriam ser assoreadas.
- É recomendável a adoção de um “projeto de drenagem provisória” para as áreas de movimentação de solo como forma de proteger as áreas com vegetação nativa

remanescente e as áreas de preservação permanente do assoreamento. Além disto, devem ser adotados cuidados para proteção superficial dos taludes de corte, saias de aterro e demais áreas de solo exposto.

- Além disto, nota-se que não existe um controle rígido das áreas de movimentação de solo, por exemplo, nas travessias de drenagem não existe o cuidado de diminuir a quantidade de áreas úmidas impactadas pela movimentação de solo. Em várias oportunidades foi verificado que solo de decapeamento e outros solos inservíveis para terraplanagem foram empurrados ou empilhados nas áreas húmidas resultando na perda de vegetação e assoreamento das drenagens e veredas.
- No momento, estão sendo realizados serviços de reconformação das áreas úmidas, os quais envolvem o desassoreamento com retroescavadeira das áreas úmidas imediatamente laterais aos aterros, remoção de pilhas de solo solto, correção de erosões e proteção superficial das saias de aterro com blocos de rocha e/ou rachão. Estas medidas são adequadas e propiciaram boas condições ao final da obra, mas poderiam ser desnecessárias, caso os limites de áreas necessárias para terraplanagem fossem respeitados e a cobertura vegetal original não fosse perdida.

Acessos

Acesso ao porto fluvial do rio Xingu

- Trecho de travessia de curso d'água em aterro e com processo erosivo significativo, resultando no assoreamento do corpo d'água. Processo decorrente e agravado pela inexistência de estrutura de drenagem no acesso, especialmente descidas d'água.

Travessia 27

- Verificação de trechos de travessia de cursos d'água em aterro que ainda não dispõem de estruturas de drenagem superficial, resultando no desencadeamento de processos erosivos nos taludes.

Sítio Canal e Diques

Diques

- As obras nos diques de fechamento foram inspecionadas extensivamente, tendo sido observado o desvio dos igarapés afetados, a construção dos barramentos e das novas estruturas de drenagem, mas todos em estágios iniciais de desenvolvimento. Foi verificada a situação das obras nos Igarapés Cajueiro, Ticaruca e Paquiçamba.
- Nas obras dos Igarapés Cajueiro, Ticaruca e Paquiçamba não foram identificadas situações inadequadas de controle ambiental.

Pedreira / Igarapé Ticaruca / Rio Xingu

- A pedreira ainda está em início de exploração, tendo sido realizado o decapeamento e a abertura da primeira bancada.

- Bota-fora localizado em frente à bancada foi construído com o material do decapeamento da pedreira. O material foi empurrado por sobre a vertente sem maiores cuidados com a geometria e estabilidade do depósito.
- O acesso para pedreira foi escavado na vertente, sendo todo o material empurrado por sobre a vertente sem maiores cuidados com a geometria e estabilidade do depósito.

Obras do Canal de Derivação

- As obras do canal de derivação foram inspecionadas extensivamente, tendo sido observada a construção em vários estágios, por exemplo, decapeamento, escavação em solo, escavação em rocha, proteção com enrocamento e trechos ainda não modificados. De maneira geral, foi observado que: (i) a região da tomada d'água no Rio Xingu (montante) está sendo escavada e a ensecadeira de montante foi construída (ii) na região do divisor de água entre os Igarapés Galhoso e Paquiçamba estão concentradas as escavações em rocha e os trechos mais adiantados que já receberam a proteção superficial; (iii) no médio curso do Igarapé Paquiçamba estão concentradas as escavações em solo e, finalmente (iv) o trecho de jusante do canal ainda encontra-se pouco alterado e com alguns trechos com a vegetação nativa.
- Não foram identificados problemas de controle de erosão nos trechos de escavação do Canal de Derivação, pois a obra está contida entre os acessos marginais construídas em ambos os seus lados e todas as áreas alteradas contribuem para o próprio interior da obra.
- Não foram identificados problemas de controle de poluição nos trechos de escavação do Canal de Derivação, não tendo sido encontrados situações de falta de organização e limpeza nas frentes de obra, disposição inadequada de resíduos ou de manutenção de máquinas, equipamento e veículos.

Bota-Foras

- Em ambas as margens do Canal de Derivação estão sendo construídos cerca de 40 conjuntos de diques e bota-foras para receber os excedentes de escavação deste trecho da obra.
- Os bota-foras são construídos após a supressão da vegetação, decapeamento do solo superficial e escavação de um canal central para escoamento das águas; o canal é revestido com enrocamento para proteção contra erosão fluvial; e junto ao Canal de Derivação é construído um dique com bacia de amortecimento das vazões de cheia; o dique de terra compacta é munido de duas estruturas de concreto, um descarregador de fundo para drenagem das vazões normais e esvaziamento da bacia de amortecimento e um vertedouro de soleira livre para as vazões excepcionais.
- Dentre os bota-foras previstos para o trecho do Canal de Derivação existem vários cuja capacidade de deposição de material já foi totalmente aproveitada.
- Em julho de 2013 foram verificadas as situações de uso dos bota-foras identificados como BF-27, BF-2, BF-30, BF-32, BF-36-B, BF-37, BF-38, BF-39, BF-40 e BF-41. Nesta oportunidade não foram encontradas situações inadequadas de utilização das áreas inspecionadas.

- Em setembro de 2013 foram verificadas as situações de uso dos bota-foras identificados como BF2, BF6, BF11, BF17 e BF23. Merecem ser destacadas as situações encontradas nas seguintes áreas inspecionadas:
- BF17: O bota-fora já teve a deposição de material concluída a bastante tempo sem que tenham sido adotadas as medidas de recuperação ambiental esperadas, como por exemplo, reconformação topográfica, drenagem superficial e preparação do terreno para recebimento de mudas de espécies nativas.
- BF23: Situação inadequada de fechamento do igarapé antes da supressão de vegetação, decapeamento e afugentamento/resgate de fauna nativa. A não adoção do procedimento completo de liberação de áreas para bota-fora pode acarretar na perda de oportunidade para realizar o resgate de germoplasma, salvamento de exemplares da fauna nativa, recuperação do solo vegetal e preservação da qualidade da água. Como medida preventiva, o CCBM instalou 3 bombas para drenagem do excedente de água e evitar que o dique seja galgado.

Canal de Transposição para Rio Xingu (AD-32)

- O Canal de Derivação foi projetado para ser escavado ao longo dos talvegues dos Igarapés Galhoso e Paquiçamba, logo para instalação das obras foi necessário desviar os escoamentos naturais destas drenagens, bem como de todos os seus afluentes. Parte deste problema foi resolvida com a escavação de canais de desvio para coletar as águas dos principais afluentes e lança-las em outros talvegues. Esses canais receberam denominação de Sistema Canal Paquiçamba, Ticaruca, Di Maria e AD33-AD32-Xingu.
- Todos estes sistemas canais estão implantados e em operação, exceto o AD33-AD-32-Xingu que se encontra em implantação. Neste canal foi verificado que as obras estão efetivamente em andamento, sendo realizada escavação no trecho mais a montante e a proteção com enrocamento nos trechos mais a jusante. Neste trecho chama a atenção dois aspectos, relatados nos próximos itens, que poderiam ser reavaliados nas próximas atividades semelhantes.
- Para a construção do canal foi suprimida uma faixa de vegetação várias vezes mais larga que o canal, sugerindo que houve uma superavaliação da área de intervenção necessária para a obra. No local fica a impressão de que a área de intervenção está sendo utilizada mais para acomodar os resíduos vegetais resultantes da supressão da vegetação do que para efetivamente escavar o canal. Destaca-se que todas as áreas impactadas deverão ser posteriormente recuperadas e que todas as medidas para evitar impactos desnecessários representam economia de recursos.
- A supressão da vegetação gerou uma grande quantidade de “resíduo grosso” que está acomodada dentro da área de intervenção. Este material permanece sem definição de uso futuro e passa a despertar preocupação, pois ocupa trechos grandes da área de intervenção. A continuar esta indefinição quanto ao uso deste material, existe o risco de exaurirem-se os locais disponíveis ou, ainda, da impossibilidade da implantação dos PRAD previstos nas áreas ocupadas por depósitos de restos vegetais.

Sítio Bela Vista

Depósito de Resíduos

- A situação de armazenamento de resíduos foi considerada adequada. Foram observados os locais designados para armazenamento de pneus usados, material contaminado com óleo e outros materiais recicláveis.
- A situação de armazenamento de lixo comum foi considerada inadequada, tendo sido observada uma pequena quantidade de material mal acondicionada ou lançada diretamente sobre o chão.

Depósito de Produtos Químicos

- A situação de armazenamento de produtos químicos foi considerada com adequada, tendo sido verificada a existências de galpões especificamente para este fim, com chão impermeabilizado, fechamento rente ao chão, sinalização específica e extintores de incêndio.

Oficina Mecânica, Lubrificação e Abastecimento

- A situação da oficina mecânica, lubrificação e abastecimento foi considerada inadequada, tendo sido verificada manchas de solo contaminado com combustível e/ou lubrificante.
- O dispositivo separador de água e óleo, aparentemente, não apresentava condições adequadas de funcionamento.

Usina de Concreto

- A Usina de Concreto possui uma estação de tratamento do seu efluente da lavagem dos caminhões betoneira, No entanto, durante a visita de campo não ficou evidente que o sistema de tratamento de efluentes existente é eficiente, bem como não ficou claro como é feita a sua limpeza.

Bota-Fora Sítio Bela Vista

- Bota-fora localizado em talvegue seco imediatamente a baixo da central de concreto. O material foi depositado no local sem que tenha sido adotada qualquer medida de delimitação do depósito e controle de geometria. O aspecto do depósito sugere que a sua condição de estabilidade não é adequada. Não existe qualquer providencia para contenção do depósito ou retenção de materiais perdidos por erosão fluvial.

Sítio Pimental

ETA Pimental

- Foram inspecionadas as instalações da ETA Pimental, o que inclui o laboratório e especialmente a estrutura de secagem de lodo. A instalação mantém-se em funcionamento e fornece água para as instalações do Sítio Pimental.
- Trata-se de instalação com controle ambiental em conformidade com as diretrizes constantes no PBA.

ETE Pimental

- As lagoas da ETE Pimental foram isoladas do restante do canteiro com cerca perimétrica e portão com cadeado, sendo que as lagoas apresentavam boas condições de integridade física.
- Não foram identificadas não conformidades nesta instalação.

Central de Concreto Pioneira

- A instalação está entrando em processo de desativação, sendo que as suas atividades serão transferidas para a nova central de concreto em instalação no Canteiro da Ilha Marciana.
- Nas próximas missões será necessário verificar as condições do local após a desmobilização da unidade industrial.

Dispositivo de transposição de embarcações

- O STE (Sistema de Transposição de Embarcações) encontra-se praticamente concluído e já está em condições de operação. No entanto, o seu uso será efetivo apenas quando o Rio Xingu for desviado pelo vertedouro da barragem ou quando a vazão do rio for suficiente para tornar perigosa a passagem através do canal remanescente, o que não deve acontecer durante os próximos meses de estiagem.
- Os equipamentos para transposição de embarcações (gruas, engates, carretas, tratores e outros) estão no local para uso quando necessário.
- As estruturas de apoio (salas de espera, banheiros, administração, garagem e outros) estão em construção.
- As vias de acesso interno foram pavimentadas e iluminadas e estão em construção as barreiras rígidas de concreto, o sistema de drenagem definitivo e outros dispositivos para garantir a segurança durante a operação.
- Os taludes de corte no trecho entre as estruturas de montante e jusante receberam proteção superficial com hidrossemeadura, a qual teve desempenho adequado e já recobrem de maneira efetiva todas as áreas anteriormente expostas. Os sulcos e ravinas foram corrigidos e não são vistos outras feições de erosão.
- As áreas lindeiras, que durante as obras servirão de empréstimo, bota-fora ou simplesmente apoio às obras, e que futuramente não serão mais utilizadas permanecem com solo exposto. É necessário verificar o cronograma de implantação

- projeto de recuperação de áreas degradadas para que estes trechos sejam priorizados no próximo período propício para reconformação de terreno, preparação do solo, proteção superficial e plantios.
- O acesso interno construído para ligar a balsa da obra (travessia do Rio Xingu) e o STE deve ser contemplado no PRAD, pois neste trecho foram verificadas várias feições de erosão e áreas com solo exposto. Além disto, o acesso deve receber dispositivos de drenagem definitiva, como canaletas, drenos e dissipadores de energia.

Ensecadeiras

- A Ensecadeira para Casa de Força e Vertedouro, aparentemente, apresenta-se íntegra, sem trechos com feições de erosão e com boas condições de estanqueidade. As atividades realizadas no seu interior não colocavam risco a sua integridade e, aparentemente, não existe necessidade de ampliação ou elevação imediata, pois entramos no período de estiagem.
- O trecho de montante Ensecadeira para Casa de Força e Vertedouro que precisou de reforço com espigões de enrocamento e reforço com solo laterítico para conter a ação erosiva do Rio Xingu, aparentemente, foi estabilizado. As medidas corretivas adotadas surtiram o efeito esperado e protegem de maneira efetiva a área ensecada.
- A ensecadeira de montante da margem esquerda, também, apresentava boas condições estabilidade e desempenhava bem o seu papel de proteger o Acesso Provisório da Ilha Marciana e as obras da barragem de terra em andamento.

Canteiro da Ilha Marciana

- O terreno preparado para receber o Canteiro de Ilha Marciana apresentava boas condições de estabilidade; todo o seu contorno foi protegido com um cordão de enrocamento que fornece boa proteção contra erosão fluvial.
- A área aterrada apresentava boas condições de estabilidade e não foram encontradas feições de erosão pluvial. No entanto não ficou evidente a existência de um sistema de drenagem definitivo que permita o escoamento adequado das águas pluviais, bem como o controle de erosão.
- O Canteiro Industrial da Ilha Marciana irá substituir em breve o Canteiro Industrial Provisório da Margem Esquerda. As instalações industriais do novo canteiro estavam em adiantado estado de implantação, bem como os necessários equipamentos de controle de poluição. A efetividade da implantação destes equipamentos e o seu funcionamento serão objeto de verificação na próxima missão.
- Usina de Concreto: Foi verificada a existência de estação de tratamento de efluentes gerados pela usina de concreto, como por exemplo, a água de escoamento do pátio e a lavagem de caminhões betoneiras.
- Britador: O equipamento recebeu dispositivos para controle de poeira na formação das pilhas de materiais mais finos.

- Subestações de Energia: As caixas de contenção de vazamento de óleo isolante apresentavam-se destampadas, repletas de água e os tubos de condução dos derrames para caixas parecem subdimensionados.
- Centrais de Ar Comprimido: As caixas de contenção de vazamento de óleo das centrais de ar comprimido mostravam evidências da ocorrência de vazamentos nos equipamentos e de manutenção inadequada

Serraria

- O CCBM estava por terminar a instalação de uma serraria para permitir o desdobramento de toras e aproveitamento da madeira da supressão de vegetação no próprio canteiro de obras. A efetividade da implantação destes equipamentos e o seu funcionamento serão objeto de verificação na próxima missão.

BF-PI-JP1

- Bota-Fora localizado na Ilha Pimental, a jusante da barragem de terra da margem esquerda, no seu trecho mais próximo da Ilha Marciana.
- No momento a maior parte da área deste bota-fora está sendo utilizada como depósito de material vegetal resultante da supressão de vegetação no Sítio Palmital, especialmente de toras para aproveitamento posterior.

BF-PI-JP2

- Bota-Fora localizado na Ilha Pimental, jusante da barragem de terra da margem esquerda, mais próximo da Ilha do Forno.
- No momento, a área está sendo utilizada, em parte aproximadamente iguais, para deposição de excedentes de escavação (solo e rocha) e de resíduos vegetais.
- A deposição de material (solo e rocha) teve início, mas não existem medidas de contenção que impeça a perda de material em direção às áreas vegetadas localizadas a jusante. É interessante que a deposição de solo no local seja contida, por exemplo, por um dique que impeça o assoreamento das áreas vegetadas a jusante e que exista um sistema de drenagem provisório que garanta boas condições para o deslocamento de veículos da obra e previna a formação de feições de erosão. Além disto, a proteção da vegetação a jusante irá diminuir a quantidade de áreas a serem recuperadas futuramente.
- A deposição de resíduos vegetais tem sido realizada em pilhas onde são separados os materiais denominados na obra como “resíduo grosso” e “resíduo fino”. O “resíduo grosso” compreende os materiais não classificados como toras, tocos e outros materiais que poderiam ser enquadrados como pontalotes ou lenha; o “resíduo fino” compreende galhada, raízes, cipós e outros materiais sem aproveitamento.

AE-3

- O local foi explorado durante as etapas de abertura da obra, tendo sido retirada grande quantidade de material, provavelmente para construção dos acessos e ensecadeiras de 1º fase. Atualmente não estão sendo realizadas quaisquer atividades no local, mas ainda existe material para ser explorado. Segundo informações da Norte Energia, o restante da área será explorado futuramente.
- Foram verificadas algumas medidas de controle de erosão, especialmente bacias de retenção de solos carreados para proteção de bueiros e áreas vegetadas fora das atuais áreas de interferência da obra. No entanto, estas medidas tem sido insuficientes, tendo sido verificado assoreamento de áreas úmidas, com possíveis danos para vegetação.
- É importante que as áreas de empréstimo, que caracteristicamente apresentam grande exposição de solo, sejam exploradas segundo um plano prévio de aproveitamento. Neste plano deve estar especificado, no mínimo, a organização das frentes de escavação, os caminhos de acesso interno e os dispositivos de drenagem provisória previstos para o controle de erosão. Destaca-se que todas as áreas impactadas fora da área de intervenção das obras também deverão ser posteriormente recuperadas e que todas as medidas para evitar impactos desnecessários representam economia de recursos.

AE-3A

- O local encontra-se em exploração, sendo retirado solo laterítico e o decapeamento das Pedreiras 01-A e 01-B.
- Não foram identificadas medidas de controle de erosão. No entanto, existe a necessidade destas medidas, especialmente para proteção de amplas áreas vegetadas localizadas a jusante e que não devem ser impactadas diretamente pelas obras.
- É importante que as áreas de empréstimo, que caracteristicamente apresentam grande exposição de solo, sejam exploradas segundo um plano prévio de aproveitamento. Neste plano deve estar especificado, no mínimo, a organização das frentes de escavação, os caminhos de acesso interno e os dispositivos de drenagem provisória previstos para o controle de erosão. Destaca-se que todas as áreas impactadas fora da área de intervenção das obras também deverão ser posteriormente recuperadas e que todas as medidas para evitar impactos desnecessários representam economia de recursos.

No que diz respeito ao tratamento de não conformidades do CCBM, verificou-se que no período específico deste Relatório, abril a junho, não há registros de não conformidades gerados pela NE. Isso porque desde abril a NE não realiza a supervisão ambiental das atividades do CCBM nas OP. Maiores detalhes serão apresentados na **Seção 4.2.1.3**, adiante.

Em relação a treinamentos, o 2º RSAP traz o Relatório dos Treinamentos em Meio Ambiente realizados pelo CCBM no período de janeiro a junho de 2013, não discriminando aqueles específicos ao período deste Relatório. Analisando esses dados,

verifica-se que o total de horas homem treinamento em Meio Ambiente para os Sítios Belo Monte, Pimental e Canais e Diques é de 61.824 horas, o que, comparado ao total de horas trabalhadas entre janeiro e junho de 2013, 30.546.141 horas (informado no Relatório Estatístico Mensal de junho da NE), resulta em 0,20%. Essa porcentagem é baixa, considerando que um valor razoável seria de 0,5% ou acima, que representa 1 hora de treinamento por mês de trabalho. No 1º Relatório de Monitoramento recomendou-se que houvesse uma intensificação dos treinamentos relacionados a meio ambiente com os trabalhadores do CCBM e empresas subcontratadas. O consórcio, no entanto, considera que os treinamentos aplicados são suficientes, conforme se observará na resposta a esta recomendação no **Quadro 8.0.a do Capítulo 8.0**.

4.2.1.2

Controles Ambientais das Obras do Entorno

O 2º RSAP, referente ao período de abril a junho de 2013, não traz informações a respeito dos controles ambientais implantados pelas construtoras responsáveis pelas Obras do Entorno (OE).

O IBAMA não exige que as medidas do PCAI aplicadas nas OP se estendam às OE. Para atendimento aos Princípios do Equador, no entanto, a NE deve garantir que suas subcontratadas realizem as OE com base no estabelecido pelo PD 03 e na legislação brasileira.

Na inspeção de campo verificou-se que a NE estruturou uma equipe dedicada à supervisão das OE, como se verificará na **Seção 4.2.1.3**, a seguir. Essa equipe, composta por um coordenador e 6 profissionais, supervisionará tanto as questões de SST como ambientais nas OE. Em relação a meio ambiente, segundo informado pelo coordenador, está sendo desenvolvido um *checklist* com os principais controles ambientais a serem aplicados nessas obras, o qual será verificado pela equipe nas inspeções. Mesmo sem esse *checklist*, a equipe já realiza as inspeções amostrais, e vem registrando, desde julho, as não conformidades em um Livro de Ocorrências.

As obras realizadas por construtoras maiores e mais bem estruturadas, como a Gel e o consórcio Gel-Gouvea, por exemplo, que contam com equipe de QMSSRS e Sistema de Gestão, apresentam maior controle ambiental sobre as atividades realizadas e são inspecionadas com regularidade por técnico de meio ambiente da própria empresa.

Outros indicativos da gestão da NE sobre as OE são evidenciados por meio do encaminhamento, como anexo ao 2º RSAP, de atas de reuniões realizadas em maio, junho e julho com a empresa SA Paulista, contratada para execução das obras de saneamento, drenagem e pavimentação em Vitória do Xingu e no Distrito de Leonardo da Vinci, e do RUC – Reassentamento Urbano Coletivo. Nessas reuniões são tratadas as pendências relacionadas a SST, meio ambiente e condições do trabalho identificadas pela equipe das OE nas inspeções a essas obras.

Adicionalmente, foram encaminhadas para a Construtora Central do Brasil SA, as Cartas CE 369/2013 – DS/SOE, interditando a central de concreto do canteiro de obras

da mesma por apresentar várias irregularidades, e a CE 370/2013 – DS/SOE, requerendo o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil estipulado no contrato com esta construtora e ainda não apresentado. À SA Paulista também foram enviadas as Cartas CE 371 e CE 372/2013 – DS/SOE, ambas indicando irregularidades verificadas nas obras em relação a SST.

Além da verificação documental cujos resultados estão apresentados acima, a verificação dos controles ambientais adotados nas OE foi feita também com base nas inspeções amostrais de campo em algumas obras, realizadas pelo consultor independente no período de 02 a 06 de setembro de 2013.

Foram inspecionadas as seguintes obras em andamento:

- Hospital do Mutirão, em Altamira - Construtora Gel;
- Laboratório de Ictiologia, em Altamira - Construtora Tupaiu Construções e Serviços Ltda;
- Escola de Medicina UFPA, em Altamira - Construtora Heter;
- EMEF e EMEI João Rodrigues, em Altamira - Construtora Terra Brasil;
- Expansão da Base de Resgate de Fauna Terrestre e do Viveiro de Aves na área do Centro de Estudos Ambientais – CEA - Construtora DeN Engenharia Ltda.

Além dessas obras, foram inspecionadas também as seguintes instalações do CEA:

- Dormitórios, refeitório, cozinha, lavanderia, central de geradores e fossas do alojamento da equipe da Biota;
- Base de Resgate de Fauna Terrestre;
- Viveiro de Mudanças.

Conforme já mencionado na **Seção 3.1.3**, a equipe de supervisão de SST nas OE, recentemente montada pela NE, também será a responsável pela supervisão dos aspectos ambientais nas obras das subcontratadas. Essa equipe recém iniciou suas atividades, não havendo ainda um PS elaborado para disciplinar essa atividade. Tampouco há um *checklist* dos controles a serem observados em campo, o qual está em elaboração, segundo informado.

Mesmo assim, na vistoria de campo de setembro, na inspeção às obras listadas acima, foi possível observar que todas apresentam boas condições de limpeza e organização, possivelmente um reflexo da supervisão e das orientações recebidas da equipe da NE.

O **Registro Fotográfico** de SST e Meio Ambiente nas OE, apresentado no **Anexo 4**, ilustra as condições verificadas *in loco*.

4.2.1.3

Supervisão Ambiental da Norte Energia

Obras Principais

Segundo informado no 2º RSAP e confirmado em campo na vistoria de setembro de 2013, desde meados de abril a NE não realiza a supervisão das atividades do CCBM nas OP. Isso porque nessa data encerrou-se o contrato com a empresa Ferreira Rocha (FR) relacionado à Coordenação do PAC, o que incluía a realização de atividades de monitoramento das OP.

O 2º RSAP informa também que, apesar disso, o CCBM continuou emitindo relatórios mensais que alimentaram o sistema (SGP) e, embora a FR tenha saído da coordenação, continuou analisando tais relatórios e orientando a NE na tomada de decisões relacionadas ao tema.

Conforme verificado, a NE elaborou um termo de referência específico para a contratação de uma nova empresa Coordenadora do PAC. A cotação foi submetida à apreciação de uma série de empresas convidadas. O prazo para apresentação de propostas técnico-comerciais pelas proponentes acabou em 11/06/2013, tendo-se recebido várias propostas. Segue-se agora a avaliação técnica das propostas e negociação comercial para posterior contratação e emissão da ordem de serviço.

Questionada, durante a missão, sobre o prazo para conclusão do processo de contratação dessa empresa e reinício das atividades de supervisão das obras, a NE informou que isso deveria ocorrer até meados de setembro. A NE deve apresentar com urgência evidências da contratação da nova empresa Coordenadora do PAC, e de que a mesma está se organizando para cumprir todas as demandas que estão sob sua responsabilidade (ver **Quadro 8.0.a**, no **Capítulo 8.0**).

Conforme informado no 2º RSAP, no período de abril a junho não foram realizadas auditorias internas da NE sobre as OP no âmbito do PAC. Havia uma auditoria prevista para junho/13, que não foi realizada.

O 2º RSAP indica que, no período de abril a junho/13, foram realizados treinamentos focados no repasse da metodologia revisada e do fluxo contidos no Padrão de Sistema (PS) de Registro e Tratamento de Não Conformidades a equipes da NE e das empresas coordenadoras do PBA, partes envolvidas na gestão da conformidade. Foi também parametrizado o fluxo dos registros de desvios e de não conformidades dentro do Sistema de Gestão de Projetos (SGP), para possibilitar a inserção (pela empresa Gestora) e o acompanhamento, via sistema (por todos os envolvidos), da sua evolução.

No 4º Relatório do IBAMA cita-se ainda a realização de reuniões semanais da Comissão de Acompanhamento do PAC, incluindo a NE, a empresa coordenadora e o CCBM, com o objetivo de atingir uma melhoria nos índices de desempenho do Programa de Controle Ambiental Intrínseco e do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD).

Obras do Entorno

Diferentemente do ocorrido no período anterior, no 2º RSAP já são apresentadas algumas informações a respeito dos procedimentos de garantia de gestão de meio ambiente da NE sobre as Obras do Entorno (OE).

Conforme já mencionado na **Seção 4.2.1.2**, a NE recém estruturou uma equipe para realização da supervisão nas OE. Essa equipe é formada por um coordenador e 6 integrantes, os quais serão responsáveis pela supervisão de SST e meio ambiente, assim como pela realização de auditorias com periodicidade trimestral.

Segundo informado no 2º RSAP, foi contratada em julho de 2013 uma coordenadora para a supervisão ambiental das obras do entorno, vinculada à SOE. Na vistoria de campo realizada pelo consultor independente em setembro, no entanto, não foi verificada a existência desta coordenadora. Segundo informado pelo Coordenador de SST das Obras do Entorno e Terceiros, Myron Tramontini, este coordenará a equipe de 6 profissionais, que realizará tanto a supervisão de SST como de meio ambiente. Recomenda-se que se confirme se a figura desta coordenadora para a supervisão ambiental das OE existirá, e, caso positivo, que se evidencie a sua contratação e que se esclareça qual será a interface desta com o Coordenador de SST das OE, Myron, já que ambos partilharão a mesma equipe.

Conforme constatado em campo, a supervisão das OE já está sendo realizada, focando nessa fase inicial principalmente nas questões de SST e condições do trabalho. Nas inspeções os técnicos também procuram verificar e orientar as subcontratadas sobre as questões relacionadas a meio ambiente, mas a sistematização da inspeção ambiental deverá ocorrer apenas após a finalização do *checklist* com os itens a serem verificados em campo, em fase final de elaboração.

4.2.2

Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)

Tendo em vista o avanço das obras da UHE Belo Monte e a conclusão das atividades construtivas em obras auxiliares, como os Travessões 27 e 55, além do alcance da capacidade de alguns dos bota-foras, o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) assume cada vez maior relevância na análise de conformidade.

Nesse aspecto, o progresso reportado pela Norte Energia no período, relacionado às atividades que integram o escopo do PRAD, é indicado a seguir:

- Plantio de mudas no Travessão 27, totalizando mais de 2700 mudas, com taxa de mortalidade da ordem de 50%.
- Aplicação de hidrossemeadura em taludes de corte, saias de aterro e outras áreas planas no Travessão 27.
- Reconformação do terreno, lançamento de solo vegetal e semeadura em áreas de empréstimo do Travessão 27.

- Reconformação e lançamento de solo vegetal em parte dos bota-foras BF17, BF18 e BF 37 (Sítio Canal de Derivação) e plantio de espécies arbóreas previsto para o período chuvoso de 2013/2014.
- Encerramento e lançamento de solo vegetal em parte dos bota-foras BF11, BF30 e BF36b (Sítio Canal de Derivação) e plantio de espécies arbóreas previsto para o período chuvoso de 2013/2014.
- Reserva de solo vegetal resultante do decapeamento das áreas de intervenção, num total de cerca de 3,5 milhões de metros cúbicos.
- Hidrossemadura dos taludes das áreas de subestação.
- Reconformação dos taludes do BF3 (Sítio Belo Monte).

As informações obtidas com técnicos do CCBM e da Norte Energia, somadas às observações efetuadas durante a inspeção técnica realizada em setembro/13 ao longo dos acessos implantados, jazidas e principalmente de bota-foras, permitem afirmar que as ações executivas do PRAD são incipientes.

No caso da recuperação de bota-foras, as ações de recuperação não aparentam ter a devida sinergia com as ações construtivas. O bota-fora 3 (BF3) ilustra tal aspecto. Trata-se, segundo informações de técnicos do CCBM e da Norte Energia, de bota-fora que se encontra no limite de sua capacidade. No entanto, a exploração da área não foi efetuada de forma que ao fim da utilização do bota-fora se chegasse a uma configuração prevista em projeto geométrico, o que exigiu, por parte do CCBM, a total reconfiguração da área. Somente após tais atividades de movimentação de terra no interior do bota-fora é que foram executadas as ações de estabilização. No entanto, ainda há ações a serem realizadas para recuperação da área, incluindo o sistema de drenagem superficial, a forração vegetal e a execução de plantios de espécies vegetais nativas. A mesma situação estava a ser repetindo no BF4, mas a forma de lançamento do material foi corrigida, além de ter sido dado início à construção de um dique perimétrico de blocos de rocha. Aparentemente, o encerramento do BF4 não exigirá grandes movimentações de solo para acerto da sua geometria.

Apesar da Norte Energia relatar as ações de difusão das diretrizes ambientais no âmbito dos PEAT e PCMO, foram verificadas também várias situações de bota-foras menores construídos ao longo de acessos, por exemplo, na Pedreira do Igarapé Ticaruca / Rio Xingu e no Canteiro da Bela Vista. Nessas áreas, o solo foi simplesmente empurrado na vertente, sem maiores preocupações com geometria e condições de estabilidade dos depósitos. Essas áreas também deverão ser incluídas nos PRAD.

4.2.3

Fiscalização Externa – Entidades Oficiais

Segundo informado pela NE, no período (abril de 2013) ocorreu uma vistoria do IBAMA, após emissão do 3º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (janeiro/2013). As inspeções do Ministério do Trabalho são tratadas na **Seção 4.3.4** deste Relatório.

No mês de junho/13 uma equipe técnica da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMA-PA) realizou vistoria às áreas onde serão instalados os sistemas definitivos de abastecimento de combustíveis nos canteiros. Essa vistoria foi realizada como parte do licenciamento dessas estruturas, cujos processos estão em andamento neste órgão ambiental.

Além disso, o IBAMA emitiu, no período, o Parecer Técnico 004933/2013 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, com a avaliação do 3º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011. O PT 4933/2013 tem data de 31/05/2013, mas foi encaminhado à NE apenas em 17/07/2013, por meio da Notificação OF-02001.009681-2013-10-DILIC-IBAMA. Este documento concedeu à NE um prazo adicional de 30 dias para emissão do 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA, previsto inicialmente para 31/07, para que o empreendedor incorporasse, no mesmo, o atendimento a solicitações do PT 4933/2013.

Em 19/07 o IBAMA emitiu a Notificação OF-02001.009795-2013-60 GABIN-PRESI-IBAMA, com pendências relacionadas principalmente a questões do reassentamento e compra de terras, e ao atraso nas obras do Travessão 40 e de drenagem urbana em Vitória do Xingu, Belo Monte e Belo Monte do Pontal, identificadas no PT 4933/2013, e que deveriam ser atendidas em prazos variando de 5 a 120 dias.

4.3

Desempenho de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) da Construção

Nesta Seção são apresentados e comentados os dados de desempenho de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) reportados pela NE em seu 2º RSAP. As informações são divididas em 3 (três) grupos distintos: i) Norte Energia (NE); ii) Obra Principal; e, iii) Obras de Entorno (OEs), cada um contendo também o resultado da missão de monitoramento e avaliação da Consultoria Socioambiental Independente (CSI).

Para consolidação da análise do desempenho de Segurança do Trabalho da Construção foram analisados, além dos resultados reportados pela NE no seu 2º RSAP, os dados coletados na missão de campo, reuniões realizadas com os diversos grupos de trabalho e documentos complementares solicitados e enviados pela NE após a inspeção de campo (ver Lista de Documentos Consultados no **Anexo 1** e Reuniões e Inspeções Realizadas nos Quadros do **Anexo 2**).

Por fim, no **Anexo 5** é apresentado o **Registro Fotográfico de SST** referente às inspeções de campo realizadas no período de 02 a 06 de setembro de 2013.

4.3.1

Norte Energia (NE)

O Sistema de Gestão da NE foi estruturado de modo a que a responsabilidade pelo cumprimento do Programa Ambiental da Construção (PAC) seja das empresas construtoras, paralelamente ao definido pela legislação brasileira de SST, onde cada

empresa deve manter controles sobre seus respectivos funcionários, inclusive a NE sobre os seus.

Para garantir a gestão da saúde e segurança do trabalho dos seus colaboradores diretos (pouco mais de 150 trabalhadores administrativos e supervisores de campo lotados em Altamira/PA), a NE conta com um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), um Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e uma Comissão Interna para Prevenção de Acidentes (CIPA), em conformidade com os requerimentos legais.

A gestão dos funcionários da NE passou a ser registrada de forma estruturada a partir de maio/13, como será melhor descrito adiante, na **Seção 4.3.2**. De acordo com o Relatório Estatístico Mensal (REM) emitido pela NE, existiam em junho 249 funcionários próprios (lotados em Altamira e em Brasília) e outros 66 subcontratados diretos (para as atividades de apoio à gestão do empreendimento).

Apesar do 2º RSAP não trazer dados a respeito da equipe própria da NE, pôde-se constatar que a empresa passou a controlar dados estatísticos mensais de seus funcionários, de suas contratadas diretas, das contratadas para a execução das OE e das empresas executoras dos programas do PBA.

Na inspeção de campo realizada em setembro de 2013, foi possível evidenciar indícios da gestão dos funcionários ligados à NE, pela atuação, de forma compartilhada, da equipe de Segurança do Trabalho das OP e do Engenheiro de Segurança das OE.

A **Tabela 4.3.1.a**, a seguir, reporta os dados da NE e de suas contratadas diretas, acompanhamento este iniciado em maio de 2013.

Tabela 4.3.1.a
Resumo Estatístico Mensal – REM

Mês 2013	Total de funcionários	HHER	Acid. com Afast. ACA	TFCA	Dias	TG	Acid. sem Afast. ASA	TFSA
Mai	134	29.480	0	0	0	0	0	0
Jun	315	67.613	0	0	0	0	0	0
Total Acumulado		97.093	0	0	0	0	0	0
Limites			-	ND	-	ND	-	ND

Fonte: 2º Relatório Socioambiental Periódico – RSAP (abril a junho) e REM emitido pela NE (junho de 2013)

Nota:

- NI: Não definido.

A seguir são apresentados os resultados da gestão de SST para as OE e OP.

Equipe de SST

A NE definiu que a supervisão, acompanhamento e execução de suas atividades internas relacionadas a SST serão realizadas em conjunto pelas equipes de SST - OP e de SST - OE.

Para supervisão da OP a NE contratou equipe externa, a Engenharia do Proprietário de Belo Monte (EPBM), cujos trabalhos são acompanhados pela equipe de SST própria da NE, composta por 1 (um) Coordenador de SST e 1 (um) Técnico de Segurança do Trabalho.

Como já mencionado na **Seção 3.1.3**, as OE e empresas executoras dos programas do PBA serão supervisionadas por equipe própria da NE, composta atualmente (dados de setembro de 2013) por 1 (um) Coordenador de SST e 5 (cinco) Técnicos de Segurança do Trabalho (TST). Essa equipe conta também com uma analista ambiental, a qual, juntamente com os TST, realizará a supervisão de questões ambientais nas OE e empresas executoras dos programas do PBA.

Cabe enfatizar que são muitas as empresas que executam as OE e que devem ser supervisionadas. Grande parte dessas empresas é da região, apresentando baixa cultura de SST. Além disso, essas OE algumas vezes encontram-se bem distantes entre si, dificultando ainda mais as atividades.

Uma mudança bastante considerável ocorrida entre a 1ª e a 2ª missão de monitoramento foi a realocação (hierárquica) da equipe de SST das OE para a Diretoria Socioambiental (DS), enquanto a equipe de SST da NE, dedicada à OP e à EPBM, continua alocada na Diretoria de Gestão (DG).

De acordo com informações obtidas na inspeção de campo de setembro, em breve existirá outra equipe para supervisão das atividades das empresas contratadas para supressão vegetal no Reservatório Intermediário. Essas atividades serão divididas em 5 lotes, todos acompanhados pela mesma equipe de supervisão, que provavelmente estará ligada à DS, mais especificamente à Equipe de SST das OE, já que se trata de supervisão de empresas contratadas diretamente pela NE.

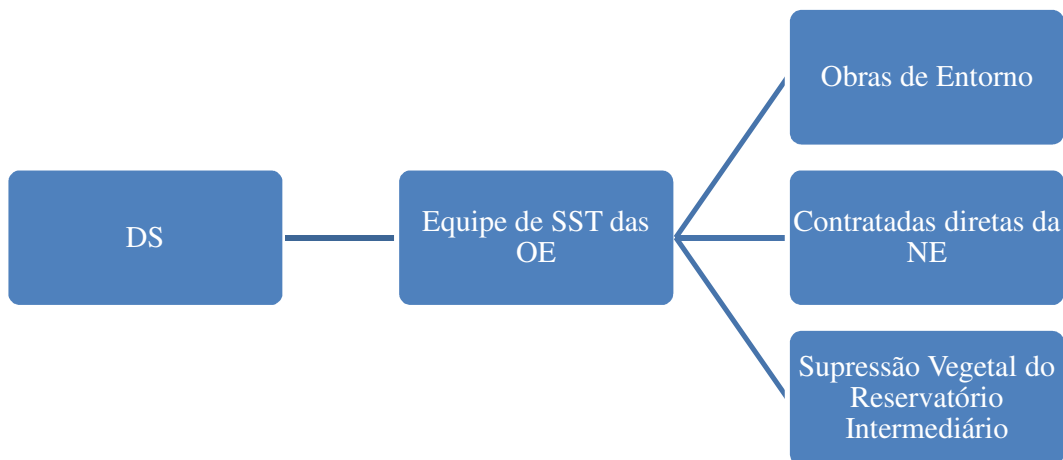
Nas **Figuras 4.3.1.a e 4.3.1.b** constam as informações apresentadas pela NE durante as reuniões e entrevistas realizadas durante a inspeção de campo de setembro. Cabe ressaltar, no entanto, que não foi apresentada qualquer revisão do último organograma da NE.

Figura 4.3.1.a
Estrutura hierárquica da Equipe de SST da OP



Fonte: reuniões e entrevistas realizadas na inspeção de campo de setembro de 2013.

Figura 4.3.1.b
Estrutura hierárquica da Equipe de SST das OE



Fonte: reuniões e entrevistas realizadas na inspeção de campo de setembro de 2013.

Com a recente separação das Equipes de SST em duas diferentes diretorias, cabe à NE avaliar criticamente o alinhamento e eficácia dessa nova estrutura, sempre (e logicamente) com o objetivo de maximizar as oportunidades.

4.3.1.1

Inspeções de Segurança e Saúde da NE sobre as Obras (Principal e de Entorno)

O reporte de informações pela EPBM pautou-se em informações basicamente relacionadas à Segurança da OP, oriundas das suas atividades de supervisão. Para os próximos relatórios recomenda-se com muita ênfase a inclusão, nos RSAP, de informações relativas à supervisão de Saúde Ocupacional das OP.

O 2º RSAP trouxe boas informações de supervisão da OP provenientes do Relatório Mensal da EPBM; porém, a análise com foco em SST ficou ofuscada pelo tratamento dos dados de Qualidade junto com os de SST. Na inspeção de campo de setembro a consultoria independente obteve a informação de que os relatórios seguintes da EPBM serão encaminhados com as informações desmembradas.

O monitoramento e a supervisão de SST das OP realizados através da Engenharia do Proprietário Belo Monte (EPBM) lança mão de: i) Registro de Ocorrência – RO, contendo basicamente a descrição da ocorrência, local, classificação, ações imediatas tomadas, fotos, status e responsáveis; ii) Termo de Notificação (TN); e, iii) Registro de Não conformidade (RNC).

A seguir serão apresentadas as principais ferramentas que a EPBM utiliza em seu processo de supervisão das OP. Os documentos de referência para sua atuação são:

- Procedimento Tratamento de Não Conformidade - GR3-GE00-EBM-QPR-PR-0004;

- Procedimento Sistemática de aplicação e de controle das “spot checks” e critérios de amostragem - GR3-GE00-EBM-QPR-PR-0014; e,
- Plano de Segurança e Saúde do Trabalho - Anexo 22 - Contrato DC-S-001/2011.

Lista de Verificação (LV) – Spot Check

As verificações com LV avaliam desde documentos até a situação de conformidade operacional em campo e as instalações de apoio aos trabalhadores. O produto do monitoramento é a LV preenchida, que gera um resultado expresso em “percentual de atendimento”.

De acordo com documentação apresentada pela NE, a EPBM passou a utilizar LV somente a partir de maio de 2013. No período entre maio e junho de 2013 são apresentados os primeiros monitoramentos através de LV ou *Spot Checks* (Índice de Atendimento; Índice de execução frente ao programado; e Índice de atendimento das pendências).

De acordo com o Relatório Mensal da EPBM emitido em junho, o resultado do desempenho do CCBM em maio foi 87%; porém, houve uma redução bastante significativa em junho, caindo para 64%. Com relação ao índice de execução, no primeiro mês de aplicação foram previstas 60 LV em todos os sítios do CCBM; porém, 50 delas foram efetivadas (83%). No mês seguinte foram previstas 120 LV, sendo que 110 foram aplicadas (92%), resultando em aumento bastante significativo de atividades ou processos sendo avaliados. Entretanto, o aumento de LV aplicadas acarretou uma diminuição do índice de atendimento das pendências, que recuou de 87% para 64%. A **Tabela 4.3.1.1.a**, a seguir, traz as informações que subsidiaram esta análise.

Tabela 4.3.1.1.a
Resultado do desempenho de aplicação de LV

Local	Mês	Índice de Atendimento	Índice de execução (frente ao programado)	Índice de atendimento das pendências
Sítio Belo Monte	Abril	-	-	-
	Maio	100%	100%	100%
	Junho	94%	94%	94%
Sítio Canais	Abril	-	-	-
	Maio	97%	87%	97%
	Junho	63%	100%	63%
Sítio Pimental	Abril	-	-	-
	Maio	59%	113%	59%
	Junho	43%	80%	43%
Sítio Bela Vista	Abril	-	-	-
	Maio	93%	93%	93%
	Junho	55%	97%	55%
Total	Abril	-	-	-
	Maio	87%	83%	87%
	Junho	64%	92%	64%

Fonte: Relatório Mensal da EPBM – Ref.: Junho/2013.

Com base no resultado apresentado na **Tabela 4.3.1.1.a** não ficam claras, no contexto do 2º RSAP, as decisões da NE para melhoria dos resultados. A NE, dessa forma, deverá incluir o reporte da análise crítica do desempenho das OP e das OE, além de seu próprio desempenho. O objetivo desse reporte é conhecer as ações decorrentes dessa análise e sua eficácia.

O foco das LV de segurança no período recaiu sobre as atividades: trabalho em altura, escavação e soldagem, bem como EPI, Ferramentas Manuais e documentos legais de terceiros (do CCBM).

Por fim, cabe enfatizar a necessidade de reverter o significativo decréscimo do fechamento de pendências (Índice de atendimento das pendências) por parte do CCBM.

Registros de Ocorrências (RO)

Desvios, falhas críticas de atendimento ou reincidência por parte do CCBM de obrigações legais ou contratuais leva à abertura dos Registros de Ocorrência (RO). O EPBM, diferentemente da aplicação das LV, iniciou a utilização desta ferramenta em fevereiro de 2013, mesmo que sem estruturação. No primeiro trimestre foram registrados 23 RO, todos fechados (100% de índice de atendimento). Já no segundo trimestre houve uma intensificação e estruturação de aplicação, o que resultou na abertura de 67 RO, tendo sido fechados 53 (79% de índice de atendimento no trimestre). No desmembramento de dados entre os sítios construtivos, destaca-se o Sítio Belo Monte como principal contribuinte para essa diminuição do nível de atendimento.

Tabela 4.3.1.a

Resultado do desempenho de Registros de Ocorrência (ROs)

	ROs abertos	ROs respondidos	Percentual de atendimento
Jan	0	0	-
Fev	4	4	100,0%
Mar	19	19	100,0%
Abr	16	16	100,0%
Mai	22	18	81,8%
Jun	29	19	65,5%
Total	90	76	84,4%

Fonte: 2º Relatório Socioambiental Periódico – RSAP (abril a junho)

Tal como ocorreu com as pendências oriundas da aplicação de LV, aqui também se observa uma queda bastante considerável no índice de atendimento das pendências (de maio para junho). Cabe à NE, em conjunto com o CCBM, avaliar os reais motivos que levaram à diminuição do índice de atendimento do primeiro para o segundo trimestre.

A análise do EPBM em seu relatório mensal (junho) categorizou os RO por atividades, e identificou grande concentração nas seguintes áreas: trânsito (35), trabalho em altura

(22), desmonte de rocha (13) e escavação / taludes / aterros (11). As demais áreas resultaram em poucos registros.

Nesse ponto, é possível fazer um cruzamento com as observações em campo:

- Trânsito: existe, por característica da obra, um volume bastante considerável de veículos circulando por vias definitivas e provisórias, desde funcionários próprios até terceirizados, visitantes e empresas como a NE, EPBM e as executoras dos programas do PBA;
- Trabalho em altura: a obra está numa fase em que muitas estruturas passaram da fundação e estão sendo desenvolvidas em altura;
- Desmonte de rocha: ainda continuam com bastante intensidade os trabalhos de desmonte de rocha; e,
- Escavação / Taludes / Aterros: da mesma forma, ainda continuam com bastante intensidade os trabalhos de escavação.

Registro de Não conformidade (RNC)

Apesar do início da mobilização da EPBM ter ocorrido em janeiro de 2013, a supervisão das OP pela empresa passou a ocorrer efetivamente a partir de março. Dessa forma, no período entre janeiro e março foram registradas apenas 11 (onze) RNC nas OP, com encerramento de 4 (quatro) nesse mesmo período.

No acompanhamento da EPBM em março, abril e maio consta a abertura de 85 RNC, das quais apenas 18 (21%) correspondem a Segurança do Trabalho e nenhuma a Saúde. A diferença (79%) corresponde à inclusão das RNC de Qualidade, o que traz ofuscamento à análise. Na inspeção de monitoramento realizada em setembro, a EPBM informou que passou a emitir o Relatório Mensal de SST separado da área de Qualidade, o que poderá ser conferido na próxima missão.

Das RNC da área de Segurança, verificam-se desvios relacionados ao armazenamento e transporte de explosivos, requerendo ainda maior atenção ao manuseio de explosivos, por se tratar de risco grave e iminente, podendo ocorrer acidentes com alto potencial de risco e até fatalidades.

Nesse reporte, o 2º RSAP também não apresenta sua análise crítica ou demonstra ações para correção dos apontamentos feitos pela EPBM. Recomenda-se, assim, que a NE reporte as ações que têm tomado para reverter o quadro.

Termo de Notificação (TN)

Não foram reportados dados relativos aos TN no Relatório Mensal do EPBM ou no 2º RSAP.

Outros registros

No 1º RSAP, referente ao primeiro trimestre de 2013, além do registro de RNC e RO, a EPBM utilizou outros mecanismos de registro de desvios: i) Comunicação Eletrônica (CE); ii) Solicitação de Correção (SC); iii) Solicitação de Ação Corretiva (SAC); e, iv) Solicitação de Ação Preventiva (SAP).

Em inspeção do consultor socioambiental ocorrida em julho, referente a outro contrato de monitoramento, a coordenadora da EPBM reportou que tais mecanismos foram extintos e substituídos apenas por LV, TN e RNC. Dessa forma, os próximos relatórios socioambientais não acrescentarão novas pendências. De qualquer forma, como sugerido nos relatórios anteriores, os registros deveriam ser acompanhados e fechados. Isso feito, o 2º RSAP trouxe dados atualizados até maio de 2013, onde aponta que apenas 44,26% das pendências (SC / SAC / SAP) haviam sido encerradas.

Diante desse contexto, recomenda-se que a NE retome a discussão desse ponto para garantir o encerramento das mesmas, já que os motivos que levaram ao seu registro são pertinentes e válidos.

Ações decorrentes dos trabalhos pela EPBM

Todos os dados resultantes do processo de supervisão pela EPBM são apresentados em reunião gerencial com a NE, além da emissão do já referenciado Relatório Mensal.

É nítida a evolução a cada relatório mensal da EPBM, além dos resultados práticos de melhoria identificados em campo. Entretanto, os resultados do trabalho da EPBM podem e devem ser melhor utilizados. Para tanto, torna-se necessário o alinhamento na geração de informações de supervisão, monitoramento, análise e reporte de informações entre os diversos atores do empreendimento: o empreendedor, a gestora, a coordenadora, a supervisora e a executora. Tal alinhamento possibilitará ações eficazes a partir da supervisão por parte da NE, inclusive trazendo diversos benefícios para o CCBM.

Obras do Entorno

Conforme ressaltado desde o 1º relatório de monitoramento, os dados de supervisão apresentados pela NE abrangem somente a OP, executada pelo CCBM. Ficam, portanto, de fora desse controle todas as OE, as atividades das empresas executoras dos programas do PBA e a própria equipe da NE.

Na última visita de monitoramento pôde-se constatar o aumento da equipe de SST que supervisionará todas as OE e contratadas diretas da NE, incluindo as empresas executoras dos programas do PBA. Naquele momento, a equipe contava, além do Coordenador de SST, com outros 5 (cinco) Técnicos de Segurança do Trabalho (TST).

O início das atividades com a equipe completa deu-se em setembro de 2013. Com isso, espera-se que o próximo RSAP já incorpore dados dessa supervisão. Conforme já

relatado, essa equipe, acrescida de uma analista ambiental, será responsável também por verificar as questões de meio ambiente nas OE.

4.3.1.2

Auditorias de Saúde e Segurança da NE sobre as Obras (Principal e de Entorno)

A metodologia para realização de auditoria de SST da NE foi criada através da Norma “Inspeção, Supervisão e Auditoria de Saúde e Segurança do Trabalho” de 14/08/2013, que possui diversos anexos para padronizar as ações. A responsabilidade sobre essa Norma é da Diretoria de Gestão (DG).

A análise desse documento deixou claro que o mesmo engloba a OP e as OE, assim como os contratados diretos da NE. Entretanto, o que não ficou claro foi o fato desse procedimento também dar diretrizes para a Equipe de SST das OE, tendo em vista que a mesma está locada na Diretoria Socioambiental (DS).

À parte da aplicação desse procedimento, foi realizada, em 22 e 23/05/13, a auditoria no Sistema de Gestão Integrada do CCBM, com foco na Gestão da Qualidade, a qual gerou o registro de 24 (vinte e quatro) RNC e 9 (nove) Observações. Não foi realizada auditoria de SST no período.

A empresa gestora do PBA, a Ferreira Rocha, informou que estão previstas auditorias trimestrais de segunda parte para garantir a implantação do PBA, a serem realizadas pelo NAC (ver **Seções 3.1 e 3.2.1**). Consta no 2º RSAP que a primeira delas está prevista para outubro de 2013.

4.3.2

Desempenho de SST da Obra Principal (OP)

Nitidamente, o CCBM possui um robusto Sistema de Gestão Integrado de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde, Segurança e Responsabilidade Social (QMSSRS), o qual se encontra alinhado com as normas de gestão ABNT NBR ISO 9.001:2008, ABNT NBR ISO 14.001:2004, BS OHSAS 18.001:2007 e SA 8000, além de contemplar o atendimento aos requisitos legais brasileiros de saúde e segurança no trabalho previstos na Portaria 3214/1978 e no conjunto de Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

O CCBM vem emitindo mensalmente para a NE o Relatório Gerencial Mensal da Executora (RGM-E) requerido no Plano Ambiental da Construção (PAC), que traz diversas informações referentes a cada um dos projetos do Programa de Saúde e Segurança do PAC: i) Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho; e, ii) Projeto de Segurança e Alerta, discutidos a seguir.

4.3.2.1

Implantação dos Programas de SST da OP

Saúde Ocupacional

O CCBM desenvolve **atividades de promoção e de preservação da saúde** de seus funcionários através de seu Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), em consonância com o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), priorizando as ações coletivas e buscando a promoção da saúde e prevenção de doenças.

Os **temas de treinamentos** e **TDSMS** foram bastante diversificados e abrangeram diversos grupos de funcionários.

O setor de Saúde Ocupacional, em conjunto com o setor de Benefícios, realiza o acompanhamento dos **funcionários afastados** por doença, licença maternidade ou acidentes de trabalho. Alguns funcionários, após retornarem ao trabalho, utilizam os serviços da sala de fisioterapia.

De acordo com informações da NE, foi realizada vacinação para hepatite B em maio, atividade muito bem recebida principalmente pelos funcionários dos grupos vulneráveis, como as gestantes e os trabalhadores acima de 59 anos.

Atualmente, há um grande número de empresas subcontratadas (cerca de 200), que abrangem cerca de 4.500 funcionários dos cerca de 25.500 funcionários envolvidos nas OP. Devido à necessidade de acompanhar a gestão de saúde ocupacional dessas empresas, o CCBM lança mão de verificações do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO e Atestados de Saúde Ocupacional - ASO dos seus funcionários. Toda irregularidade observada é encaminhada à contratada para solução.

Uma grande dificuldade enfrentada pelo CCBM é a convocação de seus funcionários próprios para realização dos exames periódicos. As convocações são feitas conforme a necessidade, com base no excelente controle que a equipe de saúde mantém; porém, os funcionários não comparecem. Cabe avaliar se esses simplesmente não comparecem, se não são liberados por seus líderes e gestores, ou então se há outro motivo a ser combatido. Não foi possível avaliar se o controle de realização de exames periódicos do CCBM abrange seus terceiros. O 2º RSAP trouxe a informação de que o CCBM intensificará a convocação via TDSMS.

O 2º RSAP traz uma tabela com o número de exames realizados até o mês de maio de 2013; porém, informações complementares para o mês de junho são apresentadas no Relatório Mensal de QSSMSRS do CCBM. A partir de maio o CCBM passou a relatar o número de exames previstos, mas sem relacioná-lo com o previsto. Diante disso, recomenda-se a apresentação, no próximo RSAP, da correlação desses dados com a demanda, ou seja, as convocações que a equipe de saúde periodicamente encaminha para os líderes de campo.

Controle de Doenças Transmissíveis

Em relação às doenças transmissíveis, algumas atividades de controle foram realizadas no primeiro semestre de 2013. São elas:

- Exames de pesquisa de plasmódio (gota espessa) em todos os exames admissionais, periódicos e em todos os casos de controle médico nas Unidades nos casos suspeitos de malária e busca ativa nas frentes de serviço, BLITZ DA MALÁRIA (exames realizados em funcionários onde há prescrição médica, ou seja, apenas em casos suspeitos da doença);
- Avaliação Entomológica;
- Termonebulização;
- Borrifação intradomiciliar; e,
- Orientação técnica nas atividades de desratização e desinsetização.

Em abril e maio de 2013 deu-se continuidade aos exames de pesquisa de plasmódio (gota espessa) nos exames admissionais, periódicos, nos casos de controle médico nas Unidades, nos casos suspeitos de malária, na busca ativa nas frentes de serviço (a chamada BLITZ DA MALÁRIA), além da avaliação entomológica, termonebulização, aplicação de biolarvicida, orientação técnica nas atividades de desratização e desinsetização.

Indicadores de Saúde Ocupacional

Foi registrado, até maio de 2013, um total de 20 (vinte) casos de malária e 5 (cinco) casos de Leishmaniose para um total de 20.105 exames realizados, resultando nos seguintes percentuais de incidências (levando em consideração a média de funcionários do período):

- Malária: 15,2 casos em 100.000 (equivalência)

Referência nacional para casos de Malária: 118,5 casos em 100.000 habitantes no Pará (Fonte: SIVEP-Malária/SVS/MS – Ano de referência 2012)

- Leishmaniose: 3,8 casos em 100.000 pessoas (equivalência)

Referência nacional para casos de Leishmaniose: 46,8 casos em 100.000 habitantes no Pará (Fonte: Sinan/SVS/MS - Ano de referência 2011).

Nos dois casos acima se constata que os resultados do período encontram-se abaixo dos valores de referência para casos de Malária e Leishmaniose no Estado, tendo havido, inclusive, redução no segundo trimestre em relação aos números do primeiro.

A NE informou ainda que em maio de 2013 foi realizado um total de 4170 exames, com os seguintes resultados:

- Belo Monte: 1 (um) diagnóstico positivo para leishmaniose;
- Pimental: todos os exames realizados com diagnóstico negativo;
- Canais e Diques: 3 (três) diagnósticos positivos para malária.

Não foram apresentados dados relativos aos meses de abril e junho, exceto a informação sobre o total de exames realizados - 3283 exames nos 3 sítios.

Quanto às aplicações de termonebulização, houve a aplicação de 52 em abril e 33 em maio de 2013. Não foram relatadas as informações de junho.

O indicador Índice de Absenteísmo (IA) melhorou consideravelmente no decorrer do período analisado, resultando em 0,77% em junho de 2013. Quanto ao indicador que mede o Índice de Satisfação dos Funcionários (ISF), observa-se que apesar dos grandes esforços na mobilização de funcionários, o resultado ficou bem aquém da meta estabelecida. O CCBM indicou em seu relatório mensal que serão definidas para o próximo período ações corretivas para melhoria dos resultados.

Campanhas de Saúde Ocupacional Realizadas

Destaca-se, no período, o início, no Núcleo de RH, da realização dos exames de espirometria, eletrocardiograma e eletroencefalograma, completando assim o quadro de exames indicados na AROEF – Avaliação de Riscos Ocupacionais e Exames por Função. Nesse local já eram realizados os exames de audiometria, raio x, laboratório, pesquisa de plasmodium e exame clínico.

No Dia do Trabalho (1º de maio) foram realizadas atividades conjuntas com a equipe de Qualidade de Vida para verificação de pressão arterial, cálculo de índice de massa corpórea e orientações gerais.

Segurança do Trabalho

Equipe de Gestão e Supervisão de SST do CCBM

No 2º RSAP não foram apresentadas informações sobre o dimensionamento da equipe de SST; porém, é certo que a mesma atende à legislação brasileira. Cabe destacar, entretanto, as várias atribuições dessa equipe, a dispersão geográfica da obra, os meios restritos de locomoção, os turnos e os riscos de atividades frente ao número de executores. Existem treinamentos constantemente sendo aplicados; diversas inspeções sendo realizadas em máquinas, equipamentos e estruturas de andaime, por exemplo; inspeções de frentes de serviço; acompanhamento de empresas terceirizadas; Análises de Acidentes; Análise de Risco; entre outros tantos assuntos.

A Equipe de SST do Sítio Canais possui 21 Técnicos de Segurança do Trabalho. Levando em consideração a grande quantidade de atividades administrativas; caminhões, máquinas, veículos e ônibus para serem inspecionados; inspeções e acompanhamento de detonações, frentes de serviço, empresas terceirizadas; 7 Casas de Apoio ao longo do canal; sanitários; treinamentos; e outras atividades ao longo dos 3

(três) turnos e dos 22 (vinte e dois) km de canal, esse número de técnicos de segurança deverá ser revisto com urgência.

Neste Sítio Canais, durante a inspeção de campo de setembro, foi identificada uma empresa subcontratada realizando atividade de *jet grouting*. Não foi evidenciado que os funcionários dessa empresa haviam participado de TDSMS, que seus equipamentos estavam inspecionados, foram identificados alguns funcionários com pequenas irregularidades no uso de EPIs e não foi constatada existência de APR para a atividade, contrariando os procedimentos internos do próprio CCBM. Diante dessas observações, fica em cheque a demanda de atividades da equipe de SST frente à quantidade de TST efetivamente em campo.

Outro exemplo observado na inspeção de campo, no Sítio Belo Monte, é o acompanhamento das atividades da Usina de Britagem e Concreto, que possui um Chefe de Segurança (compartilhado com outras áreas) das Áreas Industriais e um Técnico de Segurança do Trabalho durante o dia e um Técnico de Segurança (compartilhado com outras áreas) durante a noite. Nesse sentido, é recomendado que a Gestão de SST avalie periodicamente o dimensionamento da equipe em cada um dos turnos, levando em consideração as demandas, riscos, números de desvios decorrentes da VC e VCP, além das Rondas Gerenciais.

Processo de Supervisão Interna e Auditorias de SST do CCBM

Nas inspeções de campo realizadas pelo consultor independente foi possível evidenciar, em todos os canteiros de obras, que o CCBM conta com uma ótima estrutura de recursos humanos e materiais para a implantação dos Procedimentos de SST. Os alojamentos, refeitório, centros de convivências, centros de distribuição de EPIs, salas, áreas de vivência, oficinas de manutenção, CAT - Centro de Atendimento ao Trabalhador, ambulatórios e outros são ótimas instalações e atendem perfeitamente ao fim que se destinam.

De acordo com o *PS CCBM 220 27 – Sistemática de Inspeção de Saúde e Segurança do Trabalho do CCBM* - as inspeções de Saúde e Segurança do Trabalho e as da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - são realizadas em conjunto. As inspeções obedecem a um planejamento acordado entre as Gerências de Segurança do Trabalho e das Unidades. A periodicidade é mensal para os diversos setores das OP.

As **Rotinas de Inspeções de Campo** são diárias e incluem a aplicação de Listas de Verificação relativas à SST para as principais etapas e frentes de trabalho, o que inclui também máquinas e equipamentos considerados críticos, tais como serras circulares, equipamentos de solda, máquinas rotativas e pneumáticas, equipamentos móveis, etc.

Os apontamentos das inspeções são divididos em categorias e em setores, para possibilitar foco no tratamento e priorização das ações. Os resultados das inspeções são especializados em *Mapas de Gestão de QMSSRS*, atualizados mensalmente, com a localização dos setores vistoriados e com maior incidência de acidentes.

Na visita de monitoramento de setembro de 2013 pôde-se constatar a rotina diária de alguns técnicos de segurança e o tratamento dado a seus apontamentos.

O **Registro de Incidente** (identificar e registrar os “quase-acidentes”) é uma ação que envolve toda a força de trabalho. Essa ação tem o objetivo de identificar e registrar os incidentes que ocorrem durante as atividades, para que os mesmos possam ser eliminados antes que venham a ocasionar um acidente. Os treinamentos em percepção de risco estão em andamento. As caixas para coleta dos registros estão em implantação. Um Plano de Ação específico foi estabelecido para implantação desse programa, incluindo um programa motivacional.

A **Ronda Gerencial** está implantada. Trata-se de uma importante ação que envolve toda a equipe de Gerentes, Engenheiros e Líderes na verificação em campo das condições de segurança em que os processos estão sendo executados. Também objetiva evidenciar o comprometimento da alta liderança com a cultura de segurança. Entretanto, analisando os apontamentos dos desvios registrados em campo durante a inspeção do consultor socioambiental, pode-se questionar a efetividade desta ronda da forma como está sendo realizada. Nessa oportunidade foi possível conversar com os líderes (engenheiros e gerentes das áreas), para aferir seu nível de envolvimento no processo. Transpareceu que os mesmos têm participação ativa nesse processo.

A **Gestão da CIPA 2012/2013** do CCBM iniciou suas Reuniões Ordinárias em Agosto/2012. De abril a junho de 2013 foram realizadas as reuniões 9, 10 e 11. Constatou-se, conforme era esperado, a realização, em agosto de 2013, da eleição para o mandato 2013/2014 e sua divulgação (verificação feita no Sítio Canais, Casa de Apoio 6,5).

Não houve reporte de dados referente à gestão da CIPA no 2º RSAP. Face ao exposto, sugere-se a inclusão, nos RSAP, de informações resumidas sobre a gestão da CIPA, seus integrantes e nível de atendimento do plano de trabalho.

Assim como no 1º RSAP, o 2º relatório periódico da NE não incluiu a totalidade de registros e dados estatísticos gerados pelo CCBM no processo de supervisão interna e monitoramento de SST. Além do resultado das ferramentas anteriormente comentadas, interessam ao consultor socioambiental independente, principalmente:

- os registros e situação das não-conformidade e ações corretivas/preventivas;
- o mapeamento de desvios e incidentes com alto potencial de perda;
- os resultados de investigação de acidentes / incidentes;
- os resultados de auditorias, inspeções e fiscalizações de partes interessadas externas;
- as Ações Preventivas e Corretivas decorrentes do processo de gestão de SST (análise de dados) do CCBM.

Esses registros permitirão uma avaliação muito mais sustentada por parte da Consultoria Socioambiental Independente e, portanto dependem de uma melhoria significativa de reporte por parte da NE (ver conjunto de recomendações de melhorias na **Seção 10.2**).

Projeto de Segurança e Alerta

No PAC (item 3.4.2 do PBA) há a determinação da elaboração de 4 (quatro) planos para consolidação das ações contidas no *Projeto de Segurança e Alerta*. São eles: i) Plano de implantação dos sistemas de segurança nas frentes de obra e vias de acesso; ii) Plano de sinalização viária e fluvial para a fase de obras do empreendimento; iii) Plano de comunicação para a população do entorno das obras; e, iv) Plano de divulgação e sinalização para a fase de operação do empreendimento). Não foi evidenciada a consolidação dos mesmos em algum programa, tanto pela NE quanto pelo CCBM.

O projeto de segurança e alerta conta com diversas ações adotadas pelo CCBM, que vão desde a sinalização de vias, cursos d'água, locais e frentes de trabalho, até treinamentos, implantação de procedimentos, monitoramento do nível de aderências aos mesmos e simulados de emergência para aferir o quão preparada está a equipe para enfrentar tais situações e minimizar as perdas.

A sinalização para as detonações é algo levado bastante a sério pelo CCBM, conforme comprovado em inspeção de campo realizada em julho de 2013 para outro contrato de monitoramento, e também reportado no RSAP. Dentre as ações para garantir a segurança dos funcionários estão: i) Inventário dos pontos de isolamento de área; ii) Formalização do AVISO DE FOGO; iii) Acompanhamento do carregamento de explosivos em campo por TST; iv) Isolamento da área 30 minutos antes do primeiro toque; v) Varredura da área interna; e, vi) Sinalização sonora com três toques distintos (30 minutos antes do início; 30 segundos antes de cada detonação e um toque contínuo após o término e liberação da área).

Sinalização viária e fluvial para a fase de obras do empreendimento

O CCBM conta com o *PS CCBM 220 20 – Sinalização Viária*, o qual está alinhado com os requisitos do *Plano de Sinalização Viária e Fluvial para a fase de obras do empreendimento*. Por tratar-se de compromisso do empreendedor e por existir a necessidade de acompanhamento desse importante assunto, sugere-se que o referido plano seja acompanhado pela equipe da Coordenação de SST da NE para as OP e OE, conforme determinado no item 3.4.2.13. *Avaliação e monitoramento* do PAC.

Assim sendo, nos próximos RSAP a NE deverá incluir e analisar criticamente pelo menos os seguintes resultados:

- Índice de acidentes nos eixos viários afetados pelas obras do empreendimento;
- Condições de navegabilidade, sobretudo no trecho de vazão reduzida;
- Percepção por parte do público local das condições de segurança e trafegabilidade nos eixos viários e corpos d'água afetados; e,
- Atendimento ao cronograma proposto.

As condições de segurança do transporte rodoviário nas OP melhoraram significativamente entre as inspeções de monitoramento. Apesar de o CCBM ainda não contar com um *Plano de Segurança do Transporte Rodoviário* para consolidação e

estruturação de atividades, diversas ações já foram adotadas, dentre as quais as seguintes, em implantação ou previstas:

- Os ônibus e veículos leves contam com um sofisticado sistema de rastreamento por GPS, que limita automaticamente a velocidade conforme programado para cada tipo de via de acesso (sem asfalto, com asfalto e rodovia federal de mão única) – **em fase final de implantação;**
- Pavimentação do Travessão 55 – **não iniciada;** e,
- Pavimentação do Travessão 27 – **em fase de implantação.**

O sistema de rastreamento por GPS citado acima encontra-se instalado apenas nos ônibus do CCBM (que transporta a maior parte dos funcionários), não se estendendo aos veículos de todas as outras empresas (subcontratadas do CCBM, EPBM, NE, Ferreira Rocha, executoras dos programas do PBA e demais contratadas da NE).

Observou-se que no trimestre anterior ao período deste relatório houve um aumento bastante significativo de notificações envolvendo as subcontratadas do CCBM (passou de 125 para 224 de fevereiro para março), seguido pelo próprio CCBM (passou de 119 para 185 de fevereiro para março). Em abril houve o registro de 92 notificações e em maio foram 35, observando-se um decréscimo. Não se pode afirmar, entretanto, que o risco diminuiu, tendo em vista o número de notificações não estar relacionado com o volume de blitzes ou com o tempo empregado para tal. Na inspeção de campo de setembro os radares de velocidade estavam (todos) em calibração, fato que contribui para o decréscimo de registros.

Diante desse cenário, torna-se imperativo enfatizar o cumprimento da ação do Plano de Ação, recomendada também no 1º Relatório de Monitoramento Socioambiental, de que se estruture um *Plano de Segurança do Transporte Rodoviário*.

Como forma de minimizar a emissão de poeira nos acessos sem pavimentação asfáltica, é aplicada uma cobertura de pedrisco nas vias e realizada constante umectação através de caminhão-pipa, principalmente nas áreas próximas às sedes das propriedades às margens dos acessos e ao longo dos Travessões 27 e 55.

O Travessão 55 (acesso ao Sítio Bela Vista – apoio às obras dos diques) ainda não foi asfaltado, pois sua ampliação foi recentemente finalizada; porém, as condições de sinalização e manutenção viária no mesmo são muito satisfatórias.

De acordo com o 2º RSAP, durante o mês de abril de 2013 foram instaladas diversas sinalizações fluviais nas obras do Sítio Pimental. Já em maio de 2013 não foi necessária a instalação de sinalização fluvial adicional.

Ainda de acordo com o último RSAP, a instalação de sinalizações fluviais tem como objetivo a interdição e desvio do trânsito aquaviário na construção das obras, garantindo que sejam preservadas as condições de segurança e fluidez do trânsito aquaviário e de acessibilidade, separando seguramente a obra do movimento de embarcações nas vias,

de acordo com as normas preconizadas pela Autoridade Marítima para Sinalização Náutica - NORMAM 17, da Diretoria de Hidrografia e Navegação.

Por ocasião do fechamento do 3º Relatório Consolidado para o IBAMA, a NE informou que fora concluída, em dezembro de 2012, a implantação da sinalização de balizamento das áreas de extração e de despejo de areia do canal de navegação entre as áreas dessas atividades e da delimitação da área de construção do porto. No primeiro semestre de 2013 foi concluída a instalação de sinalização provisória de auxílio à navegação no Rio Xingu, nas áreas do Sítio Belo Monte e Pimental (Fase 1), conforme já fora previsto no 3º RC.

Planos de Emergência e Contingência

A NE iniciou, em dezembro de 2012, o **Monitoramento do Sistema de Transposição de Embarcações (STE)**, e a partir de fevereiro de 2013 iniciou as operações com transposição de embarcações.

O 4º Relatório Consolidado do IBAMA reportou, no âmbito do item 14.2.1, que “durante o período de monitoramento, entre dezembro de 2012 e maio de 2013, não foram registradas ocorrências que ocasionassem a paralisação do STE, portanto não houve necessidade de se colocar em prática as ações previstas no Plano de Contingência”.

Na visita realizada no STE em julho/2013 foi possível evidenciar que o sistema está operando normalmente, com equipe especializada contratada pela NE; que os equipamentos são novos e estão em funcionamento; e, que todas as instalações e equipamentos acessórios para a transposição estavam adequados e disponíveis.

Para garantir a continuidade da transposição e minimizar o impacto sobre a operação rotineira das embarcações, a NE elaborou o *Plano de Contingência para o Funcionamento do STE* (NE-DS-SSE-0027-0 de 29/06/2012), que tem por objetivo especificar as ações e recursos disponíveis para o enfrentamento das situações de paralisação temporária do funcionamento do STE, bem como para a ocorrência de eventos adversos ou acidentes (ambientais e com pessoas).

Durante reunião realizada especificamente para o STE, durante a 2ª missão de monitoramento, ficou claro que ainda existem alguns pontos a serem reestruturados neste Plano de Contingência, de modo que o contrato com a empresa TGS (responsável pela operacionalização) contemple todas as ações ali determinadas. O contrato em vigor tem término previsto para dezembro de 2013. Assim sendo, o novo contrato deverá, segundo a NE, contemplar o alinhamento com o referido plano.

Para suprir eventuais deficiências, no primeiro trimestre de 2013 a NE e o CCBM estabeleceram entre si um *Plano de Contingência Integrado*, que contempla diversas hipóteses de emergência, a comunicação entre as partes envolvidas e o reestabelecimento da normalidade no menor tempo possível. Entretanto, não foi

evidenciado nenhum tipo de simulado em conjunto com o objetivo de testar a eficácia do plano.

Simulados do Plano de Ação de Emergências do CCBM

O CCBM mantém exercícios simulados conforme previsto no PAE. Entretanto, no segundo trimestre de 2013 foram registrados apenas 12 (doze) simulados, conforme demonstra o **Quadro 4.3.2.1.a**, a seguir.

Quadro 4.3.2.1.a

Descrição dos simulados de emergências de Saúde e Segurança do Trabalho realizados de Janeiro a Maio/13

Cenário	Número de Simulados	Número de participantes	Locais de Realização
Incêndio e explosão	02	29	Aterro sanitário; Central de resíduo
Acidente de trânsito	01	09	Acessos
Tombamento de máquinas e equipamentos	02	08	Acesso para elev. 100 Barragem Santo Antonio (B.M.); travessão 50 supressão vegetal (BM)
Acidente com descarga atmosférica	01	13	Área de Montagem
Acidente com perfuro cortante	01	07	Ambulatório (B.M.)
Choque elétrico	02	19	Casa de força 01 (B.M)
Queda de mesmo nível e nível diferente	01	10	Próximo ao Refeitório principal (B.M.)
Vazamento de Produtos Químicos	01	11	Pedreira I – Diques (Bela Vista)
Mal súbito	01	5	Canal de derivação

Fonte: 1º Relatório Socioambiental do BNDS – RSAB – Abril a Junho de 2013 - Complementar.

Ao comparar os dados do **Quadro 4.3.2.1.a** (12 simulados em 5 meses, 3 sítios de obras, 23.339 funcionários no CCBM, 111 participantes em simulados locais apenas do CCBM), são obtidos os seguintes números:

- Média de 9 (nove) participantes por simulado;
- Os simulados ocorreram em locais sob responsabilidade do CCBM; e,
- 0,5% do contingente do CCBM participaram do simulado em 5 meses.

Não foi evidenciado o envolvimento, nos simulados, das empresas subcontratadas da NE, as empresas executoras dos programas do PBA, e a transposição de embarcações. Além disso, a abrangência desse exercício prático poderia ser maior se levadas em consideração as proporções das obras de construção da UHE Belo Monte.

Com o objetivo de melhorar o acompanhamento deste importante item, sugere-se que os simulados planejados sejam tabulados e as informações relativas à execução dos mesmos sejam reportadas no período abrangido pelos relatórios.

Na inspeção de campo de setembro, mais especificamente na reunião ocorrida no Sítio Belo Monte, o CCBM demonstrou possuir sistemática de avaliação de eficácia e adotar ações corretivas mediante pontos de melhorias identificados.

4.3.2.2

Desempenho e Indicadores de SST das OP

Resumo Estatístico Mensal – REM

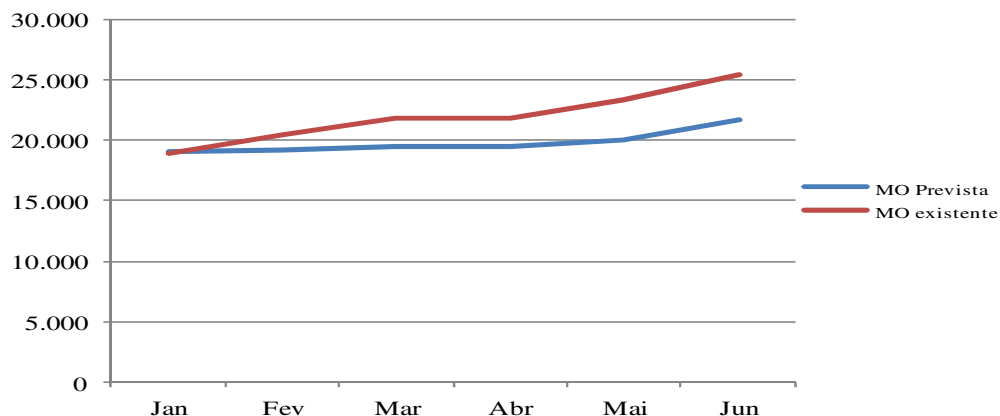
O Resumo Estatístico Mensal (REM) do CCBM tem como objetivo a apresentação de informações de volume de horas trabalhadas (Hora-homem exposta ao risco – HHER), número de acidentes com ou sem afastamento e número de dias perdidos (por afastamento), debitados (por lesões incapacitantes) e transportados (por afastamento quando excede o mês de ocorrência).

Esses dados são cruzados através de fórmulas mundialmente consagradas para reportar a frequência de ocorrência de acidentes com ou sem afastamento por milhão de HHER, além da gravidade reportada através da quantidade de dias (perdidos, debitados e transportados) por milhão de HHER.

Em junho/13 o CCBM contava com mais de 25.000 trabalhadores, conforme demonstrado na **Figura 4.3.2.2.a**, a seguir.

Figura 4.3.2.2.a

Número de Trabalhadores das OP (CCBM e Subcontratadas)



Fonte: Relatório Socioambiental de Atendimento ao BNDS – RSAB – Abril a Junho de 2013

De março a junho foram geradas mensalmente mais de 5 (cinco) milhões de Horas-Homem Trabalhadas HHT, sendo que em junho esse valor já se aproximava de 6 (seis) milhões. Nota-se, na **Tabela 4.3.2.2.a**, a seguir, que houve um aumento de aproximadamente 2.900 funcionários de janeiro a março de 2013 e cerca de 3.600 no trimestre seguinte. Um total de 30,5 milhões de HHT foi acumulado até o final do mês de junho de 2013.

Tabela 4.3.2.2.a
Resumo Estatístico Mensal – REM

Mês 2013	Total de funcionários	HHER	Acid. com Afast. ACA	TFCA	Dias ¹	TG	Acid. sem Afast. ASA	TFSA
Jan	18.879	4.744.090	4	0,84	733(*)	154,51(*)	28	5,90
Fev	20.534	4.468.410	5	1,12	115	25,74	30	6,71
Mar	21.810	5.006.144	5	1,00	473(*)	94,48(*)	30	5,99
Abr	21.885	5.024.037	5	1,00	310	61,70	24	4,78
Mai	23.339	5.413.850	1	0,18	325	60,03	20	3,69
Jun	25.496	5.889.610	5	0,85	401	68,09	27	4,58
Total Acumulado		30.546.141	25	0,82	2.357	77,16	159	5,21
Limites			-	7,00	-	100	-	16,00 ² 12,00 ³

Fonte: 2º Relatório Socioambiental Periódico – RSAP (abril a junho) e REM emitido pela NE (junho de 2013)

Notas:

¹ Dias perdidos, debitados e transportados

² Limite de janeiro/2013

³ Limite revisto para fevereiro/2013 em diante

(*) A Tabela Resumo Estatístico Mensal – REM teve a coluna “Dias” e, por consequência, a coluna “TG” corrigidas em função no cálculo dos dias perdidos, debitados e transportados. A correção tomou como base os valores indicados nos REM encaminhados após a 1ª missão.

O único indicador do REM que superou o limite (valor máximo admitido = 100) foi a Taxa de Gravidade, em janeiro de 2013, que resultou num valor de 154 dias perdidos por 1 milhão de HHT (*corrigido*).

No período de janeiro a junho de 2013 foi registrado um total de 25 acidentes com afastamento, resultando em 2.357 dias de afastamento.

A Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFCA no período permaneceu dentro dos padrões compatíveis com as melhores práticas internacionais, flutuando entre 0,18 e 1,12 acidentes por cada 1 (um) milhão de HHT. Durante o período foi acumulado um total de 30,5 milhões de HHT na OP. O Valor Máximo Admissível (VMA) estabelecido pelo CCBM para este indicador é de 7,0 acidentes por cada 1 (um) milhão de HHT.

A Taxa de Frequência de Acidentes sem Afastamento – TFSA variou entre 3,69 e 6,71 acidentes por 1 (um) milhão de HHT entre os meses de janeiro e junho de 2013, o que é perfeitamente compatível com as melhores práticas internacionais. O Valor Máximo Admissível (VMA) estabelecido pelo CCBM para este indicador é de 16,0 acidentes por cada 1 (um) milhão de HHT.

Não foi possível analisar com profundidade os acidentes ocorridos no período, uma vez que não foram evidenciadas as descrições dos mesmos ou encaminhados os relatórios de investigação das principais ocorrências.

Cabe destacar o empenho do CCBM em registrar desvio, incidentes e acidentes (com e sem afastamento, bem como as fatalidades). Esses registros são lançados em uma pirâmide intitulada como Pirâmide Prevencionista (ou Pirâmide de Frank Bird). A teoria por trás dessa metodologia indica uma proporção histórica entre os registros.

Figura 4.3.2.2.b
Pirâmide Prevencionista – janeiro a junho de 2013



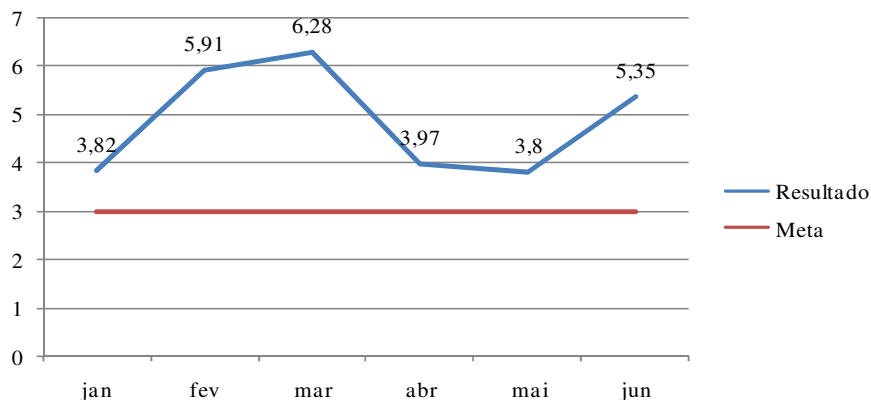
Fonte: 2º Relatório Socioambiental Periódico – RSAP (abril a junho)

Treinamentos de SST do CCBM

O Procedimento do CCBM “*Treinamento, Conscientização e Competência*” – PS CCBM 220 48 tem por premissa identificar as necessidades de treinamentos, conscientização e competência, conforme os requisitos das Normas Internacionais ISO 14.001, OHSAS 18.001 e SA 8.000.

No período, o CCBM realizou (em todos os Sítios) diversos treinamentos, campanhas, palestras, seminários, cursos e Treinamentos Diários de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (TDSMS), que resultaram nos índices mostrados na **Figura 4.3.2.2.c**, a seguir.

Para que haja uma análise mais profunda e correlação entre treinamento de saúde e segurança do trabalho (prevenção) e desempenho (execução), é de suma importância a categorização por tipo de treinamento: Integração, TDSMS, Campanhas, Palestras, Seminários, Cursos, entre outros, bem como a categorização por macro-temas.

Figura 4.3.2.2.c**Índice de Treinamento (IT) da Obra Principal (CCBM e Subcontratadas)**

Fonte: 2º Relatório Socioambiental Periódico – RSAP (abril a junho)

A **categorização por tipo de treinamento** vem de encontro ao fato de que a inclusão do TDSMS e Integração no cômputo desse indicador resulta num “ofuscamento” e manutenção artificial de atendimento da meta de treinamentos específicos de SST (“inchaço” do resultado), que deve ser constantemente objeto de análise crítica pela área de SST e pela Alta Administração. Recomenda-se, portanto, que a meta de treinamento (IT) controle apenas os treinamentos específicos, uma vez que a integração e TDSMS possuem cargas horárias especificadas independentemente da necessidade e demandas decorrentes de acidentes ou não conformidades detectadas.

Já a **categorização por macro-temas** tem como principal foco a possibilidade do CCBM direcionar os temas de acordo com o resultado dos mecanismos de medição e monitoramento já adotados pelo CCBM: registro de acidentes, incidentes, desvios, resultados de listas de verificação e Verificação de Conformidade de Procedimento entre outros. Esse esforço resulta na possibilidade de aumentar a carga de treinamento com foco no tema deficiente ou diminuí-la para centrar esforços em outro tema mais crítico, aumentando assim a eficiência.

Ainda com base no 2º RSAP, como parte do Programa de Capacitação de Mão de Obra, observou-se que os profissionais de Segurança do Trabalho do CCBM realizaram treinamentos de Prevenção de Acidentes Rodoviários, Percepção de Riscos, Verificação Comportamental para Lideranças e Formação de Brigadistas, segurança no Trânsito, Direção Defensiva, PAE CCBM 220 01 – Plano de Atendimento a Emergência, Percepção de Risco, Verificação Comportamental e outros.

Outros indicadores do Sistema de Gestão da CCBM

O CCBM apresenta diversos indicadores distribuídos em prevenção e reação. Dentre aqueles já reportados anteriormente, há o Índice de Horas Extras (IHE) e o Índice de Gestão do SGI (IGSGI), mostrados na **Tabela 4.3.2.2.b**.

Tabela 4.3.2.2.b
Indicadores do Sistema de Gestão da CCBM

Mês	Índice de Horas Extras IHE	Índice de Gestão do SGI IGSGI
Jan	28,3%	83,6%
Fev	19,4%	83,6%
Mar	14,1%	83,6%
Abr	17,0%	83,6%
Mai	14,9%	83,6%
Jun	16,4%	83,6%
Meta ou Limite	Meta < ou = 18,0%	Meta Rampa

Fonte: 2º Relatório Socioambiental Periódico – RSAP (abril a junho)

Ao apresentar esses indicadores e concluir sobre o seu desempenho, o CCBM não determinou ações corretivas para o IGSGI, que não se alterou em nenhum dos meses do primeiro semestre. Na reunião realizada no Sítio Belo Monte, o CCBM relatou que a meta para o IGSGI deverá ser revista, pois só existirá avanço após a certificação e manutenção do SGI do empreendimento. Os desdobramentos dessa informação deverão ser avaliados na próxima visita de monitoramento.

4.3.3

Desempenho de SST das Obras do Entorno (OE)

4.3.3.1

Implantação dos Programas de SST previstos no PAC – OE

Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho

Os relatórios socioambientais periódicos do primeiro e do segundo trimestre de 2013 (1º e 2º RSAP) pautaram-se, quase que exclusivamente, na descrição e análise do desempenho da OP. Como já pontuado anteriormente, cabe à NE lançar mão de ferramentas que garantam a implantação de um Sistema de Gestão que contemple as OE.

No entanto, na visita de monitoramento realizada em setembro de 2013 já foi possível constatar um significativo avanço desde a missão anterior (ocorrida em julho de 2013) em relação à gestão das OE. Dentre as atividades observadas, destacam-se as seguintes:

- Monitoramento através de dados estatísticos (HHER, número de funcionários acidentes e dias perdidos/debitados) das empresas das OE, empresas executoras dos programas do PBA, contratadas diretas da NE e a própria equipe da NE. Implantado a partir de maio de 2013, porém com maior precisão a partir de setembro de 2013;
- Contratação de 5 Técnicos de Segurança para supervisão das OE, contratadas diretas da NE e empresas executoras do PBA, porém esses técnicos acumularão as atividades de supervisão ambiental dessas empresas;

- Pôde-se conferir que alguns dos apontamentos de campo durante a visita em algumas dessas obras já haviam sido identificados pelos Técnicos de Segurança e as respectivas pendências estavam sendo tratadas.

A supervisão dessas empresas passou a ocorrer de forma estruturada e planejada através de cronograma de inspeção e aplicação de lista de verificação somente a partir de setembro de 2013. Portanto, somente no próximo RSAP deverão ser apresentadas informações sobre o desempenho dessas contratadas e eventuais ações de corretivas, dados estatísticos dos desvios e outros anteriormente recomendados por esta Consultoria Socioambiental.

A análise dos dados decorrentes do desempenho das contratadas deverá ocorrer no próximo Relatório de Monitoramento. De qualquer modo, continuam válidas as recomendações anteriores:

- Análise crítica dos indicadores de acidentes com trabalhadores próprios (NE) e de terceiros, análise crítica dos processos de investigação de acidentes e preventivas e ações corretivas e categorização das principais causas básicas para tratamento sistêmico;
- Indicadores de incidentes de alto potencial, análise crítica dos processos de investigação de acidentes e preventivas e ações corretivas e categorização das principais causas básicas para tratamento sistêmico;
- Registro de acidentes envolvendo a comunidade e categorização das principais causas básicas para tratamento sistêmico;
- Análise crítica dos resultados das Listas de Verificação para avaliação do desempenho de cada subcontratada;
- Discussão sobre a eficiência da implantação dos Planos de Emergência / Contingências, além dos resultados dos simulados e após ocorrências reais (se for o caso);
- Implantação de rodízio periódico entre profissionais de SST para evitar a chamada 'cegueira situacional' e possibilitar o aumento da percepção de risco.
- Discussão sobre o processo de supervisão de SST pela NE, com indicadores tais como:
 - Presença em campo;
 - Cobertura amostral e número de inspeções realizadas;
 - Indicadores de NC e Ações Corretivas, bem como se as mesmas estão sendo originadas tardiamente por fiscalização ou proativamente pela própria equipe local;
 - Indicadores de tempo de resposta de Ações Corretivas e Preventivas;
 - Discussão sobre a forma de reporte para a Alta Direção.

Projeto de Segurança e Alerta

A) Plano de implantação dos sistemas de segurança nas frentes de obra e vias de acesso

O 2º RSAP não contemplou o reporte de estatísticas dos acidentes e horas-homem das empresas contratadas da NE, onde está envolvido um contingente significativo de trabalhadores de empresas subcontratadas. Entretanto, tal informação teve seu registro iniciado em maio de 2013 pela NE. Na **Tabela 4.3.3.1.a** consta a transcrição das informações disponibilizadas pelo empreendedor através do Resumo Estatístico Mensal.

Tabela 4.3.3.1.a

Resumo Estatístico Mensal – REM – OE e executoras do PBA (consolidadas)

Mês 2013	Total de funcionários	HHER	Acid. com Afast. ACA	TFCA	Dias perdidos e debitados	TG	Acid. sem Afast. ASA	TFSA
Mai	567	109.316	0	0	0	0	1	9,15
Jun	787	164.632	1	6,07	3	18,22	2	12,15
TOTAL ACUMULADO (*)		273.948	1	3,65	3	10,95	3	10,95
Limites			-	ND	-	ND	-	ND

Fonte: Relatório Estatístico Mensal emitido pela NE – Maio e Junho de 2013

Nota:

(*) O resultado apontado como “Total Acumulado”, na verdade se refere ao período disponível de dados, ou seja, maio e junho de 2013.

A NE passou a monitorar o desempenho de suas contratadas somente a partir de maio de 2013. As contratadas da NE passaram de um total de 567 para 787 funcionários (39% de aumento) de maio para junho, tendo ocorrido 1 (um) acidente com afastamento e 3 acidentes sem afastamento. Constam também, no REM emitido pela NE, 27 incidentes em maio e 18 em junho, reforçando a importância do monitoramento para possibilitar a gestão das subcontratadas.

Devido à lacuna de dados nos primeiros 4 (quatro) meses do ano, torna-se imprescindível a recuperação dessas informações das contratadas, para que a NE possa tomar ações corretivas ou preventivas dependendo do desempenho acumulado.

No primeiro trimestre (em 13/03/2013) ocorreu um acidente com óbito, referente à colisão entre um caminhão e uma Kombi de uma empresa subcontratada da NE (Biota). Este fato por si só contabilizaria 6.000 dias debitados no REM, elevando (e muito) a Taxa de Gravidade além dos 10,65 registrados até junho de 2013.

B) Plano de sinalização viária para as OE

O uso de sinalização viária torna-se necessário como medida de controle diante da simples existência de veículos na obra e ao redor da mesma.

O *Plano de Segurança do Tráfego Rodoviário*, parte do Plano de Ação da UHE Belo Monte e recomendado também no 1º Relatório, não foi apresentado até o fechamento deste relatório (ver Plano de Ação no **Capítulo 7.0**). Este Plano deverá incluir medidas de comunicação, educação viária, sinalização temporária e estratégias de coordenação com os setores responsáveis pela gestão do tráfego em todos os municípios afetados pelo conjunto das OEs atualmente em execução, além do alinhamento com a OP.

Nenhuma das ações exemplificadas acima vinha sendo discutida até o primeiro trimestre de 2013, embora o referido Plano já devesse ter sido elaborado desde o final de 2012. De acordo com informações do 2º RSAP (Anexo 2.3.1-4), a NE emitiu Nota Técnica defendendo a criação do plano recomendado. A partir da apresentação desta Nota Técnica, a NE decidiu pela efetiva elaboração do *Plano de Segurança do Tráfego Rodoviário*.

Por outro lado, a situação evidenciada em campo é considerada promissora e em constante evolução², uma vez que medidas têm sido implantadas pelo CCBM e Obras do Entorno, apesar de não se ter evidenciado uma conduta proativa e planejada por parte da NE quando são identificadas notificações de trânsito (registradas pelo CCBM) para funcionários de suas contratadas ou acidentes/incidentes relacionados a trânsito.

Os últimos dois acidentes fatais ocorridos continuam reforçando o alerta desta consultoria para a implantação do *Plano de Segurança do Transporte Rodoviário*. Esse tema continua sendo considerado uma não conformidade pelo Consultor Socioambiental Independente, devendo ser adequadamente gerenciado pela NE, de forma sistemática e coordenada por meio do citado Plano.

4.3.4

Fiscalização Externa – Entidades Oficiais

Na vistoria de monitoramento realizada em setembro de 2013 a NE declarou que o Ministério do Trabalho mantém equipe especializada para fiscalização, não somente nas OP, mas também nas OE. Na inspeção de monitoramento de setembro foram constatadas diversas notificações emitidas para o CCBM (OP) e outras para o CCB (empresa contratada pela NE para construção das residências do RUC, parte das OE).

Essas duas empresas evidenciaram correções para os pontos desconformes; porém, o 2º RSAP não reportou qualquer informação relativa às fiscalizações do período, nem o status da situação das notificações anteriores. Neste sentido, a NE deve garantir o controle para gestão e consequente reporte.

² Durante a inspeção das obras principal e do entorno foi evidenciado que havia boa sinalização.

5.0

Conformidade Legal

Gerenciamento de Condicionantes

No **Quadro 5.0.a** do **Anexo 6** é apresentada a situação de atendimento às condicionantes estabelecidas pelo IBAMA na Licença de Instalação (LI) N° 795/2011. O **Quadro 5.0.a** foi produzido com informações do Capítulo 3 do 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (período de janeiro a junho de 2013), onde é feita a demonstração para o IBAMA do atendimento às condicionantes do licenciamento da UHE Belo Monte. O **Quadro 5.0.a** contém também o status de atendimento às condicionantes com base na avaliação do IBAMA, apresentado no Parecer Técnico 004933/2013 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 31/05/2013, que contém a análise do 3º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011.

Cabe ressaltar ainda que o PT 4933/2013 excepcionalmente alterou o prazo de entrega do 4º Relatório de Andamento do PBA de 31/07 para 31/08/2013, sendo concedidos 30 dias adicionais à NE para incorporação, nesse relatório, de informações requisitadas no referido PT.

Apesar de fora do período de análise do presente relatório é importante ressaltar que após emitir o PT 004933/2013, o IBAMA, em 19/07/2013, notificou a NE (Notificação OF N° 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA) por pendências identificadas no referido Parecer. Tratam-se de 9 pendências a serem atendidas, relacionadas principalmente a questões do reassentamento e compra de terras, e ao atraso nas obras do Travessão 40 e de drenagem urbana em Vitória do Xingu, Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

Em resposta, a NE encaminhou ao IBAMA, em 02/08/2013, a Carta CE 091/2013-PR, com o atendimento aos itens (b), (e) e (f) da Notificação, que tinham prazo de atendimento em 05 dias. O atendimento foi feito com atraso, o qual, no entanto, foi devidamente tratado com o IBAMA (prazos ratificados por meio do OF N° 02001.010541/2013-94 DILIC/IBAMA, de 09/08/2013). Em 23/08/2013 a NE encaminhou ao IBAMA a CE 096/2013-PR, com a resposta aos itens c), g), 3.i) e 3.ii). Os dois outros itens têm prazo previsto de atendimento de 90 e 120 dias.

Em 18/09/2013 o IBAMA encaminhou à NE o OF N° 02001.011895/2013-56 DILIC/IBAMA, requerendo complementação de informações sobre a proposta de alteração do projeto de adequação dos atracadouros das balsas em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, encaminhada ao IBAMA pela CE 091/2013-PR (alíneas i) e ii) do item b)).

A condicionante 2.20 da LI N° 795/2011, especificamente, trata do atendimento aos Pareceres/Ofícios/recomendações estabelecidos pelos demais órgãos intervenientes no processo de licenciamento da UHE Belo Monte. Em relação ao DNPM, ICMBio, MS/SVS e INCRA, a situação reportada na Planilha Síntese do Status de Atendimento

das Condicionantes da LI Nº 795/2011 é de que as ações estão em atendimento e que os órgãos estão acompanhando o processo.

No caso do ITERPA, foi informado ao IBAMA que não cabe manifestação desse órgão, por não haver terras sob seu domínio na ADA da UHE Belo Monte.

Em relação à FUNAI, são apresentados também no **Anexo 6** os **Quadros 5.0.b e 5.0.c**, com a situação de atendimento ao Parecer Nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI e ao Ofício 126/PRES-FUNAI. Assim como para as condicionantes da LI, a situação de atendimento a esses documentos da FUNAI é apresentada semestralmente ao IBAMA no Capítulo dos Relatórios de Andamento do PBA referente ao atendimento de condicionantes.

Já para o IPHAN, no processo de *Due Diligence* foi feita uma avaliação do atendimento às 13 medidas estabelecidas pelo órgão no Ofício Nº 093/11-CNA/DEPAM/IPHAN para serem incorporadas aos programas de arqueologia do PBA. Conforme histórico apresentado na *Due Diligence*, a NE, por meio da carta CE NE 0184/2011-DS, de 30/06/2011, apresentou as considerações sobre o atendimento a essas 13 medidas. No entanto, não recebeu resposta formal do IPHAN sobre esse documento. Há indicativos de que o IPHAN está de acordo com o atendimento ao Ofício 93/11, já que o Ofício Nº 213/2011, emitido em 10/11/2011, aprova os Relatórios Parciais 1, 2 e 3 de andamento dos Programas do PBA, confirmando que os mesmos estão em conformidade com as condicionantes dispostas nos Ofícios Nº 011/11-CNA/DEPAM/IPHAN e Nº 93/11-CNA/DEPAM/IPHAN, e com as Portarias IPHAN 07/1988 e 230/2002.

Situação de Multas e Autos de Infração

No Capítulo 7.0 do 2º RSAP foi evidenciado o acompanhamento processual da NE no período. Foi descrito o andamento de 17 Ações Cíveis Públicas, 2 Ações Ordinárias, 1 Ação Indenizatória, 1 Execução, 1 Processo Administrativo e 2 Procedimentos Administrativos.

A tabela resumo apresentada é semelhante à encaminhada para confecção do 1º Relatório de Monitoramento, referente ao período de janeiro a março, com algumas colunas a menos, que descreviam competência, vara e tipo.

A recomendação do consultor socioambiental feita no 1º Relatório, de que fossem incluídas na tabela resumo 1) coluna inicial com data de abertura de cada processo; 2) datas de cada evento a serem incluídas na coluna de andamento; e 3) coluna final, com o resumo do ocorrido no período de avaliação de cada missão de monitoramento, não foi atendida.

Novamente, o 2º RSAP não inclui a situação dos processos relacionados ao CCBM. Permanece a recomendação de que sejam encaminhados com urgência as multas e autos de infração recebidos pelo CCBM até o momento.

6.0

Andamento dos Programas do PBA

Este Capítulo corresponde à avaliação dos programas socioambientais integrantes do Projeto Básico Ambiental (PBA) do empreendimento. Os Planos, Programas e Projetos do PBA foram avaliados por diferentes técnicos especialistas nas áreas dos meios físico, biótico (ecossistemas aquáticos e terrestres) e socioeconômico. O escopo da análise dos programas incluiu a seguinte abordagem:

- Progresso reportado em Relatório de Andamento do PBA para o IBAMA;
- Progresso reportado em reunião (durante a vistoria de 13 a 17/05/2013);
- Situação verificada em campo (na vistoria de 13 a 17/05/2013);
- Escopo da Revisão Executada pela Equipe do Consultor Socioambiental Independente;
- Análise de Conformidade com o proposto no PBA, em relação a metas, objetivos, ações, metodologia, cronograma, e tratativas com o órgão em caso de alterações;
- Avaliação dos Resultados;
- Sugestões e Recomendações.

O detalhamento da avaliação dos Programas está apresentado no **Anexo 7**. Inicialmente é apresentado o **Quadro 6.0.a**, onde se encontra uma síntese do escopo de todos os Planos, Programas e Projetos, conforme proposto no PBA (versão final de setembro de 2011), bem como eventuais alterações ocorridas em seus objetivos, atividades, metodologia e/ou cronogramas no decorrer do processo de licenciamento do projeto, por interveniência do IBAMA. Em seguida é apresentado o **Quadro 6.0.b**, que contém os resultados da análise do andamento desses Planos, Programas e Projetos, conforme descrito acima.

As recomendações estabelecidas para cada um dos Programas do PBA no **Quadro 6.0.b** do **Anexo 7** estão consolidadas na **Seção 10.2**. No **Anexo 8** são apresentados os Registros Fotográficos que ilustram as atividades dos Programas do Meio Físico, de Vegetação, de Fauna Terrestre, Aquática e Semi-Aquática, de Limnologia e de Ictiofauna, e dos Programas Sociais.

6.1

Andamento dos Programas do PBA-CI

Em razão da aprovação do Plano Operativo do PBA-CI (ocorrida em 01/04/2013), e pressionada pela sequência de invasões indígenas nos canteiros e escritórios (ocorridas entre de junho 2012 a março 2013), a Norte Energia implementou uma ampla reestruturação administrativa. Com isso, a Diretoria de Assuntos Indígenas foi transformada em Superintendência, sendo deslocada da sede em Brasília para a cidade de Altamira. Englobando a Gerência de Estudos Indígenas e a Gerência de Assuntos Indígenas, esta Superintendência, desde junho 2013, está preparada para finalizar o Plano Emergencial, acompanhar a implantação do PBA-CI, bem como desenvolver ações indigenistas relacionadas ao cumprimento das condicionantes do licenciamento

(especificamente aquelas expressas no Parecer 21 e Ofício 126, respectivamente condicionante 2.28 da LP Nº 342, de 01/02/2010, e condicionantes 2.6 e 2.20 da LI Nº 795 de 01/06/2011).

A finalização do Plano Emergencial, desde janeiro de 2013, vem sendo executada através da identificação das pendências junto às comunidades indígenas. A prestação de contas consiste do levantamento das ações realizadas e do orçamento executado junto a cada uma das 34 aldeias e 3 associações integradas ao Plano Emergencial. Tanto as solicitações efetuadas até 15 de setembro de 2012, como as despesas já realizadas, são tabuladas e apresentadas em planilhas às lideranças indígenas. Até o momento já foram realizadas 29 prestações de contas. Em todos os encontros as lideranças foram acompanhadas de representantes da FUNAI. No rito da prestação de contas são apresentadas todas as comunicações internas, ofícios e demais documentos que compuseram as solicitações dos indígenas. Diante dessa apresentação as pendências são negociadas com as lideranças, que têm a oportunidade de substituir solicitações antigas por novos itens.

Os dados consolidados da prestação de contas incluem, até o momento, o atendimento a 19 aldeias (a lista de itens solicitados inclui bomba d'água, colchão, fogão, freezer, informática, bombonas, antena parabólica, DVD player, televisores, câmaras digitais, filmadoras, baterias, motosserras). Segundo o Gerente Operacional da Superintendência, estima-se que essas demandas sejam plenamente atendidas até o final do ano, colocando fim definitivo ao Plano Emergencial. As demandas surgidas após 15 de setembro de 2012 vêm sendo tratadas individualmente, sendo priorizada sua incorporação ao escopo dos programas e projetos do PBA-CI. Segundo o Superintendente, e conforme analisam os técnicos da Superintendência de Assuntos Indígenas, o atendimento ao passivo do Plano Emergencial tem “acalmado” os indígenas, pois estes percebem que suas demandas têm sido contempladas. Segundo Marino Juruna e sua esposa, lideranças da TI Paquçamba entrevistados pelo consulto independente durante a vistoria de campo, os recursos do emergencial estão chegando na aldeia. Na mesma ocasião eles fizeram questão de registrar que o transtorno com a proximidade da obra segue muito grande. De fato, a TI Paquçamba é a TI mais próxima do canteiro de obras, sofrendo diretamente com o barulho e luminosidade constantes.

Além do atendimento às demandas dos indígenas, a finalização do Plano Emergencial tem atuado junto aos ribeirinhos. Até agosto de 2013 já foram atendidas 200 ribeirinhos, sendo a maioria famílias e alguns indivíduos. Estima-se que essa demanda envolva mais 120 atendimentos. Por tratar-se de um caso especial, não previsto com o mesmo detalhe que o componente indígena, todas as solicitações dos ribeirinhos estão sendo atendidas. Diferentemente dos indígenas, tais solicitações estão concentradas em itens de infraestrutura, tais como motor, grupo gerador e material de construção.

Para o **acompanhamento da implantação do PBA-CI** a Superintendência de Assuntos Indígenas foi estruturada em duas gerências: a Gerência de Programas e a Gerência Operacional. Estas duas gerências, instaladas no escritório em Altamira, contam com equipe e recursos específicos.

A Gerência de Programas atua no acompanhamento direto do Plano de Gestão e dos programas, que foram divididos em três grupos. Grupo 01: inclui os programas de Atividades Produtivas, Gestão Territorial e Fortalecimento Institucional. Grupo: 02 inclui os programas de Infraestrutura, Saúde e Supervisão Ambiental. Grupo 03: inclui os programas de Educação Ambiental, Patrimônio Cultural, Reassentamento e Comunicação. Além da interlocução institucional junto aos órgãos licenciadores e setor público, tal acompanhamento consiste na avaliação e adequação dos serviços em relação ao Plano Operativo, com vistas a garantir o gerenciamento de custos, tempo, riscos, aquisição, comunicação e escopo.

A Gerência Operacional está dividida em três equipes para o acompanhamento das ações junto aos indígenas das Rotas Iriri, Xingu e Bacajá/Volta Grande. Para cada rota está alocada equipe composta por indigenista, técnico administrativo e operacional. Destaque-se que foi contratado indigenista com experiência em índios recém-contatados para o acompanhamento de grupos que vivem nas rotas Iriri e Xingu.

Para a execução dos planos e programas do PBA-CI a Norte Energia vem contratando empresas especializadas desde o início de 2013. Em janeiro foi contratada a empresa Agrar/Engetec para o desenvolvimento dos programas de Atividades Produtivas e Supervisão Ambiental. Em 28 de junho foi contratada a empresa Verthic Consultoria para a execução do Plano de Gestão e dos programas de Fortalecimento Institucional, Gestão Territorial, Educação Escolar Indígena, Saúde Indígena, Patrimônio Cultural Material e Imaterial do PBA-CI. Os programas de Reassentamento e comunicação seguiram sob a condução das mesmas empresas, respectivamente Apoen e Biolaw.

Não obstante o escritório da empresa Verthic ainda esteja em implantação na cidade de Altamira, nos dias 13 e 14 de agosto a empresa organizou o Seminário de Planejamento Estratégico do **Plano de Gestão**. Participaram deste seminário os consultores contratados, técnicos da Norte Energia, representantes da FUNAI, SESAI, Secretarias de Educação, prefeituras municipais e observadores do Ministério Público Federal. A opinião de todos os entrevistados foi unânime em definir este como um importante momento para a condução do PBA-CI. O seminário foi dividido em grupos temáticos, que discutiram as ações a serem tomadas a partir do Plano Operativo. Resultou deste encontro não apenas o nivelamento de informações sobre o PBA-CI, mas também, a elaboração da matriz de responsabilidades. Efetivamente, este dois resultados merecem destaque, pois havia grande disparidade no nível do conhecimento sobre o PBA-CI, mesmo entre os técnicos da Norte Energia e funcionários da FUNAI. Com tal nivelamento foi possível avançar na elaboração de matriz de responsabilidade e definir um modo mais eficiente de relacionamento entre consultores, empreendedor e órgão licenciador. Ainda está em curso a adequação dos protocolos, rotinas e relatório. Contudo, já ficou definido que a Verthic fará uso do Sistema de Gestão de Projetos da Norte Energia, promovendo o alinhamento da gestão da informação. Os demais programas contratados pela Verthic encontram-se em fase de mobilização de equipe e instalações (são estes Programa de Fortalecimento Institucional, Gestão Territorial, Educação Escolar Indígena, Saúde Indígena, Patrimônio Cultural Material e Imaterial).

A implantação do **Programa de Atividades Produtivas (PAP)**, parte do contrato com a empresa Agrar/Engetec, já está em andamento desde o início de 2013, quando foram realizados diagnósticos etnoambientais participativos. Este programa está dividido em dois projetos, um voltado à subsistência e outro à comercialização (geração de renda). Os projetos de subsistência junto aos indígenas das rotas Iriri e Volta Grande encontram-se em fase de implantação. Já foram realizados os diagnósticos, os projetos e a aquisição da maior parte dos materiais necessários. Os projetos estão divididos em (1) produção de cultivos anuais consorciados (cacau, mandioca, milho, mamão, castanha); (2) ampliação e manejo de frutas nos quintais; (3) cultivo de hortaliças; (4) pesca para fins comerciais; (5) estruturação de casa de farinha da aldeia. Em agosto a Agrar/Engetec iniciou o diagnóstico junto aos Xikrin, que desde março de 2013 havia limitado as ações do PBA-CI às atuações da ABEX.

Com relação aos Xikrin da **Terra Indígena Trancheira Bacajá**, todas as ações do PBA-CI continuam sendo conduzidas a partir da Associação Bebô Xikrin do Bacajá, como determina o Termo de Parceria assinado entre Norte Energia e ABEX, em 21/12/2012. Os contratos firmados em junho de 2013 para a abertura de estradas e pista de pouso estão em execução. Bepe Kamoti, liderança Xikrin entrevistada durante a vistoria de campo de setembro, faz uma avaliação positiva do andamento da parceria com a Norte Energia, destacando a melhora no relacionamento com a FUNAI.

O **Programa de Realocação e Reassentamento dos Índios de Altamira (PRR)** está em andamento desde fevereiro de 2011, quando foi autorizado pela FUNAI tendo em vista o estreito relacionamento destes indígenas com o público alvo dos programas do PBA Geral. Com a implantação do Plano de Gestão, este programa passou a integrar o PBA-CI.

O **Programa de Comunicação Indígena (PCI)**, em andamento desde março de 2011, consiste em resposta às exigências da LP (Parecer 21). Os relatórios bimestrais apresentados pelo PCI informam sobre a estrutura e manutenção dos equipamentos de radiocomunicação instalados nas aldeias, nas associações e na sede da FUNAI, sobre o número de comunicações realizadas entre as aldeias e o PCI, bem como sobre a utilização do Centro de Informação pelas comunidades indígenas em Altamira. Como indicado no relatório, as visitas e os serviços do Centro de comunicações tem aumentado significativamente desde 2012. Entre os meses de janeiro e agosto de 2013 foram registradas 2360 visitas de indígenas ao Centro de informações. A maioria destes visitantes são indígenas pertencentes à etnia Xikrin. Além destes, estão registradas no mesmo período as visitas de 30 indígenas citadinos e ribeirinhos. Também entre janeiro e agosto o Centro de Informações foi utilizado para a realização de 62 encontros e reuniões, envolvendo diretamente grupos e lideranças indígenas. Estes encontros incluem capacitações e também reuniões entre indígenas, associações e instituições.

As ações do **Programa de Infraestrutura nas Aldeias** seguem em andamento, em consonância às linhas de ação do Plano Emergencial e às condicionantes impostas pela FUNAI. Neste sentido, a Norte Energia está envolvida com a construção de casas, escolas, postos de saúde, postos de vigilância, bases operacionais, sistema de abastecimento de água, além da abertura de estradas, acessos e pistas de pouso.

Segundo informaram os técnicos da Superintendência de Assuntos Indígenas, 274 casas estão em construção em todas as aldeias. As escolas e postos de saúde já têm projeto elaborado e aguardam aprovação dos órgãos competentes. Os poços artesanais nas TIs da Volta Grande estão concluídos e formalmente doados para o DSEI. Na TI Trincheira Bacajá, a ABEX aprovou a empresa que fará a perfuração dos poços. Nas terras indígenas das Rotas Iriri e Xingu os projetos para implantação dos poços artesanais já foram aprovados pelo DSEI e aguardam execução.

A abertura de estradas é tema sensível que mobiliza sobremaneira o interesse dos indígenas, especialmente em virtude das modificações da navegação no Rio Xingu. Sendo assim, a abertura e manutenção das estradas e acessos às Terras Indígenas da Volta Grande e Bacajá têm sido realizadas desde fevereiro de 2012. Duas estradas estão concluídas, garantindo o acesso por terra à TI Paquçamba. Três estradas estão em construção na TI Trincheira Bacajá. Há, contudo, limites institucionais que impedem a conclusão desses trabalhos. Efetivamente, as estradas de acesso às Terras Indígenas Arara da Volta Grande e Paquçamba constituíram, em 12/12/2012, tema principal da pauta de reunião entre lideranças indígenas e Norte Energia. Frente aos questionamentos sobre a construção das estradas, ficou esclarecido que o acesso à TI Arara da Volta Grande não pode ser concluído, pois esta TI, embora identificada, ainda não foi demarcada pela FUNAI, havendo ocupantes não indígenas que impedem o prosseguimento das obras. Tal situação projeta um cenário de crise para o curto prazo, pois embora o acesso por terra seja essencial para os indígenas e constitua uma linha de ação do PBA-CI, a decisão sobre a abertura de novas estradas ultrapassa a governança da Norte Energia.

A construção de postos de vigilância e bases operacionais, como a abertura de estradas, é um tema sensível ao processo de licenciamento. Efetivamente, esta é uma condicionante da LP que integrou o Plano Emergencial como uma das ações de Proteção Territorial. Seis Bases Operacionais e dois Postos de Vigilância já estão construídos. Cada Base Operacional tem acomodações para equipes de 12 pessoas, área de trabalho, sistema de captação de energia fotovoltaica, caixa d'água, acessos e sistema de drenagem. A entrega destas instalações para a FUNAI ainda não foi formalizada, pois há discordâncias com relação às especificações exigidas. Tais discordâncias estão registradas no Ofício 743/DPT/2013/FUNAI que encaminha o Relatório de Vistoria Nº 12/2013/CGMT/DPT/FUNAI-MJ, de 01/08/2013.

As discrepâncias entre os projetos e as obras executadas, destacadas no referido Relatório de Vistoria, criaram um impasse entre empreendedor e FUNAI. De fato, a discussão em torno da conformidade dessas Bases Operacionais mobilizou o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que, através da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC), promoveu reunião interinstitucional com a presença do IBAMA, FUNAI, AGU, MME, Eletrobrás e Norte Energia. Nessa reunião ficou consolidado o cronograma de vistorias e as diretrizes para os ajustes construtivos que se fizerem necessários.

Além de discutir a conformidade das Bases Operacionais, a reunião no MPOG tratou da situação atual do cumprimento da condicionante relacionada à Terra Indígena Juruna do Km 17. Efetivamente, desde a LP ficou definida a condicionante “Eleição de áreas para a Comunidade Indígena Juruna do Km 17”. Por meio dos ofícios 514DPT/2013 e 688/DPT/2013, a FUNAI se manifesta a respeito do cumprimento dessa condicionante. Nesse caso, a discordância recaiu sobre a obrigatoriedade ou não da aquisição da área eleita. Através da mediação do MPOG ficou registrado que, mesmo havendo divergências “quanto à interpretação do termo ‘eleição de área’”, a Norte Energia estabeleceu diálogo com os indígenas no sentido de identificar outra área para aquisição. Como encaminhamento, coube a Norte Energia oficializar, até 30 de agosto de 2013, a proposta de aquisição de área e aceite dos indígenas para a FUNAI. À FUNAI foi determinada a realização de visita de campo e manifestação em 20 dias.

A título de observação complementar sobre o avanço na implantação do PBA-CI é relevante registrar que desde maio de 2013 não ocorreram invasões nos canteiros de obras ou escritórios. Neste período, ganharam estão ganhando visibilidade a reestruturação administrativa, as contratações e as ações de implantação do PBA-CI. Paralelamente o processo de prestação de contas do Plano Emergencial tem, como dizem, “acalmado”, os indígenas. Sobre este reposicionamento dos indígenas é importante citar a manifestação dos indígenas Kayapó, formalizada em 15/07/2013, através do Ofício 112/GAB/CR/KSPA/2013 FUNAI. Através deste ofício o Coordenador Regional da FUNAI Sul do Pará se dirige ao Sr. *Presidente da Eletrobrás* para tratar do assunto: *Novo posicionamento das comunidades Mebengokré/Kayapó do leste do Pará*. Em síntese, esta comunicação informa que os indígenas *aceitam o apoio financeiro para desenvolver projetos que beneficiam as aldeias em várias áreas*. Esta manifestação contraria o conteúdo da Carta Aberta publicada em 05/03/2013 na qual as lideranças indígenas haviam recusado publicamente tais projetos em nome do fortalecimento da luta contra Belo Monte. Assim como a Carta Aberta este *novo posicionamento* é assinado por lideranças de todas as aldeias da região. Esta manifestação das lideranças indígenas é significativa, pois como os Kayapó simbolizam a oposição histórica ao empreendimento, a reaproximação com o Setor Elétrico representa um avanço para a qualificação do diálogo e participação indígena.

7.0

Atendimento ao Plano de Ação Socioambiental

Neste Capítulo avalia-se o cumprimento ao Plano de Ação do Projeto UHE Belo Monte. Conforme já mencionado no **Capítulo 1.0**, nessa segunda missão de monitoramento socioambiental será analisado o atendimento às ações previstas para a data-marco *6 meses após a assinatura do contrato de financiamento*, e aquelas que são atendidas continuamente nos RSAP. Serão avaliadas também as ações pendentes que deveriam ter sido atendidas em datas anteriores, ou seja, antes da assinatura do contrato; antes do primeiro desembolso financeiro; 60 dias após a assinatura do contrato de financiamento; e 90 dias após a assinatura do contrato de financiamento.

Os entregáveis para 6 meses após a assinatura do contrato foram encaminhados em julho de 2013 (RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00).

A avaliação apresentada no **Quadro 7.0.a**, a seguir, será baseada principalmente no atendimento aos prazos de entrega estipulados no Plano de Ação e na suficiência dos documentos produzidos. Como se observa no **Quadro 7.0.a**, cinco ações ou partes de ações tinham atendimento previstos para 6 meses após a assinatura do contrato, as Ações 3a, 27, 37a, 38a e 39a. Dessas, 2 estão em atendimento (3a e 39a), 2 estão parcialmente atendidas (37a e 38a) e uma foi considerada não atendida (27).

Avaliando o Plano de Ação na sua totalidade, observa-se, no **Quadro 7.0.a**, que das 67 ações ou partes de ações com atendimento previsto até a data de emissão do 2º RSAP, incluindo 37 ações e desdobramentos de algumas delas, a situação resultante da avaliação do consultor socioambiental independente é a seguinte:

- 15 ações ou partes de ações são consideradas atendidas (✓);
- 18 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento (✓);
- 11 ações ou partes de ações são consideradas parcialmente atendidas (✓);
- 6 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento ou parcialmente atendidas, mas que merecem maior atenção pelo atraso (✓!);
- 17 ações ou partes de ações são consideradas não atendidas (✓).

Observou-se, da avaliação feita no **Quadro 7.0.a**, que a maior parte das ações pendentes é derivada de problemas de não cumprimento do cronograma original estipulado no Plano de Ação. Assim, na avaliação do **Quadro 7.0.a**, para algumas ações em atendimento ou parcialmente atendidas, mas que tinham prazo de entrega para antes da assinatura do contrato ou para antes do 1º desembolso, para as quais foi identificada essa dificuldade de atendimento explanada no parágrafo anterior, incluiu-se, além da marcação correspondente (✓), também um sinal de alerta (!).




Para encerramento dessas pendências, foi estabelecido excepcionalmente, na 1ª missão, um prazo para regularização e entrega dos produtos acordados no Plano de Ação. Para todas as ações cujos novos prazos foram 30 e 60 dias, ou seja, anteriores à data de emissão do 2º RSAP, não houve atendimento na data estipulada. Apenas no 2º RSAP foi apresentado o avanço no atendimento ao Plano de Ação no período.

Este Quadro será atualizado a cada Relatório de Monitoramento Socioambiental, constando do mesmo a situação de ações pendentes com entregas previstas para antes da missão anterior, bem como a situação de atendimento das ações com entregas correspondentes ao período de corte do Relatório. Decidiu-se que ações atendidas não serão subtraídas do Quadro, para que se tenha sempre a noção do número de ações atendidas em relação ao total de ações.

O atendimento às ações foi verificado pelo consultor socioambiental por meio da análise de documentos e relatórios apresentados, entrevistas e reuniões, e por meio da inspeção de campo realizada entre os dias 02 a 06 de setembro de 2013.



Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Princípio do Equador 02 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 01								
Avaliação Ambiental e Sistema de Gestão / Implementação / Instalações Associadas	Ação 1: Acompanhar os impactos ambientais decorrentes da implantação do Sistema de Transmissão para interligação da SE Belo Monte ao SIN.	1. Antes do 1º Desembolso Financeiro	Evidências de que os traçados das LTs que são instalações associadas ao projeto não interceptam TIs, UCs de Proteção Integral, ou outras áreas protegidas.	A NE apresentou, como anexo ao RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, mapa com a situação do traçado das LTs associadas ao projeto em relação às áreas protegidas e UCs.	A ação foi <u>atendida</u> no prazo estabelecido. No Mapa apresentado, na escala 1:500.000, é possível visualizar o traçado das LTs 69, 230 e 500 kV em relação a Terras Indígenas e Unidades de Conservação.			
		2.Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental	Informar nos RSAP sobre o estado do processo de licenciamento das LTs.	No 1º RSAP há informações apenas sobre as LTs 34,5, 69 e 230 kV, que são destinadas a fornecer energia às obras da UHE Belo Monte. Não há menção ao licenciamento da LT 500 kV para interligação da SE Belo Monte à SE Xingu. No 2º RSAP a NE esclareceu que o processo de desbloqueio da LT de 500 kV ainda não foi formalizado junto ao IBAMA, e que os materiais solicitados na recomendação estão em elaboração e serão e encaminhados concomitantemente à demanda do IBAMA.	Análise 1ª missão: Para atender à condicionante 2.4 c) da LI 795/2011, a implantação da LT 500 kV está condicionada à apresentação, ao IBAMA, do traçado da Linha sobre imagem de alta resolução, com discriminação da faixa de servidão e acessos a serem abertos para sua implantação. Assim, 1º Relatório de Monitoramento recomendou-se que essas informações, quando preparadas para o IBAMA, fossem encaminhadas também no RSAP. Recomendou-se que LTs e estradas existentes fossem incluídas na Figura, para verificação do posicionamento do traçado da LT 500 kV em relação a essas infraestruturas. Análise 2ª missão: Diante da resposta da NE encaminhada no 2º RSAP, considera-se que esta ação não apresentou avanço no período, permanecendo com status de <u>Em Atendimento</u> . Permanece a recomendação de apresentar o traçado da LT 500 kV sobre imagem de alta resolução, com indicação da faixa de servidão, acessos a serem abertos para construção e LTs e outras infraestruturas existentes, quando do desbloqueio dessa estrutura no IBAMA.		No RSAP, quando do desbloqueio da LT de 500 kV	Traçado da LT 500 kV sobre imagem de alta resolução, com indicação da faixa de servidão, acessos a serem abertos para construção e LTs e outras infraestruturas existentes
Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Procedimento de Gestão de Mudanças	Ação 2: Elaborar o Procedimento de Gestão de Mudanças de projeto, de forma a sistematizar a incorporação das variáveis ambientais e a análise de alternativas técnicas e locais. O procedimento deve ainda ser estruturado de modo a sistematizar as informações e documentação associada, o que inclui estudos complementares para composição de linha base, estudos locais, comparação das mudanças do <i>footprint</i> do projeto e manifestação e aprovação	Antes do 1º Desembolso Financeiro	Apresentar o procedimento.	No prazo estabelecido para a ação, a NE apresentou, como anexo ao RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, a versão preliminar do procedimento, informando que o mesmo se encontra em processo de análise e aprovação. No 2º RSAP a NE informa que o procedimento de Gestão de Mudanças de Projeto será revisado com vistas à sua integração com o PS NES GABM SGA 001/2013 - Padrão de Sistema para Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais, devendo ser encaminhado para avaliação no 3º RSAP. A NE ressalta que realiza reuniões semanais de planejamento e produção, nas quais a <u>equipe de SST</u> da NE acompanha as mudanças de projeto, atuando em conjunto com CCBM e EPBM para a adequada supervisão. Informa que serão produzidas evidências deste acompanhamento para inclusão no 3º RSAP.	Análise 1ª missão: A ação é considerada <u>em atendimento</u> . A versão preliminar do procedimento foi encaminhada no prazo estabelecido, mas ainda não foi apresentado o procedimento aprovado. A versão preliminar foi analisada e considerada adequada ao empreendimento, porém ressalta-se que o documento apresentado não faz referência ao Padrão de Sistema para Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais (PS NES GABM SGA 001/2013), que estabelece a metodologia para avaliação de novos impactos e, também, não estabelece a necessidade de análise, pela área de segurança do trabalho, das eventuais mudanças identificadas para o Projeto. Análise 2ª missão:		30 dias	Procedimento aprovado incorporando os comentários mencionados pela JGP

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	do IBAMA.				Conforme informações disponibilizadas pela NE no 2º RSAP essa ação continua <u>em andamento</u> , pois o procedimento será revisado para incluir as recomendações da JGP e apresentado para avaliação no próximo RSAP.			
Avaliação Ambiental / Suficiência do EIA / Linha Base Ambiental	<u>Ação 3a</u> - No âmbito do Programa de Conservação e Manejo da Flora, complementar o diagnóstico da flora nos campos inundáveis (vegetação herbácea sem palmeiras) e na vegetação de corredeira das Formações Pioneiras com influência fluvial e/ou lacustre por meio de coleta de material botânico. Integrar esses dados com o monitoramento da fauna, a fim de avaliar o impacto da eliminação dessas formações vegetacionais sobre a fauna.	1ª parte - 6 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento	Apresentar metodologia para realização da coleta complementar.	No prazo previsto (01/07/2013) foi entregue o RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, onde se informa, em relação à complementação dos estudos da flora, que nos levantamentos realizados na área de influência direta do empreendimento não foram detectados campos inundáveis, os quais ocorrem na região da planície da Bacia Amazônica no Baixo Rio Xingu. Caso campos inundáveis significativos sejam efetivamente identificados, metodologias padrão para levantamento fitossociológico de estrato herbáceo serão empregadas para sua caracterização.	<p>O EIA do empreendimento havia indicado a ocorrência de campos inundáveis na AID e na ADA (item 7.2.8.1 - Uso e Ocupação do Solo e Cobertura Vegetal), dos quais não haviam sido levantados dados primários pelo diagnóstico da flora. No caso das da vegetação de corredeiras (pedrais), haviam sido registradas apenas duas espécies no EIA.</p> <p>Nesse sentido, solicitou-se a complementação da caracterização desses tipos vegetacionais por meio de coletas botânicas, os quais são considerados importantes fontes de alimentos para a fauna.</p> <p>Na vistoria realizada em setembro de 2013, o Coordenador da Flora da Norte Energia (Miguel Lazuolo) informou que, a fim de atender a essa solicitação, foram feitas buscas por campos inundáveis na área de influência do empreendimento, no entanto, os mesmos não foram encontrados. Na realidade, verificou-se tratar de uma vegetação inundável secundária, o que não justificaria a sua caracterização visando atender aos Princípios do Equador. Entretanto, não foram apresentadas evidências da realização dessa busca e de seus resultados. Quando essa solicitação for atendida, será retirada a ação 3b deste plano, a seguir, prevista para 1 ano após a assinatura do contrato de financiamento.</p> <p>No caso da vegetação de corredeira, a complementação da caracterização de sua flora tem sido realizada no âmbito do <i>Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras</i>.</p> <p>A ação é considerada <u>em atendimento</u>.</p>		30 dias	Apresentar relatório evidenciando a busca realizada por campos inundáveis na área de influência do empreendimento e seus resultados, demonstrando a inexistência dessa vegetação.
	<u>Ação 3b</u> - 1 ano após a assinatura do Contrato de Financiamento.							
Avaliação Ambiental e Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Identificação e Avaliação de Impactos e Riscos	<u>Ação 4:</u> Elaborar procedimento para acompanhamento da ocorrência dos impactos declarados no EIA, e para identificação e avaliação de novos impactos que possam surgir no decorrer do Projeto. No caso de novos impactos, os mesmos deverão ser avaliados conforme metodologia utilizada no EIA.	Antes do 1º Desembolso Financeiro	Apresentar minuta do procedimento.	<p>No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, a NE informou que o procedimento estava em elaboração e seria encaminhado em fevereiro de 2013.</p> <p>No RT_002_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00” a NE apresentou o procedimento para Acompanhamento e Atualização periódica dos impactos - PS – 006 – 2012 – DS – IMP – R001, já validado, e informou que o mesmo seria integrado ao sistema de gestão e aplicado aos relatórios periódicos dos Princípios do Equador (primeiro relatório a ser emitido em 30/04).</p> <p>No Anexo 2-1-1 do 1º RSAP foi incluída a Planilha de</p>	<p><u>Análise 1ª missão:</u> <u>Em atendimento.</u></p> <p>A ação não foi atendida no prazo, mas, quando encaminhado (com atraso de cerca de 60 dias), o procedimento já consistia na versão validada. O procedimento foi avaliado e considerado adequado.</p> <p>A Planilha de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Significativos e das Ações de Gestão da UHE Belo Monte corresponde à primeira aplicação da ferramenta de Acompanhamento e Atualização periódica</p>		3º RSAP	Ferramenta de acompanhamento das novas ações propostas na Planilha de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos


Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Significativos e das Ações de Gestão da UHE Belo Monte.</p> <p>No 2º RSAP a NE informou que no procedimento de atualização periódica dos impactos já está previsto o acompanhamento das ações propostas para os novos impactos, bem como a definição e/ou detalhamento das atividades necessárias para implementação, em sua plenitude. Evidências mais detalhadas serão fornecidas a partir do próximo RSAP, considerando-se o aporte de profissionais especializados nos diferentes temas à equipe de gestão. A NE informa ainda que está em constituição o NAC – Núcleo de Análise Crítica do PGA, formado por consultores especializados, cujo objetivo será acompanhar os procedimentos e resultados das atividades da NE, em cumprimento ao estabelecido no PBA e demais documentos que regem os compromissos da empresa.</p>	<p>dos impactos, tendo resultado na identificação de 11 novos impactos (4 considerados de alta magnitude) e reclassificação de 26 impactos (com 7 passando de média magnitude para alta)</p> <p>Para vários impactos, incluindo novos, para os reclassificados e até para os que permaneceram foram propostas novas ações de gestão. A esse respeito, recomenda-se que NE estabeleça uma ferramenta para acompanhamento das ações propostas na coluna denominada “Novas Ações de Gestão Propostas”, bem como a definição e/ou detalhamento das atividades necessárias para implementação, em sua plenitude, dessas novas ações.</p> <p>Análise 2ª missão: Considera-se essa ação ainda com status de <u>Em Atendimento</u>.</p> <p>A resposta fornecida pela NE no 2º RSAP não evidencia a existência de acompanhamento da efetiva implementação das ações propostas para novos impactos identificados ou para impactos cuja magnitude foi reclassificada.</p>			
Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Sistema de Gestão Ambiental da Obra	Ação 5: Toda a documentação dos sistemas de gestão da NE e CCBM deverá evidenciar a comparação de cada parâmetro monitorado/controlado com os Padrões de Desempenho do IFC e com os Princípios do Equador.	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar revisão dos documentos dos Sistemas de Gestão que fazem referência a parâmetros comparáveis.	<p>No ANEXO I do RT_003_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 são apresentados os instrumentos dos sistemas de gestão da NE e do CCBM, descritos no corpo do relatório, junto com exemplos para sua adequada compreensão.</p> <p>No 2º RSAP a NE informa que esta recomendação tem sido encaminhada ao CCBM, o qual se manifesta em termos contratuais alegando o atendimento aos parâmetros citados. A NE informa que insiste na demanda e aguarda posicionamento do consórcio construtor.</p>	<p>Análise 1ª missão: <u>Parcialmente atendida.</u></p> <p>No Manual do Sistema de Gestão do CCBM informa-se que o mesmo observa as políticas e diretrizes ambientais e sociais do IFC e do Banco Mundial. No entanto, no que diz respeito a parâmetros comparáveis, conforme observado no 1º RSAP e de acordo com informação obtida em reunião com a equipe de meio ambiente do CCBM por ocasião da vistoria, verificou-se que a comparação dos parâmetros monitorados é realizada apenas com os limites estabelecidos pela legislação brasileira.</p> <p>Análise 2ª missão: Considera-se essa ação ainda com status de <u>Parcialmente Atendida</u>.</p> <p>Na vistoria de campo realizada em setembro/13 o consultor independente reuniu-se com representantes do CCBM para identificar qual a dificuldade encontrada para atendimento a esta recomendação. Verificou-se que o CCBM na verdade desconhece os parâmetros do IFC que deve utilizar na comparação. O consultor independente então se comprometeu a encaminhar ao CCBM esses parâmetros, o que foi feito no dia 10/09 (via NE). O consórcio, por sua vez, comprometeu-se a incluir esses parâmetros na verificação da eficiência dos</p>	✓	Evidências a partir do 3º RSAP	Relatórios Gerenciais Mensais produzidos pelo CCBM (Executor do PAC) como anexo ao RSAP


Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					monitoramentos que realiza.			
Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Sistema de Gestão Integrada de Programas Ambientais	Ação 6: Apresentar o Plano de Ação de Emergência solicitado pelo IBAMA no Parecer Técnico 143/2011, referente ao atraso na implementação das ações antecipatórias (condicionante 2.11 da LP).	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar o Plano de Ação de Emergência	<p>No RT_003_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE informa que considera que os atrasos na implementação das ações antecipatórias tiveram, no decorrer do processo, ajustes de cronograma tratados com o IBAMA. A partir da emissão do PT 143/2011 foram elaborados diferentes documentos e revisões dos programas socioeconômicos, incluindo as ações antecipatórias nas áreas de educação, saúde e saneamento. Os resultados e status são reportados nos relatórios de atendimento às condicionantes do IBAMA. Informou que no 1º RSAP seriam destacadas estas atividades, cujos resultados vêm sendo acompanhados de perto pelo IBAMA. No 1º RSAP, a situação reportada em relação às obras do entorno foi consolidada na Seção 4.1.2 do Relatório de Monitoramento Socioambiental.</p> <p>Assim como no relatório periódico anterior, o 2º RSAP também apresenta o status de andamento das obras do entorno (ver Seção 4.1.2 deste Relatório). A NE ressalta ainda que as obras de saneamento, entre outras, estão entre os pacotes de trabalho definidos na gestão com acurácia, devido às datas estabelecidas para a operação da UHE Belo Monte.</p>	<p>Análise 1ª missão: <u>Em relação às obras em Altamira, Vitória do Xingu, Belo Monte e Belo Monte do Pontal:</u> Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – <u>em atendimento</u>. Estação de Tratamento de Água – ETA e Tratamento de Esgoto ETE - <u>em atendimento</u> Aterro Sanitário – <u>em atendimento, com 18 meses de atraso</u> – solicitada prorrogação. Remediação do Lixão – <u>em atendimento</u>. Drenagem Urbana – <u>em atendimento</u>. Educação – <u>em atendimento</u>, inclusive com a análise de suficiência solicitada. Saúde - <u>em atendimento</u>.</p> <p><u>Em relação às obras em Anapu:</u> Educação – <u>em atendimento</u>, inclusive com a análise de suficiência solicitada. Saúde - <u>em atendimento</u>.</p> <p><u>Em relação às obras em Brasil Novo:</u> Educação – <u>em atendimento</u>, inclusive com a análise de suficiência solicitada. Saúde - <u>em atendimento</u>.</p> <p><u>Em relação às obras em Senador Porfírio:</u> Educação – <u>em atendimento</u>, inclusive com a análise de suficiência solicitada. Saúde - obras concluídas. <u>Atendida</u>.</p> <p><u>Em relação às obras em Pacajá</u> Saúde - obra concluída. <u>Atendida</u>.</p> <p>Análise 2ª missão: <u>Obras em Altamira e Vitória do Xingu:</u> Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – <u>em atendimento</u>. Aterro Sanitário – <u>em atendimento com análise do projeto pela prefeitura</u> Remediação do Lixão – <u>em atendimento</u>. Drenagem Urbana – <u>em atendimento</u>. Educação – <u>em atendimento</u>. Saúde - <u>em atendimento. Não foi evidenciada análise de suficiência solicitada pelo IBAMA</u>.</p> <p><u>Obras em Belo Monte e Belo Monte do Pontal:</u> Abastecimento de Água - <u>em atendimento</u> Aterros Sanitários - <u>em atendimento, com atraso</u> Drenagem Urbana - <u>em atendimento</u>.</p>		6 meses Próximos RSAP	<p>Enviar a resposta do IBAMA quanto às prorrogações dos prazos.</p> <p>Continuar a incluir o status das obras, conforme executado no 2º RSAP.</p> <p>Na avaliação quanto à suficiência dos equipamentos de educação, considerar a distribuição geográfica das unidades para verificar se há pressão na estrutura educacional por localidade e se esta é causada pelo empreendimento.</p> <p>Apresentar justificativa ou aceite do IBAMA para a não apresentação da avaliação de suficiência dos equipamentos de saúde.</p>



Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Plano(s) de Compensação Ambiental (excluindo os que fazem parte do PD 06)	Ação 7a: Apresentar, no âmbito do Programa de Compensação Ambiental, tratativas com o IBAMA sobre o atendimento ao Decreto Federal Nº 6.640/08 (Art. 4o, § 1o) e à Instrução Normativa MMA No 2/2009 (Art. 21).a , que preveem preservação de duas cavidades de igual relevância, como compensação para cada cavidade permanentemente inundada ou impactada pelo projeto.	1. 3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	1. Apresentar resultado das tratativas com o IBAMA sobre a questão da compensação relacionada a cavernas.	<p>No ANEXO II do RT_003_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 foi apresentado o histórico das tratativas com o IBAMA, desde o protocolo do EIA-RIMA (2009). São destacados os estudos sobre a relevância espeleológica das cavidades naturais e os estudos iniciais de bioespeleologia. No item 3 pode ser observado o histórico das informações bem como a lista de documentos que referencia o tema.</p> <p>Resumidamente, segundo a NE, as demandas estão associadas à condicionante 2.24 da LP 242/2010. No entanto, devido às alterações do projeto executivo da obra, foram evitadas interferências sobre cavidades naturais, alterando o panorama inicialmente abordado no EIA-RIMA.</p> <p>Subsidiada pelo documento “Considerações Técnicas Sobre Condicionantes da Licença Prévia 342/2010” (apresentado no Anexo II do RT_003_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00), foi realizada uma reunião técnica entre a NE e o IBAMA, na qual o órgão emitiu documento com compromissos e indicações de ações visando a complementar o EIA-RIMA e dar prosseguimento ao processo de licenciamento de instalação. Foram iniciados estudos complementares que resultaram na análise de relevância das cavidades e indicação de inserção de dois projetos relacionados à espeleologia: levantamento fotográfico e cartográfico das cavidades da AID e monitoramento da fauna subterrânea. Esses estudos foram incorporados ao PBA, após sua revisão e ajuste no 1º semestre de 2011.</p> <p>A Licença de Instalação 795/2011 (01/06/2011) não remeteu ao assunto espeleologia por este ter sido atendido nos projetos adicionados ao PBA (fauna subterrânea, fauna de quirópteros e registro cartográfico de outros abrigos).</p> <p>Quanto à indicação de criação de UCPI em área de relevante interesse espeleológico, como sugestão de condução de trabalho, foram indicados, mediante os estudos espeleológicos que compõem o EIA e programas ambientais associados às cavernas e abrigos, quais destes são relevantes e poderão ser foco de ações de conservação específicas, sendo que tais ações encontram-se previstas no escopo do PBA.</p> <p>Quanto à compensação ambiental, o PBA prevê o desenvolvimento de dois projetos para a aplicação dos recursos da compensação ambiental (condicionante 2.23 da LI nº 795/11), cujo processo está em andamento. A NE ressalta que as cavidades naturais não necessariamente serão alvo de constituição de UC, o que não impede a contribuição dos estudos em andamento para a definição das regras para uso, manutenção e conservação das mesmas. A NE destaca ainda que os trâmites relacionados a ambos os temas – cavidades naturais e compensação ambiental, vêm sendo acompanhados diretamente pelo IBAMA e estão sendo conduzidos em atendimento à</p>	<p>Análise 1ª missão: Consideram-se ambas as partes da ação <u>em atendimento</u>.</p> <p>Foram apresentados os resultados das tratativas com o IBAMA sobre a questão da compensação relacionada a cavernas.</p> <p>Realmente as alterações de projeto deixaram de afetar cavidade de relevância máxima (Kararaô) e alteraram o panorama inicialmente abordado no EIA-RIMA. De qualquer forma, segundo o relatório de espeleologia (Análise De Relevância Das Cavidades Naturais Na AID e ADA DA UHE Belo Monte) duas cavidades de alta relevância (Abrigo do Abutre e Abrigo da Gravura) estão sujeitas à inundação após o enchimento do reservatório, o que poderia implicar, conforme o art. 4º do decreto 6.640 de 07 de novembro de 2008, como condicionante que o empreendedor adotasse medidas e ações para assegurar a preservação em caráter permanente de duas cavidades naturais subterrâneas com o mesmo grau de relevância, mesma litologia e com atributos similares à que sofreu impacto, que serão consideradas cavidades testemunho. No entanto, nas conclusões do relatório, também se coloca que as duas cavidades de alta relevância encontradas na ADA (Abrigo do Abutre e Abrigo da Gravura) estão sujeitas a inundação periódica devido à sazonalidade natural do Rio Xingu, do que se subentende que a inundação destas independe do empreendimento.</p> <p>Como foi possível observar, as condicionantes citadas, relacionadas à preservação de duas cavidades similares para cada uma de alta relevância afetada, não foram consideradas como parte do processo, entendimento tanto por parte do IBAMA como do ICMBio. Não há, no entanto, um documento formal e recente dos órgãos a respeito desse entendimento.</p> <p>Foram apresentados também os resultados da avaliação das possíveis áreas de interesse espeleológico para o Programa de Compensação Ambiental.</p> <p>Análise 2ª missão: Considerando que nenhuma informação foi disponibilizada pela NE sobre o andamento a esta recomendação, considera-se que a mesma permanece com status de <u>Em Atendimento</u>.</p>		3º RSAP	Documento do IBAMA e ICMBio formalizando a dispensa de preservação de duas cavidades similares às impactadas pelo empreendimento.
	Ação 7b: No âmbito do Programa de Compensação Ambiental e Projeto de Criação de Unidades de Conservação, considerar, entre as áreas avaliadas para criação de novas UCs, aquelas com interesse espeleológico, conforme dispõe o Decreto Federal Nº 6.640/08 (Art. 5o, § 4o) e a recomendação de áreas prioritárias para conservação do PROBIO.	2. 3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	2. Apresentar resultados da avaliação das possíveis áreas de interesse espeleológico para o Programa de Compensação Ambiental.				Evidências a partir do 3º RSAP	Resultados da continuidade do processo de compensação ambiental e da sua contribuição para as cavidades naturais.

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				Política Nacional de Conservação da Natureza, contemplando as ações estratégicas de conservação preconizadas não só pelo IBAMA como por outras autarquias que executam esta política, notadamente o ICMBio – Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade. Não consta no 2º RSAP nenhuma informação a respeito do atendimento às demandas estabelecidas pelo consultor independente.				
Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)	Ação 8: Desenvolver um Procedimento para Supervisão dos requisitos de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho da Obra Principal, que incluía uma <i>Lista de Verificação</i> detalhada dos requisitos legais e demais requisitos da Política de SST da NE e outras obrigações subscritas em contrato, relacionados à SST e às condições de trabalho. É importante que esta <i>Lista de Verificação</i> esteja alinhada com os requisitos especificados no <i>General EHS Guidelines</i> do IFC, no IFC PS 2, na OHSAS 18001 e na publicação “ <i>Workers Accommodation: Processes and Standards</i> ” do IFC.	Antes do 1º Desembolso Financeiro	Apresentar procedimento para Supervisão dos requisitos de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho da Obra Principal.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, a NE apresentou os procedimentos de inspeções, auditorias e ações corretivas, entre outras informações referentes à política de gestão de SST da empresa. Durante as atividades da 1ª Missão foi informado pela NE que os procedimentos reportados anteriormente estão sendo revisados no âmbito do Plano Diretor de SST da NE, cujo documento ainda não havia sido aprovado pelo empreendedor até a data da missão. Durante a missão foi solicitado o envio de cópia atualizada do Plano Diretor de SST e todos os seus documentos associados. No RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, enviado em 01/07/2013, foi informado que o procedimento específico para Supervisão dos requisitos de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho da Obra Principal está em revisão final pela Diretoria de Gestão da Norte Energia e será reapresentado assim que aprovado. No 2º RSAP a NE apresentou os seguintes documentos: (i) procedimento para inspeção, supervisão e auditoria de SST para as obras principal e do entorno; (ii) Plano de Gestão e Governança da NE (minuta); e (iii) política de capacitação e desenvolvimento profissional. Segundo informado pela NE, o Plano Diretor foi revisado pela equipe de SST para refletir a realidade de trabalho, tanto para a OP quanto para as OE, e os formulários anexos ao Plano também foram padronizados. Foi informado que o Plano Diretor seria apresentado em Reunião de Diretoria Colegiada até o dia 30/08/2013 para deliberação e aprovação, mas os procedimentos descritos já estão em execução pela área de SST.	Análise 1ª missão: <u>Parcialmente Atendida.</u> A existência de procedimentos adequados para supervisão das empresas subcontratadas pela NE para a Obra Principal, Obras do Entorno e Programas Ambientais e a estruturação de uma equipe bem dimensionada com recursos materiais adequados é essencial para que o empreendedor cumpra com o PD 01 e PD 02. Solicita-se que a NE apresente, em caráter de urgência, o seu Plano Diretor de SST aprovado , acompanhado de todos os Procedimentos de Supervisão / Auditoria de SST (incluindo todas as Listas de Verificação) para serem avaliadas e aprovadas pelo Consultor Socioambiental Independente. Análise 2ª missão: <u>Parcialmente Atendida.</u> Apesar das Equipes de SST da OP e OEs não contarem com nenhum plano de gestão ou diretor aprovado, essas equipes já executam diversas atividades, o que demonstra falta de planejamento. No caso da equipe da OP, a mesma baseia-se na supervisão realizada pelo EPBM. A equipe das OEs está realizando a supervisão também das empresas executoras dos programas do PBA. Diante desse contexto, continua-se enfatizando a necessidade de apresentar um Plano Diretor de SST (ou equivalente) consolidado e que contemple a estrutura de todas as ações necessárias à garantia de atendimento dos requisitos aplicáveis.		30 dias	Plano Diretor de SST aprovado pela Norte Energia.
Sistema de Gestão / Implementação / Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança na Construção – Equipe e Organograma	Ação 9a: Ampliar o quadro de profissionais da NE responsáveis pela supervisão ambiental da construção (para a obra principal e para as obras e serviços do entorno). Apresentar um Plano de Contratação (<i>Staffing</i>)	1. 3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	1. Apresentar evidências de contratação.	1. No prazo estabelecido para a ação, no RT_003_2013_Princípios do Equador_R00: • Em relação a <u>SST</u> , a NE informou, no prazo estabelecido para a ação, que emitiu um Termo de Referência para contratação de equipe para a realização de inspeções das obras do entorno (apresentado no RT_001_2013_Princípios do Equador_R00). Recebeu propostas de diferentes empresas e optou em realizar um estudo para	Análise 1ª missão: <u>Parcialmente Atendida.</u> Recentemente (1º trimestre de 2013) a supervisão de <u>SST</u> nas OP foi designada para a Engenharia do Proprietário de Belo Monte (EPBM); porém, no caso das OE, a NE ainda não conta com uma equipe e procedimentos estruturados para iniciar o processo de supervisão destas obras.		60 dias 30 dias a partir da aprovação do 2º Relatório de Monitoramento	Em relação a SST, apresentar memorando informando que a contratação foi concluída. Em relação a Meio Ambiente, apresentar evidência de contratação da empresa Coordenadora


Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	<p><i>Plan</i>) com a previsão das demandas futuras da gestão ambiental e de saúde e segurança das obras.</p> <p>Garantir que o CCBM apresente uma avaliação da necessidade de ampliação dos quadros atuais de profissionais, frente às demandas futuras do projeto.</p>			<p>contratação de equipe interna. No momento ambos os resultados estão para análise e respectiva tomada de decisão da Diretoria da Norte Energia.</p> <p>O Plano de Contratação foi encaminhado no 1º RSAP, em abril de 2013. A estruturação da equipe de supervisão da OP, conforme mencionado no Capítulo 4.0, está sendo feita via equipe da EPBM (Consórcio de Engenharia do Proprietário), por meio de uma equipe conformada por uma Engenheira de Segurança coordenadora e 4 supervisores de campo, supervisionados por um Coordenador de SST da NE e 1 Técnico de Segurança do Trabalho.</p> <p>Para a supervisão das OE a NE conta apenas com o Coordenador de SST, que ainda aguarda a contratação de uma equipe de 15 supervisores de campo de SST para fiscalizar as cerca de 66 OE atualmente em execução de um total de 244 previstas.</p> <p>O Coordenador Geral de SST e os dois (2) TST para apoio as coordenações Geral e das OE ainda não haviam sido contratados até a data da missão de monitoramento.</p> <p>Segundo informado no 2º RSAP, a atual equipe de SST da NE é constituída pelos seguintes componentes: - 1 coordenador geral de SST (OP e OE); - 1 coordenador para a OP; - 1 engenheiro de SST para a OP; - 1 coordenador para as OE.</p> <p>A supervisão de SST da OP é realizada pela EPBM, em ações integradas com a NE.</p> <p>Segundo informado no 2º RSAP, foi aprovada a contratação de 5 (cinco) integrantes para a equipe de supervisão de SST para as OE, vinculados à SOE da DS, com início das atividades previsto para setembro de 2013.</p> <p>Ainda, para a OP foi elaborado Termo de Referência para contratação de mais 1 engenheiro e 2 técnicos de segurança do trabalho. O TR já foi respondido pelas empresas e está sob avaliação da Diretoria Colegiada a decisão para contratação da empresa ou a internalização da equipe.</p> <ul style="list-style-type: none"> Em relação a <u>Meio Ambiente</u>, o 1º RSAP informa que a Ferreira Rocha está apenas interinamente à frente da coordenação do PAC, e que a equipe desta empresa realizou as atividades de supervisão ambiental no período do relatório. No entanto, as informações obtidas durante as reuniões e vistorias de campo são de que a Ferreira Rocha teve o contrato encerrado para as atividades de coordenação do PAC. <p>No 1º RSAP, há mais informações sobre as obras complementares. Informa-se que está em processo de contratação um analista ambiental para a equipe da NE,</p>	<p>Desta forma solicita-se que a Norte Energia conclua a contratação do quadro de profissionais pendentes, segundo o perfil indicado no <i>Plano de Contratação</i> enviado.</p> <p>Estes profissionais são: 01 Coordenador Geral de SST 15 Supervisores de SST para as OE 01 TST para apoiar a Coordenação das OE 01 TST para apoiar a Coordenação Geral de SST</p> <p>Em relação a <u>Meio Ambiente</u>, as informações obtidas na vistoria de campo são de que a empresa até pouco tempo responsável pela coordenação do PAC e execução da supervisão ambiental das obras principais (Ferreira Rocha) não está mais à frente dessas atividades. Sendo assim, atualmente não há supervisão ambiental sendo realizada pela Norte Energia, seja nas obras principais, seja nas do entorno.</p> <p><u>Análise 2ª missão:</u></p> <p>Considera-se essa ação ainda com status de <u>Parcialmente Atendida</u>.</p> <p>Em relação a SST, a Equipe apresenta-se muito mais estruturada (foram contratados 5 Técnicos de Segurança do Trabalho - TST) se comparada com a formação anterior (1 Coordenador de SST e 1 Analista Ambiental)</p> <p>Cabe informar que essa equipe de TST, acrescida de uma analista ambiental contratada desde julho, também supervisionará as questões de meio ambiente nas OEs.</p> <p>Ressalta-se que o início da atuação da equipe completa das OE ocorreu em setembro de 2013, sendo que sua eficácia certamente deverá ser avaliada no próximo monitoramento.</p> <p>Além desse incremento de equipe para as OE, a NE emitiu TR para contratação de empresa coordenadora dos Programas do PAC, a qual deve iniciar suas atividades, incluindo supervisão, antes do final do ano.</p> <p>A contratação do analista ambiental para apoio à supervisão ambiental da OP, citada no 2º RSAP, não foi evidenciada.</p> <p>Ainda não foi evidenciado de forma satisfatória que a equipe formada, apesar de sua comprovada capacidade, seja suficiente para as demandas atual e futura (incluindo o início</p>		Socioambiental Independente	do PAC, que realizará a supervisão ambiental nas obras principais.





Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>para supervisão sobre as obras do entorno. Em outro trecho do RSAP informa-se que está em discussão junto às diretorias da NE providências em relação à contratação de equipe para a supervisão ambiental nas obras do entorno.</p> <p>Não há informações de contratação para a supervisão da obra principal.</p> <p>No RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, enviado em 01/07/2013, informa-se que foi aprovada a contratação de um analista ambiental para apoio às atividades, a qual está em trâmite.</p> <p>No 2º RSAP a NE informa que emitiu Termo de Referência para contratação de empresa para a coordenação do PAC. A análise das propostas recebidas pela DS foi concluída, tendo sido discutida e validada junto ao Comitê de Meio Ambiente (CMA) da NE em reunião ocorrida em 13/08/13, com subsequente encaminhamento para decisão pelo Conselho de Administração. Conforme reunião realizada entre o consultor socioambiental independente e a NE em 08/08/2013, esta se comprometeu em finalizar o processo de escolha e contratação da empresa até início de setembro de 2013.</p> <p>Ainda, segundo o 2º RSAP, foi aprovada a contratação de um analista ambiental para apoio à supervisão ambiental da obra principal, com início das atividades previsto para setembro de 2013.</p> <p>Em relação às Obras do Entorno, o 2º RSAP informa que serão contratados mais 5 integrantes para a equipe de supervisão da SOE, visando ao acompanhamento das ações de SST e meio ambiente da obras do entorno.</p>	previsto da supressão vegetal do Reservatório Intermediário).			
		2. Antes do 1º Desembolso Financeiro.	2. Apresentar Plano de Contratação.	<p>2. No prazo estabelecido para a ação, a NE apresentou o organograma da equipe da NE; o plano de ação para definição da política, procedimentos e contratação de equipe; e TR para contratação de equipe para as obras do entorno.</p> <p>Em relação a SST, na estrutura da NE detalhada anteriormente no Capítulo 3.0 está prevista a contratação de 1 Coordenador de SST Geral, para gerenciar a implementação do Plano Diretor de SST da NE e o processo de supervisão da OP, OE e Programas Ambientais.</p> <p>Conforme resposta da NE no 2º RSAP, o status atual das equipes de SST e meio ambiente e respectivas contratações aprovadas e em andamento para início das atividades em setembro de 2013 são as apresentadas na resposta ao item 1, acima. Não há previsão de novas contratações além das já citadas.</p>	<p>Análise 1ª missão: Considera-se essa ação <u>não atendida</u>.</p> <p>Em relação a <u>SST</u>, foi apresentado um Plano de Ação com uma ação específica para contratação de equipe: “Contratar Coordenadores e Fiscais de Campo de Saúde e Segurança Ocupacional para a equipe da Norte Energia para acompanhar as atividades das empresas terceiras e subcontratadas para a Obra Principal e Obras do Entorno”</p> <p>Porém, não foi apresentado um Plano de Contratação conforme solicitado na ação, detalhando o número de profissionais e as datas previstas para contratação.</p> <p>Em relação a <u>Meio Ambiente</u>, não foi apresentado o Plano de Contratação específico para ampliação da equipe.</p> <p>Análise 2ª missão: A suficiência das equipes contratadas, tanto da</p>		30 dias	<p>Apresentar Matriz de responsabilidades dos profissionais pertencentes à Diretoria Socioambiental, bem como de outras Diretorias da NE que tenham profissionais alocados nas atividades de Meio Ambiente e de SST.</p> <p>Em relação ao CCBM, ver item 3 (b) da Ação 9a, a seguir.</p>



Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					NE quanto do CCBM, deverá ser avaliada em campo e por meio das matrizes de responsabilidades a serem encaminhadas em atendimento às recomendações feitas pelo consultor independente. Dependendo dessa análise de suficiência, será retomada a solicitação de entrega de um Plano de Contratação.			
		3. 3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	3. Apresentar histograma de mão de obra de supervisão ambiental prevendo as demandas futuras do projeto.	<p>3. Em relação à supervisão nas obras principais e do entorno pela NE, a situação atual e as informações sobre a previsão de contratação já foram detalhadas no item 1, acima.</p> <p>No prazo estabelecido para a ação, no RT_003_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, a NE apresentou o organograma da equipe de gestão do CCBM, que inclui a equipe de meio ambiente e SST, inicialmente avaliada como satisfatória frente à demanda atual.</p> <p>No 2º RSAP a NE reapresenta informações sobre o sistema de gestão do CCBM, incluindo o contingente alocado nas diferentes áreas.</p>	<p>Análise 1ª missão: a) Em relação a <u>SST</u>, considera-se <u>atendida</u>.</p> <p>b) Em relação a <u>Meio Ambiente</u>, considera-se <u>em atendimento</u>. Apesar de considerada inicialmente satisfatória, a equipe do CCBM sofreu nova reestruturação, voltando à gestão por sítio construtivo. Não está clara qual é a estrutura organizacional ligada a cada uma das 6 gerências propostas no organograma, bem como a distribuição de responsabilidades entre elas. Recomenda-se a apresentação da estrutura ligada a cada uma das gerências e a matriz de responsabilidades dos profissionais envolvidos.</p> <p>Análise 2ª missão: As informações apresentadas pela NE sobre o organograma do CCBM são as mesmas já apresentadas no 1º RSAP. Não foram atendidas as solicitações de detalhamento dos profissionais que estão alocados em cada uma das 6 gerências de QMSSRS, e principalmente, não foi fornecida a Matriz de Responsabilidades, com a descrição do papel e das responsabilidades de cada um desses profissionais.</p> <p>Em relação ao item b) a ação permanece <u>Em Atendimento</u>.</p>	<p>a) </p> <p>b) </p>	b) 30 dias	<p>b) Apresentar estrutura organizacional contemplando os profissionais pertencentes a cada uma das 6 Gerências da Diretoria de QMSSRS</p> <p>Apresentar a Matriz de responsabilidades dos profissionais alocados na Diretoria de QMSSRS.</p>
	Ação 9b: 1. Apresentar o <u>Organograma Detalhado e Descrição de Responsabilidades da Equipe de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho da NE</u> , devidamente qualificada para assegurar o cumprimento dos requisitos legais de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho, estabelecidos no Programa de Saúde e Segurança do Trabalho do PBA, no Procedimento para Supervisão de Obras e Equipamentos Sociais da NE e no Procedimento para Supervisão dos Requisitos de Saúde,	1. Antes do 1º Desembolso Financeiro	1. Apresentar Organograma detalhado, com descrição de Responsabilidades da Equipe.	<p>1. No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, foi apresentado o organograma da equipe de coordenação de SST da NE, com a respectiva definição das responsabilidades.</p> <p>No RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, enviado em 01/07/2013, informa-se que, como demanda da vistoria de campo realizada pela consultoria socioambiental em maio de 2013, no dia 10/06 foi encaminhado à empresa o arquivo Organograma Detalhado Saúde e Segurança do Trabalho - 1ª Revisão.docx, com o respectivo organograma revisado.</p>	Atendida.			
		2. 60 dias após o 1º Desembolso Financeiro	2. Apresentar evidências da contratação.	No prazo estabelecido para a ação, a NE informou que emitiu um Termo de Referência para contratação de equipe para a realização de inspeções de SST das obras do entorno (apresentado no RT_001_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00). Recebeu propostas de diferentes empresas e optou em realizar um estudo para contratação de equipe interna. No momento ambos os resultados estão para análise e respectiva tomada de decisão da Diretoria da Norte Energia.	<p>Análise 1ª missão: <u>Não Atendida</u>.</p> <p>Uma vez que a NE ainda não finalizou a estruturação de um Sistema de Supervisão e Monitoramento de SST e Condições de Trabalho para as Obras do Entorno, o empreendimento encontra-se em descumprimento do PD 01 e PD 02. Esta</p>		30 dias	Apresentar Matriz de Responsabilidades da equipe de supervisão das obras do entorno

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	<p>Segurança e Condições de Trabalho da Obra Principal.</p> <p>2. Contratar fiscais de campo para supervisão das atividades executadas por todas as empresas subcontratadas pela NE.</p>			<p>Segundo reportado pela NE durante a Missão não foi possível cumprir com o previsto no Plano de Contratação quanto à estruturação de uma equipe de Supervisão de SST para as OE. Segundo informado não será mais contratada uma empresa especializada para supervisão de SST das OE, de modo que esta sendo estruturada uma equipe de 1 coordenador de SST (contratado recentemente) e uma equipe de 15 supervisores de campo para cobrir as mais de 60 obras do entorno atualmente em execução, num raio de aproximadamente 400 km de distância.</p> <p>O RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, enviado em 01/07/2013, informa, em relação à contratação de equipe para a realização de inspeções de SST das obras do entorno, a NE está tomando providências, conforme informado anteriormente.</p> <p>O 2º RSAP informa que, com a finalização das contratações citadas na resposta à ação 9a, até o dia 02/09 seria apresentado o organograma detalhado, demonstrando as atividades que cada integrante da equipe terá como escopo de trabalho.</p>	<p>supervisão foi designada recentemente (1º trimestre de 2013) para a Engenharia do Proprietário de Belo Monte (EPBM), porém no caso das OE e Programas Ambientais, a NE ainda não conta com uma equipe e procedimentos estruturados para iniciar o processo de supervisão destas atividades.</p> <p>Análise 2ª missão: <u>Não Atendida.</u></p> <p>Conforme evidenciado em campo na vistoria de setembro, os integrantes previstos para a equipe de supervisão das OE foram contratados, contando a mesma agora com um coordenador e 6 integrantes, responsáveis pela verificação tanto das questões de SST como de meio ambiente nas obras realizadas pelas subcontratadas da NE.</p> <p>O organograma detalhado, demonstrando as atividades que cada integrante da equipe terá como escopo de trabalho, prometido pela NE para o dia 02/09, não foi evidenciado.</p>			
Ação 10 - 6 meses antes do início da operação da última turbina.								
Sistema de Gestão / Implementação / Treinamento Ambiental e Social na Construção	Ação 11: Aplicar os treinamentos ambientais, de SST e Responsabilidade Social do CCBM a níveis superiores de coordenação e gerência, a fim de garantir que tais assuntos sejam tratados com a devida relevância. O procedimento de treinamento deverá incluir metas de treinamento por nível de função.	1.Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar evidências do treinamento nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental	<p>O Quadro 5.1.3-1 do 1º RSAP apresenta o Resumo dos treinamentos realizados no período de janeiro a março de 2013 - CCBM/UHE Belo Monte, com o total de turnas, treinados e horas homem treinamento, em treinamentos nas áreas de Integração, Qualidade, Meio Ambiente, Segurança do trabalho, Saúde Ocupacional, Responsabilidade Social, TDSMS, SGI, 5S, outros, nos diferentes sítios construtivos e realizados com empresas subcontratadas.</p> <p>O CCBM conta com o Procedimento de Analise Crítica Mensal dos resultados dos principais indicadores do SGI. A Ronda Gerencial de SST está implementada e envolve toda a equipe de Gerentes, Engenheiros e Líderes na verificação em campo das condições de segurança em que os processos estão sendo executados. Também objetiva evidenciar o comprometimento da alta liderança com a cultura de segurança.</p> <p>No 2º RSAP a NE informa que encaminhou em junho correspondências ao CCBM solicitando esta demanda e que aguarda a resposta do consórcio. A resposta da carta pelo CCBM era aguardada para 29/08/2013.</p> <p>Informa também que foi agendada auditoria no CCBM conforme CE-314-13-DC-SO, para verificação deste item e outros previstos na auditoria. A auditoria estava prevista para os dias 20 e 21/08, com resultados até o dia 30/08/2013.</p> <p>A NE apresenta também, no RSAP, uma ficha de avaliação de reação de treinamento a ser aplicada como rotina a partir dos próximos treinamentos a serem</p>	<p>Análise 1ª missão: Em relação a Meio Ambiente, considera-se <u>em atendimento</u>.</p> <p>Por meio dos dados de treinamento apresentados não é possível identificar as funções dos participantes. Dessa forma, não se evidencia a participação dos níveis superiores nos treinamentos.</p> <p>Em relação a SST, considera-se <u>atendida</u>.</p> <p>Análise 2ª missão: Em relação a Meio Ambiente, considera-se a ação ainda <u>em atendimento</u>.</p> <p>O CCBM fornece os números dos treinamentos realizados no período, mas não identifica as funções dos participantes.</p>	<p>a) </p> <p>b) </p>	a) 3º RSAP	a) Fornecer lista dos treinamentos com participação de gerentes e coordenadores.


Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				realizados pela NE.				
		2. 3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar revisão do procedimento de treinamento.	<p>No prazo estabelecido para a ação, no ANEXO IV do RT_003_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, foi apresentado o procedimento do CCBM PS CCBM 220 48 – Treinamento, Conscientização e Competência (rev. 1).</p> <p>Foi apresentada também uma planilha com o Levantamento de Necessidade e Planejamento de Treinamento – LNPT para 2012, e uma relação de treinamentos realizados no segundo semestre de 2012.</p> <p>Como resposta a esta demanda, o 2º RSAP remete à resposta ao item anterior, ou seja, é aguardado retorno do CCBM.</p>	<p>Análise 1ª missão: <u>Parcialmente atendida.</u></p> <p>O procedimento PS CCBM 220 48 apresentado foi revisado em abril/2012, antes, portanto, da emissão do Plano de Ação da UHE Belo Monte. O procedimento, portanto, não inclui metas de treinamento por nível de função, conforme recomendação proposta para o atendimento a esta ação.</p> <p>No RSAP foi informado que o planejamento inclui a identificação do público-alvo, que abrange o corporativo. Isso pode ser evidenciado na planilha com os treinamentos necessários para 2012, em que se pode observar coordenadores, gerentes e diretores entre o público-alvo. A relação de treinamentos realizados no segundo semestre de 2012 informa os totais de turmas, participantes e horas homem treinados por unidade e por área (meio ambiente, saúde, segurança, integração, qualidade, etc), mas não discrimina as funções dos participantes.</p> <p>Análise 2ª missão: Considera-se que a ação continua com status de <u>Parcialmente Atendida</u>.</p> <p>Novamente o RSAP apresenta os gráficos do CCBM com os indicadores de treinamento, comparando o realizado com as metas de treinamento, sem, no entanto, discriminar essas metas por nível de função, como solicitado. Da mesma forma, não se apresenta a revisão do procedimento de treinamento.</p>	✓	3º RSAP	Apresentar revisão do procedimento de treinamento ou documento similar que inclua as metas de treinamento por nível de função
Sistema de Gestão / Implementação / Procedimentos de Interação entre Programas Ambientais e de Saúde e Segurança – Construção	Ação 12: Apresentar no Relatório Trimestral de Conformidade Socioambiental (no Capítulo 2.0 , conforme itemização proposta no Anexo 1), evidências das trocas de informação e dados entre programas para os quais foi estabelecida a interação no PBA.	Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	<p>O 1º Relatório Trimestral de Conformidade Socioambiental (RSAP) foi encaminhado ao consultor socioambiental em 06/05/2013.</p> <p>O 1º RSAP informa que os Planos, Programas e Projetos do PBA que apresentam interação entre si estão efetivamente realizando troca de informações e dados sob a responsabilidade do PGA.</p> <p>No 2º RSAP a NE apresenta as atividades relacionadas ao SIG-A para o período analisado.</p> <p>Segundo informado, de janeiro a junho foram recebidos dados de 38 Pacotes de Trabalho, dos quais foram geradas 29 planilhas modelos para que as empresas executoras pudessem encaminhar seus dados de monitoramento</p>	<p>Análise 1ª missão: <u>Em atendimento.</u></p> <p>Avaliando o 3º Relatório de Andamento do PGA, observa-se que a troca de informações entre os diversos programas será feita no âmbito do SIG-A, sistema este, conforme verificado na documentação fornecida para análise, ainda em implementação.</p> <p>Análise 2ª missão: Considera-se que a ação continua com status de <u>Em atendimento</u>.</p> <p>A resposta da NE a esta ação, incluída no 2º RSAP, permite evidenciar o andamento da</p>	✓	3º RSAP	Evidenciar a implementação do SIG-A, e a efetiva troca de dados e informações entre os Planos, Programas e Projetos que possuem interface.


Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)


Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>ambiental para inserção no SIG-A. Os dados (de amostras e de monitoramento ambiental) inseridos no SIG-A nesse período correspondem aos seguintes Pacotes de Trabalho (PT): 11.3.2 (Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas); 11.4.1 (Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial); e 11.4.2 (Projeto de Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquáticas).</p> <p>Em relação à SST, está em andamento a inserção do tema no SGP, bem como o estabelecimento de rotinas entre as partes envolvidas tanto para a manutenção de escopo a ser tratado bem como os fluxos de responsabilidades.</p>	<p>implementação do SIG-A, que parece ainda incipiente.</p> <p>No entanto, não é possível evidenciar que para os pacotes de trabalho hoje inseridos no SIG-A, esteja de fato ocorrendo troca de informações e dados. Isso será melhor avaliado em campo, na 3ª missão.</p>			
Sistema de Gestão / Implementação / Implementação do Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)	Ação 13a: A alta direção da NE e do CCBM deverá dar atendimento às não conformidades maiores dentro dos prazos estipulados tanto pela Equipe de Supervisão da NE quanto do CCBM. As recomendações e suas tratativas deverão ser discutidas periodicamente e nas reuniões de Análise Crítica do SGI de ambos os Sistemas.	Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar evidências do atendimento às não conformidades maiores nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	<p>Não foram reportados pela NE no seu 1º RSAP os indicadores de Não Conformidade / Ações Corretivas gerados pelo CCBM no período deste relatório.</p> <p>Foi encaminhado, como anexo ao 1º RSAP, um resumo das Não Conformidades Maiores resultantes das inspeções de campo realizadas pela equipe da Ferreira Rocha no período de setembro de 2011 a agosto de 2012, cinco relatórios de NCM abertas entre outubro e dezembro de 2012, e 14 NCM registradas em fevereiro de 2013.</p> <p>Em relação ao fluxo de não conformidades, evidenciou-se, por meio da Comunicação Interna CI-0031/2013-GCT/DS, que as NCM listadas acima, incluindo aquelas geradas no final de 2012, ainda tramitavam internamente à NE em abril de 2013. Apenas no dia 1/4/2013 essas NCMs foram encaminhadas da DS para a DC, para depois serem apresentadas ao CCBM.</p> <p>As atas das reuniões do CGA e de discussão dos Princípios do Equador, encaminhadas no RT_001-2012_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 (ver Ação 13b, a seguir), evidenciam a discussão das não conformidades entre os temas tratados.</p> <p>Conforme informado no 2º RSAP, não foram produzidos no período registros de não conformidades em relação ao meio ambiente da obra principal. Não houve também no período, por parte do CCBM, auditoria às ações de meio ambiente.</p> <p>A NE informa no RSAP que as equipes de SST e de meio ambiente estão em processo final de organização para iniciar as atividades de auditoria para o próximo trimestre, onde serão sistematizadas as demandas de forma a obter os resultados em tempo adequado à manutenção da qualidade das situações identificadas.</p>	<p>Análise 1ª missão: <u>Não atendida.</u></p> <p>A maior parte dos registros de não conformidades encaminhados foi gerada fora do período do monitoramento socioambiental. Não foram evidenciados registros para os meses de janeiro e março de 2013.</p> <p>Verificou-se que existe uma morosidade no processo de tratamento das não conformidades. A sistemática atualmente utilizada pela NE mostra-se burocrática, o que dificulta a resolução dos desvios identificados.</p> <p>De acordo com a NE, o padrão que estabelece a sistemática para tratamento das não conformidades foi revisado, o que promoverá maior celeridade ao processo de identificação e tratamento dos desvios identificados. Essas mudanças deverão ser avaliadas pela equipe do consultor socioambiental independente na próxima missão.</p> <p>Análise 2ª missão: Em relação a <u>Meio Ambiente</u>, conforme se observa na resposta da NE no 2º RSAP e na vistoria de campo de setembro, ainda não foi contratada a empresa coordenadora do PAC, que realizará a supervisão às OP, e, portanto, atualmente não está ocorrendo o registro de não conformidades por parte da NE.</p> <p>Além do fato da NE não estar realizando a supervisão das obras principais, o que é considerado grave, com a falta dos registros não há como avaliar se a revisão do sistema de tratamento de não conformidades trouxe algum progresso, já que o fluxo de não conformidades foi considerado moroso pelo consultor independente.</p> <p>Assim, no que diz respeito a Meio Ambiente, essa ação continua <u>Não Atendida</u>.</p>		A partir do 2º RSAP	<p>Apresentar evidências do atendimento às não conformidades.</p> <p>Evidência dos resultados da revisão do sistema de tratamento de não conformidades</p>

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)



Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					Em relação a SST também não ficou clara a existência de uma sistemática de análise de conformidade periódica das ações corretivas por parte da Alta Direção da NE. O que ocorre, entretanto, é a apresentação dos resultados da supervisão pela EPBM à NE, o que tem gerado alguns resultados positivos. Resta, agora, a evidência de decisões (ações corretivas) sobre os resultados das constatações e conclusões pela NE. Essa ação continua <u>Não Atendida</u> também no que diz respeito a SST.			
	Ação 13b: Evidenciar, por meio das Atas das Reuniões de Análise Crítica da NE e CCBM, a participação efetiva de representantes da Alta Administração no conhecimento e tratativa das demandas ambientais, de SST e de responsabilidade social de maior gravidade.	Quando da realização das Reuniões de Análise Crítica	Quando da realização das Reuniões de Análise Crítica	<p>No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2012_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, foram apresentadas cópias de Atas de reuniões do Comitê de Gestão Ambiental - CGA ocorridas em 8, 15 e 22/10/2012; 12, 19 e 26/11/2012; e 03/12/2012. Temas tratados: sistema de alerta; vistoria do IBAMA; plano de ação para atendimento de eventuais pendências emergenciais detectadas; princípios do equador; relatórios do IBAMA (estratégias para elaboração do próximo e discussão sobre lacunas, inconsistências e fragilidades do anterior); comitê da licença de operação; reuniões e seminários do IBAMA; aplicação do tratamento e registro de não conformidades; entre outros.</p> <p>Foram apresentadas, também, memórias das reuniões realizadas com as Diretorias, Superintendências e Gerências (DS) da Norte Energia S.A. responsáveis pelos temas de atendimento ao Plano de Ação dos Princípios do Equador – novembro de 2012, e a apresentação Geral sobre as demandas urgentes do Plano de Ação mostra os temas que foram abordados com as diferentes Diretorias, Superintendências e Gerências (DS) da NE.</p> <ul style="list-style-type: none"> Do CGA, cujas reuniões ocorrem semanalmente desde 06/06/11, em Brasília, participam gerentes e superintendentes da NE; gestor ambiental e coordenador de projetos da Ferreira Rocha; e representantes das empresas coordenadoras dos programas e projetos do PBA. As reuniões de Diretoria também ocorrem semanalmente, com presença de todos os Diretores da NE (Diretores Presidente, Socioambiental, de Operações, de Construção e Montagem, Financeiro e de Gestão). As reuniões do Comitê de Meio Ambiente da NE tem participação de representantes de todos os acionistas da empresa (Eletrobrás, CHESF, Eletronorte, PETROS, FUNCEF/CEVIX, Belo Monte, Amazônia Energia e Vale), e ocorrem sem periodicidade previamente definida, sempre que há assuntos relevantes. <p>Não foram evidenciadas as Atas de Reunião de Analise Crítica do SGI do CCBM.</p> <p>No 2º RSAP são apresentadas as atas das reuniões do CGA</p>	<p>Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>parcialmente atendida</u>.</p> <p>As atas de reuniões semanais do CGA foram apresentadas somente relacionadas a reuniões ocorridas até dezembro de 2012, fora, portanto, do período de cobertura desta missão de monitoramento.</p> <p>Em relação às reuniões de diretoria, foram presentadas as atas de reuniões ocorridas em 27 e 28 novembro e em 06 de dezembro de 2012, fora também do período de cobertura desta missão de monitoramento.</p> <p>Não foram apresentadas evidências da ocorrência de reuniões do Comitê de Meio Ambiente.</p> <p>Não há evidência de reunião ocorrida no período de avaliação deste Relatório de Monitoramento Socioambiental.</p> <p>Além disso, é importante e recomendável que a NE participe das reuniões de Análise Crítica do SGI do CCBM e inclua uma análise desses resultados nos próximos RSAPs.</p> <p>Análise 2ª missão: Considera-se esta ação ainda com status de <u>Parcialmente Atendida</u>.</p> <p>Em relação ao período da 1ª missão, ressalta-se que foram realizadas reuniões do CGA entre janeiro e março, diferentemente do que foi afirmado na análise acima (reuniões em 07, 14, 21 e 28/01; em 04, 20 e 25/02; e em 04, 12 e 18/03).</p> <p>Em relação às reuniões de análise crítica, considera-se que é necessário que a NE insira nos procedimentos do SGA a sistemática para condução dessas reuniões, a qual deverá incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> periodicidade; 		3º RSAP	<p>Apresentar documento do SGA que descreve a sistemática do processo (ou reunião) de análise crítica da NE.</p> <p>Apresentar evidências da realização das reuniões de análise crítica da NE.</p> <p>Apresentar resultados das reuniões de Análise Crítica do SGI do CCBM. Sugere-se encaminhamento dos relatórios RGM-E para avaliação da sua suficiência no atendimento a esta ação.</p>

Quadro 7.0.a
Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>realizadas entre abril e junho (reuniões nos dias 10, 17 e 24/04; 03, 09 e 23/05; e 06 e 27/06).</p> <p>Além dessas, o RSAP informa que, no período da 2ª missão, foram realizadas reuniões de grupos de trabalho específicos, coordenados em sua grande maioria pela empresa gestora e com periodicidade semanal. Esses GTs são formados na medida em que se identificam grupos de Programas e Projetos do PBA com nítida interface. Hoje há os seguintes GTs: GT RUC (Reassentamento Urbano Coletivo), 14 reuniões no período; GT OPP (Orla, Praias e PACUERA), 12 reuniões; GT RH (Recursos Hídricos), 4 reuniões; e GT Desmatamento, para o qual não foi informado se houve reuniões no período.</p> <p>O 2º RSAP informa também que são realizadas reuniões ordinárias com periodicidade mensal entre a empresa gestora (FR) e o CMA.</p> <p>Quanto à participação da NE nas reuniões de análise crítica do CCBM, o 2º RSAP informa que as diretorias de Gestão, de Construção e Socioambiental interagem diretamente com o CCBM e EPBM para os temas relacionados ao controle da poluição e SST, o que é feito por meio de reuniões periódicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> participantes (com participação obrigatória da alta administração); principais resultados do período, incluindo: recomendações do consultor independente, não conformidades, acompanhamento dos objetivos e metas do SGA, consultas e reclamações recebidas no período, implementação do SGA, etc (entradas); ações derivadas da análise crítica (saídas). <p>Ressalta-se que as reuniões do NCA não substituem a reunião de análise crítica, já que não incluem participação da alta administração da NE.</p> <p>Em relação às reuniões de análise crítica do CCBM, avalia-se, diferentemente do que foi inicialmente requerido, que a NE não precisa obrigatoriamente participar das mesmas. É importante, no entanto, que o CCBM reporte os resultados dessas reuniões à NE. No 2º RSAP foi informado que esse reporte ocorre nos RGM-E do PAC, documento de circulação interna à NE. Mais uma vez reitera-se a necessidade de que esses RGM-E do PAC sejam encaminhados para análise do consultor independente.</p>			
	Ação 13c: Iniciar a supervisão / fiscalização de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho em todas as empresas contratadas para a execução das Obras e Equipamentos Sociais do PBA, em conformidade com o Procedimento para Supervisão de Obras e Equipamentos Sociais elaborado pela NE.	1. Antes do 1º Desembolso Financeiro.	1. Apresentar evidências da aplicação do Procedimento para Supervisão de Obras e Equipamentos Sociais da NE.	<p>No prazo estabelecido para a ação, foi informado que as vistorias estão em andamento, e que serão adequadas ao formato dos procedimentos apresentados no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00. As evidências das vistorias realizadas até o momento são apresentadas no ANEXO III do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, juntamente com o Termo de Referência para contratação de empresa especializada para a realização de inspeções e auditorias de SST das obras do entorno e atividades do PBA, prevista para o 1º Trimestre de 2013.</p> <p>Foi informado que os procedimentos para as inspeções, supervisão e auditorias serão aplicados com as respectivas evidências de rotina a partir do 1º Semestre de 2013, porém na data da missão foi evidenciado que este processo ainda não havia sido iniciado, conforme detalhado no Capítulo 4.0.</p> <p>O RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, enviado em 01/07/2013, informa que, após a emissão do Termo de Referência para contratação de equipe para a realização de inspeções de SST das obras do entorno, foram recebidas propostas de diferentes empresas. Optou-se também por em realizar um estudo para contratação de equipe interna. No momento, ambos os resultados estão em análise pelas Diretorias da NE, para respectiva tomada de decisão. Assim que contratada a equipe, será iniciada a rotina de inspeções e supervisão de SST e condições de trabalho das obras do entorno.</p>	<p>Análise 1ª missão: <u>Não Atendida.</u></p> <p>O fato de não haver indicadores de resultados que demonstrem conformidade com os Padrões Sociais, Ambientais, de Segurança e Saúde e de Condições de Trabalho para as <u>Obras do Entorno</u> e <u>Programas Ambientais</u> impõe um risco alto para o empreendimento, relacionado principalmente a potencial ocorrência das seguintes situações: acidentes graves / fatais, autuações ou embargos por parte do Ministério do Trabalho, e acidentes com as comunidades diretamente afetadas por estas obras.</p> <p>Durante a inspeção seletiva de empresas subcontratadas para as Obras do Entorno, pôde-se evidenciar que em alguns casos o dimensionamento da equipe de SST não atende o exigido pela Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho (NR-04). Nas empresas seletivamente inspecionadas verificou-se que existem falhas/deficiências em alguma documentação. Em uma dessas empresas, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) ainda não havia sido instituída em conformidade com a NR-05. Não há evidências que os principais Programas de SST exigidos por lei (PPRA, PCMAT e PCMSO) dessas empresas subcontratadas esteja sendo plenamente conforme com a legislação</p>		3º RSAP	Apresentar Norma aprovada.
		2. Antes do 1º Desembolso Financeiro.	2. Apresentar evidência de controle de Não Conformidades e Ações Corretivas / Preventivas implantadas.				3º RSAP	Apresentar evidências das atividades de supervisão das OEs.





Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>No 2º RSAP foram encaminhadas evidências de supervisão de SST sobre as obras do entorno no período.</p> <p>Foi encaminhado o Padrão de Sistema de Inspeção, Supervisão e Auditoria de Saúde e Segurança do Trabalho para as OP e OE, revisado pela equipe de SST em conjunto com a Ferreira Rocha, assim como os formulários anexos ao Plano (modelos de <i>checklist</i> e de registros a serem gerados nas inspeções de SST), que também foram padronizados. Também foram encaminhados indicadores de SST criados pela equipe.</p> <p>Os procedimentos descritos já estão em execução pela área de SST, aguardando aprovação formal do plano pela Diretoria Colegiada.</p> <p>Em relação à supervisão das OE, ainda não foram encaminhados registros das inspeções que estão sendo realizadas pela equipe de 6 técnicos recém contratados para esta função. Foram evidenciadas apenas algumas correspondências enviadas pela NE a subcontratadas, principalmente a SA Paulista, notificando sobre irregularidades observadas nessas inspeções.</p>	<p>aplicável.</p> <p>Por essa amostragem, verifica-se a necessidade de uma equipe de supervisão constantemente em campo.</p> <p>Análise 2ª missão: A Supervisão das OEs realmente foi iniciada pela Equipe de SST – OE (1 Coordenador de SST, 1 Analista Ambiental e 5 Técnicos de Segurança) em setembro de 2013. Assim, nenhuma evidência foi gerada para o 2º RSAP. Além disso, a Norma apresentada ainda encontra-se em minuta, não aprovada.</p> <p>Esta recomendação, portanto, continua em andamento, apesar dos evidentes avanços.</p>			
	Ação 13d: Iniciar a implementação do Procedimento para Supervisão dos Requisitos de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho da Obra Principal.	1. Antes do 1º Desembolso Financeiro.	1. Apresentar evidências da aplicação da Lista de Verificação dos Requisitos de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho aplicáveis à obra Principal.	<p>No prazo estabelecido para a ação, foi informado que as vistorias estão em andamento, e que serão adequadas ao formato dos procedimentos apresentados no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00. As evidências das vistorias realizadas no segundo semestre de 2012 foram apresentadas no ANEXO III do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00.</p> <p>Foi informado que os procedimentos para as inspeções, supervisão e auditorias serão aplicados com as respectivas evidências de rotina a partir do 1º Semestre de 2013.</p> <p>Evidências não submetidas no 1º RSAP da NE.</p> <p>O RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, enviado em 01/07/2013, informa que as vistorias da NE estão Sendo realizadas pela EPBM, evidenciadas no RSAP (período janeiro a março de 2013) e em documentos posteriores encaminhados ao consultor socioambiental como demanda da vistoria de maio/2013. As ações da NE são conjuntas entre o CCBM e a EPBM. O formato de supervisão conforme preconizado no procedimento (em revisão) está em processo de adequação.</p>	<p>Análise 1ª missão: Não atendida.</p> <p>Conforme abordado anteriormente no Capítulo 4.0, a NE, através da EPBM (Eng. Proprietário), ainda não começou a gerar registros / indicadores satisfatórios para evidenciar que existe um processo estruturado de supervisão das atividades da OP (inclui o CCBM e todas as suas subcontratadas).</p> <p>Cumpre ressaltar que há uma grande quantidade de Programas Ambientais que possuem riscos altos de SST e que atualmente não estão sendo objeto de supervisão. Assim, esses Programas também deverão ser incluídos no escopo do processo de supervisão de SST.</p> <p>Análise 2ª missão: Neste 2º RSAP a NE demonstrou, através da EPBM, ter implantado um controle bastante satisfatório da supervisão de SST da OP. Pode-se considerar esta ação como plenamente atendida.</p>			
		2. Antes do 1º Desembolso Financeiro.	2. Apresentar evidência de controle de Não Conformidades e Ações Corretivas / Preventivas implantada.	<p>O 2º RSAP apresenta os resultados de supervisão da NE/EPBM sobre as atividades de SST do CCBM. Além disso, informa que foram realizadas, no período, reuniões entre as equipes de gestão e de SST da NE, da EPBM e do CCBM, de forma a alinhar o atendimento aos procedimentos, bem como ajustar as metodologias e os resultados entre as partes.</p> <p>A NE entende que os resultados apresentados no 2º RSAP já demonstram um melhor atendimento de ambas as partes, esperando-se para o próximo RSAP um avanço na análise</p>	<p>Análise 1ª missão: Não atendida.</p> <p>A EPBM (Eng. Proprietário) ainda não tinha começado, na data da vistoria de campo, a gerar registros / indicadores satisfatórios para evidenciar que existe um processo estruturado de supervisão das atividades da OP (inclui o CCBM e todas as suas subcontratadas).</p> <p>Análise 2ª missão:</p>		3º RSAP	Apresentar evidências da Análise de Dados e tomada de decisão sobre o controle de não conformidades, comparando o resultado com os padrões esperados ou definidos como meta pela NE.

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				de resultados e respectivos indicadores.	<p>Neste 2º RSAP a NE demonstrou, através da EPBM, ter implantado um controle bastante satisfatório para as NCs e outros registros de SST da OE. Porém, um controle eficiente inclui a implementação de ações estruturadas a partir dos desvios encontrados, através de uma análise de dados e uma Reunião de Análise Crítica (para as quais não foram apresentadas evidências pela NE).</p> <p>Nesse sentido, considera-se a presente ação <u>em atendimento</u>, até que sejam apresentados mecanismos de tomada de decisão que evidenciem um efetivo controle das não conformidades.</p> <p>Nota: ficou claro que cada uma das não conformidades está sendo encerrada, mas não é evidente se, no conjunto, os resultados são satisfatórios para a NE.</p>			
Ações 14, 15 e 16 - 6 meses antes do início da operação da última turbina.								
Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Resposta a Consultas e Reclamações	Ação 17: a) Aprimorar a atual sistemática de recebimento de consulta e reclamações, consolidando em um banco de dados integrado todas as consultas e reclamações recebidas através de diversos canais (Mecanismo de Consulta via E. Labore, Comunicação Indígena, Equipe fundiária, comunicação institucional, etc).	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar procedimento documentado do sistema de recebimento de consulta e reclamações que defina o fluxo de informação, as responsabilidades e os instrumentos utilizados, incorporando as recomendações feitas na coluna anterior.	<p>No RT_002_2013_Princípios_do_Ecuador_R00 foi apresentado o Padrão de Sistema do Mecanismo de Atendimento e Resposta à Comunidade (OS NE GABM SGA 002/2013), aplicado no Plano de Comunicação do PBA, e considerado pela NE suficiente e abrangente para os objetivos do programa. Informou que está em processo de constituição um Comitê interno de comunicação social da DS, por meio do qual será motivada, junto às diretorias da NE, a formação de um conselho de comunicação. A partir desta constituição serão acionados os contratados da NE para avaliar a presente demanda.</p> <p>O RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, enviado em 01/07/2013, informa que a sistemática das informações de comunicação está em fase final de formatação (pelo SIAGI) e em breve será possível apresentar os indicadores e dados estatísticos de todos os canais de comunicação conforme preconizado pelos Princípios do Ecuador.</p> <p>O RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 informa também que se espera, com o Comitê Interno de Comunicação Social da Diretoria Socioambiental, criado em 04/03/2013, a promoção das atividades de integração entre os diversos canais (Mecanismo de Consulta via E. Labore, Comunicação Indígena, Equipe fundiária, comunicação institucional, etc).</p> <p>Como resposta à recomendação estabelecida para atendimento ao item a) desta ação, a NE informou, no 2º RSAP, que o Sistema de Comunicação do PBA tem como público alvo a comunidade da AID, incluindo a comunidade em geral, os afetados pelas questões fundiárias e a comunidade ribeirinha. Em relação à comunicação indígena, esta é feita por meio de programa específico do PBA-CI.</p>	Análise 1ª missão: Os procedimentos do Sistema de Articulação e Interação Social (SAIS) foram verificados em reunião e por documentação recebida após a vistoria de campo. Foi definida uma sistemática de recebimento de consulta e reclamações, consolidadas em um banco de dados, com possibilidade de consulta e diversas formas de sintetizar os dados. Nas informações fornecidas consta a origem das consultas, mas não a fonte. Nesse caso, não é possível saber se há integração dos diversos canais de consulta e reclamações, quer sejam da comunidade por meio dos programas e projetos, quer seja do trabalhador. Por outro lado, no 1º RSAP, a NE comprometeu-se a encaminhar, a partir do próximo relatório trimestral, análises mais específicas quanto às demandas, avaliação da pertinência das reclamações e reivindicações, indicadores do tempo de resposta aos moldes solicitados pelos Princípios do Ecuador, entre outras análises, quando então estará efetivamente em pauta o funcionamento completo do Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Informação - SIAGI. A Planilha de Sistematização – Central de Atendimentos “Belo Monte Aqui” constam informações sobre as respostas dadas e nos procedimentos do Sistema de Articulação e Interação Social (SAIS) há indicador de tempo de atendimento às consultas. Considera-se, da Ação 17, que: Item a) está <u>parcialmente atendido</u> . Item b) está <u>atendido</u> . Item c) está <u>atendido</u> . Item d) está <u>atendido</u> .	<p>a) </p> <p>b) </p> <p>c) </p> <p>d) </p>	A partir do 3º RSAP	<p>Apresentar as informações sobre divulgação, consulta e reclamações dos diferentes universos de partes interessadas (Mecanismo de Consulta via E. Labore, Comunicação Indígena, Equipe fundiária, comunicação institucional, CCBM, etc) enquanto a Diretoria da NE avalia essa possibilidade de integração.</p> <p>Caso não seja possível integrar todas as informações em um único banco de dados, encaminhar os pacotes de informações de cada canal, para avaliação.</p>
Sistema de Gestão / Planejamento /Divulgação e Consulta Continuada	b) Incluir, nos mecanismos de registro já existentes, informações sobre as respostas dadas e o tempo de atendimento. c) Incluir indicadores de tempo de atendimento a reclamações e consultas. d) Formalizar a sistemática de recebimento de consultas e reclamações em um procedimento que defina o fluxo de informação, as responsabilidades e os instrumentos utilizados.							




Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>Em relação ao SIAGI, a NE informa que o acesso foi liberado à empresa gestora (FR) no início de agosto de 2013, porém, ainda não estão disponíveis todas as informações contidas como estrutura prevista no citado procedimento. Segundo a NE, os resultados passíveis de apresentação foram incluídos como anexo ao RSAP (Anexo 2.4).</p> <p>A NE ressalta que as questões levantadas nesta demanda foram apontadas pelo consultor independente em reunião realizada com as diretorias financeira e socioambiental da NE em 08/08, as quais ficaram de avaliar, junto às demais partes envolvidas, a possibilidade de integração entre os diferentes aspectos.</p>	<p>Análise 2ª missão:</p> <p>Em relação ao Item a), não foram consolidadas em um único banco de dados integrado as consultas e reclamações recebidas por diversos canais.</p> <p>Foi evidenciado que o Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Informação (SIAGI) está sendo disponibilizado para a NE, com detalhamentos de consultas passíveis de pleno acompanhamento das consultas e reclamações da comunidade.</p> <p>Foram evidenciados também os mecanismos de divulgação, consulta e reclamações do CCBM, que estão em pleno funcionamento e muito bem organizados. É preciso considerar que há dificuldade em integrar os diferentes bancos de dados, uma vez que as fontes de acompanhamento, empresas contratadas, universo de partes interessadas são muito diferenciados.</p> <p>Assim, considera-se que o Item a) continua com status de <u>Parcialmente Atendido</u>.</p>			
Sistema de Gestão / Implementação / Divulgação e Consulta Continuada	Ação 18a: Encaminhar documentação comprobatória do atendimento ou justificativa do não atendimento às demandas e contribuições das partes interessadas que se manifestaram nas Audiências Públicas sobre o EIA do empreendimento.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar documentação comprobatória.	<p>No prazo estabelecido para a ação, a NE apresentou, nos ANEXOS IV.A e IV.B do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, evidências do processo de divulgação que antecedeu às audiências públicas do EIA-RIMA, bem como dos registros das mesmas.</p> <p>Foi informado sobre a realização da sistematização das perguntas das APs e respectivo relatório resumo dos eventos, e que no início de fevereiro seria encaminhado um “book” contendo os materiais que foram veiculados às partes interessadas, emitidos a partir da obtenção da LI da UHE Belo Monte.</p> <p>Posteriormente foi informado, no RT_002-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, que o “book” com a demonstração de que as demandas expostas pela comunidade desde o início do licenciamento são respondidas, seria encaminhado junto com as demandas programadas para 18/03 (90 dias após a assinatura do contrato).</p> <p>No ANEXO V do RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00—são encaminhados os materiais de comunicação em papel veiculados desde a emissão da LI.</p> <p>No RGM-E sobre o 7. Plano de Relacionamento com a População / 7.2. Programa de Interação Social e Comunicação, enviado por solicitação do consultor socioambiental após a vistoria de campo, estão listados todos os documentos elaborados e divulgados por este programa, evidenciando que são realizadas reuniões periódicas com a comunidade por meio das comissões, grupos de trabalho e comitês organizados para diferentes</p>	<p>Considera-se esta ação <u>atendida</u>.</p>	✓		



Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				programas (ex: Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu do FASBM, Comitê Permanente de Acompanhamento do STE).				
	Ação 18b: Elaborar Relatórios Periódicos, a serem enviados às partes interessadas, sobre a evolução dos aspectos que provocaram sua manifestação nas Audiências Públicas sobre o EIA do empreendimento.	Compilado em tabela a ser apresentada como Anexo aos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	Apresentar evidência do encaminhamento dos Relatórios Periódicos nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	<p>No 1º RSAP, Anexo_2-3_3_Plano de Ação, a NE argumenta que as ações planejadas dentro do programa de interação social e comunicação social já consideraram as demandas das partes interessadas. Na rotina das atividades deste programa, a análise dos resultados é realizada semanalmente, permitindo direcionar ações e materiais a cada caso.</p> <p>No 2º RSAP a NE informa que o SIAGI teve acesso liberado em seu “módulo cliente” no início de agosto de 2013, porém, ainda não estão disponíveis todas as informações contidas como estrutura prevista no procedimento. Espera-se consolidar a presente demanda para o próximo RSAP, a ser emitido em outubro.</p>	<p>Análise 1ª missão: Observou-se que, mesmo que os resultados sejam analisados semanalmente, isto não está compilado em tabela, conforme solicitado. A recomendação é que seja demonstrado que as respostas às indagações da comunidade são fornecidas, assim como a evolução dos aspectos que provocaram sua manifestação.</p> <p>Considera-se esta ação <u>não atendida</u>.</p> <p>Análise 2ª missão: Atendimento não evidenciado. Ação permanece com status de <u>Não Atendida</u>.</p>		A partir do 3º RSAP	Tabela a ser apresentada como Anexo aos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.
	Ação 18c: Criar uma segunda instância para atendimento dos casos em que os solicitantes não se sintam totalmente atendidos pelos atuais canais disponíveis para reclamações. Deve ser informado ao solicitante que ele possui uma segunda opção para atendimento. Nessa segunda instância, um Comitê de reclamações composto por um responsável da alta direção da NE e outras partes interessadas deverá analisar e preparar as respostas às consultas e reclamações.	1. No primeiro Relatório Trimestral de Conformidade Socioambiental.	Apresentar evidência da constituição do Comitê de reclamações no Relatório Trimestral de Conformidade Socioambiental.	<p>1. Segundo descrito no 1º RSAP, Anexo_2-3_3_Plano de Ação, “dentro da estratégia de comunicação e interação social da Norte Energia foi criado, em 04/03/2013, o Comitê Interno de Comunicação Social da Diretoria Socioambiental, que se reúne com periodicidade mensal em Altamira e congrega: (i) representantes da Superintendência do Meio Socioeconômico que atuam na coordenação do Comitê; (ii) representantes da empresa Executora, (iii) representante da Superintendência dos meios físico, biótico, de assuntos fundiários e relocação, (iv) representantes das empresas Coordenadoras (v) representantes da empresa Gestora, (vi) representante das Gerências de Coordenação Técnica, dos meios físico, biótico, fundiário e de engenharia. O Comitê Interno de Comunicação Social da Diretoria Socioambiental tem por finalidade integrar os planos e programas do PBA, no esforço de identificar e sistematizar a oferta e demanda de informações para as ações de comunicação no âmbito da Diretoria Socioambiental. A 1ª Reunião deu-se no dia 20/03/2013, quando foi feita uma síntese do Programa de Interação Social e Comunicação.</p> <p>Segundo informado pela NE no 2º RSAP, as questões levantadas nesta demanda foram apontadas pelo consultor independente em reunião realizada com as diretorias financeira e socioambiental da NE em 08/08, as quais ficaram de avaliar, junto às demais partes envolvidas, a possibilidade e respectiva forma de atendimento.</p>	<p>Análise 1ª missão: Na descrição do objetivo do Comitê não fica claro que a sua finalidade é funcionar como a segunda instância de atendimento, conforme requerido na ação. A própria composição do Comitê traz dúvidas sobre isso.</p> <p>Enquanto a atuação do Comitê não estiver bem detalhada, considera-se esta ação <u>não atendida</u>.</p> <p>Análise 2ª missão: Atendimento não evidenciado. Ação permanece com status de <u>Não Atendida</u>.</p>		3º RSAP	Apresentar solução assim que esteja concluída a avaliação das Diretorias da NE.
		2. Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar evidências da atuação do Comitê de reclamações.	<p>2. Não evidenciado.</p> <p>Mais uma vez o 2º RSAP não traz evidências da atuação do Comitê de Reclamações.</p> <p>O RSAP apenas menciona que recentemente passaram a ocorrer as reuniões do Comitê Interno de Comunicação, mas não informa datas, não apresenta atas, nem informa a periodicidade esperada para as mesmas. No entanto, como se observa na análise do item I, acima, ainda há dúvidas de que esse Comitê Interno de Comunicação tem a finalidade de funcionar como a segunda instância de atendimento.</p>	<p>Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>não atendida</u>.</p> <p>Análise 2ª missão: Atendimento não evidenciado. Ação permanece com status de <u>Não Atendida</u>.</p>		3º RSAP	Apresentar solução assim que esteja concluída a avaliação das Diretorias da NE.



Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	Ação 18d: Apresentar os resultados das consultas junto às populações indígena e ribeirinha sobre o novo sistema de transposição de embarcações a ser adotado para o projeto.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar resultados das consultas.	No prazo estabelecido para a ação foi informado que, por ocasião do início da operação do STE (dezembro de 2012), foram realizadas as comunicações às partes interessadas – populações indígena e ribeirinha, além das prefeituras municipais e outras instituições envolvidas (evidências no ANEXO IV do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00). O 2º RSAP apresenta, como anexo, os resultados das consultas e material veiculado no período junto às comunidades indígenas e ribeirinhas.	Análise 1ª missão: <u>Parcialmente atendida.</u> As consultas vêm sendo realizadas pela equipe responsável pelo STE. Os resultados foram apresentados através de comunicação pessoal. Não foi disponibilizada uma consolidação em relatório. Os únicos dados disponibilizados são quantitativos, especificando número e tipos de embarcação que utilizaram o STE no período de dez/12 - maio/13. Análise 2ª missão: <u>Parcialmente atendida.</u> Os dados apresentados compreendem apenas o período de fevereiro a maio de 2013. As informações analisadas remetem à avaliação dos usuários sobre a qualidade dos equipamentos, sinalização e atendimento, incluindo o registro das reclamações. Não há identificação da avaliação dos usuários indígenas.		3º RSAP	Relatório com resultados das consultas, especificando o posicionamento dos indígenas.
Princípios do Equador 02 e 04 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 02								
Política de Recursos Humanos / Empregados – Conformidade Legal - Princípios Fundamentais da OIT – Saúde e Segurança	Ação 19: Formalizar, nas resoluções e instruções normativas de Recursos Humanos, os procedimentos de garantia de que não haja qualquer tipo de discriminação nos processos de recrutamento e seleção de novos funcionários, na política de cargos e salários, na política de promoção e no processo de desmobilização de mão de obra.	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar revisão das resoluções e instruções normativas de Recursos Humanos, incluindo as considerações sobre proibição de atos discriminatórios.	No RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE informou que a demanda seria atendida no 1º RSAP (abril/2013). No 1º RSAP, Anexo_2-3_3_Plan de Ação, foi justificado que “já foram apresentados nos relatórios anteriores documentos relativos à política de Gestão de Pessoas da Norte Energia, a qual dá garantias de que não haja qualquer tipo de discriminação nos processos de recrutamento e seleção de novos funcionários. Está em finalização, pelas diretorias da Norte Energia, a Política de Governança e demais procedimentos que regularizam os critérios já aplicados pela empresa. Esses documentos serão encaminhados assim que aprovados pela NE.” Como resposta a esta demanda, o 2º RSAP apresenta em anexo os seguintes documentos: (i) Plano de Gestão e Governança da NE (minuta); e (ii) política de capacitação e desenvolvimento profissional. A NE ressalta que o seu Plano de Gestão contempla as instruções Normativas da área de Recursos Humanos, em especial a IN de Recrutamento e Seleção, na qual consta, dentre outros itens, a preocupação em um processo seletivo idôneo e isento de qualquer forma de discriminação, bem como a política de promoção, enquadramento e cargos e salários, política de Mobilização e Desmobilização de pessoal. A NE aponta ainda que o Plano Diretor foi revisado pela equipe de SST para refletir a realidade de trabalho, tanto para a OP quanto para a OE, e que seria apresentado em Reunião de Diretoria Colegiada até o dia 30/08/2013 para	Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>não atendida.</u> Análise 2ª missão: Na análise do Plano de Gestão apresentado como Anexo 2.3-1.6 do 2º RSAP não foram evidenciados procedimentos que afirmem os preceitos indicados na recomendação, inclusive sem elaboração de um Código de Ética. Considera-se esta ação ainda com status de <u>Não Atendida.</u>		3º RSAP	Apresentar revisão das resoluções e instruções normativas de Recursos Humanos, incluindo as considerações sobre proibição de atos discriminatórios.



Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				deliberação e aprovação.				
Gestão da Saúde e Segurança / Gestão da Saúde e Segurança na Construção	Ação 20: Vide IFC PD 01 - <i>Sistema de Gestão Integrada de Programas de Saúde e Segurança – Construção</i>			<p>No RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 foi informado que o ANEXO III contém o Plano Diretor de SST da NE; procedimentos de inspeções, auditorias e ações corretivas; TR para contratação de equipe para fiscalização e acompanhamento das obras do entorno; plano de ação para contratação de equipe; e evidências de vistorias realizadas no segundo semestre de 2012.</p> <p>Foi informado também que outras ações necessárias para o atendimento ao PD 01 – IFC estão em andamento e que as evidências seriam apresentadas no primeiro semestre de 2013.</p>	Vide IFC PD 01 - <i>Sistema de Gestão Integrada de Programas de Saúde e Segurança – Construção</i>			
Gestão da Saúde e Segurança / Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)	Ação 21: Vide IFC PD 01 - <i>Implementação do Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)</i>				Vide IFC PD 01 - <i>Implementação do Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)</i>			
Gestão de Recursos Humanos / Condições do Trabalho	Ação 22: Vide IFC PD 01 - <i>Sistema de Gestão Integrada de Programas de Saúde e Segurança –Construção e IFC PS 1 - Implementação do Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)</i>				Vide IFC PD 01 - <i>Sistema de Gestão Integrada de Programas de Saúde e Segurança –Construção e IFC PS 1 - Implementação do Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)</i>			
Gestão de Recursos Humanos / Funcionamento do Mecanismo de Reclamações	Ação 23: Implementar procedimento específico para verificação e garantia de que as empresas contratadas e subcontratadas da NE disponham de mecanismos de reclamações para trabalhadores. Na divulgação dos canais de reclamações das empresas contratadas, a NE deve recomendar que sejam também divulgados os canais para consulta e reclamações disponíveis pela NE.	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar procedimento.	<p>No RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE informou que está em processo de constituição um comitê de comunicação da DS, por meio do qual será motivada, junto às diretorias da NE, a formação de um conselho de comunicação. A partir desta constituição serão acionados os contratados da NE para avaliar a presente demanda.</p> <p>Informou também que os treinamentos diários apresentados no item 3.3 e no ANEXO IV do RT_003-2013, entre outros realizados pelo CCBM, têm também a função de canais de comunicação com os trabalhadores.</p> <p>O Anexo_2-3_3_Plano de Ação do 1º RSAP menciona que foi criado, em 04/03/2013, o Comitê Interno de Comunicação Social da Diretoria Socioambiental, com a finalidade de integrar os planos e programas do PBA, no esforço de identificar e sistematizar a oferta e demanda de informações para as ações de comunicação no âmbito da Diretoria Socioambiental. Está em pauta colocar esta demanda em discussão junto ao Comitê para providências.</p> <p>No 2º RSAP a NE informa que as questões levantadas nesta demanda foram apontadas pelo consultor independente em reunião realizada com as diretorias financeira e socioambiental da NE em 08/08, as quais ficaram de avaliar, junto às demais partes envolvidas, a possibilidade e respectiva forma de atendimento.</p>	<p>Análise 1ª missão: <u>Não atendida.</u></p> <p>Entende-se que a recomendação refere-se à elaboração e implementação de um procedimento, que será utilizado para fiscalização, de forma a garantir que as empresas contratadas e subcontratadas da NE disponham de mecanismos de reclamações para trabalhadores.</p> <p>Além disso, durante as inspeções nas frentes de trabalho da OP pelo Consultor Socioambiental Independente evidenciou-se que a correta implementação dos mecanismos de atenção a consultas e reclamações de trabalhadores ainda não havia ocorrido.</p> <p>Na ocasião, não foram constatadas caixas lacradas suficientes para recepção de demandas. Esse sistema é inexistente para as OE e constitui-se em uma não conformidade que deverá ser solucionada até a data de corte do próximo período de monitoramento (30/06/2013).</p> <p>Análise 2ª missão: Atendimento não evidenciado. Considera-se esta ação ainda com status de <u>Não Atendida</u>.</p>		3º RSAP	Apresentar solução assim que esteja concluída a avaliação das Diretorias da NE.
Princípio do Equador 03 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 03								
Fase de Construção / Gestão da Pegada da Obra (Inclusive Controle de Erosão)	Ação 24a: Estruturar um banco de dados geográficos, permitindo cruzamentos e análises integradas de diferentes variáveis e indicadores ambientais. Esta estrutura deverá ser desenvolvida dentro de um Sistema de Informações Geográficas,	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento e trimestralmente, nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar banco de dados no SIG do empreendimento.	<p>No ANEXO I e item 3.1 do RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 foram apresentadas as informações sobre o banco de dados do empreendimento, relativos aos sistemas de gestão - SGA da NE e SGI do CCBM. Informou também que outras informações complementares serão apresentadas no 1º RSAP (abril/2013).</p> <p>No 1º RSAP foi informado que está em andamento a implantação do módulo de banco de dados de SIG-A do Sistema de Gestão Ambiental da NE, o qual poderá</p>	<p>Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>em atendimento</u>, mas atrasada em relação ao prazo estabelecido.</p> <p>Com os dados fornecidos pela NE não foi possível acompanhar de forma abrangente a implementação do SIG-A. Neste contexto, recomenda-se que seja elaborado um plano de ação contendo todas as ações necessárias para a completa implantação do referido sistema.</p>		30 dias	Plano de Ação para implementação completa do SIG-A (incluindo ação, prazo, responsável, status)


Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	considerando a gestão ambiental da obra nos diferentes sítios construtivos, e especialmente as medidas de controle ambiental nas frentes, de responsabilidade do CCBM e fiscalizadas pelas equipes de supervisão ambiental. As informações geradas na supervisão ambiental deverão ser sistematicamente incorporadas no banco de dados, bem como os resultados dos programas de monitoramento.			fornecer, ainda dentro de 2013, integrações e cruzamentos de informações sobre o projeto. O RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, enviado em 01/07/2013, informa que está em andamento a implantação do sistema de gestão da EPBM, na área de SST, a qual também irá compor o quadro de gestão integrada entre as partes. Informa também que o SIG-A da NE está finalizando a implementação de uma ferramenta que permitirá abastecer o sistema com as informações das obras, e que este poderá ser disponibilizado em breve. O 2º RSAP não apresenta resultados específicos do período em relação ao SIG-A. Informa-se que de janeiro a junho foram recebidos dados de 38 Pacotes de Trabalho, dos quais foram geradas 29 planilhas modelos para que as empresas executoras pudessem encaminhar seus dados de monitoramento ambiental para inserção no SIG-A. No semestre, segundo informa o RSAP, os dados (de amostras e de monitoramento ambiental) inseridos no SIG-A, entre janeiro e julho de 2013, correspondem aos seguintes Pacotes de Trabalho (PT): 11.3.2 (Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas); 11.4.1 (Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial); e 11.4.2 (Projeto de Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquáticas).	<u>Análise 2ª missão:</u> Da mesma forma que no período anterior, foram fornecidas algumas informações a respeito do andamento da implementação do SIG-A, que não permitem acompanhar o que o avanço no período representa do total planejado. Assim, continua-se considerando a ação <u>Em Atendimento</u> , e mantém-se a recomendação de apresentação de um Plano de Ação para implementação completa do SIG-A.			
	Ação 24b: Desenvolver os serviços de supervisão ambiental segundo o conceito de “pontos de controle”.	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento com atualização trimestral, nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar mapa de pontos de controle dos monitoramentos executados e pontos de erosão cadastrados.	No RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE informou que avalia ser possível desenvolver os serviços de supervisão ambiental segundo o conceito de pontos de controle, mas necessita de mais tempo para o atendimento. Informa que a demanda será respondida no 1º RSAP (abril/2013). Não há evidência deste atendimento no 1º RSAP. No 2º RSAP informa-se que se pretende atender a esta demanda nos próximos relatórios, uma vez que está em consolidação a contratação de empresa para a coordenação do PAC, para a qual será atribuída a presente demanda.	<u>Análise 1ª missão:</u> <u>Não atendida.</u> Por ocasião da vistoria de campo verificou-se que não está sendo realizada a supervisão ambiental. Recomenda-se que seja estruturada uma equipe ou contratada uma empresa para início imediato da sistemática de supervisão da NE sobre as obras principais e do entorno. Mantém-se a recomendação de que essa supervisão utilize o conceito de pontos de controle. <u>Análise 2ª missão:</u> A ação continua com status de <u>Não Atendida</u> . Na vistoria de campo realizada em setembro, portanto, 5 meses após o encerramento do contrato da Ferreira Rocha como coordenadora do PAC, verificou-se que a NE ainda não concluiu o processo de contratação da nova empresa para esta função. Assim, as OP continuam sem supervisão ambiental por parte da NE.		30 dias 60 dias	Apresentar evidência da contratação da empresa coordenadora do PAC. Apresentar contrato com essa empresa, para verificação do escopo das atividades que estarão sob sua responsabilidade. Apresentação de Mapa de pontos de controle dos monitoramentos executados e pontos de erosão cadastrados.
Fase de Construção / Conformidade com Padrões de Desempenho Ambiental –	Ação 25: Monitorar todas as fontes emissoras conforme periodicidade estabelecida no PAC e no SGI do CCBM, comparando os resultados	Trimestralmente nos Relatórios Periódicos de Conformidade Socioambiental.	Apresentar resultados do monitoramento nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental, comparados à legislação brasileira e aos	O 1º RSAP apresenta o plano de amostragem mensal e semestral para os efluentes sanitários dos sítios construtivos, e informa que o monitoramento dos efluentes das lagoas são comparados com a Resolução CONAMA 430/11.	<u>Análise 1ª missão:</u> <u>Parcialmente atendida.</u> Verificou-se, por meio da documentação e nas inspeções de campo, que são monitorados os efluentes sanitários e industriais, a água para		3º RSAP	Laudos com os resultados dos monitoramentos e evidência de comparação com os padrões do IFC, adotando os valores mais restritivos entre estes e a

Quadro 7.0.a


Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Fontes emissoras	aos limites estabelecidos na legislação brasileira e aos padrões do IFC, devendo ser adotados, como referência, os valores mais restritivos.		padrões do IFC.	<p>O RSAP apresenta também o plano de amostragem das unidades geradoras de efluentes industriais nos sítios construtivos, que são submetidos a tratamento químico. As amostragens, realizadas mensalmente, também têm seus resultados comparados com os limites da Resolução CONAMA 430/11.</p> <p>É apresentado também o plano de amostragem das ETAs compactas dos sítios construtivos, com parâmetros monitorados a cada duas horas, duas vezes por semana, e semestralmente. Os resultados obtidos são comparados à PORTARIA 2914/2011.</p> <p>Não há evidência de realização de monitoramento de Emissões atmosféricas e Qualidade do Ar e de ruído.</p> <p>O RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, enviado em 01/07/2013, informa que providências estão em andamento pela NE para completar o status de informações necessárias para o atendimento aos Princípios do Equador e padrões de desempenho do IFC.</p> <p>No 2º RSAP a NE informa que a recomendação de comparação dos resultados de monitoramento da OP com os padrões estabelecidos pela IFC tem sido encaminhada ao CCBM, o qual se manifesta em termos contratuais alegando o atendimento aos parâmetros citados. A NE alega que insiste na demanda e aguarda posicionamento do consórcio.</p> <p>Em relação aos monitoramentos, o RSAP apresenta os resultados relacionados aos efluentes industriais e sanitários e à água para abastecimento. Não foram encaminhados os resultados para monitoramento de ruídos. Sobre emissões atmosféricas, há atividades de controle de poeira e fumaça preta, mas não há previsão no contrato do CCBM para a realização de tal monitoramento. A NE afirma que está ciente destas demandas.</p>	<p>abastecimento, e a potabilidade da água dos bebedouros.</p> <p>O RSAP não inclui os laudos com os resultados do monitoramento. Os resultados são apenas descritos como satisfatórios e insatisfatórios. Além disso, não é feita a comparação dos resultados obtidos com os padrões do IFC, mas apenas com os limites estabelecidos pela legislação brasileira.</p> <p>Recomenda-se incluir, nos relatórios QMSSRS do CCBM, a comparação dos resultados do monitoramento com os padrões do IFC, adotando os valores mais restritivos entre estes e os limites estabelecidos pela legislação brasileira.</p> <p>Recomenda-se iniciar o monitoramento de emissões atmosféricas (fumaça preta e partículas em suspensão).</p> <p>Análise 2ª missão: Considera-se essa ação ainda com status de <u>Parcialmente Atendida</u>.</p> <p>No que diz respeito à comparação com os padrões do IFC, conforme já mencionado na ação 5, na vistoria de campo realizada em setembro/13 o consultor independente reuniu-se com representantes do CCBM para identificar qual a dificuldade encontrada para atendimento a esta recomendação. Verificou-se que o CCBM na verdade desconhece os parâmetros do IFC que deve utilizar na comparação. O consultor independente então se comprometeu a encaminhar ao CCBM esses parâmetros, o que foi feito no dia 10/09 (via NE). O consórcio, por sua vez, comprometeu-se a incluir esses parâmetros na verificação da eficiência dos monitoramentos que realiza.</p> <p>Em relação aos parâmetros monitorados, verificou-se que após a primeira missão o CCBM iniciou o monitoramento de fumaça preta. Em relação à poeira, o CCBM realiza a umectação constante das vias.</p>			legislação brasileira.
Fase de Construção / Organização de Frentes de Obra e Práticas de Prevenção de Poluição (Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Gerenciamento	Ação 26a: Monitorar todas as fontes emissoras. Implementar todos os procedimentos e diretrizes de controle ambiental previstos nas diretrizes do PAC, especificamente no Programa de Controle Ambiental Intrínseco.	Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar evidências da implementação nos Relatórios Periódicos Trimestrais de Conformidade Socioambiental e nos Relatórios Semestrais Consolidados de Andamento do PBA.	<p>Em relação ao monitoramento de fontes emissoras, ver resposta à Ação 25, acima.</p> <p>Além do monitoramento de efluentes domésticos e industriais e qualidade da água de abastecimento, o 1º RSAP informa também a realização de medidas de gestão de resíduos sólidos e apresenta os inventários de resíduos sólidos gerados nos canteiros e alojamentos. Em relação ao controle de erosão, há medidas previstas ao longo das diversas seções em que se divide o PCAI: Vias de acesso; Canteiros de obra e acampamentos; Subestações e Linhas de Transmissão; e Áreas de Empréstimo, Jazidas, Bota-</p>	<p>Análise 1ª missão: <u>Parcialmente atendida.</u></p> <p>Todas as fontes emissoras com monitoramento previsto no PAC estão sendo monitoradas.</p> <p>As águas tratadas estão sendo monitoradas de acordo com a Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde.</p> <p>O monitoramento da potabilidade da água dos bebedouros distribuídos em todas as Unidades</p>		A partir do 3º RSAP	<p>Relatórios específicos de monitoramento.</p> <p>Laudos laboratoriais.</p> <p>Relatórios gerenciais mensais do PAC emitidos pelo CCBM.</p> <p>Relatórios Mensais/Trimestrais de</p>

Quadro 7.0.a
Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)



Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
de Efluentes Líquidos; Controle de Produtos Perigosos)				<p>Foras e Estoques.</p> <p>O 1º RSAP informa que as vistorias de rotina geradas no PAC são acompanhadas semanalmente em conjunto com o CCBM, sendo apontadas as providências corretivas e acompanhamento dessas ações pela equipe do PAC. A depender dimensão da ocorrência e/ou tempo de atendimento para a ação corretiva, são geradas as não conformidades, que são encaminhadas à supervisão de meio ambiente da NE (Diretoria Socioambiental), que por sua vez avalia as informações e encaminha ao CCBM por meio da Diretoria de Construção da NE. São avaliadas as seguintes categorias: Processo construtivo; Resíduos perigosos; Efluentes sanitários e industriais; Obras / processos erosivos; e Água para consumo humano.</p> <p>No 2º RSAP, a NE informa que a resposta a esta ação é a mesma da ação anterior.</p>	<p>também está sendo feito de acordo com a Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde.</p> <p>Os efluentes domésticos e industriais são analisados mensalmente através dos parâmetros estabelecidos pela Resolução CONAMA 430/2011.</p> <p>No caso das ETEs, os resultados estão sendo reportados no RSAP apenas como sendo “satisfatório” e “insatisfatório”, não se fazendo menção aos parâmetros.</p> <p>Os parâmetros estão sendo comparados apenas com os limites da legislação brasileira, não se atendendo à Ação 25, acima, no que diz respeito à necessidade de comparação com os padrões do <i>Environmental, Health, and Safety (EHS) Guidelines</i> do IFC.</p> <p>Não foi avaliada a correlação entre o planejado (monitoramentos previstos frente às estações em operação) e o realizado (resultados das coletas realizadas).</p> <p>Não há registros de monitoramento de emissões atmosféricas e qualidade do ar.</p> <p>A gestão de resíduos da construção civil está sendo praticada conforme a Resolução CONAMA 307/2002.</p> <p>Em relação ao controle de erosão, as ações e medidas previstas no PAC não têm sido suficientemente executadas, o que é evidenciado extensivamente pela ausência de forração vegetal em taludes nos canteiros de obras, na vila residencial, falta de sistema de drenagem nos travessões 27 e 55, além do processo de aproveitamento de bota-foras.</p> <p>As ações que integram o PAC, sob responsabilidade do CCBM, não são objeto de controle e acompanhamento sistemático por parte da Norte Energia.</p> <p>Análise 2ª missão: Todas as fontes emissoras com monitoramento previsto no PAC continuam a ser monitoradas, incluindo agora a fumaça preta, após recomendação do consultor independente.</p> <p>Conforme disposto na análise das Ações 5 e 25, os parâmetros estão sendo comparados apenas com os limites da legislação brasileira, não havendo comparação com os padrões do <i>Environmental, Health, and Safety (EHS) Guidelines</i> do IFC, conforme requerido para</p>			supervisão ambiental das obras pela Norte Energia.

Quadro 7.0.a
Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p>atendimento aos Princípios do Equador. Quanto a isso, o consultor independente já encaminhou ao CCBM esses parâmetros, e o consórcio, por sua vez, comprometeu-se a incluir os mesmos na verificação da eficiência dos monitoramentos que realiza.</p> <p>Em relação ao controle de erosão, as ações e medidas previstas no PAC continuam a não ser suficientemente executadas, o que é evidenciado extensivamente pela ausência de forração vegetal em taludes nos canteiros de obras, na vila residencial, falta de sistema de drenagem nos travessões 27 e 55, além do processo de aproveitamento de bota-foras.</p> <p>Por fim, as ações que integram o PAC, sob responsabilidade do CCBM, continuam a não ser controladas e acompanhadas sistematicamente pela NE.</p> <p>Considera-se esta ação ainda <u>Parcialmente Atendida</u>.</p>			
	<u>Ação 26b:</u> Readequar as situações não conformes identificadas pelo consultor socioambiental independente e apresentadas no Capítulo 12.3 e nas Recomendações Gerais do Projeto na Seção 13.2 e no Relatório de Atualização/novembro de 2012.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar evidências da readequação das não conformidades.	<p>No prazo estabelecido para a ação, a NE informa que os seguintes documentos atendem à ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Evidências de atendimento às demandas do relatório de avaliação socioambiental (versões de julho e dezembro de 2012) (ANEXO V.A do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00); Atas das reuniões gerenciais realizadas entre a NE e o CCBM para tratar sobre o PAC (ANEXO V.B); CI 0530-2012-DS: solicitação de providências da Diretoria Socioambiental para a Diretoria de Construção da NE; CE-DC-448-12-SO: correspondência da Diretoria de Construção para o CCBM, sobre as ações corretivas necessárias às obras principais, conforme demanda do plano de ação dos Princípios do Equador. <p>Informa que, devido à dimensão da obra e respectivo cronograma executivo, outras ações estão em fase de cumprimento, conforme prazos demonstrados no Plano de Ação estabelecido pelo CCBM apresentado no ANEXO V.A.</p> <p>O 2º RSAP passou a incluir a Seção 6.2 (e seus anexos), onde se evidencia o atendimento às recomendações do Consultor Independente encaminhadas em missões anteriores (<i>Due Diligence</i> e 1º Relatório de Monitoramento da UHE Belo Monte).</p>	<p><u>Análise 1ª missão:</u> Considera-se esta ação <u>em atendimento</u>.</p> <p>A situação do atendimento às recomendações do consultor socioambiental independente apresentadas no Capítulo 12.3 e nas Recomendações Gerais do Projeto na Seção 13.2 da <i>Due Diligence</i> e no Relatório de Atualização/novembro de 2012 foram em parte atendidas, como se verificou nos documentos encaminhados, e nas reuniões e vistorias de obra.</p> <p>Para controle do atendimento às recomendações fora do Plano de Ação, que incluem as citadas acima, foi elaborado o Quadro 8.0.a, apresentado no Anexo 9 deste Relatório de Monitoramento.</p> <p>O Quadro 8.0.a será constantemente alimentado com as recomendações estabelecidas em cada missão de monitoramento, sendo excluídas aquelas já atendidas.</p> <p><u>Análise 2ª missão:</u> Com a inclusão da Seção 6.2 no 2º RSAP é possível verificar a gestão da NE sobre o atendimento às recomendações estabelecidas pelo consultor independente em missões anteriores, conforme recomendado.</p> <p>No entanto, conforme se verifica no Anexo 6.2-1 (texto e planilha) do RSAP e se evidenciou em campo, na missão de</p>		A partir do 3º RSAP	Evidências de atendimento às recomendações relacionadas ao CCBM incorporadas à Seção 6.2.



Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p>setembro/13, a NE ainda encontra uma grande dificuldade em obter do CCBM as evidências de atendimento às recomendações que são de sua responsabilidade, para serem incorporadas ao RSAP.</p> <p>Recomenda-se que a NE procure estabelecer uma sistemática com o CCBM, para entrega das demandas do consórcio o mais breve possível, de forma que o mesmo se organize na produção de evidências para inclusão a tempo no RSAP.</p> <p>Ressalta-se que, caso a Seção 6.2 do 3º RSAP novamente não traga evidências ou informações sobre o atendimento às recomendações pontuais e oportunidades de melhoria relacionadas ao CCBM, esta parte do RSAP será devolvida à NE, para que se busque uma solução de atendimento antes da 3ª missão do consultor independente.</p> <p>Considera-se esta ação ainda com status de <u>Em Atendimento</u>.</p>			
Fase de Construção / Balanço de Carbono	<u>Ação 27</u> - Elaborar inventário de emissões de carbono para as obras em seus diferentes sítios construtivos.	6 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar inventário de emissões de carbono para as obras.	No prazo definido, no RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, foi informado que a NE está em tratativas para atendimento a esta demanda.	<p><u>Não Atendida.</u></p> <p>Apesar de esta ação estar prevista para 6 meses após a assinatura do contrato (que ocorreu em 18/12/2012), o RT_006-2013 informa que a NE ainda está se mobilizando para o atendimento, e o 2º RSAP, posterior ao RT_006-2013, não traz nenhuma informação sobre esta ação.</p>		30 dias	Apresentar inventário de emissões de carbono para as obras.
<u>Ação 28</u> - 6 meses antes do enchimento do reservatório.								
Princípios do Equador 02 e 04 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 04								
Mitigação de Riscos à Comunidade Durante a Construção / Operação / Riscos Comunitários Associados ao Fluxo Migratório	<u>Ação 29a</u> : Utilizar, no monitoramento socioeconômico, os indicadores propostos na Nota Técnica NE-DS-SSE-0021-MonitSocioEcon, assim como os seguintes indicadores: alteração no acesso à saúde, por meio do levantamento mensal do atendimento em Unidades Básicas de Saúde, Prontos - Socorros e Hospitais, tanto da rede particular quanto da rede pública. Todos os indicadores deverão ser levantados mensalmente e consolidados nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar os resultados do monitoramento nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	<p>No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, a NE informou que seria formatada e encaminhada no final de fevereiro de 2013, uma Nota Técnica apresentando a relação de indicadores que estão sendo aplicados no monitoramento socioeconômico, bem como a justificativa ao atendimento dos indicadores solicitados.</p> <p>No RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 foi informado que a NT ainda estava sendo concluída e seria encaminhada com as demandas para 18/03/2013 (90 dias após a assinatura do contrato).</p> <p>No ANEXO VI do RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 – foi apresentada uma Nota Técnica com a relação de indicadores que estão sendo aplicados no monitoramento socioeconômico, bem como a justificativa ao atendimento dos indicadores citados na presente demanda.</p>	<p>Considera-se esta ação <u>atendida</u>.</p> <p>Segundo a Nota Técnica apresentada, foi decidido não utilizar o indicador avaliado por questões técnicas, pois se trata de um indicador que traz embutido uma falha na alimentação dos dados, gerando viés na análise da informação. Isto ocorre porque, quando há uma situação na qual existe uma incapacidade de atendimento à demanda existente, toda melhoria na infraestrutura, e o consequente aumento da capacidade de atendimento, deverá resultar em aumento no atendimento. Assim, com esta situação, as conclusões baseadas no levantamento dos atendimentos em saúde induzirão a um erro de conclusão.</p> <p>Mesmo assim, foi feito levantamento da evolução mensal dos atendimentos dos serviços públicos de saúde dos municípios da AID para os anos de 2010 a 2012, e de janeiro de 2013. Os resultados demonstraram impossibilidade de sua utilização, uma vez que</p>			

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	Ação 29b: Avaliar, com base nos resultados do monitoramento socioeconômico, as condições da infraestrutura existente nos municípios da AID, e verificar a suficiência dos equipamentos de saúde e educação já entregues pela NE a esses municípios, de forma a garantir que não haja sobrecarga na infraestrutura local.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar, nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental a análise da suficiência dos equipamentos de saúde e educação já entregues pela NE aos municípios da AID.	<p>No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 (ANEXO VIII.A), a NE apresentou o Relatório de Monitoramento dos Programas Socioeconômicos (CAPÍTULO 7.4), encaminhado ao IBAMA no 2º Relatório Semestral Consolidado de atendimento às condicionantes (julho de 2012), o qual mostra a análise dos indicadores e respectiva avaliação dos resultados.</p> <p>O próximo relatório seria apresentado ao IBAMA no final de janeiro (3º Relatório Consolidado do PBA).</p> <p>No 1º RSAP apenas menciona-se a execução dessa análise de suficiência no texto e nas tabelas de obras de educação e saúde de cada município. O ANEXO VI do RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 contém uma Nota Técnica com a relação de indicadores que estão sendo aplicados no monitoramento socioeconômico, e que apresenta a análise de suficiência dos equipamentos de saúde. A análise para a educação consta no ANEXO VIII.A do RT_001-2013, sendo válida para os relatórios subsequentes, já que foi feita tendo por base o atendimento anual de alunos e a entrega anual das obras previstas. No entanto, uma nova análise deverá ser apresentada no próximo relatório trimestral, tendo por base os alunos já matriculados em 2013.</p> <p>No 2º RSAP a NE informa que relatórios anteriores constataram que os equipamentos de saúde já eram suficientes naquela ocasião. Atualmente foi concluída a construção e entrega de equipamentos das 27 unidades básicas de saúde (UBS), previstas no PBA para os municípios da AID da UHE Belo Monte, com recursos financeiros da NE. Essas unidades, sem contar com as já existentes nos municípios, serão suficientes para cobrir até 324.000 habitantes, conforme parâmetros da Portaria nº 2.488/2012, do MS. Portanto, devem atender a uma população bem superior ao fluxo populacional relacionado ao empreendimento no pico da obra.</p> <p>O 2º RSAP informa também, no ANEXO 2.3-1.3, a análise de suficiência dos equipamentos de educação. Outras informações sobre estes itens podem ser consultadas nos resumos dos programas do PBA no RSAP, e no 4º Relatório do PBA para o IBAMA.</p>	<p>as discrepâncias nos dados foram acentuadas.</p> <p>Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>em atendimento</u>.</p> <p>Análise 2ª missão: Foi evidenciada a análise de suficiência dos equipamentos de educação (anexo 4.8.1-2 do 4º Relatório do IBAMA). Por outro lado, verificou-se, em entrevistas realizadas durante a inspeção de campo de setembro, a argumentação por parte dos representantes de educação e saúde de que a estrutura existente não suporta a demanda causada pelo empreendimento.</p> <p>Em relação à Educação, o argumento é que há localidades em que a demanda aumentou por causa da mobilidade da população, com remoções e indenizações ocorridas. Em relação à Saúde, o argumento é que a população cresceu em 50%, fenômeno este que não pode ser coberto pela rede existente. Embora essas informações e argumentos geralmente sejam utilizados pelo Poder Público para atender às suas demandas reprimidas pelos anos em que não houve construção e mesmo substituição de equipamentos, há necessidade de que a equipe da NE esteja preparada para responder prontamente a essas alegações com as análises propostas pelo IBAMA: o monitoramento socioeconômico e a análise de suficiência dos equipamentos.</p> <p>A Portaria mencionada (Nº 2488, de 21/10/2011), que “Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)”, define os parâmetros para quantificação de unidades básicas e de equipes de saúde, pode ser uma boa forma de detalhar essa análise de suficiência dos equipamentos e de equipes de saúde para Altamira.</p> <p>Não foi evidenciada a análise de suficiência dos equipamentos de saúde.</p> <p>Considera-se esta ação <u>Parcialmente Atendida</u>.</p>		3º RSAP	<p>Na avaliação quanto à suficiência dos equipamentos de educação, considerar a distribuição geográfica das unidades, para verificar se há pressão na estrutura educacional por localidade e se esta é causada pelo empreendimento.</p> <p>Apresentar justificativa ou aceite do IBAMA para a não apresentação da avaliação de suficiência dos equipamentos de saúde.</p> <p>Considerar a possibilidade de realizar detalhamento da análise de suficiência dos equipamentos e de equipes de saúde para Altamira com base na Portaria que aprova a Política Nacional de Atenção Básica.</p>
Mitigação de Riscos à Comunidade Durante a Construção / Operação / Planos de Contingência	Ação 30a: Apresentar / consolidar, a partir das medidas atualmente planejadas, um “ <i>Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário</i> ”, abrangendo não somente o transporte de	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar o Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, a NE informou que solicitou ao CCBM a emissão de um Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário. Informou que o CCBM possui uma série de procedimentos e um plano de sinalização viária e fluvial (ANEXO VIII.B do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00), entre outros documentos a serem consolidados no Plano, a ser	<p>Análise 1ª missão: <u>Não atendida</u>.</p> <p>Cumprir registrar que dos 3 acidentes fatais ocorridos desde o início do Projeto, dois deles (60%) estiveram relacionados a acidentes de tráfego gerado pelo projeto, o que reforça a importância e urgência de um robusto Plano de</p>		30 dias	Apresentar o Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário.

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
para Riscos Comunitários	trabalhadores, assim como todo o tráfego relacionado com a construção do Projeto. Este Plano deve atender adequadamente a todas as situações de risco social decorrentes das atividades de construção. É recomendável que este Plano seja elaborado pela NE, que deverá submetê-lo, preferencialmente em contrato, a todas as empresas subcontratadas e fornecedores, segundo seja aplicável.			<p>encaminhado em fevereiro.</p> <p>No RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE informou que seu departamento jurídico analisou o contrato do CCBM e entendeu que os limites do seu escopo referem-se aos canteiros, obras e seus acessos diretos. Assim, informou que será elaborado um plano de gestão do tráfego coordenado pela NE com a participação do CCBM, a ser encaminhado no 1º RSAP (abril/13).</p> <p>Cumprir registrar que o referido Plano não foi submetido juntamente com o 1º RSAP e tampouco no RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, enviado em 01/07/2013, o que gera uma não conformidade para o Projeto, com relação ao atendimento desta ação e a urgência e riscos associados a sua não implementação em prazos razoáveis.</p> <p>Segundo informado no 2º RSAP, a NE emitiu uma nota técnica (Anexo 2.3-1.4 do RSAP) para justificar a necessidade de contratação de consultoria para a elaboração do presente Plano.</p> <p>Está sob avaliação da Diretoria de Gestão a autorização de emissão de Termo de Referência para contratação de empresa especializada para desenvolver o Plano de Gestão de Tráfego Rodoviário para a Obra Principal, Obras do Entorno e Programas Ambientais.</p> <p>A avaliação da diretoria sobre este item deveria acontecer até o dia 30/08/2013, em Reunião de Diretoria Colegiada.</p>	<p>Gestão de Segurança do Transporte Rodoviário a ser exigido pela NE a todas as suas empresas subcontratadas.</p> <p>O presente Plano deve ser concebido como uma Norma Geral de requisitos de Gestão de Segurança do Transporte Rodoviário a serem exigidos contratualmente e adequadamente supervisionados para assegurar a sua correta implementação, tanto para a OP como principalmente para as OE, em razão dos riscos de acidentes com a comunidade durante a execução de obras de infraestrutura urbana objeto do Programa de Compensações do PBA, entre outros riscos associados às alterações / modificações do tráfego.</p> <p><u>Análise 2ª missão:</u> Não atendida.</p> <p>Na inspeção de monitoramento de setembro, e nas informações constantes no 2º RSAP, foi confirmada a elaboração da nota técnica. Até a data da inspeção nenhum plano havia sido estruturado, apesar da reconhecida necessidade.</p>			
	<u>Ação 30b:</u> Garantir que o CCBM e as empresas subcontratadas iniciem a implementação do <i>Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário</i> .	60 dias após a Assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar o Relatório de Andamento do Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário.	<p>Idem acima. O CCBM tem controle das ações nos limites da obra e seus acessos. A NE informou, no RT_002-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, que as informações seriam encaminhadas junto às demandas de 18/03 (90 dias após a assinatura do contrato).</p> <p>2º RSAP: idem resposta à Ação 30a.</p>	<p><u>Análise 1ª missão:</u> Não atendida.</p> <p>Segundo reportado durante a Missão, o CCBM está aguardando as diretrizes a serem dadas pela NE para iniciar o desenvolvimento / consolidação das ações existentes e eventuais adequações requeridas pelo Plano de Gestão de Segurança do Transporte Rodoviário do empreendimento.</p> <p><u>Análise 2ª missão:</u> Durante a inspeção de monitoramento de setembro o CCBM demonstrou possuir diversas ações para gestão do tráfego e redução dos acidentes/incidentes de trânsito; porém, ainda não dispõe de um plano para estruturação.</p> <p>O CCBM evidenciou que possui um comitê que discute os resultados dos controles de trânsito. Além disso, informou também que contratou empresa de engenharia de trânsito para ordenar as ações e potencializá-las (através de um plano).</p> <p>Assim sendo, esta ação continua <u>não atendida</u>.</p>	✓	3º RSAP	Apresentar o Relatório de Andamento do Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário.




Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	Ação 30c: Desenvolver, em conjunto com o CCBM, o Plano de Contingências para o Mecanismo de Transposição de embarcações no Sítio Pimental, como parte das ações previstas no Projeto de Monitoramento do Mecanismo de Transposição de Embarcações, integrante do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Rio Xingu.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar o Plano de Contingências para o Sistema de Transposição de Embarcações (STE).	<p>No prazo estabelecido para a ação, a NE informou que o plano de Contingência do STE foi encaminhado aos Agentes Financiadores em dezembro de 2012, por meio da Carta CE 236/2012 de 21/12/2012. O ANEXO IX.A do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 apresentou o estudo de referência para o dimensionamento do STE.</p> <p>No 2º RSAP a NE informa que o Plano de Contingência do STE foi encaminhado à CEF na data prevista, em dezembro de 2012, e está sendo reapresentado no Anexo 2.3-1.5. Em anexo foram apresentados também os resultados da comunicação sobre o STE para as comunidades ribeirinhas e indígenas. Os resultados do monitoramento serão apresentados de forma sistematizada no prazo estabelecido para a presente recomendação.</p> <p>A NE informa que foi realizada uma reunião entre o coordenador de SST das obras do entorno da NE e o Gerente Administrativo da TGS, onde se discutiu todos os passos a serem realizados, inclusive a necessidade de revisão do Plano de Contingência.</p> <p>Informa também que deverá ser realizada uma auditoria para verificar a implementação do Plano de Contingência em conjunto com a área de Montagem, Construção, Socioeconomia e SST da NE.</p> <p>A conclusão da avaliação sobre o Plano de Contingência é prevista para até 30/09/2013.</p>	<p>Análise 1ª missão: <u>Não atendida.</u></p> <p>O consultor Socioambiental avalia que o citado Anexo IXA, submetido em 21/12/2013, refere-se unicamente a um “<i>Lauda sobre as Condições de Navegação no Rio Xingu durante a vazão de cheia</i>”, em atendimento a uma solicitação de informações complementares do IBAMA.</p> <p>Um Plano de Contingencia / Emergência para assegurar o funcionamento do STE e estabelecer procedimentos de atenção e resposta em caso de emergências ambientais e primeiros socorros é essencial para garantir o cumprimento do PD4 - Segurança e a Saúde da Comunidade.</p> <p>Análise 2ª missão: O Plano de Contingência para o STE, encaminhado pela NE, foi avaliado antes da 2ª missão de monitoramento.</p> <p>Na reunião realizada durante a inspeção de campo de setembro com o Gerente de Montagem da NE (responsável pelo STE) e Coordenador de SST das OEs, as informações de avanço foram confirmadas. Agora resta aguardar a apresentação de um novo contrato de gestão do STE, já que o atual não está completamente alinhado com as ações determinadas para contingência.</p> <p>Neste sentido, considera-se esta ação <u>em atendimento</u>, uma vez que a NE deverá apresentar a revisão do Plano de Contingência ou evidenciar que o novo contrato de gestão da STE esteja alinhado com as determinações deste plano.</p>	✓	30 dias	Plano de Contingências para o STE ou evidências de que o novo contrato de gestão da STE esteja alinhado com as determinações do plano já encaminhado.
	Ação 30d: Implementar o Plano de Contingências para as situações emergenciais envolvendo o funcionamento do Mecanismo de Transposição de embarcações no Sítio Pimental, em conformidade com o Projeto de Monitoramento do Mecanismo de Transposição de Embarcações e demais solicitações do IBAMA incluídas nos pareceres técnicos expedidos.	Antes do início da operação do Mecanismo de Transposição de Embarcações.	Apresentar o Relatório de Andamento da implementação do Plano de Contingências para as situações emergenciais envolvendo o funcionamento do Mecanismo de Transposição de embarcações no Sítio Pimental.	<p>No RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 foi apresentado o boletim de operação do STE de 22/12 a 07/01, integrante do Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações.</p> <p>No 2º RSAP a NE informa que não ocorreram contingências em relação ao STE no período. Quanto às informações referentes à operação do Sistema de Transposição de Embarcações (STE), estas são apresentadas no relatório do Projeto 14.2.1 do PBA, que consta no 4º Relatório para o IBAMA e cujo resumo foi incluído no RSAP. Informações sobre a comunicação com ribeirinhos e comunidades indígenas também foram incluídas no 2º RSAP.</p>	<p>Análise 1ª missão: <u>Não atendida.</u></p> <p>Conforme mencionado acima na ação anterior (30c), a NE ainda não desenvolveu / submeteu um Plano de Contingencias para assegurar o funcionamento e resposta a situações emergenciais envolvendo o STE e, portanto não há como reportar os resultados de implementação. É disso que trata a presente ação.</p> <p>Análise 2ª missão: <u>Não atendida.</u></p> <p>A NE reportou dados operacionais do STE, porém não houve qualquer relato sobre a existência de simulados ou testes que garantam</p>	✓	60 dias	Apresentar o Relatório de Andamento da implementação do Plano de Contingências para as situações emergenciais envolvendo o funcionamento do Mecanismo de Transposição de embarcações no Sítio Pimental.

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					a eficácia do Plano de Contingência desenvolvido. Diante desse contexto, e pela previsão de alterações de contrato com a empresa gestora do STE (informações de setembro de 2013), a NE deverá apresentar informações e evidências que garantam a eficácia do Plano de Contingência proposto.			
Princípios do Equador 02, 05 e 06 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 05								
Planejamento da Aquisição de Terras / Reassentamento Involuntário / Plano de Ação para Compra de Terras e Reassentamento (RAP)	Ação 31: Embora o Plano de Atendimento à População Atingida e seus diversos programas e projetos contemplem basicamente o conteúdo de um Plano de Ação de Reassentamento – PAR (<i>Resettlement Action Plan</i> - RAP), este documento não existe. Editar este PAR de acordo com índice proposto nas recomendações, consolidando as informações já existentes.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar o Plano de Ação de Reassentamento (PAR).	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, a NE informou que o PAR - Plano de Ação de Reassentamento seria encaminhado até meados de fevereiro, após consolidação. Informou que o PAR seria elaborado com base nos documentos técnicos já produzidos, incluindo a Política Fundiária da NE com os Critérios e Alternativas para Aquisição de Imóveis Interferidos pela UHE Belo Monte (ANEXO VI.B do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00). No RT_002-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE informou que não foi possível consolidar o PAR, e que o mesmo seria enviado no 1º RSAP (abril/13). No 1º RSAP, Anexo_2-3_3 Plano de Ação, a NE informou que a empresa executora já disponibilizou, à Norte Energia, informações de base para a elaboração do PAR. Este será elaborado com base nos documentos técnicos já produzidos, incluindo a Política Fundiária da Norte Energia, com os Critérios e Alternativas para Aquisição de Imóveis Interferidos pela UHE Belo Monte. Esta foi a mesma resposta enviada no status do Plano de Ação no RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, em 01/07/2013. O 2º RSAP informa que o Plano de Ação de Reassentamento (PAR) seria entregue em um prazo de 30 dias (20 dias para elaboração pelo CWP + 10 dias para validação da SAF), o que seria por volta de 20/09. Foi elaborado um texto preliminar, enviado ao consultor independente em 26/09.	Análise 1ª missão: Foi evidenciada, durante a vistoria de campo, apresentação em <i>power point</i> , em cujo conteúdo constam critérios e definições suficientes para elaboração do PAR. O documento PAR não foi apresentado. Considera-se esta ação <u>não atendida</u> . Análise 2ª missão: Já foi evidenciado que há diversos procedimentos nos diferentes projetos do PBA que atendem a conteúdos para elaboração de um Plano de Ação de Reassentamento (PAR). Foi sugerido à NE que este documento fosse pelo menos apresentado em forma de minuta para avaliação do Consultor Independente. A equipe do SAF apresentou parte do relatório do PAR que está em elaboração, evidenciado por documentação. Considera-se esta ação <u>Em Atendimento</u> .		3º RSAP	Apresentar Plano de Ação de Reassentamento (PAR) já complementado.
Planejamento da Aquisição de Terras / Reassentamento Involuntário / Procedimentos de Valoração e Pagamento de Indenização de Terra e Benfeitorias e Indenização do Deslocamento Econômico	Ação 32: A opção de indenização oferecida a proprietários e posseiros deverá ser suficiente para repor terra por terra e repor as condições de produção de vida dos afetados. O monitoramento destes casos deverá prever também as devidas medidas de apoio e assistência complementar em casos que se detectem perdas de qualidade de vida.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Contemplar esta opção explicitamente no PAR.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, a NE informou que o PAR - Plano de Ação de Reassentamento será consolidado, com base na Política Fundiária da NE (ANEXO VI.B), contemplando a opção de indenização a proprietários e posseiros, de forma a garantir a reposição da terra e das condições de produção de vida dos afetados. Nessa ocasião, a NE informou que o PAR seria encaminhado em fevereiro de 2013. Idem acima. A NE informou, no RT_002-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, que o PAR seria enviado no 1º RSAP (abril/13). No RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE informou que os interferidos que optam por	Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>não atendida</u> . Para atendimento aos requisitos do PD 05 do IFC, é necessário comprovar a reposição das condições de vida dos afetados pelo empreendimento. Conforme apontado em relatório anterior (atualização da <i>Due Diligence</i>), a NE deve registrar as situações de afetação e indenização que está praticando. Recomenda-se o registro das atividades já desenvolvidas para indenização dos interferidos, com dados sobre o seu destino,	a)  b) 	30 dias 3º RSAP	Apresentar o Plano de Ação de Reassentamento (PAR), já complementado, contemplando a opção de indenização. Apresentar documentação encaminhada ao IBAMA atendendo a solicitação do quantitativo e perfil das famílias das áreas rurais adquiridas e a adquirir.

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>indenização não são monitorados após a assinatura do contrato do benefício (indenização), principalmente por adquirirem nova área em outra cidade, até mesmo outro Estado, o que inviabiliza o monitoramento social e a oferta da ATES. Ademais, há aqueles interferidos que originalmente não residem em suas áreas. No ANEXO VII do RT_003-2013 são apresentados os modelos de contratos usados para o caso de indenização, onde não é previsto o acompanhamento do indenizado. As medidas de apoio e assistência complementar são oferecidas nas outras modalidades de reassentamento.</p> <p>Segundo o 2º RSAP, o Plano de Ação de Reassentamento (PAR) será entregue em um prazo de 30 dias (20 dias para elaboração pelo CWP + 10 dias para validação da SAF), o que seria por volta de 20/09. Neste item especificamente, com relação à opção de indenização, não haverá informação do destino das famílias, pois não é previsto o acompanhamento do indenizado. As medidas de apoio e assistência complementar são oferecidas nas outras modalidades de reassentamento.</p> <p>O local de destino das famílias que serão remanejadas da ADA para o caso da área urbana é parte do termo de referência da empresa responsável pela mudança das famílias. Portanto, as ações de monitoramento já estão previstas. Demais situações poderão ser acompanhadas pelos resultados dos monitoramentos socioeconômicos.</p> <p>Segundo a NE, no entanto, conforme exposto em reunião realizada entre a Diretoria Socioambiental da Norte Energia e o Consultor Independente em 08/08/2013, será avaliado o estabelecimento de um procedimento que evidencie tal acompanhamento.</p>	<p>pelo menos, e um histórico mais detalhado da população que mudou para a mesma região.</p> <p>Conforme já disposto na Ação anterior, o documento PAR não foi apresentado.</p> <p>Análise 2ª missão: a) Conforme apontado em relatório anterior (atualização da <i>Due Diligence</i>), a NE deve registrar as situações de afetação e indenização que está praticando.</p> <p>Foi recomendado que houvesse o registro das atividades já desenvolvidas para indenização dos interferidos, com dados sobre o seu destino, pelo menos, e um histórico mais detalhado da população que mudou para a mesma região.</p> <p>Considera-se o status desse item da ação como <u>Não Atendido</u>.</p> <p>b) No documento OF-02001-006177-2013-68-DILIC-IBAMA, a equipe do órgão ambiental recomenda, entre outras questões, que a NE apresente quantitativo e perfil das famílias das áreas rurais adquiridas e a adquirir.</p> <p>A equipe do SAF apresentou parte do relatório do PAR que está em elaboração, evidenciado por documentação. Em relação ao monitoramento das famílias optantes por indenização, consta no relatório que “terão como procedimento de monitoramento a identificação do destino informado para realização da mudança, nos casos em que a Norte Energia ficará responsável por este procedimento.” É recomendável esclarecer nesse relatório preliminar esse procedimento.</p> <p>Considera-se esta ação ainda com status de <u>Parcialmente Atendida</u>.</p>			
Execução da Aquisição de Terras / Reassentamento Involuntário / Estruturação de equipe para compra de terras e implantação do RAP	Ação 33: Reavaliar e demonstrar o adequado dimensionamento da equipe da NE que executa a aquisição de terras e reassentamento urbano e rural, apoiando-se em empresas especializadas que prestam serviços de cadastramento, avaliação, apoio à negociação, preparação e documentação de reuniões, comunicação de reclamações, entre outros.	Apresentar avaliação da necessidade de ampliação dos quadros atuais da NE para aquisição de terras e reassentamento urbano e rural.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	<p>No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 (ANEXO VI.A), a NE apresentou o dimensionamento e estrutura organizacional da Superintendência Fundiária da Norte Energia, bem como o quadro de subcontratados, considerados suficientes para as atividades da referida superintendência.</p> <p>O 2º RSAP informa, para a questão urbana, que desde o início de julho a empresa DIAGONAL está trabalhando na elaboração do plano de trabalho para as atividades de avaliação de benfeitorias, elaboração de laudos de avaliação e implantação de um SIG.</p> <p>Em relação às atividades para a área rural, está em andamento o reforço da equipe SAF, com processo de</p>	<p>Análise 1ª missão: Na vistoria de campo foi constatado que a NE está contratando pessoas para sua equipe fixa, assim como outra empresa terceirizada para os projetos de reassentamento.</p> <p>Considera-se esta ação <u>em atendimento</u>.</p> <p>Análise 2ª missão: Foi evidenciado o plano de trabalho da empresa Diagonal Urbana para as atividades de avaliação de benfeitorias, elaboração de laudos de avaliação e implantação de um SIG.</p> <p>Considera-se esta ação <u>Em Atendimento</u>.</p>	✓	30 dias	Evidência da contratação das empresas Santiago & Barros, Carta Cartografia e da empresa para execução de serviços técnicos de agrimensura e topografia.


Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				contratação de mais 4 técnicos. Já com relação à contratação de empresas terceirizadas para apoio nos serviços, foi contratada empresa Santiago & Barros para fazer a prospecção de áreas e apoio jurídico para viabilizar a documentação dominial dos imóveis para relocação assistida e a empresa Carta Cartografia para levantamento topográfico cadastral das propriedades interferidas pela linha de transmissão. Também se encontra em processo de contratação empresa para execução de serviços técnicos de agrimensura e topografia para parcelamento de lotes do reassentamento rural coletivo e áreas remanescentes.				
Execução da Aquisição de Terras / Reassentamento Involuntário / Atendimento a Reclamações	Ação 34: a) PD 05 prevê duas instâncias de consultas e reclamações, incluindo uma segunda instância que possa ser acionada em casos em que o reclamante não se sinta atendido em uma primeira instância. b) A NE dispõe de Ouvidoria, porém o fluxograma de reclamação não está formalizado e nem é divulgado considerando esta possibilidade. c) Instituir, no bando de dados de consultas e reclamações, um acompanhamento de todos os registros, incluindo documentação formal das respostas dadas e conclusão do atendimento. d) Prever indicadores específicos de atendimento e acompanhamento, considerando o tempo de atendimento.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar evidências de que o procedimento de consultas e reclamações e respectivo banco de dados foram ajustados para atender à recomendação.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, a NE informou que em 14/01/2013 seria realizada uma segunda reunião com a gerência de comunicação da NE para elaboração do procedimento de comunicação integrada, abordando novos canais de consultas e reclamações agregando as atividades dos planos, programas e projetos da gerência fundiária da NE. No RT_002-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 foi informado que está em andamento na DS a formação de um Comitê de Comunicação, a ser expandido para outras diretorias, para então serem discutidos os procedimentos sobre a criação de uma segunda instância de consultas e reclamações. A minuta do Procedimento de Mecanismo de Atendimento e Resposta à Comunidade (PS NES GABM SGA 001/2013) foi apresentada no ANEXO IV. A NE informa que as atividades descritas no procedimento já são realizadas pela NE desde a concepção do Plano de Comunicação. De acordo com o 2º RSAP, as questões levantadas nesta demanda foram apontadas pelo consultor independente em reunião realizada com as diretorias financeira e socioambiental da NE em 08/08, as quais ficaram de avaliar, junto às demais partes envolvidas, a possibilidade e respectiva forma de atendimento.	Análise 1ª missão: Na descrição do objetivo do Comitê não fica claro que a sua finalidade é funcionar como a segunda instância de atendimento, conforme indicado na ação. A própria composição do Comitê traz dúvidas sobre isso. Enquanto a atuação do Comitê não estiver bem detalhada, não pode ser considerado como solução para esta ação. Considera-se que: Item a) está <u>parcialmente atendido</u> . Item b) está <u>atendido</u> . Item c) está <u>atendido</u> . Item d) está <u>atendido</u> . Análise 2ª missão: Não foi evidenciado o atendimento ao Item a). Reconsidera-se o status desse item da ação para <u>Não Atendido</u> .	a) b) c) d)	3º RSAP	Apresentar solução assim que esteja concluída a avaliação das Diretorias da NE.
Execução da Aquisição de Terras / Reassentamento Involuntário / Implementação das Opções de Reassentamento	Ação 35: O Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural prevê a indenização em dinheiro para proprietários e posseiros. A NE está trabalhando nas áreas rurais com mínimo de carta de crédito de R\$ 131.902,97, que prevê pelo menos 70% para compra de terras. Como a aquisição das áreas dos canteiros, canal,	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar Relatório <i>Ex-post</i> Consolidando as ações já implementadas de indenização para as propriedades rurais nas áreas dos canteiros, canal, Travessões 27 e 55 e Vila Santo Antonio.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 (ANEXOS VI.D. VI.E e VI.F), a NE apresentou os resultados do projeto de acompanhamento e monitoramento social das comunidades do entorno da obra e das comunidades anfitriãs, a situação atual de aquisição de terras e as ações de assistência e extensão rural e socioambiental (4.2.1-Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar). A análise dos resultados apresentados neste relatório, permitindo uma avaliação comparativa da situação anterior e atual da comunidade diretamente envolvida, será apresentada em relatório específico em momento posterior. De acordo com o 2º RSAP, as questões levantadas nesta	Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>em atendimento</u> . Na vistoria de campo foi verificado que o Programa de Acompanhamento Social (4.6), por meio do Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2) e o Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs (4.6.1), contém as informações sobre a situação anterior e atual desses afetados. O Programa também contempla o encaminhamento daqueles em situação de vulnerabilidade para atendimentos assistenciais. O Projeto de Apoio à Pequena		30 dias 3º RSAP	Apresentar relatório <i>ex-post</i> , com as informações sobre a situação anterior e atual dos afetados, elaborando documento de registro da população retirada das áreas sob indenização. Apresentar o documento acima e documentação encaminhada ao IBAMA sobre a solicitação do quantitativo e perfil das famílias das áreas rurais



Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	Travessões 27 e 55 e Vila Santo Antonio já se encontra bastante avançada, recomenda-se a apresentação de um relatório <i>ex-post</i> parcial, com as informações sobre a situação anterior e atual desses afetados, de maneira a permitir uma avaliação das medidas propostas para a adequada reposição das terras, e, nos casos em que isso não ocorra, prever as devidas ações para recomposição dos meios de vida.			demanda foram apontadas pelo consultor independente em reunião realizada com as diretorias financeira e socioambiental da NE em 08/08, as quais ficaram de avaliar, junto às demais partes envolvidas, a possibilidade e respectiva forma de atendimento.	Produção e à Agricultura Familiar (4.2.1) acompanha as famílias que já foram reassentadas. No entanto, não há um documento único consolidando as ações já implementadas de indenização para as propriedades rurais nas áreas dos canteiros, canal, Travessões 27 e 55, e Vila Santo Antonio. Recomenda-se que seja feito este registro. Análise 2ª missão: Já foi evidenciado que há diversos procedimentos nos diferentes projetos que atendem a conteúdos para elaboração de um documento de registro da população retirada das áreas sob indenização. Foi sugerido que este documento fosse pelo menos apresentado em forma de minuta para avaliação do Consultor Independente. Reconsidera-se o status desta ação para <u>Não Atendida</u> .			adquiridas e a adquirir.
Execução da Aquisição de Terras / Reassentamento Involuntário / Monitoramento Pós-Relocação	Ação 36a: Realizar o monitoramento previsto, cuja implementação encontra-se com cronograma defasado.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar evidências da realização do monitoramento.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 (ANEXOS VI.D. VI.E e VI.F), a NE apresentou os resultados do projeto de acompanhamento e monitoramento social das comunidades do entorno da obra e das comunidades anfitriãs, a situação atual de aquisição de terras e as ações de assistência e extensão rural e socioambiental (4.2.1-Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar). De acordo com o 2º RSAP, está em andamento a elaboração de um PS do programa de acompanhamento social prevendo um fluxo e compatibilização de dados gerados pelo projeto 4.6.1 e atendidos pelo projeto 4.6.2 e demais programas do PBA. O procedimento pertinente ao citado fluxo tinha finalização e validação previstas até 30/08. Segundo a NE, o Plano de Ação de Reassentamento (PAR) contemplando as ações de sistematização do monitoramento, será entregue em um prazo de 30 dias (20 dias para elaboração pelo CWP + 10 dias para validação da SAF), o que seria por volta de 20/09.	Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>em atendimento</u> . Na vistoria de campo foi verificado que o Programa de Acompanhamento Social (4.6), por meio do Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2) e o Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs (4.6.1), contém as informações sobre a situação anterior e atual desses afetados, assim como encaminha aqueles em situação de vulnerabilidade para atendimentos assistenciais. O Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar (4.2.1) acompanha as famílias que já foram reassentadas. No entanto, não há um documento sistematizando todas as ações de monitoramento Pós-Relocação, assim como não há descrição desta atividade e como ela deve ser feita, o que deve ser incluído no PAR a ser elaborado. Análise 2ª missão: Foi verificado que há duas formas de atuação perante os reassentamentos que devem ser feitos na área rural e na área urbana. As equipes desses dois projetos devem sistematizar uma metodologia única que atenda aos princípios aqui descritos (Princípios do Equador 02, 05 e 06 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 05). No relatório preliminar do PAR consta procedimento geral para monitoramento da população interferida, evidenciado por documentação.		3º RSAP	Apresentar sistematização e descrição das atividades de monitoramento Pós-Relocação no Plano de Ação de Reassentamento (PAR).


Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					Considera-se esta ação <u>Em Atendimento</u> .			
Princípio do Equador 02 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 06								
Aspectos da Linha Base Biológica / Suficiência da linha base biológica para identificação de nichos ecológicos ou habitats naturais críticos	<u>Ação 37a</u> - Realizar, fora da AID, coletas de dados adicionais à linha base da ictiofauna, para confirmação de ocorrência das espécies citadas como ameaçadas (Acari zebra, pacu capivara e arraia de fogo) e das espécies de Loricarídeos (ornamentais), citadas como restritas à Volta Grande do Rio Xingu.	6 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar metodologia a ser utilizada nas coletas adicionais.	<p>No prazo definido foi encaminhado o RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, onde se informa que o projeto de monitoramento de ictiofauna tal qual está no PBA já tem a malha ampliada, pois as coletas são feitas fora da AID: acima da confluência do rio Iriri com o rio Xingu e abaixo, no trecho de restituição de vazão. Com isso, os últimos resultados de monitoramento já indicaram ampliação de área de ocorrência para algumas espécies de peixes, notadamente os ornamentais. Além disso, o projeto de Pesca Sustentável tem uma abrangência muito maior que a AII, com anotações de desembarque pesqueiro de peixe de consumo e ornamental até São Felix do Xingu. Neste projeto, também é possível obter a origem do pescado coletado, o que poderá contribuir na indicação de áreas de ocorrência daquelas espécies, contribuindo para esclarecer a área de ocorrência inicialmente considerada para a Volta Grande, como é o caso das espécies ameaçadas de extinção e endêmicas do PAN.</p> <p>Desta forma, a NE considera que a malha de amostragem atualmente aplicada para a ictiofauna já extrapola os limites da AID e é suficiente para o acompanhamento das espécies em pauta. São incluídas informações dos monitoramentos realizados até o momento:</p> <ul style="list-style-type: none">• Pacu Capivara (<i>Ossubtus xinguense</i>): está na lista de• espécies ameaçadas de extinção; porém, o Projeto de• Monitoramento da Ictiofauna já identificou a sua ocorrência nas cachoeiras do rio Iriri e na confluência deste com o rio Xingu (áreas a montante da AID). Informação disponível no 3º Relatório do IBAMA (Cap 2 - item 13.3.1.3.1 - Projeto de Investigação Taxonômica) e no banco de dados do último RTT-E do Projeto 13.3.4;• Arraia-negra (<i>Potamotrygon leopoldi</i>): está na lista do PAN como espécie endêmica com relevante grau de ameaça às suas populações. Esta espécie também ocorre na região de montante (região de São Feliz do Xingu) e o Projeto de Monitoramento da Ictiofauna já capturou diversos exemplares desta espécie no setor à montante da AID, sítios (IC01 e IC02). Informação disponível no último RTT-E do Projeto 13.3.4.• Para o acari zebra (espécie ameaçada) e outras espécies de loricarídeos citados como restritos à Volta Grande do Xingu, ainda não se tem nenhuma nova informação sobre a ocorrência em áreas fora da AID. <p>O 2º RSAP não traz informações sobre o atendimento a esta ação.</p>	A NE informou que a coleta da ictiofauna ocorre fora da AID, acima da confluência do rio Iriri com o rio Xingu, e abaixo, no trecho de restituição de vazão. Nos mapas apresentados no 4º Relatório Consolidado do IBAMA são incluídos os pontos com os registros das espécies, mas não se representam as áreas de influência da UHE.		3º RSAP	Apresentar mapas com a distribuição das espécies ameaçadas e de Loricarídeos, e que incluam a AID e a ADA do empreendimento.
	<u>Ação 37b</u> - 1 ano após a assinatura do Contrato de Financiamento.							
	<u>Ação 38a</u> - Aplicar os melhores esforços (<i>best efforts</i>) para a identificação, até o menor nível taxonômico possível, dos indivíduos	6 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar planejamento de atividades e metodologia a ser utilizada nos esforços de identificação.	No prazo definido foi encaminhado o RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, onde se informa que, devido à sua preocupação com a conservação de espécies potencialmente novas ou com algum risco de ameaça de extinção, a NE tomou providências para a determinação taxonômica de espécies da ictiofauna,	Em relação à fauna , durante as reuniões na inspeção de campo de 2 a 6 de setembro de 2013, a NE comunicou que estabeleceu contato com especialistas em roedores, na ESALQ-USP, que darão andamento à identificação das espécies de roedores classificadas até o			3º RSAP


Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	de flora, fauna terrestre e fauna aquática coletados na linha base do EIA e nos monitoramentos, especialmente para os gêneros ameaçados, criticamente ameaçados, quase ameaçados e vulneráveis (considerar listagens das agências nacionais e IUCN).			<p>pequenos mamíferos, quirópteros e espécies da flora por meio da execução de projetos do PBA ou por meio da contratação de estudos complementares.</p> <p>Especificamente no caso dos estudos complementares de roedores e quirópteros, não previstos no PBA, exemplares identificados nas campanhas de monitoramento e coleta em campo serão encaminhados para especialistas da UFPA, Museu Emílio Goeldi e Museu de Zoologia da USP. As atividades de campo para coleta de indivíduos terão início nesta próxima estação seca de acordo com o delineado nos estudos complementares sobre a distribuição geográfica das espécies <i>Oecomys</i> sp, <i>Neacomys</i> sp. e <i>Nyctinomops</i> sp, sendo que os exemplares capturados serão preservados e encaminhados a especialistas ao término de cada campanha.</p> <p>No caso da flora, exemplares em estágio reprodutivo estão sendo encaminhados para especialistas do Museu Emílio Goeldi, Jardim Botânico do Rio de Janeiro e UFPA. Técnicas para a determinação dos diferentes taxa variam de acordo com a metodologia mais apropriada para a descrição das espécies, incluindo medidas morfométricas padrão ou análises genéticas se necessário. Deve-se considerar ainda que a Norte Energia, através de suas contratadas, possui atividades correntes com especialistas em campo durante a execução dos projetos de Formação de Banco de Germoplasma, Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora e todos os demais monitoramentos de flora (florestas de terra firme, aluviais e formações pioneiras).</p> <p>Cabe ressaltar que todos estes projetos, além do inventário florestal (42.000ha amostrados), têm especialistas botânicos e parcerias institucionais que subsidiaram as identificações até o menor nível taxonômico possível, quando há dúvida quanto à especificidade do indivíduo coletado.</p> <p>O 2º RSAP menciona que já foram feitos alguns contatos com especialistas na taxonomia dos quirópteros, e ainda que os exemplares coletados na etapa do EIA já foram localizados.</p>	<p>momento como possivelmente novas para a ciência, pertencentes aos gêneros <i>Neacomys</i> e <i>Oecomys</i>. No caso da espécie ainda não identificada e possivelmente nova para a ciência de <i>Nyctinomops</i>, a NE comunicou que foi feito o contato com especialista na Universidade Federal de Goiás, que deverá identificar os exemplares coletados até o momento. Todos os exemplares coletados e armazenados em diferentes instituições de pesquisa foram localizados, segundo informado pela NE, etapa essencial para que a investigação taxonômica progrida. Algumas das atividades relacionadas à investigação taxonômica das espécies mencionadas foram apresentadas pela Norte Energia nas Notas Técnicas NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA: Investigação Taxonômica e da Biologia de <i>Nyctinomops</i> Sp. – Condicionante dos Princípios do Equador; e NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação Taxonômica de Pequenos Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador.</p> <p>Em relação à <u>flora</u>, o cliente informa que está enviando os esforços solicitados, consultando especialistas e buscando exemplares em estágio reprodutivo. No entanto, não apresenta o planejamento pedido, evidenciando as atividades previstas, e não indica o andamento dos trabalhos, informando a porcentagem de táxons ainda não identificados.</p> <p>Em relação à <u>ictiofauna</u>, a NE informou que foram coletadas 380 espécies na região de estudo. Dessas, 31 espécies ainda não foram descritas pela ciência. Essas espécies estão em processo de estudo e algumas em descrição pelos especialistas. No entanto, o relatório não apresenta a classificação das espécies em ameaçadas, criticamente ameaçadas, quase ameaçadas e vulneráveis.</p> <p>Considera-se esta ação <u>Parcialmente Atendida</u>.</p>		<p>60 dias</p> <p>3º RSAP</p>	<p>roedores e quirópteros Apresentar ainda evidências do andamento da identificação, incluindo pareceres dos especialistas envolvidos e resultados preliminares com base nos vouchers já coletados.</p> <p>Em relação à flora, apresentar o planejamento para a identificação do material da flora, indicando as atividades previstas, bem como as porcentagens de táxons ainda não identificados.</p> <p>Em relação à ictiofauna apresentar evidências do andamento das identificações, incluindo resultados preliminares. Apresentar o status de conservação conforme as listagens das agências nacionais e IUCN</p>
Ação 38b - 1 ano após a assinatura do Contrato de Financiamento.								
Aspectos da Linha Base Biológica / Confirmação de área de vida de espécies novas	Ação 39a - Realizar amostragens e estudos complementares fora da ADA visando a determinar a presença e área de distribuição das espécies possivelmente novas para a ciência dos roedores pertencentes aos gêneros <i>Oecomys</i> e <i>Neacomys</i> , e do quiróptero <i>Nyctinomops</i>	6 meses após a Assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar metodologia a ser utilizada nas amostragens e estudos complementares.	<p>No prazo definido foi encaminhado o RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, onde se informa que o encaminhamento ao consultor socioambiental, em 05/06/2013, como demanda de documentos complementares solicitados após a vistoria de maio de 2013, das seguintes Notas Técnicas sobre Roedores e Quirópteros:</p> <ul style="list-style-type: none"> NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA: Investigação Taxonômica e da Biologia de <i>Nyctinomops</i> Sp. – Condicionante dos Princípios do Equador; e NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação 	<p><u>Em atendimento.</u></p> <p>O consultor socioambiental avaliou as Notas Técnicas sobre a identificação de possíveis espécies novas de pequenos mamíferos encaminhadas (NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA: Investigação Taxonômica e da Biologia de <i>Nyctinomops</i> Sp. – Condicionante dos Princípios do Equador; e NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação Taxonômica de Pequenos</p>		<p>3º RSAP</p> <p>3º RSAP</p>	<p>Revisão dos Projetos para identificação das espécies de <i>Neacomys</i>, <i>Oecomys</i> e <i>Nyctinomops</i>, segundo as observações apontadas pelo consultor socioambiental.</p> <p>Evidências do andamento dos programas apresentados nas Notas</p>



Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	sp.			<p>Taxonômica de Pequenos Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador.</p> <p>O 2º RSAP não traz informações sobre o atendimento a esta ação.</p>	Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador), e sugeriu algumas adequações metodológicas. A necessidade de tais adequações foi novamente colocada durante a 2ª Missão. Nas reuniões realizadas nesta mesma oportunidade, a NE apresentou evidências de que está implementando os projetos propostos nas Notas Técnicas elaboradas, que deverão resultar na identificação e determinação das áreas de distribuição das espécies de roedores dos gêneros <i>Neacomys</i> e <i>Oecomys</i> , e da espécie de <i>Nyctinomops</i> .			Técnicas.
Ação 39b - 1 ano após a assinatura do Contrato de Financiamento.								
Programas de Mitigação e Gestão / Gestão da Pegada em Áreas de Afetação de Habitats Naturais	<p>Ação 40: Apresentar um plano de gestão para os fragmentos de vegetação que estão dentro das áreas autorizadas pelas ASVs das áreas de apoio e obras principais, e que, no entanto, não serão suprimidos. Este plano deverá conter procedimentos para minimizar os impactos sobre estes remanescentes durante as atividades de obra e medidas para a sua proteção após o término da construção.</p>	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar plano de gestão.	<p>No RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE informou que este plano de gestão estava em estruturação e seria apresentado no 1º RSAP (abril/2013).</p> <p>É apresentado no ANEXO 2.3-1 do 1º RSAP (RT_004-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00) o PS NES GABM SGA 007/2013 - PLANO DE GESTÃO DE FRAGMENTOS DE VEGETAÇÃO, com o plano de gestão para os fragmentos de vegetação que estão dentro das áreas autorizadas pelas ASV´s das áreas de apoio e obras principais, e que, no entanto, não serão suprimidos. Estabelece ainda os procedimentos para minimizar os impactos sobre estes remanescentes durante as atividades de obra e medidas para a sua proteção após o término da construção.</p> <p>Este procedimento é apresentado em versão inicial, a qual será detalhada conforme o avanço das atividades com a gerência responsável. Assim como outros, este PS proporciona a integração entre diversas atividades de diferentes.</p> <p>A NE informa, no 2º RSAP, que as recomendações estão registradas e que está em processo de revisão do referido PS. O documento será apresentado em versão final antes da emissão do próximo RSAP.</p>	<p>Análise 1ª missão:</p> <p>Foi apresentada pelo cliente uma versão preliminar do plano de gestão dos fragmentos, o qual lista as atividades a serem desenvolvidas e, no entanto, não contém um plano de execução e um cronograma físico. Desta forma, considera-se que a ação está ainda <u>em atendimento</u>.</p> <p>Este plano de gestão dos fragmentos deverá conter ações para dois momentos: durante a execução das atividades de obra e após o término da construção. As atividades propostas no plano preliminar contemplam principalmente a segunda parte.</p> <p>Como é informado no documento preliminar apresentado pelo cliente, algumas atividades que atendem ao seu objetivo já estão em andamento, como no âmbito do <i>Projeto de Desmatamento</i> e do PRAD. Devem ser previstas medidas para garantir a prevenção e a correção de processos erosivos nos remanescentes florestais, bem como que não sejam realizadas intervenção indevidas nestes fragmentos, como deposição de materiais provenientes das frentes de supressão.</p> <p>É também urgente que sejam definidas ações para garantir a proteção dos fragmentos remanescentes nas áreas onde a supressão está prestes a ser iniciada.</p> <p>A versão preliminar do plano de gestão dos fragmentos informa que se pretende fazer dele um instrumento de integração das ações empreendidas pela NESA nos diferentes projetos do PBA que possuem interface com o tema. Esse aproveitamento das atividades já em curso e sua integração é altamente desejável, visando maximizar os resultados dos esforços previstos para a minimização dos impactos, bem como a sua compensação. Neste sentido, recomenda-se priorizar a otimização ou complementação de ações já previstas por outros programas.</p> <p>Análise 2ª missão:</p>		30 dias	Apresentar a versão final do plano de gestão dos fragmentos, contendo plano de execução e cronograma.




Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p><u>Em atendimento.</u></p> <p>Na vistoria realizada em setembro de 2013, ainda foram observadas não conformidades nas áreas das obras civis que deveriam ser evitadas com a implantação do plano de gestão dos fragmentos. Verificou-se que áreas com vegetação nativa foram afetadas desnecessariamente pelas obras, principalmente na Vila dos Trabalhadores (ver Registro Fotográfico do PCAI, no Anexo 3. Com as obras civis já em fase avançada, o atraso na implantação do plano comprometeu a minimização do impacto sobre os fragmentos remanescentes pretendida até o momento. No entanto, este plano é ainda necessário para as futuras fases das obras civis e para após o seu término.</p>			
Programas de Mitigação e Gestão / Controle de Espécies Exóticas / Invasoras	Ação 41: Registrar, no âmbito dos projetos e programa de monitoramento da flora, a presença de espécies exóticas nas fisionomias monitoradas, atentando para a ocorrência de processos de invasão. Neste caso, deverão ser propostas medidas de controle. Este acompanhamento deve ser realizado até a fase de operação.	Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental, e semestralmente, nos Relatórios de Andamento do PBA.	Apresentar evidências nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental e nos relatórios dos projetos e programa de monitoramento da flora do PBA.	<p>No 1º RSAP (RT_004-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00) foi informado que a ação está em Atendimento/Providências em Andamento. Segundo informado, está em avaliação pela Superintendência dos Meios Físico e Biótico integrar esta demanda nos programas já em andamento referentes ao assunto. Nota-se que devido à integração entre as atividades há necessidade de um tempo maior para tal adequação.</p> <p>A NE informa, no 2º RSAP, que na Seção 6.2 deste relatório e seus respectivos anexos podem ser observadas as respostas relativas a esta demanda.</p>	<p>Análise 1ª missão: <u>Em atendimento.</u> O cliente informa que a ação está sendo avaliada pela Superintendência dos Meio Físico e Biótico, porém não apresenta evidências.</p> <p>Esta ação é uma medida preventiva, indicada principalmente em função de um impacto identificado no EIA do empreendimento (Aumento na População de Espécies Exóticas (Flora)), para a qual não havia uma ação prevista.</p> <p>Recomenda-se a incorporação de uma atividade de observação e registro de ocorrências de espécies exóticas no âmbito dos projetos de monitoramento da flora. No entanto, sugere-se que essas observações sejam feitas também no âmbito do <i>Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora</i>.</p> <p>Análise 2ª missão: <u>Em atendimento.</u> Não foram encontradas as respostas relativas a essa demanda do 2º RSAP, como informado pelo cliente.</p> <p>Na vistoria realizada em setembro de 2013, essa demanda foi esclarecida para a executora destes projetos (Débora Lemos – STCP). Reforçou-se a recomendação relatada acima.</p>		30 dias	Evidenciar o atendimento desta ação, apresentando a metodologia elaborada para esta atividade.
Princípio do Equador 02 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 07								
Programas de Compensação / Plano de Desenvolvimento de Povos Indígenas (IPDP)	Ação 42: Iniciar imediatamente a implementação do PBA-CI/PMX.	Após a aprovação do PBA-CI/PMX pela FUNAI, com apresentação trimestral do andamento, nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar andamento dos Programas do PBA-CI nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	O ANEXO VII.A do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 apresenta o relatório de atendimento às condicionantes elencadas no Parecer nº 21/FUNAI e do ofício nº 126/FUNAI, o qual descreve o histórico das atividades relacionadas às atividades indígenas. O PBA-CI será iniciado assim que aprovado o plano operativo (ANEXO VII.B) pela FUNAI, o qual no momento está sendo revisado pela NE com previsão de finalização ainda no mês de janeiro de 2013.	<p>O Plano Operativo foi aprovado em 01/04/2013.</p> <p><u>Ação atendida.</u></p>			

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				<p>No RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 foi informado que o Plano Operativo foi revisado pela NE e que deve ser protocolado na FUNAI em 01/03/2013, para então ser encaminhado para análise.</p> <p>No ANEXO VIII do RT_0031-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 foi apresentado o Plano Operativo revisado pela NE, protocolizado na FUNAI em 01/03/2013. No mesmo anexo consta o relatório atualizado do BNDES, conforme acordado na reunião realizada entre as partes em 22/02/2013 na sede da Caixa Econômica Federal em Brasília.</p>				
Programas de Compensação / Medidas de Indenização / Compensação de Impactos em Populações Indígenas e/ou Tradicionais	Ação 43: Definir procedimento de monitoramento do impacto da vazão reduzida, para avaliação periódica dos resultados das ações do Programa de Atividades Produtivas junto às TIs Paquicamba, Arara da Volta Grande e Trancheira Bacajá.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar procedimento.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, a NE apresentou o procedimento, destacando a integração entre diversos planos e programas pertinentes ao assunto.	O procedimento foi aprovado. Os procedimentos de avaliação são tratados nos encontros do Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida. Na segunda reunião, em abril de 2013, foi apresentado projeto de monitoramento da ictiofauna. <u>Ação atendida.</u>			
Relatórios de Conformidade Socioambiental	Ação 44: Para o atendimento do Princípio do Equador 7, deverão ser Apresentados Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental à Caixa Econômica Federal (CEF), seguindo minimamente a estrutura apresentada no Anexo 1 deste Plano de Ação.	Trimestralmente após a Assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	<p>O primeiro RSAP foi apresentado em 06/05/2013, referente ao trimestre de monitoramento de janeiro a março de 2013. O próximo RSAP será referente ao trimestre de abril a junho de 2013.</p> <p>O 2º RSAP, referente ao trimestre de abril a junho de 2013, foi encaminhado em 16/08/2013.</p>	Ação <u>em atendimento</u> (contínua).			
	Ação 45: Cumprir todas as recomendações estabelecidas na Seção 13.2 do Relatório de Avaliação Socioambiental – <i>Due Diligence</i> no prazo determinado.			<p>No 1º RSAP não foi apresentado o atendimento às ações da Seção 13.2.</p> <p>Apenas em relação às recomendações específicas às obras foram apresentadas evidências de atendimento no REL-CCBM-QMSSRS 082/2012, encaminhado no Anexo V, item A, do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 (ver resposta à Ação 26b).</p> <p>O 2º RSAP passou a incluir a Seção 6.2 (e seus anexos), onde se evidencia o atendimento às recomendações do Consultor Independente encaminhadas em missões anteriores (<i>Due Diligence</i> e 1º Relatório de Monitoramento da UHE Belo Monte).</p>	<p>Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>em atendimento</u>. A situação do atendimento às recomendações do consultor socioambiental independente que estão fora do Plano de Ação deve ser reportada em item específico do RSAP. No 1º RSAP enviado isso não foi observado.</p> <p>Para controle do atendimento às recomendações fora do Plano de Ação (inicialmente aquelas estabelecidas na Seção 13.2 da <i>Due Diligence</i> e no Relatório de Atualização/novembro de 2012) foi elaborado o Quadro 8.0.a, apresentado no Anexo 9 deste Relatório de Monitoramento. A avaliação do atendimento foi feita, nesta primeira ocasião, por meio da verificação de documentos, e de informações obtidas nas reuniões e vistorias de campo.</p>		A partir do 3º RSAP	Evidências de atendimento às recomendações relacionadas ao CCBM incorporadas à Seção 6.2.

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 2º Monitoramento Socioambiental Independente (setembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					<p>O Quadro 8.0.a será constantemente alimentado com as recomendações estabelecidas em cada missão de monitoramento, sendo excluídas aquelas já atendidas.</p> <p><u>Análise 2ª missão:</u> Ação <u>em atendimento</u> (contínua).</p> <p>Conforme já discutido na Ação 26b, com a inclusão da Seção 6.2 no 2º RSAP é possível verificar a gestão da NE sobre o atendimento às recomendações estabelecidas pelo consultor independente em missões anteriores.</p> <p>No entanto, conforme se verifica no Anexo 6.2-1 (texto e planilha) do RSAP e se evidenciou em campo na missão de setembro/13, a NE ainda encontra uma grande dificuldade em obter do CCBM as evidências de atendimento às recomendações que são de sua responsabilidade, para serem incorporadas no RSAP.</p> <p>Recomenda-se que a NE procure estabelecer uma sistemática com o CCBM, para entrega das demandas do consórcio o mais breve possível, de forma que o mesmo se organize na produção de evidências em tempo para inclusão nos RSAP.</p>			

8.0

Situação de Atendimento às Recomendações da Consultoria Socioambiental Independente (da *Due Diligence* ou da Missão de Monitoramento Anterior)

O **Quadro 8.0.a** do **Anexo 9** apresenta o status de atendimento às recomendações em aberto da *Due Diligence* e da 1ª missão de monitoramento. Este Quadro é atualizado a cada Relatório de Monitoramento Socioambiental, constando do mesmo a situação de recomendações pendentes, bem como as recomendações emitidas no período anterior. Recomendações atendidas são subtraídas do Quadro.

O atendimento às recomendações foi verificado pelo consultor socioambiental por meio da análise do Anexo 6 do 2º RSAP, de documentos e relatórios apresentados pela NE e pelo CCBM, e por meio das inspeções de campo e entrevistas e reuniões realizadas entre os dias 02 e 06 de setembro de 2013.

9.0

Conformidade do Empreendimento com os Princípios do Equador

Neste Capítulo apresenta-se uma avaliação geral sobre a conformidade atual do empreendimento UHE Belo Monte com os Princípios do Equador, com base nas informações recebidas da NE e contidas no 2º RSAP, naquelas verificadas nos Relatórios para o IBAMA e outros órgãos intervenientes, e nos aspectos verificados pelo Consultor Ambiental Independente durante a inspeção de campo e as reuniões mantidas com a NE e/ou empresas por ela contratadas.

Salienta-se, em primeiro lugar, que a conformidade com o Princípio 1 (Análise e Categorização) é estabelecida pelo próprio Agente Repassador, que já definiu que o Projeto da UHE Belo Monte enquadra-se na Categoria A.

Similarmente, a conformidade com os Princípios 7, 9 e 10 é estabelecida a partir de ações de responsabilidade direta do Agente Repassador. O Princípio 7 (Análise Independente) foi atendido a partir da contratação e conclusão do processo de *due diligence*. Esse processo, por sua vez, culminou na elaboração de um Plano de Ação (Princípio 4), que identificou os hiatos iniciais com relação aos Princípios do Equador. Em conformidade com o Princípio 8, esse Plano de Ação foi transformado em Compromisso Contratual.

O Princípio 9 (Monitoramento Independente e Divulgação de Informações) é atendido por meio da contratação da JGP para a realização de missões periódicas de avaliação socioambiental. O Princípio 10 (Divulgação de Informações pelas EPFIs) será atendido oportunamente pelos Agentes Repassadores, através da divulgação anual de informações sobre o empreendimento no formato corporativo de comunicação adotado por ele.

Dessa forma, discute-se a seguir a conformidade atual do empreendimento com relação aos Princípios 2, 3, 4, 5, 6 e 8.

Princípio 2.0 – Avaliação Socioambiental

Conforme avaliado no 1º Relatório de Monitoramento, a NE possui procedimentos, como parte do seu Sistema de Gestão, para identificar e avaliar continuamente os impactos socioambientais do empreendimento.

Um deles é o Procedimento de Gestão de Mudanças. Segundo informado no 2º RSAP, o PS de Mudanças de Projetos foi aprovado no período deste relatório. Além desse, há o Padrão de Sistema (PS) de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais (PS NES GABM SGA 001/2013), revisado e aprovado no período.

Como recomendação do 1º Relatório foi incluída a necessidade de que o PS de Mudanças de Projetos fizesse referência ao PS de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais. Isso porque as mudanças a serem acompanhadas não devem ser apenas as relacionadas ao projeto, mas sim qualquer tipo de mudança, seja de processo, de tecnologia, de método construtivo, etc. Verificando-se a versão aprovada do PS de Mudanças de Projetos, observa-se que a recomendação não foi atendida, sendo reiterada (ver **Quadro 8.0.a no Anexo 9**).

O PS NES GABM SGA 001/2013, por sua vez, foi considerado desde o 1º Relatório como uma boa ferramenta para gestão contínua de impactos, identificando e classificando novos impactos e reavaliando a magnitude dos impactos já declarados na fase do EIA. No entanto, conforme anteriormente avaliado, não há um controle da efetiva implementação das novas medidas propostas para novos impactos ou para os reclassificados. Esse descompasso entre a ferramenta teórica, que é eficiente, e sua aplicação prática, foi comprovado na reunião sobre o Sistema de Gestão realizada entre o consultor independente e a NE em setembro.

Assim, mantém-se a recomendação de que NE estabeleça uma ferramenta para acompanhamento, na Planilha de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Significativos e das Ações de Gestão da UHE Belo Monte, das ações propostas na coluna denominada “Novas Ações de Gestão Propostas”, bem como a definição e/ou detalhamento das atividades necessárias para implementação, em sua plenitude, dessas novas ações (ver **Quadro 8.0.a no Anexo 9**).

Como um exemplo prático da necessidade de avaliação contínua dos impactos do projeto, ressalta-se o caso dos Travessões 27 e 55, cujo asfaltamento não estava previsto inicialmente, e que possibilitou um aumento da velocidade dos veículos nessas vias, aumentando o número de atropelamentos de indivíduos da fauna, assim como havia ocorrido na BR 230.

A finalização do asfaltamento dos Travessões 27 e 55 acarretará um impacto maior sobre os animais que procuram atravessar as pistas, especialmente em áreas onde os fragmentos de vegetação das margens das vias encontram-se mais preservados. Partindo

dessa premissa, aponta-se a necessidade de serem revistos os impactos da melhoria das condições dos travessões. Esta reavaliação pode ser feita através da combinação dos dados obtidos pelo Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos por Atropelamento, onde foram reunidos e analisados os dados dos atropelamentos nos Travessões até o primeiro trimestre de 2013, e propostas as medidas mitigatórias pertinentes.

As medidas consideradas dentro do Programa incluem a instalação de placas sinalizadoras de travessia de fauna, passagens de fauna e redutores de velocidade, bem como medidas de educação ambiental voltadas para aqueles que trabalham nas obras e ainda pela população local que faz uso dessas vias. As placas, redutores e passagens de fauna ainda não se encontram instaladas de forma integral. Recomenda-se, portanto, não apenas a finalização da implantação dessas medidas, como o aumento do número de passagens de fauna e redutores previstos para os dois Travessões. É importante ressaltar ainda que as passagens de fauna implantadas devem seguir as especificações necessárias para sua utilização por animais comuns na região, no que diz respeito às suas dimensões, material utilizado na construção das mesmas e recomposição da vegetação nas áreas próximas às suas duas entradas.

Princípio 3.0 – Padrões Sociais e Ambientais Aplicáveis

Os padrões sociais e ambientais aplicáveis ao Projeto são as normas legais incidentes e os 8 Padrões de Desempenho do IFC, incluindo supletivamente os Padrões de Desempenho para insumos, efluentes, emissões, etc., estabelecidos no *General EHS Guidelines* do IFC. A conformidade inicial com esses padrões foi estabelecida durante a fase de *Due diligence*.

Conforme disposto no **Capítulo 4.0** deste Relatório de Monitoramento Socioambiental, todos os parâmetros monitorados pelo CCBM para controle de poluição nas obras são comparados aos limites estabelecidos na legislação vigente. Em relação a isso, uma das recomendações derivadas da análise do PCAI, estabelecida desde a *Due Diligence*, é que essa comparação seja feita não apenas com os limites da legislação brasileira, mas também com os limites dos padrões de desempenho do IFC, adotando-se o que for mais restritivo.

Em relação a esta recomendação, cabe ressaltar que o consultor independente comprometeu-se a encaminhar ao CCBM uma planilha comparativa, com os padrões de qualidade ambiental estabelecidos pela legislação brasileira e aqueles definidos pelo IFC. Essa planilha foi encaminhada à NE em 10/09, para ser repassada ao CCBM. Com esse material, o CCBM comprometeu-se a iniciar a comparação também com padrões do IFC a partir do relatório mensal em 30/09/2013.

No **Capítulo 5.0** deste Relatório é apresentado o acompanhamento do atendimento às condicionantes estabelecidas pelos órgãos intervenientes no processo de licenciamento do empreendimento (ver **Anexo 6**). Foram avaliadas as condicionantes do IBAMA estabelecidas na LI 795/2011 e também aquelas derivadas dos Pareceres e/ou Ofícios da FUNAI, IPHAN, DNPM, ICMBio, MS/SVS, INCRA e ITERPA.

Como se pode observar nos Quadros de acompanhamento do **Anexo 6**, na avaliação da NE, a maior parte das condicionantes específicas da LI às quais cabe atendimento nesta fase encontra-se em atendimento (16 condicionantes em atendimento, 6 atendidas e 1 a vencer).

Já na análise do IBAMA, evidenciada no Parecer Técnico 004933/2013 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 31/05/2013, que contém a análise do 3º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011, das condicionantes para as quais cabe atendimento nesta fase (condicionantes 2.20 e 2.23 são consideradas de “*status não pertinente*” pelo órgão, e a 2.22, “*não exigível*”), 3 são consideradas atendidas, 5 estão parcialmente atendidas e 5 estão em atendimento. Sete condicionantes foram consideradas não atendidas pelo IBAMA (2.10; 2.12; 2.14; 2.15 a 2.18), sendo que 4 delas (2.14 a 2.17), que antes possuíam status de “em atendimento” (no PT 168/2012, que analisou o 2º Relatório do IBAMA), tiveram sua condição revisada, passando a ser consideradas pelo órgão ambiental como não atendidas. Essas 4 condicionantes são todas relacionadas ao Cadastro Socioeconômico, que ainda não foi finalizado, e a questões de indenização de afetados.

Conforme disposto no **Capítulo 5.0**, o IBAMA encaminhou notificações à NE (OF Nº 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA e OF Nº 02001.011895/2013-56 DILIC/IBAMA), com pendências relacionadas às condicionantes da LI, que o empreendedor deveria atender em prazos de 5, 30, 60 e 120 dias. Conforme se verifica no **Capítulo 5.0**, a gestão junto ao IBAMA para atendimento a essas pendências está sendo realizada, tendo a NE encaminhado ao órgão duas cartas, a CE 091/2013-PR e a CE 096/2013-PR, com as respostas aos itens com vencimento em 5 e 30 dias. Ainda não se tem a resposta do IBAMA sobre a suficiência das repostas encaminhadas.

No que diz respeito às condicionantes da FUNAI, da avaliação apresentada nos Quadros de acompanhamento do **Anexo 6**, resultante das informações de atendimento reportadas pela NE no 4º Relatório de Andamento do PBA para o IBAMA e de avaliação do especialista da equipe de consultoria socioambiental independente, tem que, das 8 ações estabelecidas no Ofício 126/PRES-FUNAI, 6 estão atendidas e 2 em atendimento, ao passo que das 13 ações estabelecidas no Parecer nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI, 11 estão atendidas e 2 estão em atendimento.

Para os demais órgãos intervenientes no processo de licenciamento não há condicionantes cujo atendimento necessite ser acompanhado.

Referente à identificação dos requisitos legais e outros requisitos aplicáveis ao projeto, o consultor independente apontou no último relatório que o Padrão de Sistema (PS NES GABM SGA 003/2012) não detalha como é realizada a avaliação de conformidade legal, tendo recomendado a inclusão dessa sistemática no referido Padrão ou no Manual de Auditoria Ambiental ou em outro documento do SGA. Em resposta a essa recomendação, a NE informou que a revisão do Padrão de Sistema, bem como as evidências do acompanhamento da conformidade legal serão apresentadas no 3º RSAP, quando o NAC já estará em operação.

Ressalta-se, no entanto, que não foi apresentada à consultoria independente a composição do NAC (número e qualificação), bem como as responsabilidades e o plano de trabalho a ser implementado por seus integrantes, que deverá conter minimamente as atividades que serão realizadas, as responsabilidades e os prazos associados. Nesse contexto, recomenda-se que essas informações sejam disponibilizadas no 3º RSAP.

No que diz respeito à obtenção, renovação e atendimento às condicionantes de licenças, autorizações e portarias, a NE informou, por meio do 2º RSAP, que a sistemática de controle de demandas e obrigações do processo de licenciamento da UHE Belo Monte é realizada pelo sistema de alerta que se encontra no SGP. Além disso, informou que é realizada em Altamira, com periodicidade semanal, reunião envolvendo representantes da NE (Superintendências e Gerências), empresas gestora e coordenadoras, para discutir e atualizar a Matriz de Licenças Ambientais, com ênfase para as licenças e autorizações voltadas para viabilizar a implantação das obras do entorno. Ressalta-se que o SGP será avaliado pela consultoria independente na próxima missão.

Conforme informado pela NE, encontra-se em processo de implementação um controle pontual desses diplomas legais e normativos, incluindo as datas de vencimento e a situação de atendimento, cujas evidências serão apresentadas no próximo RSAP.

Em relação ao CCBM, o quadro com o controle de licenças acessórias, como outorgas de captação de água e lançamento de efluentes, incluindo o órgão emissor e a data de validade, evidenciado como anexo ao 3º Relatório do PCAI para o IBAMA, não foi observado entre os anexos do PCAI no 4º Relatório.

Conforme observado no 1º Relatório, com a mudança na estrutura de gestão do CCBM ocorrida em abril/13, não está claro quem é o responsável por coordenar a obtenção, renovação e atendimento às condicionantes de licenças e outras autorizações. Recomenda-se que os Relatórios Gerenciais Mensais (RGM-E) do PAC, elaborados pelo CCBM como empresa executora do Programa, sejam encaminhados como anexo aos RSAP, para verificação da existência, nos mesmos, de uma seção de Requisitos Legais, que inclua inclusive o controle de obtenção, renovação e atendimento a condicionantes de licenças. Caso os mesmos não contenham essa Seção, recomenda-se que ela seja incorporada aos RGM-Es.

Ainda em relação à conformidade legal do empreendimento, no **Capítulo 5.0** avalia-se também a situação das multas e autos de infração recebidos pela NE no período. Esses dados, reportados no 2º RSAP, não refletem, no entanto, a situação do empreendimento como um todo, já que não foram informados, novamente, as multas e autos de infração recebidos pelo CCBM até o momento, conforme solicitado pelo consultor independente no 1º Relatório de Monitoramento. Reitera-se a recomendação feita no 1º Relatório, de inclusão, na tabela resumo das multas e autos de infração da NE, das seguintes colunas: 1) coluna inicial com data de abertura de cada processo; 2) datas de cada evento a serem incluídas na coluna de andamento; e 3) coluna final, com o resumo do ocorrido no período de avaliação de cada missão de monitoramento (ver **Quadro 8.0.a do Anexo 9**).

Do ponto de vista da gestão da saúde e segurança do trabalho, o Projeto Hidrelétrico Belo Monte encontra-se em conformidade parcial com a legislação ambiental brasileira e com o *Plano de Ação Socioambiental* do Contrato de Financiamento (ver **Capítulo 7.0**) estabelecido na etapa de *Due Diligence*, o qual objetivou cobrir todos os hiatos identificados com relação aos Padrões de Desempenho 1 e 2 (PD 01 e PD 02).

Nesse contexto, ainda não é possível afirmar que o Projeto encontra-se totalmente em conformidade com a legislação brasileira. Conforme mencionado anteriormente no **Capítulo 4.0**, a NE estruturou, mas não iniciou no período abrangido por este relatório, a supervisão para as Obras do Entorno (OEs), visando a assegurar o cumprimento dos Programas de SST exigidos por Lei, assim como os demais requisitos contratuais estabelecidos no Anexo 01 do Modelo de Contrato da própria NE (para as Obras de Entorno).

Quanto à aderência da Obra Principal (OP) aos Requisitos Legais e ao Anexo 22 do Modelo de Contrato da própria NE (para a OP), somente após o início da realização de auditorias pela NE/EPBM é que se poderá trazer maior clareza sobre o nível de cumprimento dos requisitos. Em junho, a OP representava cerca de 96% (de 26.777 funcionários – vide REM da NE) de toda a mão de obra alocada no projeto.

A NE não apresentou também as evidências de avaliação do nível de cumprimento das diretrizes contratuais e exigências legais estabelecidas no Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho - PCMSO e de Segurança e Alerta do PAC. É esperado que a partir do início da atuação da empresa coordenadora do PAC, que realizará atividades de supervisão, essa situação se reverta e passe a existir também controle da NE sobre os projetos determinados no PBA.

Em relação ao Projeto de Segurança e Alerta, que, de forma geral, cumpre com a maior parte dos requisitos³ de segurança da comunidade requeridos pelo Padrão de Desempenho N° 4 (PD 04), conforme relatado anteriormente, não há indicações de que as OEs estejam totalmente alinhadas com as diretrizes aplicáveis estabelecidas no Projeto, justamente por não existir um acompanhamento por parte da NE. A implantação de um robusto conjunto de ações para minimizar a ocorrência de acidentes de transporte é uma questão urgente, estando o empreendimento em desconformidade com os requisitos legais aplicáveis. O Projeto de Segurança e Alerta foi estabelecido no PBA para o gerenciamento da segurança e saúde da comunidade.

Cumprir registrar que também não foram apresentados os registros de implantação deste Projeto para as OEs, assim como o Plano de Gestão de Segurança do Transporte Rodoviário⁴, conforme relatado anteriormente no **Capítulo 7.0**.

³ Conforme consta no relatório de *Due Diligence* foi identificado a necessidade (*gap*) com o gerenciamento dos riscos do tráfego rodoviário, tendo sido proposto o desenvolvimento de um *Plano de Gestão de Segurança do Transporte Rodoviário* do Projeto.

⁴ Requerido pela Ação 30a do Relatório de *Due Diligence* (ver **Quadro 7.0.a**).

PD 01: Sistemas de Gerenciamento e Avaliação Socioambiental

Conforme evidenciado em reunião sobre o sistema de gestão realizada durante a inspeção de campo, a NE não pretende formalizar um Sistema de Gestão Integrado. Conforme já avaliado no 1º Relatório, as questões de meio ambiente são tratadas no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e as questões de saúde e segurança do trabalho são tratadas por meio de documentos isolados, ainda não pertencentes a uma estrutura formal de gestão.

Conforme verificado na reunião citada acima, o Sistema de Gestão proposto pela Norte Energia baseia-se com muita intensidade no próprio PBA, ou seja, na implantação e manutenção de seus diversos programas. O PBA não possui a conotação de ser um Sistema de Gerenciamento e Avaliação Socioambiental, o que implica na falta ou deficiência de dois grandes pontos: (i) monitoramento e medição (de desempenho); e, (ii) Análise de Dados (e retroalimentação do sistema para melhoria contínua, ou seja, replanejamento).

A NE demonstrou estar caminhando neste sentido a partir do momento em que elaborou a minuta de uma norma para “Inspeção, Supervisão e Auditoria de Saúde e Segurança do Trabalho”, tratamento de não conformidades, estruturação de equipe para supervisão das OEs, entre outras ações. A partir destas rotinas de monitoramento e medição, será necessário realizar a Análise de Dados, para se conseguir melhorar seu desempenho, índices, taxas e outros parâmetros definidos para controle. Parte das recomendações constantes na **Seção 10.2** reflete justamente essa lacuna.

No que diz respeito ao Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Norte Energia, não foi possível verificar a evolução, no período, de alguns documentos previstos no mesmo, que continuam com a mesma situação informada no 1º RSAP, ou seja, “em andamento”. Nesse contexto, reitera-se a necessidade de elaboração de um Plano de Ação específico, contemplando tanto as atividades previstas para conclusão dos documentos faltantes, como para implementação das regras contidas nesses documentos. Vale ressaltar que esse Plano de Ação deverá conter minimamente as atividades planejadas, os responsáveis por essas atividades e os prazos associados.

Ainda sobre a documentação do SGA, identificou-se que alguns documentos mencionados no 1º RSAP como estando ainda não concluídos/aprovados, não foram relacionados no 2º RSAP, o que dificulta a identificação da situação atual dos mesmos. Diante disso, recomenda-se que a NE apresente uma lista consolidada (lista mestra) com todos os documentos integrantes do SGA, bem como a situação de cada um deles, ou seja, se estão aprovados, em fase elaboração, revisão, ou aprovação.

Em relação às não conformidades ambientais, ressalta-se que não há registros no período, já que, conforme reportado, a NE não realiza desde abril/13 a supervisão ambiental sobre as atividades do CCBM nas OP.

As únicas não conformidades reportadas no 2º RSAP são aquelas geradas pelo próprio CCBM no primeiro semestre de 2013. Conforme avaliado no **Capítulo 4.0**, o número

de não conformidades abertas é relativamente elevado para os Sítios Belo Monte e Canais e Diques, e o relatório não informa o teor das não conformidades e se aquelas abertas estão dentro ou fora do prazo previsto para atendimento. O relatório informa também as notificações do cliente, no caso a NE, mas não especifica o período ao qual as mesmas se relacionam. Essas notificações são relativas aos Sítios Belo Monte (10 encerradas e 3 abertas) e Pimental (12 encerradas e 13 abertas), ao canal de derivação (15 encerradas e 11 abertas) e ao reservatório intermediário (6 encerradas e 6 abertas). Considerando que a supervisão ambiental da NE não ocorre desde abril, a quantidade de notificações ainda em aberto é preocupante. Recomenda-se que o 3º RSAP inclua uma planilha contendo mais informações sobre as não conformidades do CCBM, no mínimo uma descrição sucinta da não conformidade, o prazo para fechamento, e as ações recomendadas. A planilha deve incluir também a gestão das notificações emitidas pela NE.

Não há informação de que a NE se mobilizou para solucionar a morosidade no seu processo de tratamento das não conformidades identificada na 1ª missão de monitoramento, já que a falta de supervisão interrompeu o fluxo de não conformidades. O controle de não conformidades ambientais feito pela NE, encaminhado no 2º RSAP, apresenta o mesmo status daquele encaminhado no 1º RSAP, ou seja, ou nenhuma ação foi tomada para dar andamento ao fechamento dessas não conformidades, ou essas ações não estão sendo devidamente registradas. Recomenda-se que seja realizada uma análise crítica do processo de tratamento de não conformidades, e que seja reportado à consultoria independente, no próximo RSAP, o resultado dessa avaliação e um resumo estatístico com a situação de tratamento dessas não conformidades. Além disso, recomenda-se evidenciar os registros de não conformidades gerados com o início das atividades da nova empresa contratada para coordenação do PAC.

De acordo com a NE, o padrão que estabelece a sistemática para tratamento das não conformidades foi revisado, o que promoverá maior celeridade ao processo de identificação e tratamento dos desvios identificados. Essas mudanças deverão ser avaliadas pela equipe da JGP na próxima missão.

Em relação às questões de Saúde e Segurança do Trabalho, o programa do PBA que trata das mesmas, integrante do PAC, contempla o atendimento aos requisitos legais brasileiros estabelecidos de saúde e segurança no trabalho pela Portaria 3214 de 1978 e o conjunto de Normas Regulamentadoras (NR). Esse programa está dividido em: i) Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho; e, ii) Projeto de Segurança e Alerta, conforme já exposto e detalhado anteriormente no **Capítulo 4.0**.

As contratações conduzidas pela Norte Energia estão estruturadas de modo que a execução dos *Programas de Saúde e Segurança* e das ações do *Projeto de Segurança e Alerta* seja de responsabilidade direta de suas empresas contratadas, ficando sob sua responsabilidade apenas a supervisão do nível de aderência a esses projetos.

Diante do fato da NE não possuir dados de supervisão das Obras do Entorno (referentes aos meses de abril, maio e junho de 2013) e esta consultoria ter identificado pontos relevantes de desconformidade na inspeção realizada em setembro em 7 (sete) empresas⁵ subcontratadas que realizam as OE, este fato implica em uma não conformidade maior contra o PD 01 e PD 02. É certo que esta situação deverá mudar a partir de setembro de 2013, quando a Equipe de SST/MA – OE (das Obras do Entorno) passou a atuar de forma mais estruturada e com mais recursos (humanos e materiais).

Quanto à gestão da obra por parte do CCBM, o mesmo possui um sistema de gestão que, de modo geral, está alinhado com os requisitos das Normas ISO 14001 e OSHAS 18001, contemplando vários documentos relacionados ao controle dos aspectos ambientais de saúde e segurança do trabalho. Ressalta-se, no entanto, que não foi evidenciada uma avaliação cruzada entre os procedimentos do sistema de gestão do CCBM e as diretrizes previstas no PAC. Segundo a NE, isso deverá ocorrer no próximo período, após o início dos trabalhos da empresa que coordenará o PAC.

O grau de implantação dos procedimentos do Sistema de Gestão do CCBM, principalmente no que se refere aos dados relacionados ao controle operacional dos aspectos ambientais, de saúde e segurança do trabalho, pôde ser evidenciado por meio da análise dos registros apresentados no 2º RSAP; porém, a efetiva implantação de alguns procedimentos de garantia do SGI não foram evidenciados nos documentos analisados. Algumas das recomendações da **Seção 10.2** referem-se à necessidade de melhoria de reporte de dados, uma vez que na inspeção de monitoramento, todos os documentos e dados foram prontamente apresentados para análise, comprovando sua existência.

O CCBM, portanto, comprovou que estabeleceu e implementou, no período, melhorias significativas em seu Sistema de Gestão de SST (incluindo aqui todas as condições para o trabalho, garantia da saúde ocupacional e segurança laboral de todos os seus colaboradores próprios e terceiros). As evidências apresentadas no 2º RSAP, somadas às coletadas em campo durante a missão de monitoramento, dão base para se afirmar que a gestão implantada atende às exigências dos Princípios do Equador, bem como dos Padrões de Desempenho do IFC (PD1, PD2 e PD4) e suas Diretrizes Gerais de EHS, não havendo riscos ao empreendimento que não estejam sendo adequadamente gerenciados pelo CCBM.

Outra ferramenta empregada na gestão / supervisão ambiental das obras, segundo informado no 3º Relatório do PCAI para o IBAMA e já mencionado na **Seção 4.2.1.3** deste Relatório, são as reuniões semanais de acompanhamento do PAC, realizadas com a participação da NE, da empresa coordenadora (até então a Ferreira Rocha) e do CCBM, e nas quais o registro de não conformidades é abordado junto aos níveis de gerência e coordenação ambiental setorializadas do CCBM. O 2º RSAP confirma a realização de reuniões periódicas entre as diretorias de Gestão, de Construção e Socioambiental, o CCBM e a EPBM, para tratar de temas relacionados ao controle da

⁵ 6 construtoras das OEs (CCB, Terra Brasil, Tapaiú, Heter, Gel e D&N) e 1 (uma) empresa executora do PBA (Biota)

poluição e SST nas obras. Essas reuniões, no entanto, estão ocorrendo sem a participação da empresa coordenadora do PAC, e apenas com a presença do Gerente de Coordenação Técnica por parte da NE.

Quanto aos treinamentos na área de meio ambiente, novamente o 2º RSAP não traz evidências dos realizados pela NE no período. Conforme disposto na **Seção 4.2.1.3**, o RSAP traz apenas a informação sobre treinamentos realizados com equipes da NE e com as empresas coordenadoras do PBA, sobre a revisão do Padrão de Sistema (PS) de Registro e Tratamento de Não Conformidades. Mantém-se a recomendação de inclusão, nos RSAP, dos dados de treinamento realizados com os funcionários da NE e de suas empresas subcontratadas (ver **Quadro 8.0.a**).

Em relação aos treinamentos realizados pelo CCBM, a análise dos números relacionados especificamente a Meio Ambiente informados no 2º RSAP resultou que o treinamento no semestre, comparado ao total de horas trabalhadas, é de 0,20%, número considerado baixo, conforme já se havia considerado no 1º Relatório. Em relação à recomendação feita na 1ª missão de que o CCBM intensificasse os treinamentos relacionados a meio ambiente com seus trabalhadores e empresas subcontratadas, a resposta do consórcio foi que considera suficiente o que se pratica hoje. O CCBM cita ainda que realiza os treinamentos apresentados nos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA para o IBAMA, no âmbito do Programa de Capacitação de Mão de Obra e do Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores, ambos integrantes do PAC.

Especificamente sobre os treinamentos de saúde e segurança do trabalho, o **Capítulo 4.0** tratou da análise das ações de capacitação em SST aplicadas pelo CCBM, assim como os demais indicadores de monitoramento de SST incluídos no SGI. Observando as informações, ficou clara a ampla variedade de temas aplicados à atual fase da Obra Principal.

As ações do CCBM incluíram treinamentos de integração e específicos, campanhas, palestras, seminários, cursos, além do Treinamento Diário de SMS (TDSMS). Além dos treinamentos ligados à segurança, outros temas também fizeram parte do escopo (qualidade, meio ambiente, responsabilidade social e outras). Isso gerou uma recomendação no sentido de serem extraídas do Índice de Treinamento (IT) as horas de treinamento de Integração (exigida por lei) e o TDSMS (sobre o qual não há controle de conteúdo, uma vez que são aplicados pelos próprios encarregados). Com isso, será gerado um valor com mais consistência, sem “ofuscamento” e manutenção artificial de atendimento da meta de treinamentos específicos de SST.

Aqui, mais uma vez enfatiza-se a necessidade de estruturação da NE para garantir que seus funcionários e os de suas empresas contratadas para as OEs estejam plenamente cientes de suas responsabilidades quanto a SST, e dos riscos aos quais estão expostos. Assim, registra-se a recomendação (incluída no conjunto de recomendações da **Seção 10.2**) de que seja estabelecido um indicador para o monitoramento dos treinamentos de SST para as OEs e Programas Ambientais. Essa informação baseia-se na ausência de

informações sobre treinamentos das OE e Programas Ambientais reportadas pela NE nos seus RSAP (1º e 2º).

Em relação à implementação do Procedimento de Ouvidoria, a conformidade do empreendimento com os requisitos necessários será tratada adiante, na discussão do PD 02, no que diz respeito aos trabalhadores, e na discussão do Princípio 6.0 - Mecanismo de Reclamação, para a comunidade.

Em relação ao engajamento com a comunidade, a conformidade do empreendimento com os requisitos necessários será tratada adiante, na discussão dos Princípios 5.0 - Consulta e Divulgação e 6.0 - Mecanismo de Reclamação.

Em relação aos Programas do PBA, informações detalhadas sobre o andamento constam no **Capítulo 6.0 (Quadro 6.0.a**, que retrata a repactuação com o IBAMA em caso de alterações nos Programas, e **Quadro 6.0.b**, que demonstra o andamento dos Programas e Projetos, ambos incluídos no **Anexo 7**).

Em relação aos Programas do Meio Físico não se verificam desvios significativos no desenvolvimento dos programas e projetos, o que não elimina a necessidade de ajustes e encaminhamentos junto ao IBAMA. É o caso principalmente do Programa de Estanqueidade dos Reservatórios, proposto no EIA e no PBA devido à proximidade do Reservatório Intermediário com a zona onde estão situadas cavidades naturais, entre as quais a caverna Kararaô. O encerramento do programa vem sendo pleiteado pela Norte Energia junto ao IBAMA, sendo que este teve suas atividades paralisadas recentemente em função da proibição de acesso à área de estudo por parte de proprietário rural local. A Norte Energia viabilizou outro acesso para os estudos geofísicos que integram o Programa, mas a própria empresa reconhece que os novos acessos não são suficientes para dar conta de todas as atividades do programa. Em paralelo foram realizados outros estudos geológicos e geotécnicos que aumentaram o conhecimento que se tem da região e reforçam a hipótese de não haver alterações nas cavidades em decorrência da formação do reservatório e, pelo outro lado, das cavidades não interferirem no enchimento do reservatório.

O Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques pode sofrer ajustes. Conforme registrado pela Norte Energia, no segundo semestre de 2012 o monitoramento hidrológico foi interrompido, resultando em falhas na composição da série temporal de dados. Por outro lado, o período de monitoramento de 2 anos foi cumprido, cabendo a avaliação junto ao IBAMA se os dados obtidos se configuram como base de dados necessária a avaliação dos impactos nos igarapés e subsidiar a determinação das vazões residuais quando da operação dos diques.

Seria útil e muito enriquecedor para todos os trabalhos incrementar a sinergia entre as equipes responsáveis pelos programas do meio físico, especialmente dos Programas de Salvamento do Patrimônio Paleontológico, de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos, de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios e de Monitoramento das Águas Subterrâneas. A interação entre as equipes propiciaria o adensamento das observações de interesse para todos os programas, uma

vez que, os ramos do conhecimento (geologia, geografia, engenharia civil e ambiental) envolvidos são os mesmos, apesar das diferentes especialidades.

Em relação à vegetação, também não se verificam desvios significativos no desenvolvimento de seus projetos. A primeira campanha dos três projetos de monitoramento da flora (Floresta de Terra Firme, Floresta Aluvial e Formações Pioneiras) já foi realizada em todos os módulos RAPELD e parcelas isoladas implantados. Os resultados referentes a esta primeira campanha foram apresentados para todas as parcelas no 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA.

Para os monitoramentos fenológicos do *Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme* e do *Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques*, considera-se necessária a aprovação do IBAMA para a proposta das espécies-alvo da avaliação fenológica, pois entende-se que alguns critérios preconizados pelo órgão ambiental não foram seguidos. O primeiro projeto mencionado foi iniciado com atraso, porém o órgão ambiental não se manifestou sobre essa questão.

O *Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora* tem promovido o resgate de indivíduos e propágulos vegetais das áreas alvo de supressão da vegetação necessária para a execução das obras de apoio. A maior parte das plantas e plântulas resgatadas tem sido reintroduzida e a maior parte das sementes coletadas tem permanecido no Banco de Sementes do projeto.

Para apenas uma das 16 espécies-alvo do *Projeto de Formação do Banco de Germoplasma* ainda não foram marcadas matrizes para coleta de sementes e avaliação fenológica. Além disso, ainda não foi marcado o número mínimo de matrizes para as demais espécies-alvo, configurando assim um atraso em relação ao cronograma do PBA. Foram germinadas sementes de 12 mudas das espécies-alvo e produziram-se mudas de nove espécies. Porém, ainda é baixa taxa de germinação delas. O IBAMA sugere que sejam utilizados também protocolos já estabelecidos para produção de mudas. A empresa executora tem envidado esforços para superar essas dificuldades e atraso.

Há necessidade de se realizar uma integração das listas florísticas produzidas pelos projetos de monitoramento da flora, executados pela empresa STCP, com a lista produzida pelo *Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora*, desenvolvido pela empresa Biota. Deve ser dada atenção para os materiais com identificações incompletas, que podem corresponder a um mesmo morfotipo e terem sido coletados pelas duas equipes.

Em relação ao *Projeto de Desmatamento* e ao *Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro*, verificou-se que, em relação às obras civis, foram resolvidas as pendências de romaneio e organização dos pátios finais de madeira. Ademais, foram promovidas melhorias e padronização nos procedimentos de supressão nas obras civis. Requerimentos de Autorização para Utilização de Matéria-Prima Florestal (AUMPF) têm sido solicitados ao IBAMA, que tem aprovado os pátios por ele vistoriados. Ainda assim, não foi viabilizada a destinação externa da madeira oriunda das supressões para a

implantação da UHE Belo Monte, também em função da não emissão de AUMPF pelo IBAMA para os pátios já aprovados. No momento da vistoria realizada em setembro de 2013, a supressão da vegetação nas áreas dos reservatórios estava prestes a ser iniciada e estavam sendo previstas medidas para que atrasos e não conformidades não ocorressem também nessa fase da construção do empreendimento, como a contratação de empresa para realizar a fiscalização. Ainda assim, é necessário evidenciar os documentos específicos que serão utilizados nessa atividade.

No que diz respeito à Fauna Terrestre, os programas de monitoramento realizados nos módulos RAPELD encontram-se dentro do cronograma, tendo sido realizadas todas as campanhas previstas no PBA para o primeiro semestre de 2013. As avaliações apresentadas pela NE ao IBAMA, avaliando a suficiência amostral obtida para os grupos de mamíferos, aves, herpetofauna e invertebrados terrestres, mostram que não houve prejuízo dos resultados devido à não implantação de uma porcentagem pequena de parcelas previstas no PBA.

Para diversos grupos taxonômicos foram registradas espécies para a área do projeto que ainda não haviam sido detectadas durante os levantamentos do EIA. Os espécimes coletados estão sendo destinados a coleções científicas reconhecidas, de forma a possibilitar o aumento do conhecimento taxonômico e estabelecer uma coleção de referência.

Um aspecto importante decorrente das exigências do Órgão Licenciador é a necessidade de urgência na instalação dos medidores de nível freático e coletas das co-variáveis físicas faltantes nos Módulos RAPELD. Os piezômetros deverão estar instalados até o final de setembro de 2013.

Embora dentro do Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento as atividades de monitoramento e análise dos dados já tenham sido encerradas, ainda não se implantou de maneira completa as medidas de mitigação (redutores, placas sinalizadoras e passagens de fauna) previstas e necessárias.

As ações do Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre continuam a ser conduzidas de forma contínua, segundo o acordado com o órgão licenciador.

Dentro do Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, Pará) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da ADA, foram realizadas as 4 campanhas de 2012 e as 2 campanhas de 2013 previstas no PBA para o monitoramento dos invertebrados e dos quirópteros. Os dados das cavidades foram sistematizados para a realização de análises sobre a similaridade entre estes ambientes, dentro da área do empreendimento, e com outras cavidades em áreas não afetadas.

Todas as campanhas de 2012 e aquelas do primeiro semestre de 2013 previstas para os três projetos que compõem o Programa de Conservação da Fauna Aquática (Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos, Projeto de Monitoramento

da Avifauna Aquática e Semi-Aquática e Projeto de Monitoramento de Crocodilianos) foram realizadas, estando, portanto, dentro do cronograma previsto no PBA. Os dados destas, juntamente com os demais dados relacionados à fauna incluída no Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos, estão sendo continuamente reunidos em um banco de dados que compõe o Programa de Conservação e Manejo de Hábitats Aquáticos.

Os Projetos que formam o Programa de Conservação e Manejo de Quelônios, que têm atividades previstas para o período anterior ao enchimento do reservatório intermediário, têm suas atividades realizadas dentro do cronograma, segundo o observado em campo e nos documentos. Além das atividades relacionadas ao aumento do conhecimento das espécies e acompanhamento das atividades reprodutivas, foi realizado o cadastro das comunidades relativo ao seu consumo, além de atividades de educação ambiental com alunos das escolas da área. Tendo iniciado as atividades do período reprodutivo das espécies acompanhadas no tabuleiro do Embaubal, as desovas estão sendo monitoradas e translocadas, quando necessário, garantindo, dessa forma, uma taxa de sobrevivência maior para as duas espécies que lá se reproduzem.

Foi também avaliado o andamento dos programas e projetos relacionados a limnologia e ictiofauna. O Programa de Conservação da Ictiofauna é composto por 6 Projetos. Desses, os Projetos de Investigação Taxonômica, Resgate e Salvamento da Ictiofauna e Monitoramento da Ictiofauna apresentam integração dos resultados, com a formação de um banco de dados da composição e diversidade dos peixes do Rio Xingu. Além disso, os resultados do monitoramento da ictiofauna realizado no Estudo Complementar, nos igarapés do Canal de Derivação e do Reservatório Intermediário (Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques), também estão sendo inseridos no banco de dados.

O Programa de Conservação e Manejo de Hábitats Aquáticos está compilando, sistematizando e organizando, em um banco de dados específico, as informações obtidas durante as seis campanhas realizadas entre 2012 e 2013, dos Projetos de Monitoramento de Quelônios, Crocodilianos, Ictiofauna e Mamíferos Aquáticos. As informações dos projetos de monitoramento Limnológico e de Macrófitas também estão sendo integradas.

Em relação à Socioeconomia, o PBA possui Planos, Programas e Projetos cujas ações interferem na melhoria da infraestrutura social e urbana para que os municípios suportem as mudanças atribuíveis às obras. Foram executadas várias obras de reforço de capacidade, conforme descrito no **Quadro 6.0.b (Anexo 7)** do **Capítulo 6.0**, com investimentos em saneamento, equipamentos de saúde e educação e em programas de assistência social.

Os planos mais diretamente ligados à população afetada e à dinâmica populacional dos municípios interferidos são os planos: 3. Plano Ambiental de Construção (3 programas); 4. Plano de Atendimento à População Atingida (8 programas e 27 projetos); 5. Plano de Requalificação Urbana (3 programas e 6 projetos); 6. Plano de Articulação Institucional (4 programas); 7. Plano de Relacionamento com a População (4 programas); 8. Plano de

Saúde Pública (3 programas) e 14. Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu (2 programas e 4 projetos). Ao todo, foram verificados e analisados sete planos, 26 programas e 37 projetos.

Os programas 3.3. Programa de Capacitação de Mão de Obra; 3.5. Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores; e 3.6. Programa de Desmobilização de Mão de Obra, do PAC, estão em atendimento às atividades propostas no PBA.

O Programa 3.3, como expresso pelos dados do relatório semestral, apresenta mais indicadores para avaliação, diferentemente do relatório anterior, permitindo comparação entre as metas quantitativas. Já o 3.5, na avaliação do Consultor Independente, conseguiu fomentar maior participação em suas ações educativas, principalmente nas oficinas educativas e nas visitas ecológicas. Em linhas gerais, as palestras e oficinas, principalmente durante a etapa admissional, que pode ser considerada uma etapa importante, pois trata da ambientação do funcionário, tiveram um número grande de funcionários participantes, mostrando quantitativamente a extensão do programa. As atividades previstas para o primeiro semestre de 2013 foram executadas no período, sendo que as oficinas, previstas inicialmente para intervalos trimestrais, foram efetivamente realizadas mensalmente pela equipe PEAT.

Os programas e projetos contidos no 4. Plano de Atendimento à População Atingida referem-se à população interferida residente na área rural, na área urbana, às atividades produtivas que atendem e são exercidas por essas pessoas e que também serão interferidas. Os programas voltados para a área rural são três, com 14 projetos. Existem cinco projetos concebidos para atendimento à população que precisa ser retirada das áreas a serem ocupadas pelos canteiros e a obra principal, abordados a seguir.

Dentro do 4.1. Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural, o *Projeto de Regularização Fundiária Rural (4.1.1.)*, conforme relatado no **Quadro 6.0.b**, está em andamento, com os serviços de georreferenciamento e cadastro fundiário de ocupações territoriais rurais; georreferenciamento, registro e entrega para a FUNAI do perímetro da Terra Indígena Pakisamba; georreferenciamento, aplicação de censo ocupacional, determinação de vértices, aplicação de cadastros fundiário e físico nos Projetos de Reforma Agrária do Governo Federal localizados na AID; serviços de apoio à fiscalização da SERFAL e do INCRA com execução de atividades de campo, além de reuniões e entendimentos com representantes desses órgãos. Verifica-se andamento bem conduzido do mesmo, sendo acompanhadas as necessidades de registro e interlocução com os diferentes organismos públicos federais, estaduais e mesmo municipais.

No PT 4933/2013, o IBAMA demonstra preocupação com o controle territorial sobre o risco de ocupação desordenada na AID, uma vez que algumas regiões já foram desocupadas, como Vitória do Xingu – Distrito de Santo Antônio e Vila Residencial dos Trabalhadores, Agrovila Leonardo da Vinci e Belo Monte; Altamira – Transassurini (principalmente pela sinergia com a Belo Sun Mineração); Anapu – Vila Izabel.

No *Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias (4.1.2.)* teve continuidade a política da NE em buscar a negociação amigável nos processos de desapropriação. As negociações envolvem, nessa fase dos programas, a apresentação de alternativas de locais de reassentamento para as famílias remanescentes da Vila Santo Antônio e a procura de áreas para as famílias que optaram pelas cartas de crédito/reassentamento assistido.

A valoração dos imóveis e benfeitorias segue normatização consagrada e as benfeitorias são indenizadas por valores de reposição e todos os valores negociados com os atingidos têm um valor mínimo de referência para as moradias, de maneira a permitir a reposição para um imóvel com condições satisfatórias. O Caderno de Preços rurais considerou o preço da terra nua com base em valores de mercado negociados na região. As benfeitorias estão sendo avaliadas por valor de reposição.

O procedimento adotado na aquisição de áreas rurais – já em curso - prevê o pagamento antes da desocupação do imóvel. Há necessidade que seja agilizada essa negociação. As cerca de 5.000 propriedades interferidas da área do Reservatório do Xingu-Altamira estão pendentes e esta situação é preocupante, porque demandará sucessivos encontros e negociações com a população, que podem vir a retardar o prazo da total desocupação da área.

Existe preocupação do IBAMA em relação às famílias retiradas da comunidade da Vila Santo Antônio que receberam cartas de crédito rural e as utilizaram em área urbana. Esta situação é considerada como tratamento diferenciado. Segundo o IBAMA, é preciso esclarecer o valor praticado sobre a lavoura cacaueira no caso de aquisição de todas as áreas rurais necessárias para as obras principais e associadas, uma vez que existem discordâncias entre os valores oferecidos pela NE e os que foram avaliados anteriormente ao estudo. Em relação à realocação assistida, foi solicitada a apresentação da quantidade de famílias atingidas que optaram por este tratamento e quantas já efetivaram a aquisição de nova área, inclusive com tamanho de área.

O *Projeto de Reassentamento Rural (4.1.3)* está com as atividades sendo realizadas em desacordo com o cronograma. A baixa adesão à proposta de Reassentamento Rural Coletivo (RRC) vem sendo avaliada criticamente pela NE.

O posicionamento do IBAMA é de que o projeto não apresenta público em função do fato de que a NE permitiu que público exclusivo com tratamento para reassentamento coletivo acessasse o tratamento de realocação assistida. A comissão específica do Plano de Atendimento à População Atingida, do Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte, aprovou aquisições de imóveis rurais feitas por beneficiários de carta de crédito que teriam acesso, de acordo com o PBA, apenas ao tratamento de reassentamento coletivo ou reassentamento individual em área remanescente viável.

A equipe do IBAMA apresentou a alegação, com a qual o Consultor Independente concorda, de que o assentamento coletivo é um sistema mais difícil de ser implantado por causa dos antecedentes já vividos pela população rural dessa região. No entanto, ele

permite melhor acompanhamento de ATES por parte do empreendedor e facilita a rede de proteção social em torno das famílias.

O *Projeto Reorganização de Áreas Remanescentes (4.1.4)* encontrava-se em atraso. A avaliação das áreas remanescentes estava vinculada à liberação das propriedades conforme iam se formando os canteiros de obras, só sendo possível a elaboração dos projetos com uma quantidade que tornasse viável seu aproveitamento, compondo lotes com tamanho do módulo rural mínimo do estado e com reserva legal.

Foi indicada, no 3º e 4º Relatórios Consolidados do PBA, a realização de reestruturação de fragmentos para ofertas de novos lotes, formação de banco de terras e a realização de reuniões com grupos atingidos, o que evidencia que, apesar do atraso, o projeto está bem articulado e reúne condições para cumprir metas e prazos. A questão principal é a aceitação pelo público alvo das alternativas que lhes são colocadas.

Existem seis projetos concebidos para atendimento às atividades produtivas voltadas para a população rural, quer seja para atendimento das necessidades de comercialização e prestação de serviços, quer seja na área de produção individual. Estes projetos compreendem os temas abordados abaixo.

O *Projeto de Reparação (4.1.5)* está sendo implementado conforme proposto no PBA, mas não foram realizadas reuniões devolutivas com a população, ação de extrema importância dado o objetivo do projeto e previsto em cronograma (no entanto no cronograma não há indicação do trimestre em que estas devolutivas serão realizadas). Segundo informações da NE, foi proposta uma agenda com três reuniões devolutivas e 15 famílias envolvidas.

O *Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar (4.2.1)* está sendo implementado conforme proposto no PBA. Estão sendo realizadas visitas e elaborados relatórios de acompanhamento da situação das famílias reassentadas. Uma exigência anterior em parecer do IBAMA de 2012 era a necessidade de definir os procedimentos para a formação da equipe que efetivaria as ações no meio rural.

O *Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes (4.2.2)* encontra-se em atraso em relação ao cronograma proposto no PBA. O atraso do projeto foi justificado no 4º Relatório Consolidado em função da necessidade de compatibilizar suas atividades com as atividades do *Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes (4.1.4)*. No relatório, a NE destaca a necessidade de elaborar um novo cronograma.

O *Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais (4.2.3)* está sendo implementado conforme proposto no PBA e se encontra, ainda, em fase de análise dos dados do CSE, deles dependendo para traçar as ações futuras. Já foram feitos contatos iniciais para obtenção de fontes de financiamento. O projeto depende, também, do andamento do projeto de *Reassentamento Rural Coletivo*, que possui número pequeno de optantes.

O *Projeto de Reestruturação de Extrativismo Vegetal (4.2.4)* está sendo implementado conforme proposto no PBA, porém com atraso. Encontra-se, ainda, na fase de sistematização de dados e formulação de hipóteses. Etapas decisivas estão em atraso para a sua continuidade, como reuniões setoriais, incorporação de sugestões, espaços para debates e prospecção de parcerias.

O *Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau (4.2.5)* está sendo implementado conforme proposto no PBA. Foram efetivadas as primeiras iniciativas para o fortalecimento do cooperativismo na região. As atividades desenvolvidas agregaram várias instituições e discussões sobre o tema, com iniciativa para definição da cadeia produtiva do cacau.

O *Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros (4.2.6)* está sendo implementado conforme proposto no PBA. Ocorreu avanço na parceria com a EMATER e a EMBRAPA, e as primeiras ações já foram realizadas. Foi finalizado o cadastro de instituições cooperativas rurais e iniciadas as ações de fomento para a formulação de uma cooperativa central. O projeto avançou em ações técnicas, necessitando avançar nas seguintes frentes: realizar 10 oficinas de empreendedorismo rural; formalizar acordo para cessão de terras em comodato e permitir o seu uso; realizar monitoramento completo da execução do projeto.

São três os projetos concebidos para a recomposição da infraestrutura rural. Estes projetos compreendem os temas abordados a seguir.

O *Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária (4.3.1)* está sendo implementado conforme proposto no PBA. O *Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento (4.3.2)* está sendo implementado conforme cronograma alterado proposto no 2º Relatório Consolidado para o IBAMA. O projeto precisa de definição quanto ao questionamento feito no Parecer nº 168/2012 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA sobre aplicação de sistemas compatíveis com um possível rebaixamento do lençol freático no trecho de vazão reduzida. O *Projeto de Relocação de Cemitérios (4.3.3)* está sendo implementado conforme proposto no PBA e apresenta resultados adequados. Em relação ao Cemitério de Santo Antônio, a NE informou que algumas benfeitorias na comunidade de Santo Antonio serão conservadas, inclusive o Cemitério, designado como C12, uma vez que sua localização não compromete o andamento das obras da UHE Belo Monte.

Os programas voltados para a área urbana atingida pelo projeto são dois e estão desdobrados em sete projetos.

O programa voltado para a população da área urbana atingida pelo projeto é o Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana (4.4) desdobrado em 4 projetos que atendem à população diretamente afetada pelo reservatório.

O *Projeto de Regularização Fundiária Urbana (4.4.1)* está sendo implementado conforme proposto no PBA, com prorrogação do cronograma de execução acordado em

abril de 2012. O mesmo se encontra em atendimento em razão de alguns avanços alcançados.

O *Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas (4.4.2)* está sendo implementado conforme proposto no PBA. As negociações com a população interferida dependem da continuidade da apresentação, em reuniões com a comunidade, dos critérios de elegibilidade e entendimento, por parte desta, das alternativas a que tem direito.

O *Projeto de Reassentamento Urbano (4.4.3)* está sendo implementado conforme proposto no PBA. As áreas urbanas para os projetos já foram adquiridas e uma delas já está com a obra em execução. As reuniões com a comunidade estão em andamento. No relatório anterior havia evidência de falta de entendimento, pela população interferida, dos critérios de elegibilidade e das propostas contidas no projeto como: tipo da residência, formato dos lotes, infraestruturas que compõem os lotes, tamanho das unidades, entre outros. Nesta última missão foi evidenciado que houve avanços na etapa de demonstração dos dados à população, inclusive com organização das visitas às casas modelo construídas na gleba Jatobá.

O *Projeto de Reparação (4.4.4)* está sendo implementado conforme proposto no PBA, porém com atraso. A NE optou pelo detalhamento dos procedimentos metodológicos e análise das informações que subsidiarão o Diagnóstico Rápido Participativo, o que é insuficiente para o cumprimento das metas propostas, que previam a conclusão do diagnóstico e o acompanhamento e monitoramento do projeto.

O programa voltado para as atividades produtivas da área urbana atingida pelo projeto é o Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas (4.5) desdobrado em três projetos que atendem à população diretamente afetada pelo reservatório.

O *Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas (4.5.1)* está sendo implementado conforme proposto no PBA, porém com atraso. Conforme apresentado no próprio relatório, o cadastro socioeconômico deveria já ter sido finalizado, bem como iniciadas as etapas de capacitação e treinamento de empresários e trabalhadores. O novo cronograma proposto informa que as atividades em atraso se iniciariam no primeiro semestre de 2013.

O *Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho (4.5.2)* está sendo implementado conforme proposto no PBA.

O andamento do *Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu (4.5.3)* não está condizente ao cronograma proposto. As oficinas de empreendedorismo náutico foram realizadas com atraso, assim como outros três itens do cronograma: promover curso técnico operacional, obter a participação do Fundo da Marinha Mercante e efetuar o monitoramento completo da execução do projeto em pauta.

O Programa de Acompanhamento Social (4.6), por meio do *Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das*

Comunidades Anfitriãs (4.6.1) e Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2), busca atender à população afetada (interferida) pelo projeto. A atividade básica que integra esse conjunto de Programa e Projetos é o Cadastramento, nesse caso, constituindo-se do Cadastro Fundiário, Cadastro Físico e Cadastro Socioeconômico. O primeiro projeto estava atrasado em seu início, mas recuperou bastante esse tempo porque já está finalizando sua primeira etapa. Está diretamente ligado ao segundo, que também estava atrasado em seu início, por causa da rede de atendimento que precisava ser implantada. Para conseguir bons resultados, esse projeto precisa ser bem articulado com o projeto 4.6.1, que encaminha os casos de vulnerabilidade. Foram definidos critérios importantes que permitem estabelecer uma organização condizente às propostas deste projeto. A rede de atendimento possui boa articulação entre o projeto e a Prefeitura de Altamira, pois trabalham em parceria.

São dois os programas que tratam de infraestrutura da região da orla do rio Xingu e sede de Altamira. Um é o Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer (4.7) com o *Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer (4.7.1)* e o *Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer (4.7.2)* e o Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais (4.8) com o *Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação (4.8.1)* e o *Projeto de Recomposição dos Equipamentos Religiosos (4.8.2)*.

O primeiro projeto está sendo implementado conforme proposto no PBA, porém com atraso. As etapas e atividades propostas, mesmo em atraso (capacitações e implantação de projetos arquitetônicos) permitirão ao projeto reunir condições necessárias para serem cumpridas em bons termos.

A recomposição/adequação da infraestrutura e serviços de educação está sendo implementado conforme proposto no PBA e posteriores revisões aprovadas pelo IBAMA, inclusive com análise de suficiência dos equipamentos já construídos. Há atraso na construção de EMEFs e escolas na ADA, especificamente em Altamira e Vitória do Xingu. Contudo, é indicado pela Análise de Suficiência que estes atrasos não comprometem a oferta de vagas no 1º semestre de 2013. Nos demais municípios em que a Análise de Suficiência indicou déficit de vagas, esta foi justificada por déficits históricos existentes nos municípios.

O Plano de Relacionamento com a População (7) é desmembrado em programas de acompanhamento e monitoramento social, interação e comunicação social, por intermédio do Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante (7.1) e do Programa de Interação Social e Comunicação (7.2).

O Programa 7.1 tem procurado acompanhar a evolução do afluxo migratório associado à implantação da UHE Belo Monte por meio de Balcões de Atendimento. Esses locais orientam a população migrante sobre as vagas disponíveis de emprego, além de prestar informações sobre o empreendimento e região à população migrante.

A análise dos dados dos Balcões permite que seja feita uma qualificação do perfil do migrante, que é uma das variáveis utilizadas para a revisão das projeções populacionais

do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4). Os dados de cadastramento são importantes, tendo em vista sua relação com programa mencionado que analisa dados socioambientais e necessidade de equipamentos sociais relativos ao empreendimento.

O Programa 7.2 apresentou resultados que atendem às ações programadas, em especial a linha de ação III, que interage com vários planos e programas do PBA, e com o público diretamente envolvido nos temas apresentados. Foi realizada pesquisa de percepção para avaliação das ações de comunicação e visitas de mobilização e reuniões na área rural e urbana.

O Programa 7.3 está sendo implementado conforme proposto no PBA e com cronograma revisado e aprovado pelo IBAMA. As atividades de educação ambiental estão sendo realizadas para o público alvo definido pelo PBA. As atividades foram adequadas à Instrução Normativa 02/2012 como recomendado pelo IBAMA, com realização de Diagnóstico Socioambiental Participativo.

A saúde da comunidade está sendo acompanhada pelo Plano de Saúde Pública (8) do PBA, desmembrado no Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde (8.1), Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças (8.2) e Programa de Ações para o Controle da Malária (8.3).

As ações do Programa 8.1 atendem às metas e ao cronograma propostos no PBA reformulado. Segundo o relatório da NE as metas do programa foram atingidas. Entretanto, as obras dos hospitais merecem atenção especial para não sofrerem atrasos nos prazos de entrega. O Programa está sendo desenvolvido a contento, com a maioria das unidades entregues e as demais atividades de estruturação das equipes de saúde e fortalecimento aos Núcleos de Vigilância em Saúde em andamento.

Nas vistorias realizadas com a equipe de saúde e de comunicação social aos equipamentos construídos e em construção em Altamira, foram verificados alguns problemas de manutenção nas UBS, que foram encaminhados pelo responsável de saúde da NE e da Prefeitura. Segundo o 2º RSAP, os problemas encontrados na missão anterior foram resolvidos.

O Programa 8.2 tem desenvolvido várias ações de vigilância, prevenção e controle de doenças, por meio das Secretarias Municipais de Saúde, nas respectivas localidades, e pelo CCBM, nos canteiros de obras da UHE. Foram desenvolvidas ações regulares e específicas relacionadas à dengue, com a elaboração do Plano de Ação para o Enfrentamento da Dengue e Leishmaniose. Houve duas etapas de monitoramento de vetores, neste semestre. Foram realizadas capacitações na rotina de serviços, com programação de novo ciclo de capacitação para o primeiro trimestre de 2013. O programa está sendo desenvolvido a contento. O relatório concluiu que as ações de vigilância e controle das doenças mais incidentes nos municípios da região da AID da UHE Belo Monte e Pacajá têm sido efetivas e que, de modo geral, mesmo diante do fluxo migratório devido ao empreendimento houve melhoria no quadro epidemiológico das doenças transmissíveis.

O Programa 8.3 também tem andamento compatível com cronograma do PBA reformulado. Deve-se, no entanto, considerar que os resultados de controle de malária são registrados por município. Segundo os dados apresentados, e considerando-se somente as áreas urbanas, não houve aumento significativo dos casos da doença nos municípios de Altamira, Anapu, Vitória do Xingu e Região de Belo Monte. Foram implantadas medidas de controle adequadas e oportunas que reduziram a incidência de casos da doença.

No que diz respeito às obras, o PAC também inclui o monitoramento das principais emissões, tais como a eficiência do tratamento de efluentes domésticos e industriais e da água para abastecimento. A abrangência desse monitoramento e os resultados obtidos foram abordados no **Capítulo 4.0**.

Ressalta-se que foi iniciado no período o monitoramento de fumaça preta nos veículos e equipamentos das obras. Já o ruído não é monitorado. Em atendimento a recomendação do consultor independente, foram realizadas medições de ruído para construção de linha base, em 4 pontos, um em cada Sítio Construtivo. A localização exata dos pontos não é clara, pois as imagens utilizadas nos mapas de localização são antigas e ainda não incluem as intervenções de Belo Monte. Além disso, o laudo não esclarece o critério de escolha desses pontos. Em relação aos resultados, apenas no Sítio Belo Monte o nível de ruído ambiente ultrapassa o limite estabelecido pela NBR 10151. Recomenda-se apresentar os critérios para determinação dos 4 pontos adotados, sua posição em relação às obras e a existência de receptores críticos nas proximidades.

Em relação à recomendação do PD 01 do IFC de que haja uma interação entre os programas ambientais e de saúde e segurança, o 1º RSAP afirmou que a interação entre os programas e projetos ocorre, sob a responsabilidade do PGA, ao passo que o 3º Relatório de Andamento do PGA para o IBAMA informou que a troca de informações entre os diversos programas seria feita no âmbito do SIG-A. Assim, recomendou-se que fossem apresentadas maiores informações sobre a implementação do SIG-A e sobre o efetivo compartilhamento de informações pelos diversos programas.

A NE informa, no 4º Relatório do PGA para o IBAMA, que as empresas executoras e coordenadoras ainda encontram dificuldades no preenchimento das planilhas para inserção de dados no SIG-A, o que vem sendo discutido nesse primeiro semestre de 2013. Além disso, relata que as demandas do SIG-A estão sendo supridas pelo Sistema de Gestão de Projetos (SGP), mas que, para uso deste último, seria necessária a atualização dos diferentes colaboradores. Assim, decidiu-se que o uso do SGP será efetivado a partir do início do segundo semestre de 2013.

Assim, não foi possível ainda observar, pelos resultados reportados, que o SIG-A está sendo efetivamente utilizado e que está favorecendo a troca de dados e informações entre os Planos, Programas e Projetos do PBA.

PD 02: Trabalho e Condições de Trabalho

Capacitação da mão de obra

O CCBM continua com os programas de capacitação, quais sejam: CAPACITAR para Crescer, com as atividades de cursos de capacitação e alfabetização de funcionários, desenvolvendo cursos pelo convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), cujo convênio, se estende aos polos de Marabá e Belém, formando a mão de obra demandada e coordenada; Capacitar Para Incluir; e CAPACITAR Inicial – Jovem Aprendiz. A equipe de instrutores do CAPACITAR é formada por 3 Instrutores da área da construção civil e 6 Instrutores de máquinas pesadas. Os cursos do SENAI capacitaram 351 pessoas no período de janeiro a maio de 2013, nos cursos de mecânico de manutenção de máquinas e equipamentos de terraplenagem, informática básica e jovem aprendiz.

Os cursos desenvolvidos pelo convênio com o Sistema Integrado de Ensino do Pará (SIENPA) capacitaram 320 pessoas no mesmo período (janeiro a maio de 2013), em cursos de sinalizador, mecânico de refrigeração e NR 10.

Segundo informações do 4º Relatório Consolidado, há 220 funcionários que se declararam analfabetos e 96 estão engajados no curso de alfabetização promovido pelo CCBM, no Programa CAPACITAR Alfabetizar Trabalhando, voltado para a alfabetização de funcionários por meio da metodologia didática e pedagógica do Serviço Social da Indústria Sesi. Houve início do curso no Sítio Pimental e no Sítio Canais e continuação da segunda turma no Sítio Belo Monte.

O Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT) capacitou 201 alunos no curso de transporte coletivo de passageiros. A quantidade de pessoas capacitadas de janeiro a junho de 2013 foi de 872 alunos.

Em relação ao total de cursos de capacitação fornecidos pelo CCBM e quantidade de pessoas formadas tem-se os seguintes dados acumulados:

2011 – Cursos – 19	Quantidade de pessoas formadas – 2.099
2012 – Cursos – 22	Quantidade de pessoas formadas – 3.266
2013 - Cursos – 21	Quantidade de pessoas formadas – 1.376
Total de formados de 2011 a junho de 2013 – 6.741	

Além disso, foi desenvolvido curso de Reciclagem de funcionários pela NR 12, tendo participado 785 pessoas no período de janeiro a junho de 2013.

O departamento de Recursos Humanos do CCBM realiza treinamentos que são direcionados a todo o quadro de colaboradores da empresa, que inclui treinamentos de integração, capacitação de multiplicadores em Educação Ambiental, treinamentos diários de segurança para a área operacional e treinamentos específicos.

O CCBM continua o processo de captação de mão de obra em seus escritórios de recrutamento em Belém, Marabá e Santarém. De acordo com informações do 4º Relatório Consolidado, no mês de novembro de 2012 havia 12.655 trabalhadores, entre CCBM (9.766) e subcontratadas (2.899) e no mês de junho de 2013 havia 25.496 trabalhadores, entre CCBM (21.016) e empresas terceirizadas/subcontratadas (4.480). A quantidade de trabalhadores da obra apresentou taxa geométrica de crescimento mensal de 10,5%, dobrando essa quantidade no período indicado (Nov/2012 a jun/2013).

Do total de trabalhadores de junho de 2013, 49% são pessoas contratadas no estado do Pará e 28% contratadas na cidade de Altamira. Do total de funcionários que trabalhavam no empreendimento em junho, 34% eram residentes em Altamira e 49% estavam alojados nos canteiros de obra.

Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional

Os principais indicadores de resultados da implementação e manutenção do Sistema de Gestão de SST do empreendimento são baseados naqueles decorrentes do desempenho e supervisão da Obra Principal (OP), os quais se encontram discutidos em detalhes no **Capítulo 4.0**.

No caso da OP, esses indicadores demonstram que o Sistema de Gestão de SST e das Condições de Trabalho é adequado e atende ao PD 01 e ao PD 02. Entretanto, não se pode dizer o mesmo das OEs, tendo em vista o início recente da supervisão das questões relacionadas a SST nas mesmas. Assim sendo, no próximo RSAP a NE deverá ter base para apresentar as primeiras informações sobre esta supervisão (dados de setembro de 2013).

A supervisão da OP pela NE encontra-se mais avançada, com a estruturação, no primeiro trimestre de 2013, de uma equipe de supervisão a cargo da engenharia do proprietário (EPBM), conforme mencionado.

No período contemplado por este relatório a EPBM demonstrou grandes avanços na supervisão da OP. A partir do início de sua atuação e da emissão dos relatórios mensais, ações deverão ser tomadas para garantir a melhoria contínua (ações preventivas e corretivas). Essa constatação vem de encontro à efetiva gestão pela NE a partir da coleta de dados de supervisão provenientes do trabalho da EPBM.

Desde a etapa de *Due Diligence*, ficou nítido ao Consultor Socioambiental Independente o alinhamento por parte do CCBM com o PD 01, PD 02 e PD 04. Conforme discutido em detalhes anteriormente no **Capítulo 4.0**, o Sistema de Gestão Integrado do CCBM possui um leque de ferramentas que garantem um planejamento adequado às necessidades e aos riscos de SST inerentes às suas atividades; recursos humanos e materiais para executar os controles previstos; mecanismos para medição e monitoramento do desempenho; e ações de melhoria contínua.

As recomendações pontuais e oportunidades de melhoria identificadas pelo Consultor Independente são sintetizadas na **Seção 10.2** do presente relatório e estão relacionadas principalmente com a informação (*reporting*) de indicadores.

Essa mesma análise ainda não pôde ser feita para as Obras do Entorno (OEs). Apesar dos grandes avanços constatados durante a visita de monitoramento de setembro (aumento da equipe; elaboração da minuta da Norma “Inspeção, Supervisão e Auditoria de Saúde e Segurança do Trabalho”; início de acompanhamento dos trabalhos; entre outros), não foi possível avaliar o nível do monitoramento, pela NE, do desempenho das empresas que atuam não só nas OEs, mas também nas empresas executoras dos programas do PBA.

A maior parte das empresas e do pessoal contratado para executar as OEs é local, de baixo nível de capacitação gerencial (pequenas obras) e pequena cultura de SST. Na vistoria amostral realizada em setembro foi possível constatar a melhoria no desempenho em SST, embora ainda ocorram desvios básicos de gestão por essas empresas (uso de extensões elétricas irregulares, pouca disponibilidade de banheiros químicos, inexistência de escoramento, escada irregular para acesso a escavação, armazenamento irregular de produtos químicos, etc.).

A contratação pela NE de empresa coordenadora do PAC proporcionará maior reforço na verificação do atendimento aos dois Programas de SST requeridos pelo PBA, já que ambos devem ser alinhados entre OP e OEs. A atuação desta empresa ainda vem de encontro à avaliação de aderência (e alinhamento) das ações aplicadas nesses dois grupos de obras, uma vez que ambos possuem Equipes de SST vinculadas a diferentes Diretorias dentro da NE (de Gestão e Socioambiental).

Condições do Trabalho nas Obras Principais e do Entorno

A inspeção realizada sobre as condições de trabalho e instalações de apoio para os trabalhadores (alojamentos, áreas de vivência, refeitórios, sanitários, áreas administrativas e áreas de apoio nas frentes de serviço de campo avançadas) na Obra Principal, conforme já mencionado desde a etapa de *Due Diligence*, constatou que as mesmas são consideradas muito adequadas e, portanto, compatíveis com as melhores práticas internacionais requeridas pelo PD 02.

No caso específico das Obras do Entorno (OEs), as condições de trabalho são muito variáveis em função do nível de aderência das empresas com os requisitos da legislação brasileira de SST.

Durante a inspeção seletiva dos sanitários, áreas de vivência, alojamentos, áreas administrativas e frentes de trabalho das OEs (ver lista de obras inspecionadas no **Quadro 2.0.a do Anexo 2**), foram evidenciadas condições de trabalho razoáveis, dentro dos limites das exigências legais. Os desvios constatados em campo foram apresentados para a Equipe de SST – OEs e deverão ser reavaliados na próxima visita de monitoramento, quando se espera que a sistemática proposta pela NE para supervisão tenha condições de: i) identificar essas falhas; ii) exigir ações corretivas e preventivas

das contratadas; iii) alimentar uma base de dados para possibilitar a gestão das informações de forma estatística; e, iv) possibilitar a tomada de ações para melhorar o desempenho e a aderência aos requisitos contratuais e legais pelas suas contratadas.

Conforme mencionado, em razão principalmente do baixo nível de capacitação gerencial em SST dessas empresas, associada à inexistência de um processo estruturado de supervisão do cumprimento desses requisitos por parte da NE, poder-se-ia afirmar que há alta probabilidade de o empreendimento estar em desconformidade parcial⁶ com os requisitos de Condições de Trabalho estabelecidas pelo PD 02.

Mecanismos de Reclamações disponíveis aos trabalhadores

Os principais canais de comunicação utilizados no canteiro de obras para recebimento de reclamações, sugestões e críticas continuam em pleno funcionamento. Tratam-se das caixas de sugestões instaladas nas unidades, representante de funcionários, “Canal Aberto – Fale Conosco”, Ouvidoria, Treinamentos Diários de Segurança, além de painéis e panfletos informativos, palestras e campanhas. Verificou-se que os canais de comunicação são divulgados a todos os trabalhadores, inclusive terceirizados que atuam nos canteiros de obras, por meio do Guia de Comportamento do Funcionário do CCBM e durante os treinamentos de integração de novos funcionários.

O Guia de Comportamento do Funcionário do CCBM tem o objetivo de divulgar os valores sociais do consórcio aos trabalhadores, com esclarecimentos sobre as atitudes e comportamento que a empresa espera deles.

Essa iniciativa é muito importante, uma vez que se trata de um contingente de trabalhadores muito heterogêneo, composto de pessoas originárias de todas as partes do país, com hábitos e culturas diferentes que, em alguns casos, se confrontam em termos de padrões de linguagem e atitudes. Nesse documento constam as principais normas de comportamento e formas de agir, como o respeito às diferenças e a não discriminação total de raça, sexo, opção sexual, idade, nacionalidade, cultura, religião, condições físicas, crenças e opiniões. Consta também o alerta para o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, atos que constituem crime; alerta para a intolerância, o assédio moral, a agressão física. Há detalhamentos para outras formas de ação que contribuem para o bom andamento e equilíbrio no ambiente de trabalho.

Como meio de comunicação, a Ouvidoria é um canal que atende manifestações (elogios, sugestões, solicitação de informações, reclamações e denúncias) dos funcionários e subcontratados do CCBM.

As manifestações são recebidas pela Ouvidoria, que assegura total sigilo do relato e da identidade do consultante. As consultas podem utilizar o telefone 0800 ou o endereço eletrônico. O funcionário pode optar por se identificar, e então a Ouvidoria entrará em contato caso necessite de maiores informações ou esclarecimentos e seus dados serão visualizados pelos Ouvidores do CCBM, que analisarão a manifestação; pode se

⁶ Programas de SST requeridos por Lei (PPRA, PCMSO, PCMAT, PAE, PEMPS, PPR, PCA, LTCAT, CAT, CIPA, SESMT, etc.) e respectivos controles estabelecidos.

identificar apenas para os Ouvidores, ficando anônimo para a empresa, ou seja, para a Comissão da empresa que analisa as manifestações; pode ficar totalmente anônimo, não se identificando, mas se quiser pode informar um e-mail para contato, caso sejam necessárias informações adicionais. Em qualquer uma dessas opções, o contato será feito sempre por um profissional da Ouvidoria, que garante que o canal seja idôneo e imparcial.

Outra forma de comunicação, o “Canal Aberto – Fale Conosco”, também é bastante utilizado e aberto a manifestações dos trabalhadores. As formas de organização coletiva dos trabalhadores são reconhecidas pelo CCBM como um canal de negociação válido para as questões relacionadas com o trabalhador, quando estabelecido de acordo com procedimentos legais e sua representatividade seja reconhecida pelos trabalhadores. Foram evidenciadas as ações relacionadas à Ouvidoria e à Responsabilidade Social, recomendando-se que haja continuidade na valorização desse comportamento mais adequado do trabalhador perante seus companheiros, para evitar excessos e prevenir conflitos.

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelos Princípios do Equador, os mecanismos de reclamações na obra principal encontram-se bem organizados e definidos e em conformidade com o PD 02.

PD 03: Prevenção e Redução da Poluição

De maneira geral, os controles ambientais que vêm sendo adotados nas OP têm permitido a minimização dos impactos ambientais associados às atividades construtivas, o que contribui para prevenção da poluição e conservação dos recursos naturais.

Conforme disposto no 1º Relatório de Monitoramento, a conformidade do empreendimento com o PD 03 está intrinsecamente ligada à efetiva implementação das medidas previstas no Programa de Controle Ambiental Intrínseco - PCAI e na legislação. O PCAI, que faz parte do PAC, incorpora medidas de controle de erosão, gestão de efluentes domésticos e industriais e de qualidade da água para abastecimento, e gestão de resíduos sólidos, inclusive perigosos. A abrangência do tratamento das principais emissões das obras, e dos monitoramentos realizados no âmbito do PCAI, foram abordados no **Capítulo 4.0**.

Dentre os principais controles ambientais adotados, destaca-se a operação e manutenção das Estações de Tratamento de Efluentes (ETEs).

Observando os laudos de monitoramento do efluente doméstico de abril a junho, verificou-se que as eficiências das ETEs tiveram grande variação nesse período. A ETE do Sítio Belo Monte, por exemplo, apresentou eficiência de cerca de 90% nos dois primeiros meses, caindo em junho para 76%. A ETE de Pimental, por sua vez, teve eficiência de 67% em abril, caindo em maio para 28%, e recuperando-se em junho para 92%.

Ressalta-se que maio foi um mês de resultados ruins em quase todos os sítios, sendo de 18% a eficiência do tratamento na ETE do Sítio Canais e Diques, e de 39% na ETE compacta do Sítio Bela Vista. Vale ressaltar que neste último a eficiência obtida no tratamento é sempre inferior às dos demais, o que não é tão preocupante, considerando-se que o efluente é transportado de caminhão-pipa para a ETE de Canais e Diques.

Apesar da baixa eficiência no tratamento obtida em alguns casos, a BDO de saída foi sempre inferior a 120 mg/L, atendendo ao limite estabelecido pela Resolução CONAMA 430/2011. No entanto, o CCBM ainda não realiza a comparação com os padrões do IFC, conforme estabelecido pelo consultor independente no Plano de Ação.

Para a ETE compacta do Sítio Bela Vista, no entanto, conforme já mencionado, a *performance* é sempre muito pior do que a das ETEs por sistema de lagoas, resultando em DBOs de saída de 319,5; 356,5 e 382,8 mg/L em abril, maio e junho, acima, portanto, de 120 mg/L. Deve-se garantir, portanto, que esse efluente seja obrigatoriamente encaminhado para tratamento complementar no sistema de lagoas do Sítio Canais e Diques, não sendo lançado diretamente em curso d'água.

Recomenda-se também que nos Relatórios Gerenciais Mensais do PAC e nos RSAP sejam incluídos não apenas os laudos e gráficos com os resultados do monitoramento, mas também uma análise crítica desses resultados, avaliando as causas de oscilações no tratamento e as medidas que estão sendo ou que necessitam ser tomadas para correção.

Ainda com relação ao controle de poluição, conforme já citado, o CCBM tem realizado também o monitoramento de efluentes industriais (SAO, bacias de decantação das centrais de concreto), da água subterrânea, da água bruta captada do Rio Xingu, e da potabilidade da água para consumo.

Em relação aos efluentes industriais, os resultados do tratamento são também analisados em relação aos parâmetros da Resolução CONAMA 430/2011, não incluindo ainda a comparação com os padrões do IFC.

Observando-se os laudos de abril a junho referentes ao monitoramento dos efluentes industriais, vê-se que a maior parte dos resultados é considerada satisfatória por atender aos limites estabelecidos pela CONAMA 430/11. Os laudos que resultaram insatisfatórios dizem respeito ao parâmetro óleos e graxas, que ficaram acima do limite da CONAMA 430/11 em estruturas do Sítio Belo Monte (*Plants* de Combustível I e II e oficina mecânica/rampa de lavagem).

Alguns resultados isolados também merecem destaque. No caso do pH, há efluentes de algumas estruturas, como por exemplo, a central de concreto definitiva e a central de concreto da margem direita do Sítio Pimental, e as centrais de concreto provisória e definitiva do Sítio Belo Monte, com valores de pH entre 8,9 e 9,0, limite superior estabelecido pela legislação. Ainda considerando o pH, há meses em que os valores resultaram muito baixos, como as próprias centrais de concreto da margem direita e definitiva do Sítio Pimental, que em maio tiveram pH de saída igual a 5,0. Isso parece indicar um desajuste na dosagem de produto químico que regula o pH.

No caso dos efluentes das SAO, por exemplo, da oficina mecânica definitiva e da rampa de lavagem de veículos leves dos Sítios Canais e Diques e Belo Monte, e do *Plant* de Combustível pioneiro do Sítio Pimental, os valores de turbidez são bastante elevados. No caso de infiltração desse efluente no solo, isso não representa um problema. No entanto, para outros destinos, como umectação de vias, ou lançamento na drenagem e depois no curso d'água, deve-se avaliar esses valores de turbidez.

Para o controle de emissões atmosféricas realiza-se a umectação das vias para o controle de poeira, e, a partir de maio, também se passou a executar o monitoramento de fumaça preta nos equipamentos das obras (em atendimento a recomendação do consultor independente feita na 1ª missão).

Outro fator de destaque relacionado ao PD 03 refere-se à Gestão de Resíduos Sólidos. De maneira geral, a gestão de resíduos nas obras principais tem ocorrido de maneira adequada. Verificou-se que as frentes de obra e áreas de apoio possuem os recipientes para realização da coleta seletiva devidamente instalados.

Verificou-se que, enquanto não é instalado o incinerador no Sítio Belo Monte (o requerimento de LP e LI foi protocolado na SEMA/PA em 17/05/2013), alguns resíduos perigosos são recolhidos por empresas para destinação final. Materiais contaminados com óleo, resíduos de serviço de saúde e solo contaminado com óleo são transportados até Belém, para incineração. Pneus são coletados e devolvidos aos fabricantes. Óleo lubrificante usado também é recolhido por empresa licenciada para destinação final. Para alguns resíduos ainda não se viabilizou solução de destinação final, como as lâmpadas, que continuam sendo armazenadas no CGR. Há, no Sítio Belo Monte, um modelo experimental de biorremediação para tratamento do sedimento das SAO.

Ainda em relação à gestão de materiais perigosos, foi possível observar que o CCBM tem desenvolvido ações de manejo, destacando-se a disponibilização de kits de mitigação para situações emergenciais e impermeabilização e contenção secundária nos locais de armazenamento de produtos perigosos, além do controle e registro das situações de emergência. A esse respeito, cabe ressaltar que o 2º RSAP informa quais são as ações tomadas pelos funcionários do CCBM em caso de contingências ambientais, no âmbito do PS CCBM 220 22 – Comunicação, Registro, Análise e Investigação de Anomalias de SMS, mas informa que não houve nenhum caso no período de análise.

A maioria das instalações dos canteiros de obras possui características estruturais para evitar a poluição do solo, tais como piso impermeável, contenção secundária e cobertura. Soma-se a isso o estabelecimento de procedimentos operacionais pelo CCBM, no âmbito do seu Sistema de Gestão Integrado, para evitar a ocorrência de poluição durante as atividades construtivas.

Adicionalmente, reforça-se a recomendação de comparar os resultados dos monitoramentos realizados pelo CCBM não apenas com a legislação nacional de referência, mas também com os Padrões de estabelecidos nos *EHS Guidelines* do IFC,

adotando-se o valor mais restritivo entre os dois limites. Ressalta-se que em reunião realizada com representantes do CCBM durante a vistoria de campo de setembro/13, constatou-se que havia dúvidas a respeito de quais eram os padrões do IFC a serem verificados. O consultor independente então reencaminhou à NE em 10/09, para fornecimento ao CCBM, os Padrões de Qualidade Ambiental a serem verificados (que já constavam da *Due Diligence*, no Anexo 6), incluindo tanto aqueles estabelecidos pela legislação brasileira quanto os do IFC.

Toda a discussão acima se aplica às obras principais. Em relação às obras do entorno, conforme informado no 2º RSAP e constatado em campo na vistoria de setembro, a equipe para execução dos procedimentos de inspeção, supervisão e auditoria de meio ambiente e SST das obras do entorno, no âmbito da Superintendência das Obras do Entorno (SOE), foi ampliada, constando hoje com um coordenador e 6 integrantes. Essa equipe já realiza inspeções amostrais nas OE, mas, em relação aos controles ambientais, ainda está sendo desenvolvido, segundo informado pelo coordenador da equipe, um *checklist* com os controles a serem verificados em campo. Recomenda-se que esse *checklist* seja encaminhado o mais rapidamente possível para análise, assim como os procedimentos do Sistema de Gestão relacionados à Supervisão das Obras do Entorno e outros registros a serem gerados nas inspeções de campo.

PD 04: Segurança e Saúde da Comunidade

Riscos Comunitários Associados ao Fluxo Migratório

Para garantir a conformidade do empreendimento em relação aos requisitos do PD 04 relacionados aos riscos associados ao fluxo migratório, foram propostos, no PBA, Planos, Programas e Projetos cujas ações interferem na melhoria da infraestrutura social e urbana, para que os municípios suportem as mudanças atribuíveis às obras. Foram executadas várias obras de reforço de capacidade, conforme descrito no **Capítulo 6.0** (Andamento dos Programas do PBA), com investimentos em saneamento, equipamentos de saúde e educação e em programas de assistência social.

Os programas que atendem ao reforço à infraestrutura de saúde e educação merecem destaque nessa 2ª missão de monitoramento socioambiental independente. Durante a inspeção de campo de setembro foram feitas entrevistas com os gestores municipais dessas áreas, uma vez que houve eleições municipais em 2012 e, na maior parte dos municípios da AID do empreendimento, houve mudanças na equipe de administração.

Foram feitas entrevistas com representantes da Secretaria de Educação de Altamira e de Vitória do Xingu, e Secretaria de Saúde de Altamira e de Brasil Novo. Em todos esses municípios houve eleição de novos prefeitos e gestores das pastas municipais.

Comumente, em situações de empreendimentos como a UHE Belo Monte, os representantes do poder público alegam dificuldades para atender à população residente devido ao grande contingente populacional que se dirige para as localidades afetadas. A Norte Energia havia estabelecido um relacionamento com a antiga administração, que permitia que as ações inerentes ao PBA transcorressem de forma sucessiva. Com as

mudanças ocorridas, geralmente podem acontecer hiatos nessa relação até a adaptação dos novos gestores à situação que se apresenta, principalmente se esses não tinham conhecimento dos fatos que estavam em transcurso.

Pelas entrevistas realizadas foi possível perceber que uma parte dos entrevistados já era atuante na área que passou a administrar, o que deve facilitar a ação tanto do gestor quanto do representante da NE. No entanto, por causa da não familiaridade com as ações desenvolvidas até o momento de sua posse, alguns podem estar equivocados e outros, apesar da familiaridade, podem não aceitar o que foi realizado até o momento.

Um exemplo disso é a postura do representante da educação de Altamira, que colocou dificuldades em aceitar algumas soluções propostas, principalmente em relação à localização de unidades que foram reformadas e ampliadas, assim como colocou dificuldades de aceitação das reformas que ainda terão que ser liberadas pela Secretaria para que a NE conclua as obras que foram previstas. Existem sete projetos de escolas em análise para aprovação pela Prefeitura, que foram considerados inadequados pelos representantes da secretaria.

Outra questão colocada pelos entrevistados foi a proposta de ampliação em algumas unidades já entregues, consideradas desnecessárias pelos mesmos, em detrimento de outras unidades que estão pressionadas pela demanda que emergiu com relocações e mudanças da população para bairros mais centrais, ou mesmo a saída de população da área rural, congestionando a sede do município.

Esse mesmo congestionamento é alegado pelo representante da saúde de Altamira. Sua alegação é de que a população cresceu 50% desde o início do empreendimento, e, segundo sua experiência (o secretário é nascido e criado na cidade), as unidades construídas e reformadas pela NE foram adequadas, mesmo porque ele acompanhou as obras desde o início, pois era representante da saúde em nível estadual. Outro problema que colocou foi da mão de obra especializada, muito embora constatando que o empreendimento trouxe especialistas para o município, como, por exemplo, profissionais de enfermagem, que em outras ocasiões eram escassos. No entanto, o problema de falta de profissional médico ainda persiste, porque é uma mão de obra extremamente escassa.

Os demais representantes entrevistados, dos municípios de Vitória do Xingu e Brasil Novo, também são da área em que foram atuar e demonstraram conhecimento e familiaridade com as ações da NE. Não houve alegações de demanda maior do que a oferta de serviços nessas duas localidades. As alegações da representante de Vitória do Xingu foram para que a NE realize as ações que propôs para reciclagem de professores nas próprias localidades municipais da AID e não em Altamira, como foi proposto pela empresa.

Em Brasil Novo, a representante da saúde colocou dificuldades não relacionadas com o empreendimento, e sim à própria estrutura de sua pasta e ao escasso repasse que o governo federal faz para as municipalidades.

O que foi possível depreender dessas entrevistas foi a necessidade de que os representantes da NE das áreas da educação e saúde, assim como os coordenadores dos programas diretamente ligados a elas, sejam municiados com informações e argumentos que permitam contrapor as alegações desses gestores, principalmente no que diz respeito ao fluxo populacional.

Ambos os gestores da educação têm conhecimento da análise de suficiência que é feita para as unidades. Não é feita análise de suficiência para as unidades de saúde, com a alegação da disposição ministerial sobre a atenção básica (Portaria Nº 2.488, de 21 de Outubro de 2011- Aprova a Política Nacional de Atenção Básica).

A análise de suficiência para as unidades de educação é feita para o total de unidades de cada categoria de ensino e a quantidade de alunos, salas de aula e turmas, demonstrando que há superávit no total de alunos matriculados, unidades escolares e quantidade de salas de aula em relação à demanda estimada com base nas projeções demográficas. Essa argumentação mostrou-se insuficiente perante os representantes da secretaria de educação de Altamira, uma vez que a contra argumentação é de que algumas unidades estão congestionadas por causa da sua localização.

Em uma análise geral sobre o histórico de informações das unidades de ensino de Altamira foi possível verificar que em algumas houve decréscimo de alunos ao longo do período de 12 meses (agosto de 2012 a agosto de 2013) e em algumas houve aumento significativo. Em uma breve verificação constatou-se que nesse período houve decréscimo de quantidade de alunos matriculados em várias unidades e, entre elas, as que mais perderam alunos foram: EMEF Anísio de Araújo Uchoa e EMEF Profª Nair de Nazaré Lemos, Instituto Tecnológico Educacional Getúlio Vargas (Ensino Fundamental e Médio) e Escola Polivalente de Altamira (Ensino Médio), com perdas acima de 140 alunos em cada uma, no período.

Por outro lado, várias escolas aumentaram a quantidade de alunos matriculados e, entre elas, as que tiveram maior aumento foram: Creche Irmã Serafina, Creche Ruth Passarinho, Crescimento, Girassol, Jardim Primavera, que são Escolas de Educação Infantil, com aumento de mais de 70 alunos em cada uma no período analisado. No Ensino Fundamental, as unidades que tiveram aumento na quantidade de alunos foram as escolas Carlos Leocárpio Soares, Esther de Figueiredo Ferraz, Mário Santana, Prof. Antônio Gondin Lins, Profª Rilza Maria de Moura Acácio, com aumento de mais de 100 alunos em cada, em algumas até mais de 300.

A análise dos dados quantitativos cruzada com localização geográfica dessas unidades permitirá aferir em que bairros esse fenômeno ocorreu com mais representatividade. Por esse motivo, recomenda-se que seja feita essa análise, para verificar se em alguns bairros a pressão populacional está interferindo mais do que em outros e se as obras que ainda serão realizadas mitigam essa pressão. Essa avaliação permitirá fornecer subsídios à equipe da NE para continuar acompanhando e avaliando as soluções criadas até agora para o setor.

Estas informações serão úteis também para as equipes de reassentamento rural e urbano, que estão apresentando as propostas de reassentamento de áreas remanescentes, reassentamento rural coletivo e reassentamento urbano coletivo, e para a equipe que está elaborando os projetos dos loteamentos que serão implantados na sede de Altamira, e que devem prever áreas com destinação de uso institucional e construção de equipamentos.

Outros programas acompanham o afluxo populacional causado pelo empreendimento e são os programas de acompanhamento e monitoramento social, por intermédio do Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante, no âmbito do Plano de Relacionamento com a População, e do Programa de Acompanhamento Social, como parte do Plano de Atendimento à População Atingida.

Até o momento de elaboração do 2º RSAP, a NE verificou que os Municípios da AII têm sido atendidos satisfatoriamente pelo Balcão Móvel (Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante), não sendo observada, portanto, a necessidade de implantação dos demais Balcões previstos no cronograma. Estes somente serão implantados caso se verifique um aumento de fluxos migratórios nessas localidades, verificação a ser apontada pelo Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4).

O órgão executor do programa ressalta que, até o momento, não há qualquer confirmação de afluxo para esses municípios por conta da UHE Belo Monte, pois, quando o Balcão Móvel está presente nessas localidades, o número de cadastros é pouco significativo.

No caso de Vitória do Xingu, foi observado que o movimento de pessoas limita-se aos canteiros de obras. A sede municipal, por sua vez, não apresenta afluxo populacional por conta das obras da UHE Belo Monte. No caso de Anapu, o aumento populacional não se restringe à atração pelo empreendimento, mas a inúmeros fatores, dentre os quais o significativo número de Projetos de Assentamentos do INCRA, e mesmo movimentos políticos que atraem moradores ao município.

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelos Princípios do Equador, os Riscos Comunitários Associados ao Fluxo Migratório vêm sendo monitorados e gerenciados, considerando-se, portanto, que há conformidade em relação a esse aspecto.

Segurança da Comunidade

Conforme relatado anteriormente, não há indicações de que as Obras do Entorno estejam alinhadas com as diretrizes aplicáveis estabelecidas no *Projeto de Segurança e Alerta*, justamente por não existir um acompanhamento por parte da NE. Cabe lembrar que algumas das obras referem-se à implantação de saneamento, onde deverá ocorrer uma interface muito grande com a comunidade.

No conjunto de responsabilidades da OP, o CCBM mantém diversas ações que têm como objetivo controlar os riscos relacionados à interação com a comunidade nas áreas

onde atua. Com o aumento da circulação de veículos ao redor da obra, torna-se imprescindível a integração das ações com as demais contratadas.

Nesse sentido, a implantação de um robusto conjunto de ações para minimizar a ocorrência de acidentes de transporte continua sendo um requisito urgente que não se encontra atendido, descumprindo, portanto, o prazo estabelecido para o mesmo no Plano de Ação (antes do 1º Desembolso Financeiro), estando o empreendimento em desconformidade com os requisitos legais aplicáveis (EIA) e contratuais (PD 04).

Saúde da Comunidade

A saúde da comunidade está sendo acompanhada pelo Plano de Saúde Pública (8), desmembrado no Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde (8.1), Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças (8.2) e Programa de Ações para o Controle da Malária (8.3). As ações do Programa 8.1 têm atendido às metas e ao cronograma propostos no PBA reformulado.

As obras de reforma, ampliação e construção das estruturas de saúde foram concluídas e equipadas, assim como os Núcleos de Vigilância (NUVS). Os hospitais estão com os projetos executivos em fase de aprovação pelas municipalidades, e foram evidenciadas as obras em início desta unidade em Altamira e contratação em andamento para Anapu.

Quanto à estruturação das equipes de saúde, a Norte Energia cumpriu com a previsão estipulada pela Nota Técnica NE-DS-SSE-0019-NTPSP, e formou cinco equipes em Altamira, cinco em Vitória do Xingu e uma em Anapu. Segundo o 4º Relatório Consolidado, o quadro atual em Altamira está acima da necessidade do município, uma vez que há uma equipe adicional que foi implantada diante do planejamento de quatro unidades.

Outras atividades também tiveram continuidade: Apoio à assistência traumatológico-ortopédica; Incentivo à assistência à saúde nos municípios da AID (recurso financeiro); Atividades educativas para a promoção da saúde em parceria com a SESPA e CCBM; e Participação na Câmara Técnica da Saúde do PDRS do Xingu.

O apoio às Secretarias Municipais de Saúde no fortalecimento dos seus Núcleos de Vigilância em Saúde (NUVS) tem se mantido. O sistema de informações está sendo alimentado adequadamente, tanto pelos funcionários da SESPA, quanto pelos funcionários do CCBM, no âmbito do canteiro de obras da usina.

O Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças (8.2) vem desenvolvendo várias ações de vigilância, prevenção e controle de doenças, por meio das Secretarias Municipais de Saúde, nas respectivas localidades, e pelo CCBM, nos canteiros de obras da UHE.

O 10º CRS/SESPA elaborou um Plano de Ação para o Enfrentamento da Dengue, que foi colocado em prática no período chuvoso, compreendido entre dezembro de 2012 e abril de 2013, considerado crítico para a incidência da doença na região.

O quadro de registro de dengue nos municípios da AID da UHE Belo Monte e em Pacajá, no período de janeiro a junho de 2013, foi muito positivo, com a redução de 66% na incidência. Em relação à transmissão da Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) nos municípios da AID em Pacajá, houve decréscimo de 41,5% no período.

Uma grande preocupação do Ministério da Saúde é a prevenção e controle das hepatites virais no âmbito do sítio construtivo da UHE Belo Monte, e, por esse motivo, foi realizado, em abril de 2013, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde do Pará, Norte Energia e Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), um amplo inquérito sorológico em aproximadamente 7.000 trabalhadores dos canteiros de obras para detecção da incidência das hepatites virais. O resultado desse inquérito está sendo aguardado, para que se avalie a necessidade de medidas de controle específicas.

De forma geral, a incidência da AIDS também está estável, exceto nos municípios de Altamira e Pacajá, que concentraram a transmissão, com registro de 15 casos do total de 17 casos ocorridos na região.

Quanto ao monitoramento de vetores de malária, conforme previsto no cronograma de atividades do PBA, o Instituto Evandro Chagas (IEC) executou mais duas etapas do programa (5ª e 6ª), em fevereiro e junho de 2013, respectivamente.

De modo geral, a implantação do Programa de Ações para o Controle da Malária (PACM) (8.3) contribuiu para a redução em 74,6% dos casos de malária na região da AID da UHE Belo Monte, no primeiro semestre de 2013, em relação ao mesmo período de 2012. Os índices de gravidade de malária, a quantidade de óbitos (nenhum até dezembro de 2012) e internações, tiveram seus números reduzidos. Segundo informações do programa, houve redução em 39,2% dos casos de malária na AID, principalmente a partir do mês de abril de 2013.

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelos Princípios do Equador, mais especificamente com os requisitos do PD 04, o programa encontra-se em conformidade.

Utilização de Serviços de Vigilância / Seguranças

No projeto Belo Monte, o risco à comunidade associado aos serviços de vigilância está dividido da seguinte forma:

- Obra Principal: existem duas empresas de vigilância contratadas pelo CCBM (SERVSAN e PROSEGUR), desarmadas, que dividem as atividades entre todas as áreas dos sítios sem critério fixo, apesar de cada sítio possuir um coordenador por canteiro. Além dessas duas empresas privadas, a Força Nacional mantém equipe fixa (e alojada) em cada um dos sítios, sendo esta equipe a única armada em todos os sítios. A presença da Força Nacional fez-se constante após a série de invasões indígenas em maio de 2013;

- Centro de Resgate de Fauna e Flora: a NE mantém contrato com a empresa SERV SAN, neste caso armada, com presença de 2 (dois) funcionários em turnos de 12 x 12 horas, revezando-se com outra dupla a cada 15 (quinze) dias;
- Escritório da Norte Energia, em Altamira: a NE mantém equipe de vigilância armada no escritório antigo, onde a empresa permaneceu instalada até setembro de 2013, e também no novo escritório; e,
- Obras do Entorno: cada obra do entorno possui sua própria equipe de vigilância, não tendo sido constatada, durante as inspeções de monitoramento, alguma que fosse armada. Os contratos são variados, incluindo pessoas alojadas para a segurança noturna, porteiro e vigia noturno.

No caso da OP, não há critério definido para se garantir acesso nos sítios, apesar da necessidade. Atualmente, cada sítio possui sua regra de acesso, apesar de parecidas: anotação do condutor e veículo; e falta de registro do ingresso de visitantes (exceto no Sítio Pimental, conforme constatado na visita de campo de julho de 2013).

Após as invasões de maio de 2013, o CCBM decidiu alterar o *layout* das portarias de acesso aos sítios. No monitoramento de setembro, pôde-se constatar a portaria do Sítio Canais sendo reformada.

Com relação à forma de atuação dessas equipes, e principalmente o alinhamento entre elas (SERV SAN, PROSEGUR e Força Nacional), não ficou evidenciado em reunião realizada no Sítio Belo Monte que existe um procedimento de conduta. Portanto, não foi evidenciada a existência de uma Política de Segurança Patrimonial ou de procedimentos voltados à conduta em casos de conflito com a comunidade ou situações de emergência.

Nesta oportunidade não foram analisados o contrato de prestação de serviços e treinamentos específicos, o que certamente será objeto de verificação na 3ª missão de monitoramento.

Em termos de risco para a comunidade, essa questão assume importância diante da informação de que o efetivo armado permanece na parte externa dos prédios e canteiros, ficando dentro das edificações e canteiros apenas os guardas desarmados.

Pelos motivos aqui expostos, recomenda-se que a NE mobilize todas as contratadas no sentido de padronizar e alinhar as normas de relacionamento com trabalhadores e com a população.

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelos Princípios do Equador (Padrão de Desempenho PD 04 do IFC, parágrafos 12 a 14), o projeto encontra-se em não conformidade.

Preparação e Resposta de Emergências

Ainda na esfera do *Projeto de Segurança e Alerta*, existe a necessidade da NE implantar uma série de medidas de aplicáveis ao gerenciamento de emergências envolvendo a comunidade (PD 04). No caso da OP, podem-se constatar diversas ações implantadas

pelo CCBM, conforme detalhado anteriormente no **Capítulo 4.0**. O CCBM conta com um Plano de Atendimento a Emergências (PAE) adequadamente implantado, porém como foco no público interno. A única pendência relaciona-se justamente com a ausência de preparo para emergências relacionadas à comunidade.

No caso das OEs não há evidências documentadas de que as diretrizes do *Projeto de Segurança e Alerta* estejam sendo fielmente implantadas, segundo especificado neste projeto aprovado pelo IBAMA para o empreendimento e que é objeto de monitoramento periódico pelo Consultor Socioambiental Independente.

Diante desta situação, recomenda-se que a NE, no âmbito do *Projeto de Segurança e Alerta*, estabeleça diretrizes para o estabelecimento de regras entre as diversas contratadas (inclui-se aqui o CCBM, as OEs, as executoras dos programas do PBA, a operadora do STE e todas as outras) e de seus próprios funcionários para alinhar as ações de atendimento de eventuais emergências envolvendo a comunidade.

PD 05: Aquisição da Terra e Reassentamento Involuntário

Tipologia de Pessoas Afetadas

O Plano de Atendimento à População Atingida é composto por um conjunto de Programas e Projetos que busca atender à população afetada (interferida) pelo projeto.

A atividade básica que integra esse conjunto de Programas e Projetos é o Cadastramento, nesse caso, constituindo-se do Cadastro Fundiário, Cadastro Físico e Cadastro Socioeconômico.

Segundo o 4º Relatório Consolidado, entre janeiro e junho de 2013 foram concluídos o cadastro fundiário e socioeconômico da área urbana e rural, e o cadastro físico da área rural, necessitando de revisões para a avaliação patrimonial e nas ocupações das ilhas e para quase totalidade da área urbana. Na área rural, o processo de aquisição continua a gerar demandas para o projeto de Reorganização de Remanescentes, processo que deverá continuar no segundo semestre de 2013. A conclusão do cadastro socioeconômico permitiu melhor definição dos quantitativos e características socioespaciais das famílias.

Segundo a NE, com a finalização do cadastro socioeconômico encerra-se a etapa de identificação e caracterização das famílias. Esse cadastro orienta as ações do Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social e, em particular, identifica os casos de vulnerabilidade social e/ou risco pessoal que recomendam o atendimento das famílias pelo Projeto de Atendimento Social e Psicológico. Os trabalhos desses projetos encontram-se em andamento tanto na zona urbana como na zona rural. A maior parte das recomendações identificadas e consequentes encaminhamentos para atendimento já foi realizada, incluindo os atendimentos feitos por meio dos convênios com as prefeituras de Altamira e Vitória do Xingu.

Avaliação de Aspectos Legais do Reassentamento

O empreendimento foi considerado em conformidade com relação aos aspectos legais do reassentamento.

Arranjo Institucional para o Reassentamento Involuntário

No período, teve continuidade a política da NE em buscar a negociação amigável nos processos de desapropriação. Ainda persiste a apresentação de alternativas de locais de reassentamento para as famílias remanescentes da Vila Santo Antônio, uma vez que as mesmas não aceitaram as propostas feitas pela NE. Foi apresentada uma nova gleba, localizada nas proximidades da Vila dos Trabalhadores, que está sendo avaliada pelos interessados. Cabe indicar que parte dessas famílias é acompanhada e aconselhada pela Defensoria Pública. Também tem continuidade a procura de áreas para as famílias que optaram pelas cartas de crédito/reassentamento assistido.

As ações do Projeto de Reassentamento Urbano Coletivo estão, agora, diretamente ligadas aos resultados da identificação e aquisição das cinco glebas consideradas como necessárias para o reassentamento, bem como os atributos técnicos dessas áreas para fins de definição de seus projetos.

Foi contratada empresa especializada – Diagonal Urbana – para realização dos laudos de avaliação e condução do processo de negociação. Na época de realização da 2ª missão de monitoramento, a equipe desta empresa estava ajustando o cadastro da população interferida da área urbana. Foi apresentado para análise o plano de trabalho da empresa, tendo-se verificado que o mesmo está de acordo com as metodologias adotadas para esse tipo de trabalho.

Os Serviços Técnicos Especializados de Agrimensura para o Reassentamento Rural Coletivo (RRC) estão em fase final de contratação. Essa contratação contempla os serviços topográficos de levantamento planialtimétrico da área, demarcação do perímetro, bem como o levantamento cadastral da área interna, incluindo áreas de preservação permanente – APP, córregos, estradas, benfeitorias, várzeas, entre outros.

Encontram-se também em fase final de contratação os serviços de perfuração dos poços, construção de cercas nos perímetros dos lotes e construção de galpão comunitário.

Plano de Ação para Compra de Terras e Reassentamento (RAP)

O empreendimento ainda pode ser considerado em conformidade em relação a este aspecto. Embora na missão anterior não existisse um documento síntese denominado Plano de Ação de Reassentamento – PAR (em inglês *Resettlement Action Plan* - RAP), com o resumo de todas as ações do Plano, e seguindo o roteiro sugerido pelo IFC e Princípios do Equador para o PAR, foi elaborado um plano preliminar. A elaboração desse documento foi solicitada no Plano de Ação da *Due Diligence* de Dezembro de 2012, tendo sido considerado que as informações e critérios a comporem tal documento

encontravam-se dispersos em vários relatórios e deveriam ser incluídos em um documento reduzido para facilitar a consulta e divulgação.

O Plano de Ação do Remanejamento das Famílias Interferidas em Áreas Rurais e Urbanas na UHE Belo Monte (assim denominado pela equipe que o elaborou) foi considerado ainda preliminar, pois inclui os procedimentos para a área rural, faltando incluir os procedimentos para a área urbana.

Recomenda-se que esses procedimento sejam incluídos, o que complementar o PAR e atenderá tanto ao Plano de Ação quanto às recomendações da 1ª missão de monitoramento. Sugere-se que sejam incluídos os procedimentos expostos no plano de trabalho da empresa Diagonal Urbana e os expostos pelo Projeto de Reassentamento Urbano (4.4.3), evidenciados na 2ª missão de monitoramento.

Cadastro Físico de Propriedades e Benfeitorias

Os Programas de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias, tanto rurais como urbanas, integrantes do Plano de Atendimento à População Atingida, contemplam a execução de cadastramento físico de todos os imóveis a serem afetados. Já foi constatada a conclusão deste cadastro. Foi contratada empresa especializada – Diagonal Urbana – para realização dos laudos de avaliação e condução do processo de negociação.

Cadastro Socioeconômico

O Cadastro Socioeconômico (CSE) é também parte integrante dos Programas de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias, tanto rurais como urbanas. Foi constatado que o Cadastro Socioeconômico da UHE Belo Monte foi concluído.

Procedimentos de Valoração e Pagamento de Indenização de Terra e Benfeitorias e Indenização do Deslocamento Econômico

Os Procedimentos de Valoração e Pagamento de Indenização de Terra e Benfeitorias e Indenização do Deslocamento Econômico estão contemplados no Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias, tanto rurais como urbanas, integrantes do Plano de Atendimento à População Atingida. A valoração dos imóveis e benfeitorias segue normatização consagrada e as benfeitorias são indenizadas por valores de reposição e todos os valores negociados com os atingidos têm um valor mínimo de referência para as moradias, de maneira a permitir a reposição para um imóvel com condições satisfatórias.

Medidas de Assistência à Relocação e Implementação das mesmas

Medidas de Assistência à Relocação constam dos Programas e Projetos integrantes do Plano de Atendimento à População Atingida. Os programas propostos estão conformes com os requisitos de assistência aos afetados por relocação compulsória tanto nas áreas rurais como urbanas. Por recomendação contida no relatório de *Due Diligence* de

dezembro de 2012, a implementação dos diversos programas de apoio e assistência deveria ser relatada em uma Seção do PAR, para facilitar a consulta e o acompanhamento em relação aos Princípios do Equador. Esta recomendação será atendida no relatório final do PAR, em fase de elaboração.

Medidas de Restituição de Meios de Vida

As Medidas de Restituição de Meios de Vida também constam em Programas e Projetos integrantes do Plano de Atendimento à População Atingida. Os programas propostos estão conformes com os requisitos de restituição dos meios de vida dos afetados por relocação compulsória tanto nas áreas rurais como urbanas. Por recomendação contida no relatório de *Due Diligence* de dezembro de 2012, a implementação dos diversos programas de apoio e assistência deveria ser relatada em uma Seção do PAR, para facilitar a consulta e o acompanhamento em relação aos Princípios do Equador. Esta recomendação será atendida no relatório final do PAR, em fase de elaboração.

Opções de Reassentamento e Implementação das mesmas

O empreendimento está em conformidade com relação a este aspecto do PD 05. Os Programas de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias, tanto rurais como urbanas, integrantes do PBA, contemplam Matrizes com Critérios de Elegibilidade. A implementação das mesmas foi verificada e considerada em conformidade no monitoramento realizado com a apresentação dos Projetos de Reassentamento Rural e Urbano e na demonstração de documentos que as evidenciam.

Medidas para Comunidades Hospedeiras (do Reassentamento)

O empreendimento está em conformidade também em relação a este requisito. Foram adquiridas cinco glebas para atendimento à população que optar por reassentamento urbano coletivo. Todas as áreas estão localizadas em zonas de expansão urbana, ao lado de bairros já existentes, perto de infraestrutura física e social.

Quanto à infraestrutura de saúde e educação, como parte das ações antecipatórias, a NE vem executando obras que estão em andamento em todo o município, em diversos níveis: concluídas, em andamento, em contratação, em elaboração, a depender de análises de suficiência, e em vários bairros, inclusive próximas a essas áreas potenciais.

Está em andamento a elaboração dos projetos de loteamento dessas áreas, com a gleba Jatobá bastante adiantada para futura ocupação. Nessa gleba estão expostas as casas modelo, que estão sendo visitadas pela população interferida da área urbana. Embora tenha havido algum contratempo em relação a essas unidades, que apresentaram algumas rachaduras no transcorrer das obras de terraplenagem do loteamento, as mesmas foram consideradas superficiais e prontamente recuperadas pela empresa, segundo informações da SAF.

Estruturação de equipe para compra de terras e implantação do RAP

A estruturação da equipe foi considerada conforme. Existe uma equipe interna da NE, que dispõe de contratos com empresas especializadas para a implantação de todos os Programas e Projetos, e que se apoia em empresas especializadas contratadas.

Laudos de Avaliação

Este aspecto foi considerado conforme. O Caderno de Preços rurais considerou o preço da terra nua com base em valores de mercado negociados na região. As benfeitorias estão sendo avaliadas por valor de reposição.

Foi apresentada ao IBAMA a versão atualizada do Caderno de Preços de Benfeitorias Não Reprodutivas (construções e instalações), Benfeitorias Reprodutivas (produções vegetais) e terra nua. Por força de uma revisão metodológica e de ajustes determinados pelo mercado, alguns valores praticados no caderno de preços anterior (2011) tiveram alteração, tais como terra nua e materiais de construção de moradias, para os quais os preços foram reajustados a maior e a cultura do cacau tipo tecnificado, reajustado a menor. Com relação à revisão do valor praticado para fins indenizatórios da lavoura cacaueira tipo tecnificada, a Norte Energia encaminhou ao IBAMA a CE 053/2013, de 25 de abril de 2013, com a proposta de critério a ser adotado.

Efetivação do Pagamento das Indenizações

Segundo documentação e as alternativas de reassentamento verificadas no monitoramento, a agrovila Santo Antônio era uma comunidade localizada no Município de Vitória do Xingu, onde residiam pescadores, agricultores, ribeirinhos, comerciantes, entre outros, tendo sido uma das primeiras áreas impactadas pela UHE Belo Monte por encontrar-se no polígono do canteiro de obras. A Norte Energia cadastrou 252 imóveis existentes no local, contendo 257 famílias. Dessas famílias cadastradas nos referidos imóveis, apenas sete optaram por Reassentamento Coletivo, e outras sete optaram por Relocação Assistida (Carta de Crédito). Os demais 238 processos de aquisição dos referidos imóveis foram concluídos mediante indenização em dinheiro. Das 12 famílias optantes por relocação assistida, 11 foram beneficiadas pela carta de crédito urbana e um morador da Vila Santo Antônio, também cadastrado no CSE como meeiro em propriedade rural, foi, nesta condição, beneficiado com o tratamento de relocação assistida rural.

Até o momento de elaboração do 4º Relatório Consolidado, foram formalizadas 348 adesões pela relocação assistida. Desse quantitativo total, 330 adesões foram de famílias residentes em áreas rurais, outras 14 adesões foram de famílias residentes em áreas urbanas e 04 adesões foram de famílias portadoras de cuidados especiais.

Do total de 330 negociações pelo procedimento de relocação assistida, 239 negociações já foram realizadas. Outros 91 encontravam-se em fase de negociação ou prospecção de áreas. Do total de 239 famílias que já formalizaram a aquisição das áreas pelo

instrumento de relocação assistida, 148 delas já estavam recebendo os serviços da Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES).

Entre as famílias que adquiriram ou estão em processo de aquisição de áreas, um percentual médio de 70% selecionou áreas com a lavoura cacaueteira já implantada, aspecto que facilita seu processo de reinserção produtiva e econômica no mercado. A média de pés cultivados em cada área é de 5.229. A presença da lavoura cacaueteira nos sítios foi um fator decisivo na seleção de áreas, mesmo quando essas se encontram abaixo do módulo fiscal, sendo um dos fatores que possibilita a reinserção econômica dessas famílias no mercado. Foram evidenciados dois casos de relocação assistida e de acompanhamento técnico nessa 2ª missão de monitoramento.

O procedimento adotado na aquisição de áreas rurais – já em curso - prevê o pagamento antes da desocupação do imóvel. Todos os aspectos foram considerados em conformidade.

Divulgação e Consulta Pública

Esses procedimentos existem, integram o Programa de Comunicação Social, e estão em desenvolvimento em conformidade com o Padrão de Desempenho.

Atendimento a Reclamações

Conforme já descrito nos relatórios anteriores, a NE dispõe de procedimento para registro de reclamações, porém o mesmo não contempla duas instâncias. Foi recomendado que o mecanismo existente fosse revisto, de maneira a registrar as respostas e providências tomadas quando do recebimento de reclamações, e que fosse formalizada no processo uma segunda instância para reclamações. A NE alegou que está em formação de um Comitê Interno de Comunicação Social da Diretoria Socioambiental, cuja atribuição não está definida e não deixa claro que a sua finalidade é funcionar como a segunda instância de atendimento. A composição do Comitê, com representantes da NE, das empresas executoras, coordenadoras e gestoras de programas e das gerências de coordenação técnica, com a finalidade de integrar os planos e programas do PBA no esforço de identificar e sistematizar a oferta e demanda de informações para as ações de comunicação no âmbito da Diretoria Socioambiental, pode não se mostrar a mais adequada para manter uma análise isenta e independente em situações em que as respostas da NE não traduzam as expectativas e/ou não satisfaçam as necessidades de informação dos demandantes. Por este motivo, a recomendação anterior foi mantida, tendo-se dado um novo prazo para o seu atendimento (ver Quadro 7.0.a no Capítulo 7.0).

Documentação e Auditoria

Este aspecto foi considerado conforme. O acompanhamento do Plano de Atendimento à População Atingida é feito pelo IBAMA, com relatórios consolidados a cada seis meses.

Monitoramento Pós-Relocação

Conforme já descrito no relatório de *Due Diligence* de Dezembro de 2012, o IBAMA acompanha a execução do Plano de Atendimento à População Atingida como um todo. Está previsto o acompanhamento social da população, porém os relatórios relatam o andamento da execução dos Programas e Projetos, não existindo um relatório síntese. Foi recomendado que fosse elaborado um relatório síntese *Ex-post* dos afetados.

Segundo informações da SAF, as famílias que ocupavam as áreas necessárias aos canteiros e obras do projeto foram indenizadas e acompanhadas até sua mudança efetiva. Os dados sobre o processo de negociação estão em parte no setor jurídico da NE e em parte em anotações da equipe da SAF. Já foi solicitado pela consultoria independente que essas informações fossem recuperadas para compor um relatório, porém todos alegam ser impossível, considerando o tempo decorrido. Existe essa pendência no Plano de Ação e essa solicitação foi reiterada, dando-se um novo prazo para seu atendimento (ver **Quadro 7.0.a** no **Capítulo 7.0**).

A outra recomendação feita, com base no PT 4933/2013 do IBAMA, que talvez auxilie na recuperação dos dados para atendimento à recomendação anterior, refere-se à apresentação da documentação encaminhada ao órgão, que solicita o quantitativo e perfil das famílias das áreas rurais adquiridas e a adquirir.

Quanto ao item específico de monitoramento pós relocação, foi verificado que o Programa de Acompanhamento Social (4.6), por meio do Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2) e do Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs (4.6.1), contém as informações sobre a situação anterior e atual desses afetados. O Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar (4.2.1) acompanha as famílias que já foram reassentadas. A consolidação das informações contidas nesses diferentes projetos poderá concretizar o atendimento ao Plano de Ação e às recomendações pendentes.

Recomenda-se, portanto, que sejam cruzadas e analisadas as informações dos projetos mencionados, para que se obtenha a consolidação dos dados da população já indenizada e relocada até o momento.

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelos Princípios do Equador, as formas de atendimento ao PD 05 encontram-se em conformidade.

PD 06: Preservação da Biodiversidade e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais

No *Relatório de Avaliação Socioambiental - Due Diligence* (julho de 2012) constam recomendações visando ao atendimento do PD 06, inclusive como parte do Plano de Ação. Essas recomendações são referentes a aspectos da linha de base biológica, dos programas de mitigação e gestão, e dos programas de compensação. As recomendações ainda pertinentes são reapresentadas nos **Capítulos 7.0** e **8.0** do presente relatório.

Ainda em relação aos programas de mitigação e gestão, bem como aos de compensação, são apresentadas a seguir algumas considerações sobre o andamento e os resultados obtidos por estes programas, principalmente no que diz respeito a espécies ameaçadas de extinção, endêmicas e novas para a ciência.

Em relação à flora, o *Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora* tem promovido o resgate de indivíduos e propágulos vegetais das áreas alvo de supressão da vegetação necessária para a execução das obras de apoio. Grande parte dos materiais tem sido reintroduzida em fragmentos no entorno, porém não é feito um acompanhamento de sua sobrevivência. As espécies ameaçadas também são alvo dos resgates deste projeto, porém, em seus relatórios semestrais não são listadas as espécies ameaçadas coletadas. É informado, no 2º Relatório Consolidado de Andamento do PBA, que haviam sido feitos 124 novos registros de espécies em relação ao EIA, o que corresponde a cerca de 12% do levantado pela linha de base. No entanto, esses dados não foram atualizados nos 3º e 4º relatórios e tampouco foi apresentada a lista dessas espécies. Sete prováveis espécies novas foram registradas por este projeto.

Das 16 espécies-alvo do *Projeto de Formação do Banco de Germoplasma*, 13 são consideradas ameaçadas de extinção. Para apenas uma dessas 13 espécies, ainda não foram marcadas matrizes para coleta de sementes e avaliação fenológica. Este projeto já produziu mudas de seis das espécies-alvo ameaçadas.

No âmbito do *Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme*, *Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais* e *Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques*, é informado o registro de 27 espécies com algum grau de ameaça de extinção, sendo apenas uma criticamente em perigo (*endangered*) e duas em perigo (*critically endangered*). Dezesete destas não haviam sido registradas pelo EIA. Nestes monitoramentos, tem sido identificado um número considerável de espécies (cerca de metade do total) que não haviam sido listadas pelos estudos realizados para o EIA. Não foi registrada nenhuma espécie nova ou provável nova nestes três estudos.

Já em relação ao *Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras*, é relatado que não foi encontrada nenhuma espécie ameaçada de extinção para o componente arbustivo-arbóreo e não é mencionado se alguma das espécies de Podostemaceae é considerada ameaçada. Cerca de metade dos registros para o componente arbustivo-arbóreo não havia sido amostrada pelo EIA. Para o componente das Podostemaceae, o número de espécies identificadas para a área de influência da UHE Belo Monte aumentou de dois para oito, sendo que essas duas espécies indicadas pelo EIA ainda não foram encontradas por este monitoramento.

Dessa forma, verifica-se que o número de espécies da flora registradas na área de influência do empreendimento tem aumentado significativamente com o desenvolvimento dos estudos do PBA, inclusive o de espécies com algum grau de ameaça. No entanto, a maior parte dessas não é considerada em perigo ou criticamente em perigo. Ressalta-se novamente que, para o *Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora*, devem-se indicar as espécies ameaçadas de extinção encontradas,

bem como os novos registros de espécies em relação ao EIA, informando seus nomes científicos.

Sete prováveis espécies novas para a ciência foram relatadas e uma está atualmente sendo descrita por uma especialista taxonômica. Devido ao registro pontual desta última, será necessário envidar esforços para buscar novas localidades de ocorrência, de maneira a assegurar que o empreendimento não promova a sua extinção. Para as sete prováveis espécies novas detectadas, é altamente desejável que sejam envidados esforços para a sua confirmação taxonômica, para que, da mesma forma, seja avaliada a necessidade de se realizar buscas para ampliação de sua área de ocorrência.

Por fim, reforça-se que é importante que se apresentem as informações sobre endemismos e distribuições restritas das espécies registradas pelos estudos do PBA e do EIA, conforme já solicitado ao empreendedor.

As campanhas de monitoramento da fauna terrestre realizadas nos módulos RAPELD como parte do Programa de Conservação da Fauna Terrestre e do Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea, cujas campanhas encontram-se de acordo com o cronograma, não detectaram até o momento a existência de espécies novas para a ciência ou processos ecológicos únicos. As espécies registradas durante as campanhas de monitoramento realizadas até o momento são aquelas já listadas no diagnóstico da linha base, acrescidas de alguns novos registros para a região. Da mesma forma que aquelas registradas durante o diagnóstico da linha base, aquelas consideradas ameaçadas no nível regional ou nacional são espécies de distribuição que transcende a área de influência do Projeto. O mesmo se dá em relação às espécies de invertebrados cavernícolas, que vêm sendo monitoradas durante os levantamentos periódicos realizados nas dez cavernas da região que fazem parte do Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea.

Segundo o diagnóstico apresentado no EIA, foram identificadas quatro possíveis espécies novas de pequenos mamíferos, sendo três roedores (uma espécie do gênero *Oecomys* e duas pertencentes ao gênero *Neacomys*, e um quiróptero do gênero *Nyctinomops*, esta última foi registrada como ocorrendo apenas nos pedrais). A NE incluiu como anexos do 2º RSAP dois projetos (NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA e NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA) objetivando a identificação de tais espécies, para confirmar seu status como novas para a ciência ou associá-las a um táxon já descrito, com base nos espécimes testemunho do EIA, e propondo ainda a busca de novos registros dentro e fora da AID.

O projeto proposto para os roedores implica na coleta de pequenos mamíferos usando armadilhas de queda e de contenção em seis localidades. Os exemplares coletados serão, segundo a proposta, medidos, marcados e soltos. No entanto, reitera-se a recomendação já feita no 1º relatório de que seja feita coleta de material testemunho e depósito em uma coleção científica de mamíferos reconhecida e registrada no CGEN, de forma a possibilitar a sua identificação através de caracteres morfológicos e registrar através de vouchers sua ocorrência fora da AID. Recomenda-se ainda que em adição aos estudos moleculares sejam feitos também estudos cariológicos, já que a citogenética é uma

ferramenta fundamental na delimitação de táxons de pequenos mamíferos. Sugere-se que estas modificações sejam incorporadas nos projetos propostos, e que esses tenham início o mais rapidamente possível, com a contratação de um especialista nos grupos em questão.

O projeto referente à possível nova espécie de quiróptero prevê a intensificação das coletas de quirópteros nos pedrais do Rio Xingu, onde foram coletados os exemplares registrados no EIA, bem como estudos taxonômicos envolvendo tais exemplares e outros eventualmente coletados de forma a determinar se se trata efetivamente de um táxon novo para a ciência. Reitera-se também a recomendação de participação de especialistas na taxonomia do grupo. Contatos com estes especialistas já foram feitos, segundo indicado pela NE.

Os efeitos indiretos em habitats naturais, no que diz respeito à fauna terrestre, são monitorados dentro do Projeto para Mitigação dos Impactos pela perda de Fauna por Atropelamento. A coleta de dados prevista para subsidiar as ações, que se estendeu até o início de 2013, resultou em dados cujas análises deverão servir de base para a implantação de sinalizadores, redutores e passagens de fauna. A implantação dessas estruturas, no entanto, encontra-se atrasada, conforme o cronograma apresentado no PBA. Observou-se que apenas parte das placas encontra-se instalada, enquanto as passagens de fauna foram implantadas sem as telas de arame que direcionam os animais, e com especificações (dimensões, material) que diminuem sua efetividade. Sugere-se a revisão de tais especificações, de forma a tornar as passagens de fauna efetivas, e ainda o aumento do número das passagens instaladas.

Medidas específicas foram desenvolvidas dentro do Programa de Conservação da Fauna Terrestre no sentido de promover o afugentamento e o resgate de fauna durante as obras. A supressão da vegetação é realizada com a atuação das equipes de afugentamento e resgate de fauna, e o maior número possível de animais é afugentado, evitando assim um grande número de animais resgatados durante os procedimentos. Foram montadas Bases temporárias de Resgate, onde é feita a triagem dos espécimes resgatados. Além disso, foram feitos acordos com instituições científicas para o recebimento de parte do material resgatado, o que constitui importante fonte de informação, além de material testemunho. O processo de ampliação da Base de Resgate do Sítio Pimental já se encontra em andamento, e acredita-se que a estrutura existente será suficiente para receber os exemplares provenientes dos resgates a serem realizados nos meses de outubro e novembro de 2013.

O PAN do Baixo e Médio Xingu tem como premissa tratar de ameaças comuns e particulares às várias espécies ameaçadas incluídas nas listas nacional e regional, e envolvendo consultores contratados pela NE, o ICMBio e o IBAMA. O planejamento de ações voltadas para a conservação e manejo destas espécies envolve a consulta a diversos setores da sociedade, incluindo representantes de associações de pescadores, prefeituras e ONGs, com o respaldo político e técnico, ampliando a possibilidade da execução efetiva do plano de ação. As ações vêm sendo implantadas, envolvendo as diversas instituições que participam das discussões e execução dos planos. O comitê assessor do plano da fauna elaborou indicadores de resultados para cada uma das ações

definidas, de forma a possibilitar a avaliação e o monitoramento das atividades previstas. Em relação ao plano da flora, foram realizadas reuniões para a definição de objetivos, indicadores e metas pelo grupo assessor.

Com relação ao PAN da fauna, a próxima reunião deve realizar-se no primeiro semestre de 2014, na qual deverão ser feitas sugestões no sentido de serem incluídas nos programas as espécies da fauna terrestre que tenham sido confirmadas como novas para a ciência, até o momento.

O PAN contempla estudos morfológicos e moleculares da possível nova espécie de quiróptero registrada nos pedrais, pertencente ao gênero *Nyctinomops*. Recomenda-se que as espécies de roedores que forem confirmadas como novas para a ciência sejam também incluídas nas ações e objetivos do PAN, durante a próxima reunião do comitê.

A proposta de criação de Unidades de Conservação feita pela NE no RSAP e no terceiro relatório semestral consolidado coloca como alternativas às áreas sugeridas no PBA e inviabilizadas por questões fundiárias, duas novas áreas para a criação de UC's, uma na margem esquerda do Rio Xingu e uma nas TI's Arara da Volta Grande e Trincheira Bacajá. Os recursos para aplicação em Unidades de Compensação não foram ainda destinados pelo CCAF (Comitê de Compensação Ambiental Federal).

O 4º Relatório Consolidado apresentado ao IBAMA não apresenta a situação fundiária e caracterização detalhada da paisagem para estas duas novas áreas propostas para a criação de Unidades de Conservação, conforme recomendado no Parecer Técnico 4933/2013 do IBAMA. No mesmo Parecer, o IBAMA solicita para o Projeto de apoio às ações de implantação e manejo de Unidade de Conservação já existente, que após a manifestação da CCAF, realize-se a readequação do cronograma de atividades.

Em relação à ictiofauna, considerando as coletas realizadas nos *Projetos de Investigação Taxonômica* (P.13.3-1), *de Monitoramento da Ictiofauna* (P.13.3-4) e *de Resgate e Salvamento da Ictiofauna* (P.13.3-2), foram registradas 380 espécies, totalizando 88% da diversidade máxima estimada até então para toda a bacia do Rio Xingu. Da riqueza total registrada até o momento (nas seis primeiras campanhas de monitoramento e nos resgates), 46 espécies (*Anostomoides passionais*, *Aequidens michaeli*, *Apistogramma* sp. "vielfleck", *Archolaemus janeae*, *Baryancistrus chrysolomus*, *Baryancistrus* sp. "verde", *Baryancistrus xanthellus*, *Caiapobrycon* sp., *Cichla melaniae*, *Crenicichla percna*, *Crenicichla* sp. "preta", *Cynopotamus xinguano*, *Geophagus argyrostictus*, *Hassar gabiru*, *Hemiodus* sp. "xingu", *Hopliancistrus* sp. "pinta", *Hopliancistrus* sp. "mancha", *Hypancistrus* sp. "marrom", *Hypancistrus* sp. "pão", *Hypancistrus zebra*, *Leporacanthicus heterodon*, *Leporinus* sp. 2, *Loricaria birindellii*, *Moenkhausia heikoi*, *Oligancistrus* sp. "bola branca", *Oligancistrus* sp. "cinza", *Ossubtus xinguense*, *Panaqolus* sp., *Parancistrus nudiventris*, *Peckoltia feldbergae*, *Phenacorhamdia tenuis*, *Pituna xinguensis*, *Platydoras* sp. "Xingu", *Potamotrygon leopoldi*, *Pseudancistrus* sp., *Pterygoplichthys xinguensis*, *Retroculus xinguensis*, *Rhynchodoras xingui*, *Sartor respectus*, *Scobinancistrus aureatus*, *Scobinancistrus* sp. "tubarão", *Sorubim trigonocephalus*, *Squaliforma* aff. *emarginata*,

Sternachogiton zuanoni, *Teleocichla* sp. "preta" e *Tometes* sp) são consideradas endêmicas da bacia do Rio Xingu.

As espécies ameaçadas Pacu capivara (*Ossobtus xinguense*), Acari zebra (*Hipancistrus zebra*) e Arraia (*Paratrygon aiereba*) são alvos do *Projeto de Monitoramento de Ictiofauna*. No 3º Relatório Consolidado de Andamento do PBA foram registrados 58 indivíduos da espécie *O. xinguense* na cachoeira do Jericoá (setor 3, sítio 6), cachoeiras do Rio Iriri e na confluência deste com o Rio Xingu (setores 1 e 2, sítios 1, 2 e 3), ampliando a ocorrência da espécie. Anteriormente, com base em relatos e coletas esparsas, acreditava-se que a espécie ocorresse apenas na cachoeira do Jericoá.

No 3º Relatório Consolidado foi registrada também a ocorrência da espécie *Paratrygon aiereba*. Foi registrado 1 indivíduo na Ensecadeira Belo Monte e outros 6 indivíduos no Canal principal do Rio Xingu (Setor 3, sítio 6; Setor 4, sítio 7 e 8; Setor 6, sítio 11).

Até o presente momento foram encontradas 31 espécies ainda não descritas pela ciência, a saber: *Ancistrus* sp. "bola", *Ancistrus* sp. "pinta", *Baryancistrus* sp. "verde", *Brycon* aff. *pesu* "adiposa hialina", *Brycon* aff. *pesu* "adiposa preta", *Caiapobrycon* sp., *Crenicichla* sp. "preta", *Hemiodus* sp. "Xingu", *Hopliancistrus* sp. "pinta", *Hopliancistrus* sp. "mancha", *Hypancistrus* sp. "marrom", *Hypancistrus* sp. "pão", *Leporinus* gr. *megalepis* "alto", *Leporinus* sp. 2, *Oligancistrus* sp. "bola branca", *Oligancistrus* sp. "cinza", *Panaqolus* sp., *Paratrygon* sp. "Xingu", Pimelodidae "dorsal escura", *Platydoras* sp. "Xingu", *Potamotygon* sp. "Xingu-alto", *Potamotygon* sp. "Xingu-baixo", *Pseudacanthicus* sp. "preto", *Pseudacanthicus* sp. "vermelho", *Satanoperca* aff. *jurupari*, *Satanoperca* sp., *Scobinancistrus* sp. "tubarão", *Squaliforma* aff. *emarginata*, *Teleocichla* sp. "preta", *Tometes* sp. e *Typhlobelus* sp.

As espécies *Ancistrus* sp. "bola", *Ancistrus* sp. "pinta", *Baryancistrus* sp. "verde", *Caiapobrycon* sp., *Crenicichla* sp. "preta", *Hypancistrus* sp. "marrom", *Hypancistrus* sp. "pão", *Oligancistrus* sp. "cinza", *Panaqolus* sp., *Platydoras* sp. "Xingu", *Pseudacanthicus* sp. "preto", *Pseudacanthicus* sp. "vermelho", *Teleocichla* sp. "preta" e *Tometes* sp. estão em processo de descrição.

PD 07: Povos Indígenas

Suficiência da Linha Base

Considerou-se que o empreendimento apresenta **conformidade parcial** em relação à suficiência da linha base.

A desconformidade identificada no 1º Relatório, referente aos ribeirinhos em processo de auto-identificação étnica, tem sido superada na medida em que a Superintendência de Assuntos Indígenas vem atendendo às demandas destas famílias no escopo do Plano Emergencial. Tal reposicionamento institucional responde em parte às expectativas dos ribeirinhos, que além de integrarem o Programa de Realocação e Reassentamento, expressam especial interesse nas ações do programa de atividades produtivas.

Consulta e Participação

Em relação aos requisitos de Consulta e Participação, o empreendimento apresenta **conformidade**.

Como analisado no 1º Relatório, os processos de consulta e participação vêm sendo desenvolvidos desde o início dos estudos através de reuniões e encontros regulares e abrangentes com todos os grupos indígenas envolvidos. A formação do Comitê Gestor do PBA-CI e do Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida amplificam as modalidades de participação. Entretanto, os registros e a divulgação dessas reuniões e encontros, limitados aos relatórios do Programa de Comunicação Indígena, não expressam a amplitude da participação e das consultas aos indígenas.

Mecanismo de Reclamações

Assim como analisado anteriormente, na fase de *Due Diligence* e no 1º Relatório, a **conformidade** do empreendimento em relação a este requisito do PD 07 ocorre apenas em **parte**.

Não foram apresentados mecanismos consolidados de registro e encaminhamento de reclamações, solicitações, demandas e informações. Na fase de *Due Diligence*, as informações eram dirigidas indistintamente para a Gerência de Assuntos Indígenas, para o Programa de Comunicação Indígena ou para a FUNAI. No 1º Relatório foi observado que, embora qualificada, a Superintendência de Assuntos Indígenas não dispunha de procedimento para a sistematização desses fluxos de informação. Esta observação segue pertinente, mesmo as reuniões do Comitê Gestor e Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida servindo de fórum para manifestação, registro e atendimento às reclamações. Ademais, com a definitiva implantação dos programas do PBA-CI, haverá um maior número de interlocutores, que passarão a participar deste fluxo de informações, recebendo solicitações e reclamações. Portanto, à medida que avança a implantação do PBA-CI, torna-se imprescindível a consolidação de mecanismos de registro e encaminhamento de informações e respostas.

CPLI - Consentimento Prévio, Livre e Informado (Free, Prior Informed Consent – FPIC)

Considera-se que o projeto apresenta **conformidade** em relação ao CPLI.

Não obstante os indígenas afirmem que a UHE Belo Monte não é um projeto de interesse, eles manifestaram a todo o tempo o interesse em participar nos estudos e nos programas de longo prazo do PBA-CI. Além destas manifestações, diluídas em todo o processo de licenciamento, destaca-se o caso dos Xikrin, que, ao formalizarem o Termo de Parceria com a Norte Energia, definiram sua posição de protagonistas nos termos da Convenção OIT 169, escolhendo *suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento*. Além das manifestações registradas nos estudos e do Termo de Parceria Xikrin, as recentes manifestações dos Kayapó reforçam os sentidos indígenas de CPLI. Efetivamente, desde julho de 2013 as *comunidades*

Mebengokré/Kayapó, que simbolizam a oposição histórica dos indígenas ao empreendimento, defendem publicamente um *novo posicionamento*, aceitando o *apoio financeiro para desenvolver projetos que beneficiam as aldeias em várias áreas*. Tal posicionamento representa um significativo avanço, que qualifica o diálogo com as comunidades indígenas e cria as condições para CPLI.

Plano de Desenvolvimento de Povos Indígenas (IPDP)

Considera-se o empreendimento **conforme** em relação a este aspecto.

Os planos de desenvolvimento para os povos indígenas da região constituem o centro dos planos e programas do PBA-CI. Com a reestruturação administrativa da Norte Energia, com a aprovação do Plano Operativo em 01/04/2013 e com a contratação das empresas e equipes para a implantação dos planos e programas do PBA-CI, as condições para o desenvolvimento dos povos indígenas estão em andamento. Nesse sentido, merecem destaque os projetos desenvolvidos no escopo do Programa de Atividades Produtivas. Esses projetos, iniciados em janeiro de 2013, são o resultado da elaboração participativa voltada à produção familiar e comunitária. Igualmente relevante para este tema é a efetiva implantação do Plano de Gestão do PBA-CI, que, nos dias 13 e 14 de agosto de 2013, reuniu membros da equipe e representantes de todas as instituições que tratam da questão indígena para a realização do Seminário de Planejamento Estratégico do Plano de Gestão. Por fim, cumpre reiterar que além das equipes contratadas e dos projetos em andamento, a Norte Energia formalizou, com a interveniência da FUNAI, Termo de Parceria com a Associação Indígena BêboXikrin (ABEX) para a execução dos programas do PBA naquela TI.

Medidas de Indenização / Compensação de Impactos em Populações Indígenas e/ou Tradicionais

No que diz respeito a medidas de indenização e compensação, o empreendimento também apresenta **conformidade**.

Com o objetivo de atuar sobre *as alterações no panorama regional relacionadas à construção e funcionamento do empreendimento*, os estudos etnoambientais (EIA-CI) e o PBA-CI foram concebidos para abranger todas as comunidades e terras indígenas da área de influência. Nesse sentido, os estudos não indicaram uma divisão qualitativa entre os programas dirigidos ao conjunto da população indígena e às comunidades das terras especialmente afetadas pela vazão reduzida do Rio Xingu (TVR). Todas constituem o público-alvo dos programas de mitigação e compensação. O atendimento a todas as aldeias e associações indígenas da região constitui o princípio que orientou a implantação do Plano Emergencial e que orienta a implantação do Plano Operativo do PBA-CI.

PD 08: Patrimônio Cultural

A prospecção sistemática visando à identificação prévia de vestígios arqueológicos nas áreas de intervenção vem sendo executada no âmbito do Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas do Programa de Arqueologia Preventiva. Esse Programa, assim como os demais relacionados ao Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico que compõem o Plano de Valorização do Patrimônio é executado pela empresa Scientia Consultoria Científica.

As atividades de prospecção arqueológica vêm sendo executadas em consonância com o cronograma de obras. Dessa forma, foram priorizados os locais de implantação dos canteiros de obra e outras áreas de apoio, acessos e locais diretamente afetados pelo arranjo geral da UHE nos três sítios construtivos. O total prospectado até junho de 2013 totaliza 20.412,34 ha, sendo 16.197,91 ha relativos às áreas das obras e ao reservatório intermediário, 336 ha na área do RUC, 4.214,43 ha na área do reservatório principal, e 148,08 ha em acessos.

Os serviços de prospecção e resgate arqueológico nas áreas diretamente afetadas pelas obras da UHE Belo Monte, bem como a adoção da metodologia de modelagem preditiva, vêm sendo desenvolvidos mediante autorizações e manifestações do IPHAN. Segundo informado pela NE durante a 2ª missão, o IPHAN nunca vistoriou o local do empreendimento, mas estava prevista uma vistoria do órgão logo após a inspeção de campo do consultor independente. Recomenda-se que se informe se a vistoria foi efetivamente realizada e que se encaminhe o parecer do IPHAN sobre a mesma.

Em relação à aderência dos Programas e Projetos aos cronogramas definidos no PBA, foi observado que há atrasos em algumas atividades. É o caso dos Projetos de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico e de Valorização do Patrimônio Multicultural, estando ainda em andamento as negociações sobre a localização das casas de memória e a elaboração dos projetos arquitetônicos das mesmas. Prossegue, no entanto, a atividade de constituição do acervo permanente das duas casas de memória.

O Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres também teve seu cronograma inicial bastante alterado. As atividades efetivamente realizadas foram poucas, e a expectativa de finalização do Projeto foi estendida em 6 meses. Segundo informado pelo empreendedor, o desafio em relação a este Projeto é realizar as pesquisas de campo sempre no período da seca.

O problema de falta de área para armazenar a grande quantidade de material arqueológico recuperada em campo no Projeto de Salvamento Arqueológico não mais ocorre, tendo sido resolvido no final do período deste relatório.

Conforme informado no 1º Relatório de Monitoramento, a modelagem preditiva passou a ser empregada na área dos canteiros a partir de junho/2012, não estando prevista na concepção inicial do projeto. A modelagem preditiva será aplicada em toda a etapa de

prospecção na área dos reservatórios. Foram definidas onze áreas amostrais a serem prospectadas, que totalizam aproximadamente 10.600 hectares.

Em relação ao Projeto de Educação Patrimonial, a execução de palestras para os funcionários teve algum atraso, assim como as palestras e oficinas nos municípios da AID, que deveriam ter sido realizadas em 2012. Entre junho de 2012 e junho de 2013, 31.088 trabalhadores foram alvo de atividades de educação patrimonial, e os materiais de apoio foram concluídos e testados. Em relação às atividades com o público docente, foram realizadas cinco oficinas com professores dos municípios da ADA, além de palestras e visitas de alunos ao sítio Panorama 1, na área urbana de Altamira.

O Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico caminha bem. Está de acordo com o cronograma proposto no PBA, e tem atendido às metas estabelecidas. Toda a gestão e documentação junto ao DNPM tem sido feita.

Avalia-se que as atividades de prospecção arqueológica apresentam conformidade com as diretrizes do Padrão de Desempenho 8, assim como as atividades de Educação Patrimonial e os demais Programas e Projetos da UHE Belo Monte relacionados ao Plano de Valorização do Patrimônio.

Princípio 4.0 – Plano de Ação e Sistema de Gestão

A análise de atendimento ao Plano de Ação foi apresentada no **Capítulo 7.0** deste Relatório, feita com base na avaliação do pacote de entrega referente à data-marco *6 meses após a assinatura do contrato de financiamento* (cinco ações ou partes de ações - 3a, 27, 37a, 38a e 39a), e a partir da situação de atendimento reportada pela NE no 2º RSAP (Anexo 2.3-1) para as ações com prazo vencido mas ainda consideradas em aberto.

Foi analisado também o 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA para o IBAMA, documentos adicionais solicitados ao empreendedor após avaliação da documentação inicial, e os dados obtidos em reuniões e vistorias de campo realizadas na 2ª missão (02 a 06 de setembro de 2013). O resultado dessa avaliação foi apresentado no **Quadro 7.0.a do Capítulo 7.0**.

Como se observou no Quadro 7.0.a, das 67 ações ou partes de ações com atendimento previsto até a data de emissão do 2º RSAP, incluindo 37 ações e desdobramentos de algumas delas, a situação resultante da avaliação do consultor socioambiental independente é que 15 ações ou partes de ações são consideradas atendidas; 18 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento; 11 ações ou partes de ações são consideradas parcialmente atendidas; 6 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento ou parcialmente atendidas, mas que merecem maior atenção pelo atraso; e 17 ações ou partes de ações são consideradas não atendidas.

A maior parte das ações pendentes é derivada de problemas de não cumprimento dos prazos definidos no Plano de Ação. Essa situação persiste inclusive após se ter atribuído excepcionalmente, no 1º Relatório de Monitoramento, novos prazos para essas ações em

aberto pelo consultor independente. Mesmo assim, para a absoluta maioria das ações em aberto os produtos acordados no Plano de Ação não foram entregues nos prazos e as pendências não foram encerradas.

Conforme já ressaltado por ocasião da análise do cumprimento ao Plano de Ação feita no 1º Relatório, trata-se de uma não conformidade quase sistêmica que deve ser enfrentada pela NE, porque nem todas as ações atrasadas são aquelas que independem da sua gestão. Deve ser considerada a necessidade de uma avaliação crítica para identificar, no Sistema de Gestão da NE, os gargalos responsáveis pelas dificuldades de atendimento das ações no cronograma proposto.

Como pontos positivos, há que se ressaltar que, em relação à situação da 1ª missão, uma ação a mais foi atendida, e 8 ações passaram do status de em atendimento ou parcialmente atendidas mas com atenção pelo atraso, para simplesmente em atendimento ou parcialmente atendidas.

O Sistema de Gestão do empreendimento já foi discutido anteriormente, na avaliação da conformidade com o PD 01: Sistemas de Gerenciamento e Avaliação Socioambiental do Princípio do Equador 3.0.

Princípio 5.0 - Consulta e Divulgação

Pode-se afirmar, com base nas informações levantadas, que o Ciclo de Divulgação e Consulta Pública do Projeto atende às diretrizes do Princípio do Equador Nº 5.

Como parte dos procedimentos, no período foram atualizadas as organizações existentes nas áreas de influência do projeto, que compõem a Matriz de Partes Interessadas (PIs), reunindo 447 registros, abrangendo os cinco municípios da AID. Essa atualização da Matriz de PIs é periódica e a mais recente refere-se ao mês de junho/2013.

Continuam em andamento as atividades de comunicação por meio da mídia Rádio com Veiculação do Programa “Conversando sobre Belo Monte” em cinco rádios locais, com cinco minutos de duração e duas inserções semanais (às quartas-feiras e sábados, no horário das 12h00). As cinco emissoras de rádio locais são: Rádio Vale do Xingu - 93,1 FM (abrange: Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Assurini e Travessões; Rádio Popular FM 87.9 (abrange somente o município de Brasil Novo); Rádio Rural AM 670 – Sistema João Mato Grosso de Comunicação (abrange zona rural de Altamira e AII); Rádio Araweté FM (sediada em Vitória do Xingu); e Rádio Cidade FM (sediada em Anapu).

Foram veiculadas 260 inserções do programa de rádio durante o período de janeiro a junho/2013, de informes radiofônicos sobre os temas: a) “Educação Ambiental – Dia da Terra”, em atendimento ao Programa de Educação Ambiental (7.3); b) “Dengue”, em atendimento ao Plano de Saúde Pública (8). Também foi produzido e veiculado *spot* de 30 segundos da campanha “Rio limpo é povo sadio – não jogue lixo no rio”, totalizando 15 inserções durante dois dias, nas Rádios Rural e Vale do Xingu, em atendimento ao Programa de Educação Ambiental (7.3).

O Programa de Interação Social e Comunicação produziu e/ou apoiou a realização de 41 eventos promovidos por outros Planos do PBA. Foram produzidos diversos materiais de comunicação, a maior parte destes utilizada durante as atividades de mobilização e de reuniões – desenvolvidas pelos Agentes de Comunicação na região do empreendimento. Foram distribuídos 16.406 materiais, paralelamente a outras peças enviadas pela internet, sendo que 2.907 foram materiais do Plano de Saúde Pública. Entre os materiais produzidos está também o livreto do PBA, que traz abordagem geral sobre os Planos, Programas e Projetos da UHE Belo Monte.

Os materiais de comunicação e a atuação dos agentes de comunicação são mensalmente avaliados por meio de pesquisa de percepção aplicada durante as mobilizações realizadas na área rural e na urbana.

Como atendimento a solicitação do IBAMA, a maquete física da UHE Belo Monte está instalada no canteiro do Sítio do Canal, aguardando a conclusão da implantação do Centro de Visitantes, que funcionará para atendimento a visitas de públicos institucionais e da comunidade. Já a maquete eletrônica (DVD) será apresentada nas áreas rural e urbana da AID, de acordo com agenda que está sendo planejada para o segundo semestre de 2013, a partir das atualizações do projeto de engenharia.

A apresentação do Sistema de Transposição de Embarcações (STE) também conta com maquete física, instalada na Casa do Índio e aberta à visitação pública de comunidades indígenas e não indígenas.

Foram realizadas reuniões comunitárias para apresentação e discussão do Reassentamento Urbano Coletivo (RUC), em apoio ao Plano de Atendimento à População Atingida (4) / Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na área Urbana (4.4) / Projeto Reassentamento Urbano Coletivo (4.4.3), totalizando 37 reuniões comunitárias de discussão do RUC, realizadas entre abril e julho, reunindo 3.431 participantes.

Além das reuniões setoriais, foram realizadas reuniões com: Comitê de Acompanhamento do Projeto de Relocação e Reassentamento Urbano do FASBM; lideranças comunitárias; e Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte (FASBM).

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelo Princípio do Equador 5.0, os mecanismos de consulta e divulgação encontram-se bem organizados e definidos, e em conformidade.

Princípio 6.0 - Mecanismo de Reclamação

Em relação ao CCBM, são oferecidos três canais de ouvidoria para recebimento de reclamações, sugestões e críticas: caixas de sugestões instaladas nas unidades, representante de funcionários e canal direto com a ouvidoria (assistente social ou técnico social). Verificou-se que os canais de reclamação são divulgados aos funcionários, por meio do Guia de Comportamento do Funcionário do CCBM.

No relatório de *Due Diligence* de dezembro de 2012, a análise de conformidade constatou que, embora tenham sido apresentadas as estatísticas das demandas dos trabalhadores, não foram evidenciados normas e procedimentos que formalizassem a sistemática para recebimento e tratativa das demandas e reclamações dos trabalhadores do consórcio e de subcontratadas. Assim, foi recomendado que o CCBM apresentasse documento que definisse as diretrizes para gerenciamento de reclamações recebidas.

Essas diretrizes e procedimentos foram evidenciados em apresentação feita pela equipe de comunicação social do CCBM, cujo conteúdo garante confidencialidade dos solicitantes e o registro adequado das demandas, das respostas e das tratativas dadas, conforme requisitos do Padrão de Desempenho do IFC N° 2 (PD 02).

O atendimento ao Princípio do Equador 6.0, referente a consultas e reclamações, é feito pelo CCBM pelas seguintes frentes de atuação:

- Central de Atendimento “Canal Aberto – Fale Conosco” – Ouvidoria;
- Atendimento Eletrônico via e-mails dedicados;
- Caixa de sugestões instaladas nas unidades;
- Treinamentos Diários de Segurança;
- Painéis e panfletos informativos, palestras e campanhas;
- Guia de Comportamento do Funcionário do CCBM.

Em relação à NE, o atendimento aos Princípios 5.0 e 6.0 é feito a partir das atividades do Programa de Interação Social e Comunicação (7.2), o qual integra-se ao Plano de Relacionamento com a População (7) constante do PBA, cujos resultados consolidados são apresentados nos Relatórios Semestrais de Andamento dos PBA, encaminhados ao IBAMA.

A Central de Atendimento apresenta três grandes frentes de atuação: Central de Atendimento “Belo Monte Aqui”; Atendimento Eletrônico via e-mails dedicados; Atendimento Eletrônico ao Colegiado do FASBM.

A Central de Atendimento “Belo Monte Aqui”, sediada no escritório da empresa E.Labore em Altamira, oferece informações e esclarecimentos à população, por meio de atendimento a visitas presenciais; atendimento a telefonemas ao escritório; atendimento ao Serviço 0800.

No período de janeiro a junho de 2013 foram feitos 1.699 contatos. Desde a emissão da LI (junho/2011), o Atendimento “Belo Monte Aqui” recebeu um total de 2.531 contatos.

A população tem feito uso do Serviço 0800, o que é demonstrado pelas 1.040 ligações recebidas desde sua implantação em janeiro de 2012. Do total das ligações, a maioria foi dirigida ao Meio Socioeconômico, especificamente ao Plano de Atendimento à População Atingida. No período de janeiro a junho de 2013 houve intensificação

decorrente do início das reuniões de discussão do Reassentamento Urbano Coletivo (RUC).

O Atendimento “Belo Monte Aqui” também disponibilizou um e-mail exclusivo para o atendimento do Colegiado do Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte (FASBM): fasbm@norteenergiasa.com.br. De janeiro a junho de 2013 foram recebidas sete mensagens e enviados 22 e-mails.

A sistemática de recebimento de consulta e reclamações, assim como seu o gerenciamento dos mecanismos de comunicação, ocorre pelo SIAGI (Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Informação), pelo “Módulo Cliente”, o qual proporciona à Norte Energia acesso aos dados e respectivas análises das atividades e resultados do Programa de Interação Social e Comunicação (7.2), que foi liberado em junho à NE e em agosto à empresa gestora.

As demandas e questionamentos identificados e registrados nos canais de comunicação são semanalmente discutidos nas reuniões de planejamento da Gerência de Comunicação da Norte Energia, os quais são continuamente incorporados nas ações de comunicação sequenciais, para retorno aos interessados de diversas formas, tais como: telefonema de resposta, elaboração de materiais impressos distribuídos pelos agentes de comunicação, programas de rádio veiculados em rádios locais, construção e atualização do instrumento P&R (Perguntas & Respostas) utilizado na abordagem do Serviço 0800, nas mobilizações e reuniões.

A recomendação do consultor independente de que fossem consolidadas, em um banco de dados integrado, todas as consultas e reclamações recebidas pelos diversos canais como Mecanismo de Consulta via E. Labore, Comunicação Indígena, Equipe fundiária, comunicação institucional, etc., não foi atendida. Nesse sentido, mantém-se a recomendação de acrescentar nos procedimentos do SAIS e/ou documentar que o sistema de recebimento de consulta e reclamações incorpora todas as consultas e reclamações recebidas através de diversos canais (Mecanismo de Consulta via E. Labore, Comunicação Indígena, Equipe fundiária, comunicação institucional, etc).

Também foi recomendado que devessem ser incluídas, nos mecanismos de registro já existentes, informações sobre as respostas dadas e indicadores de tempo de atendimento às reclamações e consultas. Foi verificado que há esse procedimento na Central de Atendimento e mecanismos do CCBM, atendendo à recomendação feita. Também foi evidenciado nos mecanismos da NE.

Também foi recomendado que, em atendimento aos Padrões de Desempenho do IFC, uma segunda instância fosse formada para atender aos casos em que os solicitantes não se sintam totalmente atendidos pela primeira instância oferecida pelos atuais mecanismos de consulta e reclamações. E esta segunda alternativa deve ser informada ao solicitante. Essa recomendação também não foi atendida, permanecendo no Plano de Ação com um novo prazo para atendimento (ver **Quadro 7.0.a** no **Capítulo 7.0**).

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelo Princípio do Equador 6.0, os mecanismos de reclamação encontram-se bem organizados e definidos e em conformidade.

Princípio 8.0 – Compromissos Contratuais

A NE vem cumprindo com a legislação Brasileira incidente sobre o Projeto, sem prejuízo de eventuais ultrapassagens de padrões ambientais legais e/ou normas relativas à segurança do trabalho ou condições de trabalho.

O Plano de Ação compromissado junto aos Agentes Repassadores vem sendo implementado, devendo-se considerar, no entanto, os problemas de atraso no atendimento a algumas ações, conforme disposto na avaliação do Princípio 4.0. Como mostra o **Quadro 7.0.a do Capítulo 7.0** deste Relatório, nem todos os produtos previstos para as datas marco “antes da assinatura do contrato”; “antes do primeiro desembolso financeiro”; “60 dias após a assinatura do contrato de financiamento”; “90 dias após a assinatura do contrato de financiamento”, “6 meses após a assinatura do contrato” e RSAPs (Relatórios Periódico de Conformidade Socioambiental) foram entregues/atendidos, havendo ações atrasadas e outras apenas parcialmente atendidas ou em atendimento.

Recomendações pontuais e oportunidades de melhoria não incluídas no Plano de Ação, e que foram feitas no processo de *Due Diligence* e na 1ª missão (janeiro a abril de 2013) estão sendo gradativamente atendidas, conforme mostra o **Quadro 8.0.a do Capítulo 8.0** deste Relatório. Como se observa, os procedimentos de supervisão e *assurance* ambiental da construção apresentados pela NE precisarão ser iniciados para a obra principal. No caso das obras do entorno, a supervisão ambiental e de SST foi iniciada pela equipe de um coordenador e 6 integrantes recém formada, devendo-se concluir a elaboração dos procedimentos do Sistema de Gestão relacionados a essas atividades e iniciar a produção de registros.

A obrigação de apresentar relatórios periódicos no formato acordado com o Agente Repassador continua a ser atendida com a emissão do 2º RSAP em 16/08/2013.

10.0

Conclusões e Recomendações

10.1

Conclusões

O monitoramento socioambiental da UHE Belo Monte no período de abril a junho de 2013 registrou que as obras prosseguem em ritmo acelerado.

Em relação aos impactos da obra, verificou-se que os mesmos estão sendo controlados pelo conjunto de medidas mitigadoras e preventivas implementadas pelo CCBM, como parte do PCAI ou no âmbito do seu SGI. Sem prejuízo do exposto, algumas

recomendações e oportunidades de melhoria foram estabelecidas como resultado das inspeções de campo realizadas pela equipe do consultor socioambiental independente, as quais são listadas na **Seção 10.2**, na sequência. Essas recomendações serão incorporadas ao **Quadro 8.0.a**, o qual acompanha a situação de atendimento às recomendações pontuais e oportunidades de melhoria da consultoria independente ao longo das missões.

Um dos aspectos críticos identificados pela consultoria socioambiental independente desde a missão anterior, e ainda não solucionado, refere-se ao fato de que a Norte Energia não está desenvolvendo a supervisão ambiental (*compliance assurance*) das Obras Principais desde abril de 2013. Assim, uma das principais recomendações resultantes dessa segunda missão de monitoramento, que reitera uma recomendação do período anterior, é que seja evidenciada com urgência a contratação da nova empresa coordenadora do PAC, e o início imediato da sistemática de supervisão ambiental da NE sobre as Obras Principais (OP).

No que concerne à supervisão de SST na OP, a NE continua se baseando nos dados decorrentes do monitoramento realizado pelo Consórcio Construtor. A atuação da EPBM teve início efetivamente em abril de 2013, não havendo informações, no 2º RSAP, sobre como a NE está utilizando os dados de supervisão gerados por esta empresa e se está adotando ações de correção ou preventivas para melhoria da atuação do CCBM.

Os relatórios mensais apresentados pela EPBM têm se mostrado mais consistentes a cada mês, além de coerentes com o que se contata em campo nas inspeções de monitoramento. Nessas circunstâncias, compete à NE analisar os dados (tanto do próprio CCBM quanto da supervisão realizada pela EPBM) e adotar ações de correção dos desempenhos que se mostrarem abaixo de seus padrões de aceitação, se for o caso. O ciclo de gestão não fecha se não forem apresentadas melhorias a partir do monitoramento de desempenho.

Em relação às Obras do Entorno (OE), que até o período anterior não estavam sendo supervisionadas pela NE, a situação apresentou avanço. No período a equipe de supervisão das OE foi completada, contando agora com um coordenador e 6 integrantes (5 técnicos de segurança e uma analista ambiental). Essa equipe, que faz parte da Superintendência das Obras do Entorno (SOE), iniciou recentemente a supervisão dos aspectos de SST e ambientais nas obras executadas pelas subcontratadas da NE.

A supervisão ambiental e de SST nas OE deve ser intensificada com as recentes contratações. No entanto, devido à grande quantidade de OEs em andamento e das distâncias entre as mesmas, deve-se considerar a necessidade de constante avaliação de eficácia desse formato de atuação e dos recursos disponibilizados para tal. Isso poderá ser realizado através dos indicadores de *performance* definidos pela NE.

Conforme mencionado no **Capítulo 9.0**, a NE ainda não concluiu a estruturação do Plano de Gestão de Segurança do Transporte Rodoviário.

Quanto ao Sistema de Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho (SST), a NE possui dois importantes documentos, o Plano Diretor de SST e a Inspeção, Supervisão e Auditoria de SST, ainda em fase de aprovação, sendo que um deles encontra-se nessa situação desde o 1º RSAP. Nesse contexto, ainda não foi possível concluir se o empreendedor seguirá um sistema de gestão integrado com as áreas de meio ambiente e qualidade (esta última supervisionada pela EPBM).

Tão logo a NE defina a estrutura de gestão, os próximos passos serão monitorar o desempenho de suas contratadas e analisar os dados para garantia de atendimento aos padrões estabelecidos pela mesma.

Em relação ao Plano de Ação da UHE Belo Monte, objeto do contrato de financiamento, a análise apresentada no **Quadro 7.0.a** do **Capítulo 7.0** reflete o atendimento, no período, das ações previstas para *6 meses após a assinatura do contrato de financiamento* (Ações 3a, 27, 37a, 38a e 39a), além daquelas com atendimento constante nos RSAP. No entanto, como muitas ações com atendimento previsto em datas-marco anteriores (antes da assinatura do contrato; antes do primeiro desembolso financeiro; 60 dias após a assinatura do contrato de financiamento; e 90 dias após a assinatura do contrato de financiamento) encontram-se ainda em aberto, o **Quadro 7.0.a** aponta também os avanços no atendimento às mesmas no período.

A avaliação realizada pelo consultor socioambiental através de consulta à documentação e da inspeção de campo de setembro, resultou que, das 67 ações ou partes de ações a serem atendidas até a data de corte da emissão do 2º RSAP, 15 são consideradas completamente atendidas, 18 estão em atendimento, 11 estão parcialmente atendidas e 17 foram consideradas como não atendidas. Há ainda 6 ações ou partes de ações consideradas em atendimento ou parcialmente atendidas, mas que merecem maior atenção pelo atraso que apresentam em relação ao prazo definido pelo Plano de Ação, número este inferior ao que se verificou na 1ª missão.

Para as ações com atendimento em aberto e para as quais foram excepcionalmente estabelecidos novos prazos na 1ª missão, ressalta-se que nenhuma ação cujo novo prazo era inferior ao 2º RSAP, no caso as de atendimento em 30 e 60 dias, foi atendida na data estipulada. Apenas o 2º RSAP trouxe evidências do atendimento ao Plano de Ação.

Assim como se havia concluído no 1º Relatório, observa-se que o número de ações não atendidas continua elevado. O não atendimento é resultante principalmente de problemas de não cumprimento dos prazos definidos. No entanto, há várias ações consideradas em aberto devido ao conteúdo inadequado ou incompleto de documentos entregues ou de respostas dadas pela NE, ensejando novas revisões por parte da empresa, que estão indicadas no Quadro 7.0.a.

Houve avanço no atendimento de alguns itens considerados preocupantes na 1ª missão, mas considera-se que o atraso de atendimento ao Plano de Ação, identificado no 1º Relatório, ainda não foi totalmente enfrentado, configurando-se como praticamente sistêmico. A maior parte das ações não cumpridas depende da gestão da Norte Energia e esta deve verificar quais são os gargalos responsáveis pelas dificuldades de atendimento

das ações no cronograma proposto e com o conteúdo necessário. Entre os itens preocupantes identificados na 1ª missão e ainda não resolvidos estão: atraso na contratação da nova empresa para realização da supervisão ambiental das obras principais; atraso na entrega do Relatório *Ex-post* para as ações já implementadas de indenização; e atraso na entrega do Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário.

Em relação ao Sistema de Gestão Integrado do CCBM, o mesmo encontra-se implantado, porém algumas oportunidades de melhoria foram identificadas e são objeto de ações corretivas, conforme disposto no **Capítulo 4.0**.

Em relação ao processo de implantação dos Programas Ambientais integrantes do PBA, a análise apresentada no **Quadro 6.0.b** do **Anexo 7** indica que está sendo cumprida a maior parte dos objetivos e metas propostos para os programas no PBA. Além disso, os programas estão seguindo os procedimentos metodológicos previstos no PBA, e estão sendo monitoradas as espécies-chave que foram estabelecidas para os mesmos. Para os Programas e Projetos que apresentam atrasos em relação aos cronogramas estabelecidos, verificou-se se estão sendo realizadas as devidas tratativas com o IBAMA ou demais órgãos intervenientes.

Para o Meio Físico, verificou-se que o desenvolvimento dos programas vem ocorrendo, de modo geral, segundo os cronogramas aprovados pelo IBAMA, gerando os resultados parciais esperados, como é o caso dos Programas de Monitoramento do Microclima, de Monitoramento da Sismicidade, de Acompanhamento das Atividades Minerárias, de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos, de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico e de Monitoramento das Águas Subterrâneas.

Como já registrado, ressalvas devem ser feitas ao Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios, interrompido em função de restrições de acesso e com encerramento pleiteado pela Norte Energia junto ao IBAMA. Tanto a questão do acesso à área de estudo, como a decisão sobre sua continuidade e justificativas, devem ser objeto de gestão da Norte Energia junto ao IBAMA.

O Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques deve também ser objeto de consulta ao IBAMA quanto à sua continuidade, uma vez que o período de monitoramento inicialmente estipulado foi cumprido. A proposta de encerramento do Programa consta no 4º Relatório Semestral Consolidado, cabendo obter aprovação final por parte do IBAMA.

De forma geral, os projetos relacionados à flora têm sido executados em conformidade com o PBA e com os Padrões de Desempenho do IFC.

Até o momento, os resultados obtidos pelos projetos de monitoramento e de salvamento da flora têm indicado uma riqueza florística muito maior que a registrada pelo estudo de linha de base do EIA. No entanto, com base nas informações apresentadas pela Norte Energia, ainda não é possível inferir o número exato de novos registros pelo PBA, uma

vez que não foi evidenciada a integração das diferentes listas florísticas elaboradas por seus projetos.

Da mesma forma, o número de registro de espécies ameaçadas de extinção aumentou em relação ao EIA, embora poucas sejam consideradas em perigo ou criticamente em perigo. Ainda não foram indicadas as espécies ameaçadas resgatadas pelo *Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora*. Ademais, é necessário apresentar informações sobre endemismos das espécies registradas nos estudos do PBA e no EIA.

Esses programas do PBA encontraram até o momento sete prováveis espécies novas. É altamente desejável que sejam envidados esforços para a sua confirmação taxonômica, para que seja avaliada a necessidade de se realizar buscas visando a ampliar a sua área de ocorrência. Uma nova espécie de Podostemaceae está atualmente sendo descrita por uma especialista taxonômica. Devido ao seu registro pontual na área de influência da UHE Belo Monte, será necessário envidar esforços para encontrar outras localidades de ocorrência desta espécie, de maneira a assegurar que o empreendimento não promova a sua extinção.

Algumas questões pontuais sobre esses programas da flora merecem ser mencionadas. Considera-se necessário consultar o IBAMA sobre a definição das espécies-alvo dos monitoramentos fenológicos nas Florestas de Terra Firme e no igarapé Paquiçamba, uma vez que se entende que não puderam ser atendidos alguns critérios que haviam sido determinados pelo órgão ambiental.

Outra questão refere-se à classificação da fitofisionomia de algumas parcelas monitoradas no âmbito do projeto de Florestas de Terra Firme e que, no entanto, sofrem inundação. Na vistoria realizada em setembro de 2013, verificou-se que a metodologia de amostragem imposta pelo IBAMA resultou nessa situação. Ainda assim, considera-se que os resultados deste monitoramento contribuirão para a avaliação do impacto da elevação do nível do lençol freático.

Por fim, entende-se que é importante a realização de um monitoramento dos espécimes resgatados das áreas de supressão e reintroduzidos em fragmentos florestais do entorno, a fim de avaliar a efetividade desta realocação. Essa avaliação não foi evidenciada para os salvamentos nas áreas de obras civis, porém podem ser realizadas para as áreas dos reservatórios.

Em relação ao *Projeto de Desmatamento* e ao *Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro*, verificou-se que foram resolvidas as pendências de romaneio e organização dos pátios finais de madeira das obras civis. Da mesma forma, foram promovidas melhorias e padronização nos procedimentos de supressão nas obras civis. Ainda assim, não foi viabilizada a destinação externa da madeira oriunda das supressões para a implantação da UHE Belo Monte, também em função da não emissão de AUMPF pelo IBAMA, apesar das vistorias já realizadas. No momento da vistoria realizada em setembro de 2013, a supressão da vegetação nas áreas dos reservatórios estava prestes a ser iniciada e estavam sendo previstas medidas para que atrasos e não conformidades não ocorressem também nessa fase da construção do empreendimento.

Os programas do PBA relacionados à fauna terrestre tiveram seu andamento e atividades conforme o cronograma previsto, durante o período a que se refere o relatório. Todos os programas que dizem respeito à fauna terrestre apresentam os resultados esperados, e os dados obtidos vêm sendo consolidados e analisados de forma a serem obtidas as diretrizes para avaliar os impactos do empreendimento.

Com relação às possíveis espécies de pequenos mamíferos novas para a ciência, as recomendações feitas em momentos anteriores foram as de busca destes táxons fora da área do empreendimento e a realização de estudos taxonômicos para a correta identificação e confirmação ou não de se tratarem de espécies novas. Neste sentido, a Norte Energia elaborou duas notas técnicas com a descrição dos projetos visando a estes objetivos. Foram feitas recomendações sobre alguns aspectos da metodologia destes projetos, que devem ser modificados de forma a contemplar a coleta de exemplares testemunho e estudos citogenéticos, e ainda para a contratação imediata dos especialistas nos grupos taxonômicos em questão.

Recomenda-se ainda a finalização da instalação dos medidores de nível freático nos módulos RAPELD, dentro do cronograma previsto acordado com o IBAMA. As demais recomendações, referentes à ampliação da Base de resgate do Sítio Pimental segundo exigências do IBAMA, e aquelas relacionadas ao tamanho das equipes de monitoramento da Empresa Biota, e à manutenção dos pontos de monitoramento dos quirópteros nos pedrais, de forma a assegurar a comparabilidade dos dados, já foram atendidas ou se encontram em atendimento.

Em relação a limnologia e ictiofauna, de forma geral, o Programa da Conservação da Ictiofauna, Programa de Conservação e Manejo de Hábitats Aquáticos, Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques e o Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água estão sendo executados em conformidade com o PBA e com os requisitos dos Princípios do Equador. Ainda assim, são necessários alguns ajustes em alguns projetos do Programa da Conservação da Ictiofauna (Projeto de Investigação Taxonômica e Projeto de Monitoramento da Ictiofauna), do Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques e do Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água. A principal lacuna dos Projetos é a construção dos laboratórios de Ictiologia e de Aquicultura de Peixes Ornamentais. Apesar do atraso, tratativas entre o IBAMA e a NE estão sendo conduzidas. A construção do Laboratório de Ictiologia teve início em final de julho de 2013 (ver Registro Fotográfico das Inspeções de SST e MA nas OE, no **Anexo 4**).

Para o Meio Socioeconômico, verificou-se que o desenvolvimento dos Programas vem ocorrendo, de modo geral, segundo os cronogramas aprovados pelo IBAMA, gerando os resultados parciais esperados.

Verificou-se desenvolvimento mais gradual em relação aos programas que compõem o Plano de Atendimento à População Atingida, mais especificamente o Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na área Rural e o da Área Urbana. Os demais programas continuam a ter desempenho satisfatório.

Foram poucas as não conformidades verificadas, as quais dizem respeito mais às atividades de documentação de procedimentos, como a necessidade de ajustes em procedimentos de registro, já citados no relatório anterior. Essas não conformidades sendo reparadas, colocarão os programas mais condizentes com os prazos definidos nos seus cronogramas.

As ações que podem ser consideradas mais complexas referem-se ao relacionamento com a administração pública de Altamira, principalmente na área da Educação. Essa relação Norte Energia - Prefeitura exige atenção estratégica e cuidadosa, uma vez que pode interferir na execução das obras que estão se encaminhando para a fase final. Os projetos que precisam ser analisados e liberados pela equipe da Secretaria de Educação devem ser acompanhados mais de perto, sendo verificadas as exigências e/ou propostas que a equipe daquele órgão pretende fazer. Por outro lado, também há necessidade de acompanhamento, pela NE, da equipe que aprova o licenciamento dos loteamentos na área urbana, considerando que as glebas para o RUC necessitam de liberação para andamento da implantação dos lotes e casas para reassentamento da população interferida na área urbana.

O ponto nevrálgico para as próximas atividades será o encaminhamento equilibrado entre a comunicação com a população afetada, com apresentação das alternativas para liberação das áreas urbanas e a implantação dos loteamentos que receberão aqueles que optarem pelo Reassentamento Urbano Coletivo, uma vez que esses terão prioridade, segundo o 4º Relatório Consolidado para o IBAMA. O cumprimento do cronograma proposto no PBA para a conclusão da mudança das famílias representa hoje um significativo desafio ao projeto, considerando a data prevista para obtenção da LO. A NE reconhece a criticidade do tema e incluiu esse aspecto entre os planos de trabalho que demandam gestão com acurácia, além de formar um Grupo de Trabalho (GT) específico para acompanhamento da implementação do RUC.

Outro ponto que demanda atenção é o monitoramento da população interferida após sua relocação, quer seja em reassentamento, quer seja como beneficiários de relocação assistida. Entende-se que há necessidade de integração dos dados dos diferentes projetos que envolvem atividades de monitoramento, para acompanhamento das medidas que assegurem a restituição dos meios de vida dessa população.

Em relação ao Componente Indígena, a reestruturação administrativa da Norte Energia qualificou sobremaneira o atendimento às suas especificidades. Efetivamente, com a implantação da Superintendência de Assuntos Indígenas a Norte Energia está criando as condições para o pleno desenvolvimento do PBA-CI. O andamento contínuo do Programa de Realocação e Reassentamento, o alcance do Programa de Comunicação Indígena, o estágio já adiantado do Programa de Atividades Produtivas, assim como o início das atividades do Plano de Gestão e dos demais programas, evidenciam o empenho na efetivação do PBA-CI. De outra parte, as ações de infraestrutura relacionadas, embora mobilizem grandes esforços da Superintendência de Assuntos Indígenas, seguem como elementos críticos, pois em alguns casos ultrapassam a capacidade de decisão e governança da Norte Energia.

Em relação ao atendimento às condicionantes da LI 795/2011, foi observado, com base nas informações do **Quadro 5.0.a**, que para a data de corte em junho, do total de condicionantes específicas com atendimento para esta fase, 16 são consideradas pela NE como estando em atendimento, 6 estão atendidas, e uma é considerada a vencer.

O IBAMA, por sua vez, no Parecer Técnico Nº 004933/2013 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, emitido em 31/05/2013, considera que apenas 3 condicionantes estão atendidas, 5 estão parcialmente atendidas e 5 estão em atendimento. No PT 4933/13, 7 condicionantes foram consideradas não atendidas (2.10; 2.12; 2.14; 2.15 a 2.18), sendo que 4 delas (2.14 a 2.17), que antes possuíam status de em atendimento, tiveram sua condição revisada, passando a ser consideradas pelo órgão ambiental como não atendidas. Essas 4 condicionantes são todas relacionadas ao Cadastro Socioeconômico, que ainda não foi finalizado, e a questões de indenização de afetados. Duas condicionantes são consideradas não pertinentes e uma, não exigível nesta fase.

No PT 4933/2013, em relação à condicionante 2.10, que diz respeito à implantação do saneamento básico nos municípios da AID, o IBAMA:

- Informa que a NE deverá ser penalizada pelo atraso na implantação de 500 residências dos trabalhadores em Altamira, e que a empresa deverá ser notificada a iniciar imediatamente as obras de drenagem urbana e de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Altamira, respeitando as premissas e os prazos previstos no PBA para término das obras.
- Recomenda que a NE seja penalizada pelo atraso para concluir as obras do sistema de drenagem na sede de Vitória do Xingu, que têm previsão de atraso de cerca de 12 meses.
- Considera que a NE deve acompanhar a implantação do sistema de abastecimento de água pela Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu, de forma que este atenda as premissas e os prazos do PBA.
- Recomenda que a NE seja notificada a implementar, imediatamente, o projeto de adequação do aterradouro em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, e que seja penalizada pelo atraso para conclusão da obra.
- Recomenda também que a NE seja penalizada pelos atrasos para concluir as obras dos sistemas de drenagem nas localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, que têm previsão de atraso de cerca de 18 meses.

Após emitir o PT 004933/2013, em 19/07/2013 o IBAMA emitiu os Ofícios OF Nº 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA e OF Nº 02001.011895/2013-56 DILIC/IBAMA, notificando a NE por pendências relacionadas às condicionantes da LI, que o empreendedor deveria atender em prazos de 5, 30, 60 e 120 dias, relacionadas principalmente a questões do reassentamento e compra de terras, e ao atraso nas obras do Travessão 40 e de drenagem urbana em Vitória do Xingu, Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

Em resposta, a NE encaminhou ao IBAMA, em 02/08/2013, a Carta CE 091/2013-PR, com o atendimento aos itens (b), (e) e (f) da Notificação, que tinham prazo de atendimento em 05 dias. Esses itens estão relacionados às obras de drenagem urbana na sede de Vitória do Xingu, em Belo Monte e em Belo Monte do Pontal; dos atracadouros das balsas em Belo Monte e Belo Monte do Pontal; e dos laboratórios de ictiologia e aquicultura de peixes ornamentais (item b); procedimentos adotados para a avaliação das propriedades (item e); e a emissão de laudos de avaliação com base no Caderno de Preços revisado (item f).

Em 23/08/2013 a NE enviou ao IBAMA a CE 096/2013-PR, com as respostas aos itens com vencimento em 30 dias (c, g e 3i e 3ii). Esses itens são relacionados às obras de drenagem urbana, esgotamento sanitário e abastecimento de água em Altamira (item c); à compensação por eventuais prejuízos causados pela interrupção nas negociações na área rural (item g); ao cronograma das obras no Travessão 40 (item 3i); e ao reassentamento de famílias da Comunidade Santo Antonio que optaram por reassentamento coletivo (item 3ii). Conforme disposto no **Capítulo 9.0**, ainda não se tem a resposta do IBAMA sobre a suficiência das repostas encaminhadas.

Em relação às condicionantes da FUNAI, a avaliação apresentada nos Quadros de acompanhamento do **Anexo 6**, resultou que das 8 ações estabelecidas no Ofício 126/PRES-FUNAI, 6 estão atendidas e 2 em atendimento, e das 13 ações estabelecidas no Parecer nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI, 11 estão atendidas e 2 estão em atendimento.

10.2

Recomendações

Esta Seção inclui recomendações pontuais e oportunidades de melhoria indicadas pelo consultor socioambiental independente após realização da inspeção de setembro de 2013 e análise de toda a documentação fornecida (2º RSAP e seus anexos, 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA para o IBAMA, e documentos adicionais solicitados após a vistoria de campo). Ressalta-se que as recomendações relacionadas às Obras Principais resultam também de vistoria realizada excepcionalmente em julho de 2013, para outro contrato de monitoramento socioambiental independente (para o BNDES).

As recomendações apresentadas a seguir são divididas por tema avaliado, e foram geradas a partir das lacunas identificadas na análise de conformidade do **Capítulo 9.0** e na avaliação do andamento dos Programas do PBA do **Capítulo 6.0** deste Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente.

Para todas as recomendações foi estipulado um prazo para atendimento, sendo que a avaliação do seu cumprimento será feita no âmbito do **Quadro 8.0.a** (ver **Capítulo 8.0**), no próximo Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente, somadas às recomendações em aberto que já o compõem.

Obras – PCAI/PRAD

- A Norte Energia deve, com urgência, compor equipe e implantar sistemática de fiscalização ambiental das ações do PAC, que estão sob responsabilidade do CCBM. Prazo: **evidência em 30 dias**.
- Reestruturar o manejo de não conformidades a fim de reduzir significativamente o tempo entre verificação e emissão do documento pela Norte Energia e recebimento e resolução da ocorrência ambiental pelo CCBM. Prazo: **evidência em 30 dias**.
- Iniciar a implantação do PRAD na região do porto fluvial do Sítio Belo Monte. Enviar cronograma de implantação do PRAD e relatório fotográfico com evidências. Prazo: **evidência no 3º RSAP**.
- Recuperar o acesso ao porto fluvial do Sítio Belo Monte com a correção de feições de erosão, implantação de drenagem definitiva, proteção superficial dos taludes e saias de aterro e desassoreamento das drenagens naturais. Enviar cronograma de implantação do PRAD e relatório fotográfico com evidências. Prazo: **evidência no 3º RSAP**.
- Adotar como procedimento a utilização de dispositivo do tipo bandeja na manutenção de veículos nas oficinas, eliminando a utilização de lona plástica, que além de não conter adequadamente os vazamentos, resulta sempre no incremento do volume de resíduos contaminados. Enviar procedimento escrito e evidências fotográficas da sua aplicação em todas as oficinas mecânicas do CCBM. Prazo: **evidência em 30 dias**.
- Implantar, junto aos sistemas de separação de água e óleo (SAO) das oficinas e das rampas de lavagem e lubrificação, estrutura que permita o aproveitamento (reuso) da água/efluente após sua passagem pelo SAO, eliminando o simples lançamento em vala a céu-aberto ou em curso d'água. Enviar evidências fotográficas da implantação do sistema de reaproveitamento da água. Prazo: **evidência no 3º RSAP**.
- Intensificar as inspeções das canaletas perimétricas nas oficinas e rampas de lavagem e lubrificação de veículos a fim de verificar a necessidade de limpeza e retirada dos sedimentos. Enviar listas de verificação das oficinas mecânicas e evidências fotográficas das limpezas de canaletas compreendendo todas as oficinas mecânicas da obra. Prazo: **evidência no 3º RSAP**.
- Intensificar a sistemática de treinamento da mão-de-obra quanto ao tema do gerenciamento de resíduos, sobretudo da coleta nas frentes de obra e nos canteiros, a fim de reduzir as falhas observadas durante a inspeção. Enviar relatório de treinamento realizado e evidências fotográficas. Prazo: **evidência no 3º RSAP**.
- Efetuar adequações nas centrais/usinas de triagem de resíduos sólidos dos Sítios Belo Belo Monte, Pimental, Canal de Derivação e Bela Vista:

- Em todas as centrais de triagem de resíduos é necessário alterar ou adequar as paredes laterais das edificações, de forma a proteger as baias de chuvas laterais. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Implantar cobertura na doca da Central do canteiro Belo Monte, de forma a evitar a precipitação sobre os resíduos descarregados e que aguardam retirada para triagem no interior da edificação. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Adequar os procedimentos de recepção de resíduos na Usina de Triagem do Sítio do Canal de Derivação e da central do canteiro Belo Monte, a fim de evitar o acúmulo e disposição temporária de resíduos fora dos limites da unidade e fora das docas. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Intensificar o treinamento e capacitação dos operadores envolvidos diretamente nas atividades de gerenciamento de resíduos. Trata-se de estratégia para correção de problemas relacionados às falhas na recepção nas centrais e ao encaminhamento da parcela reciclável aos aterros sanitários, como observado no aterro Pimental. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Definir a destinação final de muitos dos resíduos recicláveis que já apresentam grande volume na obra e que estão sendo armazenados temporariamente nas centrais de resíduos e em pátios específicos, como embalagens de aditivos de concreto, papelão, tambores de óleo, sucata metálica. Enviar relatório de gerenciamento de resíduos e evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Efetuar adequações no pátio de compostagem do Sítio Pimental com implantação de vala perimétrica na parte alta do terreno, de forma a evitar o escoamento superficial proveniente de áreas mais altas do terreno sobre o interior do pátio. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Corrigir o manejo das pilhas ou leiras de compostagem no Sítio Pimental com o incremento das atividades de revolvimento das pilhas para a devida aeração do material, além da sua irrigação e adubação. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Efetuar a coleta e encaminhamento correto do grande volume de resíduos acumulados nas proximidades da oficina mecânica do Sítio Belo Monte, que incluía isopor, sucata metálica, papelão, lâmpadas, entre outros resíduos. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**

- Definir a destinação do grande volume de sucata metálica acumulada no canteiro Belo Monte. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Adequar o processo de tratamento de solos contaminados por óleos e graxas em célula (biorremediação). O material acumulado na célula não vem sendo objeto de manejo adequado, que deve minimamente se basear no revolvimento constantemente, na incorporação de solo vegetal, na adubação e irrigação. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Retirar os tambores vazios de Neutracid (produto corrosivo usado na correção do PH do efluente da central de concreto) dispostas a céu-aberto junto ao sistema de separação e água e óleo da oficina mecânica do Sítio Belo Monte e informar a destinação final dessas embalagens/tambores. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Instalar tampa na caixa de acumulação de efluentes domésticos da central de concreto do Sítio Belo Monte. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Corrigir vazamentos na tubulação que conduz os efluentes domésticos não tratados para as caixas de acumulação de efluentes na central de concreto do Sítio Belo Monte. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Efetuar a proteção vegetal dos taludes nas obras da Vila Residencial do Sítio Belo Monte. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Implantar estruturas de controle de erosão e de proteção de cursos d'água nos acessos e vias internas da Vila Residencial do Sítio Belo Monte. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Recuperar as APP afetadas pela construção do sistema viário da Vila Residencial do Sítio Belo Monte. A recuperação deve envolver a remoção de solos carreados ou depositados na APP, proteção das saias de aterro e instalação de canaletas, descidas d'água e bueiros. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Adequar a sistemática de deposição de material nos bota-foras do Sítio Belo Monte ao projeto geométrico de cada uma dessas áreas de apoio, garantindo a conformação dos taludes com banquetas intermediárias e implantação de estruturas de drenagem, ainda que provisórias. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Adequar a geometria do BF3 e do BF4 do Sítio Belo Monte segundo o projeto geométrico de cada área. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**

- Implantação de proteção perimétrica através de dique de enrocamento ao longo de todo o bota-fora BF4 do Sítio Belo Monte, reduzindo o risco de assoreamento dos cursos d'água. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Implantar drenagem (bueiro/tubulação) sob os acessos que estão barrando completamente o fluxo nos cursos d'água no Sítio Belo Monte, especialmente a Relocação da BR-230 e o acesso interno ao BF4, o que tem resultado no afogamento da vegetação e na eutrofização da água. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Implantar drenagem (bueiro/tubulação) sob os acessos que estão barrando completamente o fluxo nos cursos d'água no Sítio Canal e Diques, especialmente no Bota-fora 23, o que tem resultado no afogamento da vegetação e na eutrofização da água. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Iniciar as atividades do PRAD nos bota-foras 3, 4, 17, 37 e outros, do Sítio Canal e Diques, que tenham atingido sua capacidade de recebimento de material. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Na Pedreira do Iguarapé Ticaruca / Rio Xingu, do Sítio Canal e Dique, é necessário rever a geometria dos bota-foras construídos ao longo do acesso e junto à plataforma de desmonte de rocha. Os depósitos foram empurrados nas vertentes e, aparentemente, sem maiores cuidados quanto a geometria e estabilidade dos depósitos. Enviar avaliação de estabilidade dos depósitos e evidências fotográficas das alterações realizadas. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Rever os procedimentos de gerenciamento de resíduo sólidos no Canteiro Belo Vista, especialmente com relação ao armazenamento provisório de lixo comum. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Rever os procedimentos de manutenção do separado de água e óleo no Canteiro Belo Vista, uma vez que não ficou evidente que o mesmo apresentava funcionamento adequado. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Rever os procedimentos de manutenção e operação da estação de tratamento de efluentes da usina de concreto do Canteiro Belo Vista, uma vez que não ficou evidente que o mesmo apresentava funcionamento adequado. Enviar evidência do monitoramento do efluente produzido pela estação de tratamento. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**
- Rever os procedimentos de abastecimento de combustível e a instalação do tanque de combustível do Canteiro Bela Vista, uma vez que foram encontradas evidências de derramamento constante de combustível no solo. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP.**

- Adequar a geometria do Bota-fora do Sítio Bela Vista segundo o projeto geométrico da área e implantar dispositivo de retenção de solos carregados a jusante do depósito. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP**.
- As caixas de contenção de vazamento de óleo isolante da subestações de energia na Ilha Marciana, no Canteiro Pimental, precisam receber adequações e manutenção constante para manter a sua funcionalidade no caso de acidentes. Enviar evidência fotográfica. **Prazo: evidência no 3º RSAP**.
- As caixas de contenção de vazamento de óleo das centrais de ar comprimido na Ilha Marciana, no Canteiro Pimental, devem receber manutenção adequada para evitar a contaminação do solo e geração excessiva de efluentes contaminados com óleo. Enviar evidência fotográfica. **Prazo: evidência no 3º RSAP**.
- Efetuar a proteção vegetal de taludes na área do sistema de transposição de embarcações. **Atendido**.
- Continuar a implantação do sistema de drenagem definitivo nos travessões 27 e 55, incluindo meio-fio, canaletas, descidas d'água, dissipadores de energia hidráulica e outros dispositivos. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP**.
- Estabilizar e corrigir os processos erosivos ativos em taludes de aterro do Travessão 27. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP**.
- Executar as atividades de recuperação previstas no PRAD na jazida do Travessão 55. Enviar evidência fotográfica. Prazo: **evidência no 3º RSAP**.
- Recomenda-se o envio, como anexo nos **próximos RSAP**, dos Relatórios Gerenciais Mensais (RGM-E) do CCBM como empresa executora do PAC.
- Em relação aos resultados dos tratamentos de efluentes domésticos e industriais e do tratamento de água para abastecimento, apresentar, nos **próximos RSAP**, uma análise crítica dos parâmetros que não atenderam aos limites estabelecidos pela legislação e IFC.
- Em relação ao monitoramento de fumaça preta, incluir, nos **próximos RSAP**, informações sobre a porcentagem da frota inspecionada, e uma análise crítica dos resultados obtidos (porcentagem de veículos/equipamentos reprovados em relação ao número inspecionado).
- Incluir, nos relatórios gerenciais de não conformidades, dados sobre a irregularidade verificada em campo que gerou a não conformidade, para que se faça uma análise crítica dos problemas recorrentes nas obras. Entregável: relatórios gerenciais de não conformidades. Prazo: **evidência nos próximos RSAP**.

- Incluir, no documento *Planilha de acompanhamento das ações do relatório de providências*, o teor da irregularidade, e a lista das medidas indicadas para a correção da mesma. Entregável: *Planilha de acompanhamento das ações do relatório de providências* revisada. Prazo: **próximos RSAP**.
- Garantir que o efluente da ETE compacta do Sítio Bela Vista seja obrigatoriamente encaminhado para tratamento complementar no sistema de lagoas do Sítio Canais e Diques, não sendo lançado diretamente em curso d'água. Prazo: **evidências nos próximos RSAP**.
- Encaminhar, para análise do consultor independente, o *checklist* para supervisão ambiental das OE, assim como os procedimentos do Sistema de Gestão a serem utilizados na Supervisão das OE (esclarecer se será elaborado novo procedimento ou se será revisado o procedimento da OP). Entregável: *checklist* e procedimento. Prazo: **30 dias**.
- Em relação ao 3.2. *Programa de Recuperação de Áreas Degradadas*, estabelecer um plano de ação compreensivo para as atividades de revegetação previstas no PRAD, contemplando todas as áreas a serem plantadas no ano de 21013/2014, com prazos, diretrizes e recursos humanos necessários. Entregável: Plano de Ação. Prazo: **3º RSAP**.

SST e Condições de Trabalho

- Rever a sistemática do fluxo de aprovação de documento pela Norte Energia, pois existem exemplos de documentos há meses aguardando aprovação da Diretoria. Prazo: **3º RSAP**.
- Aprovar os documentos (em análise pela Norte Energia) que possuem parte da estrutura de gestão requerida. São eles:
 - Plano Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho;
 - Inspeção, Supervisão e Auditoria de Saúde e Segurança do Trabalho;
 - Comunicação e Análise de Incidentes de Segurança do Trabalho; e,
 - Plano de Gestão de Segurança Viária – Gestão do Tráfego.
 Prazo: **Urgente/Imediato**.
- Apresentar o Plano Diretor (ou documento equivalente) que defina as regras básicas de Gestão de SST a ser adotada pela NE sobre todas as empresas que compõem o empreendimento UHE Belo Monte, de modo a garantir que tais atividades não impactem negativamente no empreendimento. Prazo: **3º RSAP**.
- Preparar auditores, criar metodologia e cronograma para realizar regularmente auditorias internas e de segunda parte, para avaliação do nível de desempenho interno e de suas contratadas na busca pelo alinhamento aos requisitos contratuais e legais. Prazo: **3º RSAP**.

- Atualizar os próximos relatórios socioambientais periódicos (RSAP), de forma a contemplar:
 - Informações a respeito do Sistema de Gestão da NE, de suas contratadas diretas, das executoras das Obras de Entorno (OEs) e daquelas que executam os programas do PBA;
 - Informações do período relativas às ações de SST sobre os funcionários próprios da NE;
 - A análise crítica do Relatório Estatístico Mensal (REM) consolidado pela NE e que contempla todas as contratadas da NE;
 - Maiores informações sobre os simulados de emergência, correlacionando-as com o cronograma de previsão e as informações sobre a análise crítica e oportunidades de melhoria, não só do CCBM, mas também das demais contratadas;
 - Situação de evolução dos procedimentos da NE e do CCBM, através de uma Lista Mestra, por exemplo, onde conste código, título, breve relato do objetivo, número da revisão e motivo da revisão;
 - Dados relativos às auditorias do período (interna do CCBM, interna da NE e auditorias de segunda parte realizadas pela NE sobre suas contratadas), tais como não conformidades abertas e encerradas no período;
 - Resultado das análises críticas dos sistemas de gestão da NE e CCBM;
 - Dados gerais sobre o desempenho da CIPA da NE e do CCBM, tais como inspeções, reuniões, alterações no quadro de funcionários, processo eleitoral, etc. Quanto às CIPA das OE, sugere-se tratar os dados estatisticamente, para evidenciar que as mesmas se encontram regulares, pois o número de contratadas é grande;
 - Resgate de dados relativos à quantidade de funcionários, horas-homem, número de acidentes, dias perdidos e debitados e outros que se fizerem necessários sobre as OE desde o início de 2013;
 - Dados e análise crítica dos acidentes ocorridos no período, bem como avaliação do status de implantação das ações corretivas e/ou análise de eficácia de análises anteriores;
 - Correlação entre as convocações para realização de exames periódicos pelas empresas e a efetiva realização dos mesmos, pois foi evidenciada baixa participação de funcionários convocados durante a vistoria realizada por parte do CCBM;
 - Ações previstas nos planos e programas legais (PPRA, PCMAT, PCMSO e outros) para o período, objetivando com isso a análise e garantia de cumprimento deste grupo de requisitos legais;
 - Dados quantitativos da equipe de SST mobilizada em cada mês do período para a OP. No caso da NE e suas demais contratadas, torna-se importante mapear a quantidade de funcionários frente à quantidade de profissionais de SST, para que se possibilite a análise do efetivo mobilizado;
 - Dados do resultado de aplicação da Verificação Comportamental por parte do CCBM, tal como ocorreu no 1º RSAP. Sugere-se, porém, correlacionar o número de desvios registrados com o número de pessoas observadas, horas

de auditoria e auditores envolvidos para se extrair conclusões concretas dessa importante ferramenta de gestão;

- Informações sobre o desempenho do Sistema de Transposição de Embarcações e eventuais emergências relacionadas (vide informações constantes nos Relatórios do IBAMA);
- Informações detalhadas sobre os treinamentos realizados, categorizando e contabilizando as horas por macro-temas e tipos de treinamentos (integração, TDSMS, palestras, campanhas e os treinamentos formais propriamente ditos);
- Dados estatísticos das autuações por órgãos públicos e status do nível de encerramento das mesmas e situação de atendimento dos mesmos;
- Na análise crítica dos dados constantes no relatório socioambiental, recomenda-se que a NE defina ações corretivas para os itens que julgar incoerentes com seu planejamento, seja de sua própria gestão, da OP ou de qualquer uma das OE. Por exemplo, identificou-se uma diminuição bastante considerável do nível de atendimento dos RO e demais pendências por parte do CCBM e não houve indicação de qualquer ação para correção. Outro exemplo é a nítida indicação, pela EPBM, da tendência de desvios em determinadas áreas (Trânsito; Trabalho em altura; Desmonte de Rocha; e, Escavação / Taludes / Aterros) e a inexistência de ações corretivas definidas para tais assuntos.
- A EPBM reportou dados das LV aplicadas para Qualidade em conjunto com as LV de Segurança, o que vale para o reporte de RNC também. Recomenda-se o desmembramento desses dados, para se avaliar com maior propriedade e dimensões corretas o desempenho da OP.

Prazo: **3º RSAP**.

- Garantir que a EPBM analise informações de Saúde Ocupacional da OP, pois seu relatório pautou-se basicamente em Segurança do Trabalho. Prazo: **Urgente/Imediato**.
- Recomendações/oportunidades de melhoria derivadas da inspeção de campo:
 - Segurança no Trânsito: diante do grande volume de veículos que circulam pelas OP, sugere-se que o CCBM monitore, através de indicadores, os acidentes de trajeto (que ocasionaram algumas mortes não computadas justamente por se tratar de trajeto) e estratifique os acidentes típicos decorrentes do trânsito. Com isso, pode-se mensurar a eficiência das diversas ações adotadas pelo CCBM. Prazo: **evidências no 3º RSAP**.
 - Trabalho em Altura: o CCBM informou estar em fase de finalização a constituição formal da equipe de resgate de altura em conformidade com o definido na NR-35. Diante disso, apresentar as informações relativas a este processo. Prazo: **evidências no 3º RSAP**.
 - Diferenças de gestão nos sítios construtivos: nas inspeções de campo realizadas em todos os sítios foi possível conferir algumas diferenças entre eles: i) critérios e trâmites para garantia de acesso; ii) controle de limpeza dos bebedouros para se garantir a potabilidade da água para consumo dos

colaboradores; iii) um dos sítios já adota placas para indicar a liberação ou montagem de estruturas de andaime; e, iv) em um dos sítios a identificação da inspeção mensal dos equipamentos está plenamente implementada, estando apenas iniciada em outro. Diante dessas diferenças, cabe a recomendação de intensificar o alinhamento de gestão entre os sítios para uniformizar os controles. Prazo: **evidências no 3º RSAP**.

- Muitas das informações solicitadas para incorporação nos próximos relatórios socioambientais (RSAP) já são geradas pela NE, EPBM, CCBM ou OEs. Esta recomendação, portanto, objetiva o alinhamento na tabulação das informações de supervisão, confronto com os dados de monitoramento, e análise crítica dos dados e definição de ações corretivas e preventivas (pela NE), para efetiva melhoria contínua da gestão. Um relatório alinhado e consistente dará todas as informações necessárias para os diversos atores do empreendimento (empreendedor, gestora, coordenadora, supervisora, executora e financiador). Tal alinhamento trará maior eficiência no reporte de dados e possibilitará uma análise mais concreta por parte dos gestores da NE, além de diminuir consideravelmente o tempo despedido na geração dos RSAP. Assim, recomenda-se, além do alinhamento das informações, o envio, na forma de anexo, dos seguintes documentos:
 - Relatórios Mensais de QSSMA (do CCBM) do período;
 - REM do CCBM e da NE, incluindo todas as suas contratadas (consolidado) do período;
 - RGM-E do período;
 - Relatórios de investigação dos principais acidentes do período;
 - Relatórios Mensais do EPBM do período;
 - Relatórios Mensais da futura coordenadora do PAC do período;
 - Lista Mestra atualizada dos documentos emitidos, revisados ou revogados da NE;
 - Relatórios de Auditorias Internas e de segunda parte conduzidas pela NE realizadas no período;
 - Planilha atualizada de acompanhamento das NC decorrentes das Auditorias conduzidas pela NE (em aberto ou encerradas no período);
 - Atas de reuniões periódicas do Comitê de Saúde e Segurança da NE, inclusive de Análise Crítica do Sistema de Gestão; e,
 - Organogramas atualizados (NE / EPBM / Coordenadora do PAC / FR / CCBM).

Prazo: **a partir do 3º RSAP**.

- Apresentar plano de contratação da equipe que ficará responsável pela supervisão de SST das atividades de Supressão Vegetal do Reservatório Intermediário, bem como o trecho da minuta de contrato onde constam os requisitos relacionados a SST. Esta recomendação preventiva vai de encontro a emitente mobilização da equipe de supressão vegetal.
Prazo: **3º RSAP**.

- Apresentar plano (ou metodologia) de trabalho para a supervisão de SST das atividades noturnas, finais de semana e feriados da OP, uma vez que nem a EPBM nem a NE possuem equipe designada para tal.

Prazo: **3º RSAP.**

- No Centro de resgate de fauna/flora e instalações anexas (alojamento, cozinha, refeitório, lavanderia etc.) foram identificadas as irregularidades a seguir. Assim, torna-se necessária a apresentação de um plano de ação (baseado não só nos apontamentos abaixo, mas em inspeções realizadas pela própria NE) para correção das irregularidades:
 - Conjunto de gerador e armazenamento de diesel com diversas irregularidades (contenção, proteção contra vazamento e incêndio, instalações precárias de iluminação entre outros);
 - Preparo de alimentos não possui licenciamento;
 - Sistemática de atendimento emergência não está documentada/definida;
 - Banheiros e sanitários com algumas irregularidades (ausência de papel higiênico, cestos de lixo, piso do chuveiro, papel toalha e sabão líquido); e,
 - Torre de sustentação das caixas d'água instável.

Prazo: **evidências no 3º RSAP.**

- O CCBM deverá evidenciar a gestão (desempenho) de suas subcontratadas no Sítio Canais, uma vez que foi identificada uma empresa (Costa Fortuna) com diversas irregularidades em sua mobilização e, ao confrontar o dimensionamento da equipe de segurança em campo, foi possível constatar que esta não era suficiente. Soma-se a isso a responsabilidade da inspeção de todos os equipamentos, frentes de serviço, empresas subcontratadas e Casa de Apoio (ao longo dos 22 km de canal) pelos Técnicos de Segurança do Trabalho.

Prazo: **evidências no 3º RSAP.**

- Pelas razões expostas no **Capítulo 9.0**, recomenda-se que a NE alinhe a metodologia (forma) de atuação dos vigilantes no relacionamento com trabalhadores e com a população, seja solicitando que cada contratada que possua serviço de vigilância o faça, ou então que ela determine a regra de atuação.

Prazo: **evidências no 3º RSAP.**

- No que diz respeito à preparação e resposta de emergências envolvendo a comunidade, a NE deve estabelecer (ou garantir que sejam estabelecidas) diretrizes que tenham como objetivo estabelecer regras entre as diversas contratadas (inclui-se aqui o CCBM, as OEs, as executoras dos programas do PBA, operadora do STE e todas as outras) e de seus próprios funcionários para atender eventuais emergências envolvendo a comunidade.

Prazo: **4º RSAP.**

Princípio 2.0 – Avaliação Socioambiental

- Considerando-se o asfaltamento dos Travessões 27 e 55, não previsto anteriormente no projeto, e ainda o alargamento desses acessos além das dimensões inicialmente previstas, recomenda-se a reavaliação dos impactos decorrentes dessas alterações de projeto sobre a fauna (risco de atropelamentos de animais). Prazo: **evidência no 3º RSAP**.
- Recomenda-se a instalação imediata das passagens de fauna inicialmente previstas no projeto, segundo os resultados das análises do monitoramento de atropelamentos, já encerrado no primeiro trimestre de 2013. Cabe notar que a única passagem de fauna cuja instalação já teve início, no Travessão 27, não foi ainda finalizada, e não apresenta altura, formato e material compatível com seu uso pela fauna. Prazo: **evidência no 3º RSAP**.
- As passagens de fauna previstas no projeto devem seguir as especificações determinadas pela equipe de fauna, no que diz respeito às suas dimensões, material e localização. Prazo: **evidência no 3º RSAP**.

Princípio 3.0 – Padrões Sociais e Ambientais Aplicáveis

Gerais

- Apresentar a composição do Núcleo de Análise Crítica - NAC (número de integrantes e qualificação), bem como as responsabilidades e o plano de trabalho a ser implementado por seus integrantes, que deverá conter minimamente as atividades que serão realizadas, as responsabilidades e os prazos associados. Entregável: composição do NAC e Plano de Trabalho. Prazo: **3º RSAP**.
- Evidenciar, nos Relatórios Gerenciais Mensais (RGM-E) do PAC, a existência de uma seção de Requisitos Legais, que inclua inclusive o controle de obtenção, renovação e atendimento a condicionantes de licenças. Caso os RGM-Es mesmos não contenham essa Seção, recomenda-se que ela seja incorporada. Prazo: **evidência no 3º RSAP**.

PD 01: Sistemas de Gerenciamento e Avaliação Socioambiental

- Apresentar uma lista consolidada (lista mestra) com todos os documentos integrantes do SGA da NE, bem como a situação de cada um deles, ou seja, se estão aprovados, em fase elaboração, revisão, ou aprovação. Entregável: lista mestra do SGA da NE. Prazo: **3º RSAP**.
- Apresentar, **no 3º RSAP**, planilha contendo mais informações sobre as não conformidades do CCBM, no mínimo uma descrição sucinta da não conformidade, o prazo para fechamento, e as ações recomendadas. A planilha deve incluir também a gestão das notificações da NE.

- Recomenda-se que seja realizada uma análise crítica do processo de tratamento de não conformidades, e que seja reportado à consultoria independente, **no próximo RSAP**, o resultado dessa avaliação e um resumo estatístico com a situação de tratamento dessas não conformidades.
- Evidenciar, **no 3º RSAP**, os registros de não conformidades gerados com o início das atividades da nova empresa contratada para coordenação do PAC.
- Apresentar os critérios para determinação dos 4 pontos adotados na linha base de ruído, sua posição em relação às obras e a existência de receptores críticos nas proximidades. Prazo: **3º RSAP**.

Meio Físico

9.3 - Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico

O Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico tem apresentado resultados no resgate do patrimônio Paleontológico, na apresentação das informações técnicas, legais e institucionais, e divulgação de informação e à formação de pessoal por meio dos cursos e palestras realizadas. No entanto, a empresa precisa esclarecer, pelo menos, os seguintes aspectos sobre as atuais dificuldades em estabelecer a compartimentação/empilhamento das rochas sedimentares no local em razão da diminuição das equipes:

- O trabalho proposto poderá ser realizado conforme inicialmente previsto ou será necessário uma revisão metodológica ou dos seus objetivos e resultados esperados;
- Tendo em vista que a redução da equipe de campo prejudicou o entendimento da estratigrafia das camadas, é necessário esclarecer se, também, a análise dos testemunhos de sondagens disponíveis para o estudo sofreram do mesmo problema;
- O esforço de coleta e tratamento de amostras justifica-se mesmo com um entendimento incompleto do empilhamento das camadas sedimentares.

Prazo: **evidências no 3º RSAP**.

10.4 - Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios

- Independentemente da discussão técnica com o IBAMA quanto à necessidade de desenvolvimento do Programa, concluir as ações que visam viabilizar novo acesso à região da Caverna Kararaô, necessárias à retomada do desenvolvimento do Programa. Prazo: **evidências no 3º RSAP**.

Vegetação

Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres

- Obter do IBAMA um posicionamento sobre a instalação das parcelas de monitoramento faltantes, considerando-se as análises de suficiência amostral que

foram recentemente apresentadas pela Norte Energia. Apresentar **no próximo RSAP** evidências de consulta ao IBAMA sobre a questão apresentada.

12.1. Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios

- Definir novo cronograma de atividades para o Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro e Certificação de Madeira, cujo término estava previsto para T4/2013. Apresentar **no 3º RSAP** o novo cronograma.

12.2. Programa de Conservação e Manejo da Flora

- No âmbito do Projeto de Salvamento e Aproveitamento da Flora, realizar um monitoramento dos espécimes reintroduzidos em fragmentos florestais, oriundos dos resgates nas áreas de supressão dos reservatórios, a fim de avaliar a eficácia dessa realocação. Devido à grande quantidade de indivíduos reintroduzidos na fase das obras civis, sugere-se que este monitoramento seja feito por amostragem e que sejam elaborados indicadores simples e objetivos para verificar a sobrevivência e desenvolvimento destes indivíduos. Apresentar **em 30 dias** um projeto do monitoramento, e os primeiros resultados **no 3º RSAP**.
- Envidar esforços para a confirmação taxonômica das prováveis espécies novas registradas pelo, para que seja avaliada a necessidade de se realizar buscas por novos locais de ocorrência. Apresentar **no 3º RSAP** evidências dos esforços envidados.

13.1. Programa de Monitoramento da Flora

- Rever e adequar a apresentação dos dados levantados pelo monitoramento fenológico das Podostemaceae, esclarecendo a terminologia utilizada (pontos, assembléia, populações, indivíduos). Apresentar **no 3º RSAP** as informações solicitadas.
- Realizar buscas fora da área impactada pelo empreendimento por outras localidades de ocorrência da espécie nova de Podostemaceae registrada no âmbito do Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras. Apresentar **no 3º RSAP** um plano de ação para a execução desta busca, incluindo um cronograma, bem como os primeiros resultados.

Fauna Terrestre

- Recomenda-se a finalização da instalação dos medidores de nível freático nos módulos RAPELD, dentro do cronograma previsto. Prazo: **evidências no 3º RSAP**.

Limnologia e Ictiofauna

11.2 - Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques

- Devido às baixas concentrações de oxigênio dissolvido observadas nos igarapés e às elevadas concentrações de Turbidez, DBO, Coliformes fecais (Igarapés Ticaruca

e Cajueiro) e Fósforo (Igarapés Paquicamba e Ticaruca) recomenda-se que haja uma maior atenção na gestão desses corpos d'água, de forma a não comprometer a biota aquática. Prazo: **evidências no 3º RSAP**.

11.4 - Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água

- Devido às baixas concentrações de oxigênio dissolvido, elevadas concentrações de Fósforo e Coliformes Fecais e à presença de óleos e graxas observadas nos cursos d'água, recomenda-se que haja uma maior atenção na gestão, de forma a não comprometer a biota aquática. Recomenda-se também que sejam discutidas no próximo relatório as possíveis origens dessa contaminação. Prazo: **evidências no 3º RSAP**.

Socioeconomia

- Recomenda-se que sejam cruzadas e analisadas as informações dos projetos que executam monitoramento da população interferida, como Programa de Acompanhamento Social (4.6), por meio do Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2) e o Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs (4.6.1), para obter-se a consolidação dos dados da população já indenizada e relocada até o momento, o que poderá concretizar o atendimento ao Plano de Ação e às recomendações pendentes. Prazo: **evidências no 3º RSAP**.

PD 02: Trabalho e Condições de Trabalho

- Recomenda-se que haja continuidade e reforço na divulgação e assimilação das normas contidas no Guia de Comportamento do Funcionário do CCBM, documento importante para a valorização das melhores formas de conduta do trabalhador e desenvolvimento de boas maneiras no relacionamento entre eles, para evitar excessos e prevenir conflitos. Prazo: **evidências no 3º RSAP**.

PD 03: Prevenção e Redução da Poluição

- Recomenda-se a intensificação do tratamento do tema gestão de resíduos sólidos nos TDSMS e nas campanhas do Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores do CCBM. Prazo: **evidências no 3º RSAP**.

PD 04: Segurança e Saúde da Comunidade

- Recomenda-se que sejam avaliados os dados quantitativos coletados para a análise de suficiência em educação, estabelecendo um cruzamento com a localização geográfica das unidades escolares para permitir aferir em que bairros este fenômeno ocorreu com mais representatividade. Essa análise deverá verificar se em alguns bairros a pressão populacional está interferindo mais do que em outros e se as obras que ainda serão realizadas mitigam essa pressão. Essa avaliação permitirá fornecer subsídios à equipe da NE para continuar acompanhando e avaliando as soluções

criadas até agora para o setor, assim como para as equipes de reassentamento rural e urbano e equipe que está elaborando os projetos dos loteamentos que serão implantados na sede de Altamira e que devem prever áreas com destinação de uso institucional e construção de equipamentos. Prazo: apresentar avaliação no **3º RSAP**.

PD 05: Aquisição da Terra e Reassentamento Involuntário

- Recomenda-se que as etapas de desenvolvimento das atividades e os procedimentos para realização do reassentamento urbano sejam incluídos no plano de reassentamento já elaborado pela SAF, o que complementará o PAR e atenderá tanto ao plano de ação da *Due Diligence* quanto às recomendações da 1ª missão de monitoramento. Sugere-se que sejam incluídos os procedimentos expostos no plano de trabalho da empresa Diagonal Urbana e os expostos pelo Projeto de Reassentamento Urbano (4.4.3), evidenciados na segunda missão de monitoramento. Entregável: PAR complementado. Prazo: **3º RSAP**.

PD 07: Povos Indígenas

- Garantir a periodicidade das reuniões e a atualização dos membros que compõem o Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida. Prazo: **evidências no 3º RSAP**.
- Garantir a periodicidade das reuniões, a adaptação da pauta e a qualificação dos membros que compõem o Comitê Gestor do PBA-CI. Prazo: **evidências no 3º RSAP**.
- Apresentar análise qualitativa dos dados do Programa de Comunicação Indígena, incluindo a análise de conteúdos especificamente relacionados às manifestações dos indígenas com respeito aos programas do PBA-CI. Prazo: **evidências no 3º RSAP**.
- Estruturar RSAP de forma a incluir seção reportando as ações para o Componente Indígena, seguindo a itemização do PD 07 do IFC:
 - Suficiência da Linha Base
 - Consulta e Participação
 - Mecanismo de Reclamações
 - CPLI - Consentimento Prévio, Livre e Informado (*Free, Prior Informed Consent* – FPIC)
 - Plano de Desenvolvimento de Povos Indígenas (IPDP)
 - Medidas de Indenização / Compensação de Impactos em Populações Indígenas e/ou Tradicionais

Prazo: **3º RSAP**.

11.0

Aspectos Críticos a serem Verificados na Próxima Missão de Monitoramento

SGA

- Situação da implementação o SIG-A.
- Avaliação da troca de informações entre os programas e projetos que são parte dos pacotes de trabalho já inseridos no SIG-A.
- Avaliação da aplicação do SGP.

Obras

- Situação da supervisão ambiental e de saúde de segurança da Norte Energia sobre as obras principais e sobre as obras do entorno.
- Manejo de não conformidades da Norte Energia.
- Melhorias na gestão de resíduos, incluindo a coleta, a operação das centrais de triagem, dos aterros sanitários, da célula de biorremediação.
- Melhoria na gestão de efluentes, solos e outros materiais contaminados com óleo.
- Manejo dos igarapés interceptados por acessos laterais ao canal de derivação.
- Recuperação de APP, controle de erosão, implantação da drenagem definitiva e forração vegetal de taludes na Vila Residencial, nos canteiros de obras, nos acessos e no dispositivo de transposição.
- Instalação de estruturas de drenagem definitiva, correção de feições de erosão e proteção superficial nos taludes de corte e saias de aterro nos travessões.
- Correção do procedimento de utilização dos bota-foras no Sítio Belo Monte (BF3 e BF4) e no Sítio Canal e Diques (Pedreira e Sítio Bela Vista), de forma a respeitar os critérios geométricos de projeto e permitir a recuperação tão logo sejam encerradas as atividades de deposição de material da escavação.

Meio Físico

- Avaliação dos resultados obtidos no Programa de Resgate do Patrimônio Paleontológico, tendo em vista as alterações realizadas na condução das atividades.
- Avaliação do esperado incremento de sinergia entre as equipes responsáveis pelos programas do meio físico, especialmente dos Programas de Salvamento do Patrimônio Paleontológico, de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos, de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios e de Monitoramento das Águas Subterrâneas.
- Desenvolvimento e retomada das atividades do Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios.
- Avaliação da suficiência dos dados gerados no Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques.

Vegetação

- Procedimentos de fiscalização sendo realizados para as atividades de supressão das áreas dos reservatórios.

Fauna Terrestre, Aquática e Semi-aquática

- Sobre o andamento dos projetos de investigação taxonômica de roedores e quiróptero, segundo os Princípios do Equador:
 - verificar se foi atendida a recomendação de contratação de especialistas nos dois grupos (roedores e quirópteros)
 - verificar se as sugestões do consultor socioambiental foram incorporadas aos projetos
 - verificar se as atividades previstas para a investigação taxonômica e registro das espécies fora da área de influência do projeto tiveram início
- Sobre as medidas de mitigação dos impactos sobre a fauna ocasionados pela melhoria das condições de tráfego nos travessões (atropelamento)
 - verificar se as passagens de fauna, placas e redutores anteriormente previstos no projeto foram instaladas de forma completa
 - verificar se a passagem de fauna instalada no Travessão 27 foi adequada à travessia de fauna, no que diz respeito à sua altura, material do qual é feita e colocação de cerca para direcionar os animais. Verificar se houve reflorestamento nas áreas próximas às duas entradas.
 - verificar se foi feita uma reavaliação dos impactos causados pelo alargamento da via e asfaltamento da mesma, não previstos no projeto inicial, e se estes impactos foram considerados na elaboração de um projeto de ampliação das medidas de mitigação (passagens de fauna, redutores e placas)

Limnologia e Ictiofauna

- Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques
 - Verificar o status de andamento do Programa com relação às campanhas de ictiofauna, limnologia e qualidade de água, previstas para o 2º. Semestre de 2013;
 - Verificação in loco do Sítio Canais e Diques (igarapés Paquiçamba, Ticaruca, Cajueiro, Cobal e Turiá).
- Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade de Água
 - Verificar o status de andamento do Programa com relação às campanhas previstas no 2º. Semestre de 2013;
 - Verificar o andamento do Projeto de Monitoramento e Controle de Macrófitas às campanhas de previstas no 2º. Semestre de 2013.
- Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos
 - Verificar o atendimento para a organização, sistematização e compilação dos dados oriundos das campanhas de monitoramento dos Projetos de Ictiofauna.

- Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos
 - Verificar o atendimento da recomendação da complementação da linha base para confirmação da ocorrência de espécies citadas como ameaçadas (Acari zebra, Pacu capivara e Arraia de Fogo) e das espécies de Loricariideos ornamentais citados como restritas à área da Volta Grande do rio Xingu (TVR);
 - Verificar o atendimento da recomendação sobre a intensificação para finalização das identificações das espécies coletadas na linha base do EIA, especialmente para os gêneros ameaçados, criticamente ameaçados, quase ameaçados e vulneráveis.
- Programa de Conservação e Manejo de os Ecossistemas Aquáticos
 - Projeto de Investigação Taxonômica:
 1. Ver o status de andamento do projeto com relação às campanhas de monitoramento (2º. Semestre de 2013), às atividades de resgate e processamento laboratorial destes dados;
 2. Verificar o andamento dos estudos complementares realizados nos igarapés do canal de derivação e do reservatório principal;
 3. Verificar o atendimento da recomendação sobre a intensificação dos melhores esforços (*best efforts*) no processo de identificação das espécies coletadas no monitoramento, especialmente para os gêneros ameaçados, criticamente ameaçados, quase ameaçados e vulneráveis.
 - Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna:
 1. Verificação in loco da Construção do laboratório para triagem, identificação e armazenamento dos exemplares fixados;
 2. Verificar atualização das atividades de resgate nas áreas com intervenção direta da obra (vistorias in loco destas áreas);
 3. Verificar o andamento da elaboração do guia fotográfico de identificação das espécies de peixes resgatados.
 - Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais
 1. Verificar o status de andamento da implantação do Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais feito com os pescadores locais.
 - Projeto de Monitoramento da Ictiofauna
 1. Verificar o status de andamento do Programa com relação às campanhas de previstas para o 2º Semestre de 2013;
 2. Verificar o tempo de processamento laboratorial das análises de gônadas, estômagos e principalmente ictioplâncton (ovos e larvas).
 - Projeto de Monitoramento da Ictiofauna Incentivo à Pesca Sustentável
 1. Verificar a sistematização e a compilação dos dados de desembarque e os cadastros dos pescadores e das embarcações nos portos.

- Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo para a Transposição de Peixes
 1. Verificar o status de andamento do modelo reduzido do STP.

Socioeconomia

- Verificação dos procedimentos para monitoramento dos planos de reassentamento e deslocamento da população;
- Verificar da situação das famílias em processo de indenização e reassentamento da área rural e as pendências em relação às alternativas propostas: famílias Vila Santo Antônio e famílias à procura de terras para carta de crédito;
- Verificação das formas de atuação Comitê de Comunicação Social da NE proposto como segunda instância para atendimento dos casos em que os solicitantes não se sintam totalmente atendidos pelos atuais canais disponíveis para reclamações e como procedimento específico para verificação e garantia de que as empresas contratadas e subcontratadas da NE disponham de mecanismos de reclamações para trabalhadores;
- Verificar informações e estatísticas sobre mecanismos de consultas e reclamações dos trabalhadores do CCBM;
- Verificar andamento dos programas do Plano de Atendimento à População Atingida, principalmente o Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais (4.2) e seus projetos e o Programa de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas e seus projetos; do Plano de Articulação Institucional; do Plano de Relacionamento com a População, mais especificamente o Programa de Interação Social e Comunicação e o Programa de Monitoramento Socioeconômico, Análise de Suficiência dos Equipamentos Sociais;
- Verificar posicionamento dos Secretários Municipais de Vitória do Xingu e Brasil Novo.

Gestão de SST

- Acompanhamento das pendências anteriores;
- Visita ao Sítio Bela Vista e acompanhamento das atividades de SST;
- Visita ao Sítio Belo Monte e acompanhamento das atividades de SST;
- Acompanhamento das atividades de Supressão vegetal no Reservatório Intermediário;
- Avaliação de ASOs, PPRA, PCMSO do CCBM;
- Acompanhamento de atividades nos sítios visitados: Desmonte de Rocha; Paiol; Cozinhas, Refeitórios e referidas licenças; controles e registros sobre Vasos de Pressão e Caldeiras; inspeção de trabalho em Altura com enfoque em andaimes, projetos, ART, LVs e montagem; avaliação do processo de garantia de potabilidade de água e limpeza dos bebedouros / caixa d'água; Sistemática de inspeção dos equipamentos de terceiros e Planos de Manutenção; e, Fabricação de pré-moldado.
- Avaliação dos trabalhos envolvendo a empresa contratada pelo CCBM para análise dos riscos do trânsito e desenvolvimento dos trabalhos pela NE;

- Visita ao centro do CCBM em Altamira (Dr. Paulo Nunes);
- Visita às Obras do Entorno, acompanhamento das atividades de SST e dados da supervisão;
- Visita ao administrativo da Biota;
- Análise do Plano de Emergência do STE e novo contrato de operacionalização do STE com previsão de início em dezembro de 2013;
- Avaliação do desempenho frente a meta do indicador IGSGI do CCBM.

Assuntos Indígenas

- Andamento do PBA-CI e qualificação da participação indígena nos Comitês (Gestor e Vazão Reduzida) com ênfase nas ações do Programa de Atividades Produtivas, Realocação e Reassentamento, Implantação do Plano de Gestão e programas associados (Fortalecimento Institucional, Gestão Territorial, Educação Escolar Indígena, Saúde Indígena, Patrimônio Cultural Material e Imaterial).
- Para esta análise será necessário realizar entrevistas com a equipe da Norte Energia, membros da equipe contratada para a execução do Plano de Gestão, os representantes indígenas e representantes da Associação Bebê Xikrin do Bacajá (ABEX).

12.0

Equipe Técnica Responsável por este Relatório (JGP)

Diretores Responsáveis

Juan Piazza

Ana Maria Iversson

Profissional	Formação	Registro Profissional
Coordenação Geral		
Ana Maria Iversson	Socióloga	DRT 280/84
Coordenação		
Renata Cristina Moretti	Engenheira Civil	CREA 5060276362
Sistema de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança		
Débora Crivelari Tonello de Angelo	Engenheira Sanitarista	CREA 5061500604
Gustavo Faustini	Engenheiro Ambiental e de Segurança do Trabalho	CREA 6061939022
Maurício Eugenio Zamboin	Engenheiro Ambiental e de Segurança do Trabalho	CREA 5061439751
Meio Físico		
Marlon Rogério Rocha	Geógrafo	CREA 5061556731
Meio Biótico - Vegetação		
Denise Sasaki	Bióloga	CRBio 35829/01-D
Meio Biótico – Fauna Terrestre		
Erika Hingst Zaher	Bióloga	CRBio 68288/01-D
Meio Biótico – Fauna Aquática e Qualidade da Água		
Patrícia Monte Stefani	Bióloga	CRBio 79758/01-D
Meio Socioeconômico		
Ana Maria Iversson	Socióloga	DRT 280/84
Márcia Eliana Chaves	Socióloga	DRT 979/87
Componente Indígena		
Ricardo Cid Fernandes	Antropólogo	
Obras (PAC)		
Luis Eduardo Gaglioti	Geólogo	CREA 5060439523
Marlon Rogério Rocha	Geógrafo	CREA 5061556731
Renata Cristina Moretti	Engenheira Civil	CREA 5060276362
Apoio Técnico		
Ricardo Inácio Fogaroli	Engenheiro Ambiental	
Renata Evangelista da Silva	Apoio Técnico	



ANEXOS

Anexo 1 – Lista de Documentos Avaliados

Anexo 2 – Reuniões, Vistorias e Entrevistas Realizadas

Anexo 3 – Registro Fotográfico das Inspeções do PCAI

**Anexo 4 – Registro Fotográfico das Inspeções de SST e Meio Ambiente
nas OE**

Anexo 5 – Registro Fotográfico das Inspeções de SST na OP

Anexo 6 – Acompanhamento do Atendimento a Condicionantes

**Anexo 7 – Situação de Andamento dos Planos, Programas e Projetos
do PBA**

**Anexo 8 – Registro Fotográfico das Vistorias às Atividades
Relacionadas aos Programas do PBA**



Programas de Vegetação



Programas de Fauna Terrestre



Programas de Limnologia e Ictiofauna



Programas de Socioeconomia

**Anexo 9 – Quadro 8.0.a – Controle do Atendimento às Recomendações
da Consultoria Socioambiental Independente**
